

Resgatar a democracia? A emergência e declínio de novas redes de ativismo nos protestos anti-austeritários em Portugal

Alexandre Manuel Alves Diniz de Carvalho Costa

Tese de Doutoramento em Antropologia

Agosto, 2018

Tese apresentada para o cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de
Doutor em Antropologia realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Paula Godinho

Resgatar a democracia? A emergência e declínio de novas redes de ativismo nos protestos anti-
austeritários em Portugal

Alexandre Costa

AGRADECIMENTOS

Começo por agradecer ao meu tutor, Professor Doutor José Gabriel Pereira Bastos, cujo contributo foi precioso ao apontar o caminho para o que viria a ser o tema desta tese, numa altura em que o objeto de estudo ainda se encontrava numa fase quase embrionária, quando era ainda uma incógnita se a convocação de manifestações políticas através do Facebook iria revelar-se um fenómeno pontual e isolado em Portugal ou viria a ter continuidade, abrindo caminho para novas dinâmicas de ativismo. Pereira Bastos acompanhou depois o desenvolvimento da investigação, com atenção e perspicácia. Igualmente precioso foi o contributo da minha orientadora, Professora Doutora Paula Godinho, no enquadramento desse objeto de estudo e acompanhamento da concretização da tese. Agradeço também o auxílio do meu amigo e colega Luís Coelho e da minha mãe Maria Alice Carvalho Costa, na revisão. Agradeço ainda à minha filha Teresa Costa, e desejo que a sua aversão a manifestações (devido a ter frequentado as mesmas em dosagem não apropriada para a idade) e às reuniões de ativismo político (às quais me chegou a acompanhar em horários impróprios para quem tinha escola no dia seguinte) se revele apenas um efeito passageiro. Não podia também deixar de agradecer aos ativistas que tiveram a abertura que me permitiu efetuar a observação participante junto dos seus grupos e estruturas, e em especial à disponibilidade daqueles que acederam em conceder-me entrevistas. Agradeço ainda à ativista Isabel Louçã pela facultação de "Foi lindo. Podia ter mudado tudo", a versão em português do seu artigo que foi publicado no site espanhol *Herramienta*.

RESUMO

Esta tese ocupa-se das novas redes de ativismo político surgidas em torno das grandes manifestações que decorreram em Portugal entre 12 de março de 2011 e 2 de março de 2013. Foi o período em que se acentuaram as medidas de austeridade impostas na sequência dos desenvolvimentos da crise financeira de 2008, num país semiperiférico inserido na Europa comunitária. O uso da Internet e do Facebook para a convocação de protestos, uma inovação de reportório de contestação que recentemente ganhara fulgor nas Primaveras Árabes, foi ao encontro de um sentimento de descontentamento e não-representatividade face às estruturas políticas tradicionais, permitindo abrir um novo campo de mobilização autónomo aos partidos e aos sindicatos. Um campo que seria acesamente disputado por ativistas. Geração à Rasca, Plataforma 15 de Outubro e Que Se Lixe A Troika emergiram em torno da adesão de uma parte significativa da população aos protestos. Apesar de surgida dentro do capitalismo neoliberal global, a crise foi sentida de diversos modos e intensidades nos diferentes países, levando a que dinâmicas transnacionais anteriores, como a do Movimento pela Justiça Global, se virassem para as lutas específicas dos respetivos Estados-Nação.

Esta etnografia é baseada numa observação participante, efetuada em Lisboa, com recurso ao *on* e ao *offline*, junto dos grupos e estruturas que se destacaram nas promoções dos protestos, em especial o Que Se Lixe a Troika, que tinha adquirido primazia durante o período em que foi efetuado o trabalho de campo. Procurou-se compreender se a mobilização então criada conseguiu

ultrapassar o domínio da partidocracia, mantendo os cidadãos em participação política ativa fora dos movimentos tradicionais.

Madrid, Atenas e Nova Iorque foram outras cidades que conheceram grandes protestos, prolongados em Acampadas com grande impacto junto das populações, e os seus casos foram focados como termo de comparação. Em Portugal, a larga adesão aos protestos ficou circunscrita aos momentos pontuais de manifestações alimentadas pela reação direta à aplicação de medidas austeritárias específicas. Nunca chegou a tomar uma forma de defesa de modelos alternativos que procurassem romper com a hegemonia do capitalismo neoliberal. A falta de capacidade de mobilização continuada em Portugal acabaria por contribuir para que rapidamente as redes de ativismo se movessem para uma zona de confluência com as estruturas políticas tradicionais. Ao contrário do que aconteceu em Espanha e na Grécia, onde as Acampadas deram origem a mobilizações autónomas alargadas, que deixaram um lastro que posteriormente contribuiu para a afirmação do *Podemos* e do *Syriza*, que vieram mudar o quadro partidário desses países.

Construída em torno de multipertenças, a enorme heterogeneidade das redes de ativismo que emergiram em Portugal levou a que tivesse ficado limitada a posições de protesto e assente em laços de fraca densidade que se revelaram efémeros

PALAVRAS-CHAVE: ativismo, política, neoliberalismo, democracia, crise, austeridade, Internet, Facebook, manifestações

ABSTRACT

This thesis deals with the new networks of political activism arising around the great demonstrations that took place in Portugal between March 12, 2011, and March 2, 2013. It was the period when the austerity measures imposed following the developments of the 2008 financial crisis in a semi-peripheral country within the European Community were most aggressive. The use of the Internet and Facebook to convene protests, an innovation in the repertoire of political opposition that had gained momentum during the recent Arab Spring, went along with a feeling of discontent and lack of representation through traditional political structures, opening a new field of mobilization autonomous of parties and trade unions. A field that would be fiercely disputed by activists. *Geração à Rasca*, *Plataforma 15 de Outubro*, and *Que Se Lixe a Troika* emerged when a significant part of the population were joining the protests. Although it happened within global neoliberal capitalism, the crisis was felt in different ways and intensities in different countries, leading previous transnational dynamics, such as the Global Justice Movement, to focus on the specific struggles of their nation-states.

This ethnography is based on a participant observation, carried out in Lisbon, using the on and offline, within the groups and structures that stood out in the promotion of demonstrations, specially *Que Lixe a Troika*, which was most prominent during the period of fieldwork. We aimed to understand if the mobilization then created managed to overcome the rule of partidocracy,

keeping citizens in active political participation outside traditional movements.

Madrid, Athens and New York were other cities where protests took place, prolonged in "Acampadas" with great impact on populations, and their cases were highlighted for comparison purposes. In Portugal, widespread adherence to protests was limited to the occasional moments of demonstrations fueled by direct reaction to the application of specific austerity measures. Never assuming the form of a defense of alternative models that sought to breach the hegemony of neo-liberal capitalism. The lack of capacity for continued mobilization in Portugal would eventually be a factor in leading activist networks to move rapidly to a zone of confluence with traditional political structures. This is contrary to what happened in Spain and Greece, where the encampments gave rise to extensive autonomous mobilizations, leaving a legacy which later contributed to the affirmation of *Podemos* and *Syriza*, changing the party system of these countries.

Built around multiple belongings, the enormous heterogeneity of the networks of activism that emerged in Portugal contributed to their ended up limited to positions of protest, based on low density ties which proved to be ephemeral.

KEYWORDS: activism, politics, neoliberalism, democracy, crisis, austerity, Internet, Facebook, demonstrations

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
 CAPÍTULO I: ENQUADRAMENTO	 16
1.1. Das crises do neoliberalismo ao entrincheiramento da Europa austeritária	16
1.2. Medidas austeritárias em Portugal: uma lógica de naturalização do neoliberalismo	27
1.3. A viragem para as cidadanias nacionais na busca de refúgios face à propagação dos efeitos da crise financeira de 2008	38
1.4. Do enquadramento polarizado dos Novos Movimentos Sociais para os movimentos de crise	44
1.5. Facebook, Internet e revolução da esfera pública	54
1.6. A Internet como um novo campo etnográfico	58
 CAPÍTULO II: A CONCEÇÃO DO PROJETO E A DEFINIÇÃO DA METODOLOGIA	 68
2.1. Da ideia de partida até à delimitação de um campo entre o <i>online</i> e o <i>offline</i>	68
2.2. A observação participante e a <i>anthropology at home</i> num contexto politizado (as questões éticas, a abordagem e o posicionamento em relação ao campo)	70
2.3. A observação (inevitavelmente) participante no Facebook – um espaço de	

cruzamento de redes e de interação	72
2.4. O foco nos grupos, a escolha dos entrevistados e as entrevistas semiestruturadas	75
 CAPÍTULO III: OS PRINCIPAIS GRUPOS E PLATAFORMAS	 79
3.1. GAR – M12M	79
3.2. P15O	82
3.3. QSLT	84
3.4. PI	89
3.5. Ruptura-Fer – MAS	90
3.6. Revista Rubra	90
3.7. Indignados de Lisboa	91
3.8. Attac Portugal	92
3.9. Panteras Rosa	93
3.10. UMAR	94
3.11. SOS Racismo	94
3.12. MSE	95
3.13. RDA	95
3.14. APRe!, Aposentados, Pensionistas, Reformados	96
3.15. (D)eficientes Indignados	98
3.16. Sindicatos dos Estivadores, Trabalhadores de Tráfego e Conferentes Marítimos do Centro e Sul de Portugal – SETC	 98

CAPÍTULO IV: A IDENTIFICAÇÃO DO CICLO DE PROTESTOS NO

DESENROLAR DO TRABALHO DE CAMPO **99**

- 4.1. As grandes manifestações que deram origem às diferentes estruturas: o 12 de março de 2011 (GAR), o 15 de outubro de 2011 (P15O), o 15 de setembro de 2012 (QSLT). A observação e percepção exterior aos grupos organizadores **99**
- 4.2. Os primeiros contactos com os grupos de ativismo no pós 15 de setembro, em vésperas da última grande manifestação **108**
- 4.3. O êxito da última grande manifestação e o assistir ao início do declínio no interior do QSLT **117**
- 4.4. Do desalento da manifestação internacional até à última manifestação **123**
- 4.5. As últimas iniciativas e tentativas de revitalização do QSLT **127**

CAPÍTULO V: DA GAR AO QSLT – A RECONSTITUIÇÃO CRONOLÓGICA

ENTRE O OLHAR CRUZADO DOS PARTICIPANTES **131**

- 5.1. GAR, o momento em que um micro grupo espoletou uma enorme manifestação **131**
- 5.2. A Acampada do Rossio e as suas assembleias populares, o 'palco' onde os ativistas se cruzaram **147**
- 5.3. P15O, a estrutura para onde confluíram os grupos do Rossio **165**
- 5.4. Entre a rutura da P15O e as disputas das manifestações das greves gerais **174**

5.5. QSLT, a plataforma que procurou estabelecer a ponte entre os grupos de ativismo e os atores tradicionais	201
5.6. Da manifestação "Cultura é Resistência" até aos Cercos ao Parlamento, o aumento da tensão e do risco de confrontos	223
5.7. Do momento em que o QSLT quase se parte até ao 2 de março	232
5.8. O declínio e o fim não anunciado do QSLT	244
 CAPÍTULO VI: AS DINÂMICAS DE GRUPO	264
6.1. O efeito viral das redes, o reforço do Eu e a inovação no repertório de contestação	264
6.2. As estruturas, o funcionamento não hierarquizado, as decisões por consenso e por maioria	262
6.3. Posicionamento ideológico e estratégico, objetivos – filiações, alianças e antagonismos	266
6.4. Multipertenças – elementos para o fortalecimento e enfraquecimento da identidade grupal e da participação no ativismo	267
 CAPÍTULO VII: UMA COMPARAÇÃO DAS MOBILIZAÇÕES DE MADRID, ATENAS E NOVA IORQUE COM AS DE LISBOA	269
7.1. Acampada das Portas do Sol, a praça onde os movimentos ativistas se encontraram com o apoio popular	269
7.2. Acampada da Praça Syntagma – o local onde os protestos gregos ganharam	

novo fulgor à margem dos movimentos tradicionais	275
7.3. OWS – A revolta contra as elites num espaço híbrido entre um parque urbano e a Internet	278
7.4. Comparação das Acampadas	281
7.5. O declínio das Acampadas	285
7.6. A influência e cruzamento dos novos movimentos autónomos com a esquerda partidária e o quadro institucional	290
7.7. O <i>Podemos</i> e a transposição de dinâmicas do 15M para o quadro institucional espanhol	294
7.8. A ascensão do <i>Syriza</i> numa zona de confluência dos descontentamentos gregos	297
7.9. A permanência do <i>Occupy</i> fora do espectro político e a ascensão do populismo elitista de Donald Trump	301
7.10. Os diferentes modos como as dinâmicas dos movimentos de crise foram integradas nos sistemas políticos partidários	303
CONCLUSÃO	307
FONTES ORAIS	318
FONTES DE BIBLIOGRAFIA	319

LISTA DE ABREVIATURAS

15M – Movimentos de ativismo espanhóis surgidos em sequência da Acampada nas Portas do Sol em Madrid a 15 de Maio de 2011

ADEDY – Conferação (grega) dos Serviçais Cívicos

ANTARSYA – Frente Anticapitalista, Revolucionária, Comunista e Ecologista Radical (grega)

Attac – *Association pour la Taxation des Transactions pour l'Action Citoyenne* (Associação pela Tributação das Transações Financeiras para ajuda aos Cidadãos)

APRe! – Associação Aposentados, Pensionistas e Reformados

BE – Bloco de Esquerda

CADPP – Comité para a Anulação da Dívida Pública Portuguesa

CDS-PP – Centro Democrático Social-Partido Popular

CEE – Comunidade Económica Europeia

CENA – Sindicatos dos Músicos, dos Profissionais do Espectáculo e do Audiovisual

CGTP – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses

DIMAR – (partido) Esquerda Democrática (grega)

Fer.ve – Fartas/os D'Estes Recibos Verdes

FMI – Fundo Monetário Internacional

GAR – Geração à Rasca

GSEE – Confederação Geral dos Trabalhadores Gregos

IAC – Iniciativa Auditoria Cidadã

ILGA – *International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association*

KKE- Partido Comunista da Grécia

LGBT – *Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender*

LGBTQ – *Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, Queer or Questioning*

M12M – Movimento 12 de Março

MAS – Movimento Alternativa Socialista

MFA – Movimento das Forças Armadas

MRPP – Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado

MSE – Movimento Sem Emprego

ND – Nova Democracia (grega)

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OWS – *Occupy Wall Street*

P15O – Plataforma 15 de Outubro

PAH – Plataforma de Afectados por la Hipoteca

PASOK – Movimento Pan-Helénico Socialista

PEC IV – Quarto programa de Estabilidade e Crescimento

PI – Precários Inflexíveis

PNR – Partido Nacional Renovador

POT – Partido Obrigado Troika

PP – Partido Popular (espanhol)

PREC – Período Revolucionário em Curso

PS – Partido Socialista

PSOE – Partido Socialista e Operário Espanhol

PSD – Partido Social Democrata

QSLT – Que Se Lixe a Troika

RDA – Associação Recreativa Regueirão dos Anjos

SPGL – Sindicato dos Professores da Grande Lisboa

Syriza – Coligação (grega) da Esquerda Radical

TRVDC – Todos os Rios Vão Dar ao Carmo

TSU – Taxa Social Única

UDP – União Democrática Popular

UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

INTRODUÇÃO

"Há um momento em que parece um sonho. Em que tudo brilha e eu não percebo se são os Brufens ou se é a situação mágica que realmente aconteceu. Porque havia música, havia tambores, havia gaitas de foles, toda aquela profusão... e os cartazes que também não estava habituado a ver. [Antes da manifestação da Geração à Rasca – GAR] fui a uma ou outra [manifestação] de associações de estudantes ou de sindicatos, [mas aí os cartazes], que são feitos nas gráficas ou em série nas associações académicas, têm todos mais ou menos o mesmo formato. E ali não. Uma profusão de cores e de cartazes feitos em casa nos cartões. Nunca tinha presenciado".

Passados cerca de dois anos e meio das manifestações da GAR de 12 de março de 2011 – das maiores manifestações de protesto do pós-25 de Abril até à data em que ocorreram – um dos quatro jovens do grupo de base de onde partiu a convocatória no Facebook fala sobre a sensação de inebriante irreabilidade associada às memórias de ter estado no centro do evento.

"Aquilo estava marcado para as três [horas da tarde]. A essa hora não estava lá quase ninguém, como bom povo português. E às três e um quarto há um polícia que nos vem dizer: 'Avancem que o metro está completamente cheio de pessoas. Avancem porque vocês vão precisar de espaço por detrás da faixa. Avancem para caberem as pessoas atrás da faixa'. E é aí que percebo que se vai transformar numa coisa gigante. E quando nós começamos a avançar com a faixa, às três e um quarto, olho para trás e vem realmente muita gente. Pessoas a virem a subir os Restauradores... Surreal... Eu a tentar perceber como é que as pessoas vão tentar passar para detrás da faixa. Não passaram. Havia um momento em que já era gente à frente e atrás. E há um momento em que olho para as laterais da Avenida da Liberdade completamente a abarrotar, que foi algo que nunca vi numa manifestação, nem antes, nem depois, nem dos sindicatos, nem do Que Se Lixe a Troika (QSLT)".

Estamos em agosto de 2013 e por esta altura o grupo já se afastou há muito da dinâmica da convocação de grandes manifestações, um campo que se havia tornado altamente disputado e onde o QSLT, uma nova plataforma de ativismo, havia ganhado uma posição predominante. A entrevista para a tese antecede uma reunião da Academia Cidadã à qual uma parte dos elementos desse grupo inicial passou a dedicar-se, deixando em suspenso a associação que tinham formado em sequência da manifestação, o Movimento 12 de Março (M12M). A reunião começa com o grupo a exhibir aos

novos membros os registos desse dia, que continuam disponíveis no YouTube em 2018 – desde reportagens televisivas a vídeos captados por telemóveis, que lhes apresentam como documentando um episódio inédito na história do ativismo em Portugal com profundo impacto nas suas vidas. A exibição do vídeo do YouTube, assim como a reunião que se seguiu, foram gravadas para o filme "Dreamocracy"¹, que dois dos elementos do grupo se encontravam a elaborar, sobre as novas dinâmicas de ativismo político. Subitamente retirados do anonimato, os jovens que tinham estado no epicentro das novas dinâmicas de convocação de manifestações em Portugal passaram a ter enorme exposição pública. Falando em nome da sua frustração, ante a perspetiva de estágios não remunerados e de empregos precários após terem concluído as suas licenciaturas, tornaram-se o símbolo de uma geração, conseguindo criar uma inédita mobilização, em linha com o sentimento de crescente repúdio dirigido a uma classe política que, enredada nos jogos político-partidários, era vista cada vez mais como distante e não representativa dos problemas que afetam os cidadãos comuns. Entre a exposição nas redes sociais da Internet, nos *mass media* e nas interações diretas, assim como no espaço físico das manifestações, os ativistas que intervieram no novo campo de mobilização política conheceram o impacto de fortalecimento do Eu, com os seus efeitos ao mesmo tempo empolgantes e exaustivos.

"Eu estava um bocado febril. Foram semanas completamente esgotantes, em que nós dormíamos duas, três horas, às vezes nem isso, para conseguir dar resposta áquilo tudo. E adoecemos todos. Todas as pessoas da organização no 12 de março estavam fisicamente doentes. No dia a seguir, com os jornalistas a telefonarem-me de cinco em cinco minutos, eu atendi as duas, as três primeiras chamadas, e depois não consegui mais. Pedia para me mandarem as perguntas por sms, porque não conseguia falar. Estávamos todos assim, completamente esgotados, com febre, a comprimidos. Mas valeu o esforço", recorda ainda o mesmo membro fundador do grupo.

O início da tese com citações de um ativista ocorre por este estudo dar destaque a um olhar aproximado e envolvido com os movimentos sociais, na reconstituição e análise do ciclo de mobilização em torno das manifestações convocadas entre 12 de março de 2011 e 26 de outubro de 2013 (as datas das manifestações da GAR e das de "Não Há Becos Sem Saída – Que Se Lixe a Troika). Recorrendo a uma etnografia que cruza o *online* com o *offline* – nomeadamente através da

¹O filme acaba por apresentar uma versão dos acontecimentos centrada no elemento do qual partiu a ideia da criação da página no Facebook que viria a dar lugar aos protestos da GAR, deixando de lado os desenvolvimentos entretanto ocorridos no meio ativista e os fatores que acabariam por levar esse primeiro grupo a deixar essa arena de mobilização. Episódios de grande conflitualidade, que acarretaram inclusivamente desentendimentos e saídas de alguns elementos do grupo da GAR.

observação do Facebook e da presença em reuniões e iniciativas de grupos e plataformas de ativismo em Lisboa, em especial do QSLT, que tinha uma posição preponderante no período do trabalho de campo (entre finais de 2012 e meados de 2014) – procura-se perceber como essas dinâmicas se cruzam com o contexto específico em que se inserem: a perda de soberania, durante a aplicação das medidas de austeridade determinadas pela Troika, do Banco Central Europeu, Comissão Europeia e Fundo Monetário Internacional (FMI), dentro de um desenvolvimento localizado, resultante dos efeitos que a crise financeira espoletada em 2008 nos Estados Unidos teve num país semiperiférico como Portugal.

O objetivo é encontrar resposta para as seguintes questões: Até que ponto contribuíram as novas redes sociais da Internet para novas formas de mobilização e ativismo político fora das estruturas partidárias, num momento de crise financeira, social e política? De que modo surgiram essas redes e que desenvolvimentos conheceram no contexto português, marcado por um distanciamento/repúdio em relação aos representantes políticos, mas também em relação a diversas formas de ativismo, por uma grande parte da população? Que fatores foram entraves ao rompimento da hegemonia do neoliberalismo em Portugal, um país semiperiférico inserido na União Europeia?

As manifestações de 12 de março de 2011 marcaram o arranque em Portugal de um período de grandes manifestações, em que grupos de ativistas autónomos conseguiriam níveis de adesão inéditos na história da democracia portuguesa, num processo que iria declinar no ano 2013. O entusiasmo inicial iria contudo dar lugar a desapontamentos em Portugal, mas também nos processos ocorridos em outros países,

"Falar do QSLT é falar também com emoção. Porque foram tempos de discussão – tantas vezes mais acesa e tantas outras mais morna do que a maturidade política aconselhava -, de entrega plena de esperança. Foram noites não dormidas, cumplicidades nascidas na conceção e execução de ações que nos punham o coração a galope. Mas também desilusões inesperadas" (Louçã, 2017), referiria posteriormente uma outra ativista, manifestando a frustração que acabou por ser sentida por muitos daqueles que se envolveram a fundo nas novas plataformas de mobilização. Se por um lado o inebriamento do efeito multidão terá contribuído para o seu maior empenho, por outro acabou por intensificar a frustração, perante a incapacidade de conseguirem fazer com que os momentos pontuais de larga adesão dessem lugar a verdadeiros movimentos sociais de luta política.

A nível internacional, verificou-se em 2011 um enorme entusiasmo com o papel que o cidadão comum parecia ganhar para intervir e produzir mudanças nos sistemas políticos, ao ponto de a revista *Time* eleger "The Protester" (O Manifestante) como personalidade do ano. Ao impacto dos protestos convocados nas redes sociais contra regimes ditatoriais nas Primaveras Árabes, seguiu-se a transposição desse tipo de ações para democracias ocidentais, na contestação aos efeitos do capitalismo neoliberal. Em fevereiro, os protestos no Egito acabam por levar à queda do regime de Hosni Mubarak, que estava no poder há mais de três décadas. Em março têm lugar em Portugal as manifestações da GAR. Em maio são espoletados em Madrid os acampamentos dos Indignados contra um sistema político dominado pelo sistema financeiro transnacional. Viriam a ficar conhecidos como as Acampadas e conheceriam de imediato réplicas noutras cidades em Espanha e outros países. Na capital grega, onde serviriam para dar novo fulgor à contestação das medidas de resgate económico que já estavam a ser aplicadas. Em setembro, em Nova Iorque, algo de similar ocorre com o espoletar do movimento *Occupy Wall Street* (OWS), que também conheceria réplicas noutras cidades norte-americanas e de outros países.

Entusiasmados com as largas adesões às Acampadas e ao OWS, David Graeber, Noam Chomsky ou Michael Hardt e Antonio Negri enquadraram-nas como movimentos de rutura, que dariam lugar a novos modelos de organização social e política, numa análise teórica engajada em que procuram apontar-lhes os caminhos que deveriam seguir (Graeber, 2013: *in passim*) (Chomsky, 2013: *in passim*) (Hardt, 2012: *in passim*).

Numa análise menos próxima do entusiasmo com ideários anarquistas e autónomos e mais esperançosa na evolução da propagação dos sistemas democráticos vigentes na Europa ocidental e Estados Unidos, Ronald Inglehart e Christian Welzel já haviam antes disso também manifestado o seu otimismo quanto às novas possibilidades abertas pela Internet virem a contribuir para o desenvolvimento de uma maior participação da generalidade dos cidadãos no melhoramento da democracia. Estes teóricos consideram que a ênfase dada entre a generalidade da população aos valores de auto-expressão é fundamental para o bom funcionamento da democracia. Apresentam o desenvolvimento socioeconómico como um fator determinante para mudanças sociais que tornam o indivíduo mais autónomo, levando a que se promova a emancipação humana em todas as frentes. No seu entender, a passagem da era agrária para a industrial está associada a uma mudança do tradicional para os valores seculares racionais e a uma inerente secularização da autoridade. No pós-industrial seguiu-se nova mudança, desta feita passando-se da valorização da sobrevivência para a

valorização da auto-expressão, de teor humanista e solidário. O que corresponderá a uma passagem de sociedades com valores prevalentes de sobrevivência para uma de valores pós-materialistas. Comparando dados de cerca de 80 países, os autores notam ainda que o desenvolvimento económico tende a transformar crenças e valores, independentemente do sistema religioso e de crenças previamente existentes (Inglehart, 2005: 2-12, 294).

Esta mudança estava contudo longe de ser homogênea e segundo dados da Eurobarómetro de 2008, a sociedade portuguesa continua esmagadoramente a dar prevalência aos valores de sobrevivência (Magone, 2014: 161, 162). A discrepância entre as expectativas e a realidade é apontada como um fator que conduziu a uma desilusão em novas democracias, especialmente naquelas em que os regimes foram reformados de forma pobre. Em sociedades de baixo rendimento, a desilusão frequentemente leva à resignação e ao desinteresse (Inglehart, 2005: 120).

Convém perceber como esses fatores interagiram com as novas dinâmicas de ativismo, em torno das quais foram geradas grandes expectativas de que viessem a constituir novos campos de participação política que revitalizassem o sistema democrático.

Em 2018, estas dinâmicas parecem algo distantes, tendo dado lugar a outros desenvolvimentos. A frustração perante os impactos que a desregulamentação económica, ocorrida no contexto da globalização, levou ao desejo de um fechamento dentro de um espaço protetor do Estado-Nação e à ascensão de populismos nacionalistas, com a eleição do republicano Donald Trump como Presidente dos Estados Unidos e a vitória do Brexit no referendo britânico a determinar que este país sairá da União Europeia. A vitória do *Syriza* na Grécia e a ascensão do *Podemos* em Espanha seguem uma linha de maior continuidade das mobilizações cidadãs. Em Portugal, o pacto de esquerda, com o Governo PS a ser viabilizado pelo apoio do PCP e do BE, surgiu como algo de inédito na democracia portuguesa, onde os partidos de extrema-esquerda sempre tinham permanecido fora da esfera governativa. Essa aliança ocorreu para impedir a formação de um novo Governo Partido Social Democrata/Centro Democrático Social-Partido Popular (PSD/CDS-PP) que levasse ainda mais longe as medidas de desmantelamento do Estado Social.

A atual solução governativa tem contribuído para o esvaziamento das mobilizações sociais. Mas o ciclo de grandes protestos fora das estruturas tradicionais já se havia desvanecido mesmo

antes do fim do programa da Troika e quando ainda se mantinha em funções o Governo PSD/CDS-PP, que conseguiu chegar ao fim da legislatura.

Os grandes protestos antiausteritários em Portugal surgiram como uma resposta popular às medidas de resgate económico, que não só acentuavam o sentimento de falta de representatividade da classe política, como remetiam para um contexto de perda de soberania, com as decisões a serem impostas por instituições internacionais não eleitas, com uma evidente falta de legitimidade democrática. Apesar disso, as reações massivas ao programa da Troika apenas ocorreram em momentos pontuais e descontinuados.

O período em questão corresponde ao que Tilly e Tarrow denominaram como ciclos reivindicativos, caracterizados por mudanças políticas rápidas, com as rotinas reivindicativas familiares dando lugar a grandes inovações (Tilly, 2007: 21-22). O Facebook e a Internet surgiram como plataformas comunicativas que abriram espaço a novas dinâmicas de mobilização, facilitando o desenvolvimento de novos elos e a intensificação de protestos políticos, os quais passam a não estar centrados nos atores tradicionais.

Os jovens que convocaram as manifestações da GAR fizeram-no impulsionados pela frustração de verem goradas as suas expectativas de ascensão social, percebendo que muito provavelmente não iriam ter um nível de vida superior ao dos seus pais. Apesar do seu maior nível de instrução, iriam descer socialmente. A expectativa de ascensão social surge como promessa implícita da ideologia dominante gorada. A frustração destas expectativas remete para aquilo que James C. Scott considera ser a forma mais comum de fazer emergir a luta de classes (Scott, 1985: 338).

O que nos leva também para as dinâmica estabelecidas com recurso a redes pessoais, conforme foram definidas por Jeremy Boissevain. Estes jovens, assim como os restantes ativistas que estiveram no centro da convocação de protestos durante este período, fizeram uso das suas redes pessoais. Estas surgem como um nível intermédio entre as suas relações próximas e o sistema social em que estão envolvidos, entre o nível local e o nacional (Boissevain: 1978: 24) ou mesmo global. Os ativistas cumprem assim um papel vital no estabelecimento de elos que irão provocar desenvolvimentos em cadeia. Mas esta relação não é unidirecional. São influenciados pelo ambiente cultural onde estão inseridos e as suas expectativas estão interligadas aos papéis que desempenham

(Boissevain, 1978: 24) procurando ganhos materiais, mas também identitários e de reforço do Eu. A sua atuação irá cruzar a racionalidade estratégica de uma competição por recursos escassos designada pela Abordagem da Mobilização de Recursos, com os fatores afetivos e as consequências da fricção entre a vida mundana e a complexidade dos sistemas existentes nas sociedades pós-industriais (Fuchs, 2006: 103, 106).

A pertença a grupos, capaz de criar um elevado grau de exaltação, faz os indivíduos serem tomados por um sentimento de poder invencível e renderem-se a instintos que se estivessem sozinhos teriam permanecido reprimidos (Freud, 1976: 19-21). Será ainda mais potenciada pelo efeito multidão, pelo facto de as suas ações conseguirem uma adesão em cadeia que acaba por estender-se a uma ampla parte da população.

A atomização dos subordinados contribui para o seu mais fácil controle, apesar de a raiva, a humilhação e a fantasia serem sempre experienciadas dentro de um quadro cultural criado entre os subordinados, constituindo uma subcultura de resistência (Scott, 1990: 83 e 119). Estes ativistas irão procurar quebrar a atomização dos subordinados. Mas para tal necessitariam de conseguir ultrapassar a dominação ideológica da hegemonia – que define o que é realista ou não para os subordinados, convencendo-os que nada podem fazer para melhorar a sua situação (Scott, 1990: 74), pois qualquer outro percurso é impraticável e mesmo perigoso (Scott, 1985: 320).

Tipicamente, as formas de luta do quotidiano das classes subordinadas evitam a confrontação direta com a autoridade (Scott, 1985: XVI). Estes ativistas tentam romper a resignação e dinamizar lutas sociais. A ação da multidão pode não requerer organização formal, mas precisa de formas efetivas de coordenação, na maior parte dos casos através de redes da comunidade, que juntam membros dos grupos subordinados – laços familiares, laborais, práticas ritualizadas ou ligações por ocupações diárias (Scott, 1990: 151). As redes sociais da Internet vão permitir potenciar essas redes informais, intensificando-as e expandindo-as.

"Entre a resistência rotineira classificada por James Scott no nível infrapolítico, e a revolução de massas – a primeira enquadrada nas vivências diárias, a segunda conduz a uma alteração simultânea das vidas dos múltiplos agentes sociais – existe uma zona intermédia onde emergem os protestos que não visam ou não conseguem uma alteração completa da ordem social, mas que constituem instantes com repercussões que excedem o local ou a região em que emergem"

(Godinho, 2004: 90).

As dinâmicas de ativismo que estarão aqui em análise remetem justamente para essa zona intermédia, e o que está em jogo são movimentações que idealmente, para muitos dos ativistas envolvidos, teriam conseguido fazer passar essa resistência rotineira para uma mudança de fundo capaz de fazer frente ao domínio neoliberal.

O nível de desemprego sem precedentes e a precarização das relações laborais, com cortes de salários e benefícios, são apontados como fatores que contribuíram para a mobilização dos cidadãos, contando com especial envolvimento de camadas de jovens com habilitações mais elevadas e com uma integração instável no mercado de trabalho (Alves, 2016: 266).

As situações de exploração passaram a ocorrer num quadro em que "a concorrência dos mercados internacionais, a globalização dos capitais e dos seus detentores, contribui para diluir a responsabilização, transfere a autoridade e transforma ainda o capital em entidade transcendente sem correspondência óbvia a sujeitos determinados". A luta de classes é transformada "num jogo de sombras em que o capital raramente tem rosto e responsáveis", enquanto trabalho e as relações laborais são individualizadas e "os trabalhadores são empurrados para realidades espartilhadas entre espaço e tempo" (Louçã, 2012: 65, 78, 79, 108).

Os atos quotidianos de resistência que "mesmo não derrubando as relações sociais de produção e o sistema político dominante" eram "fundamentais para a definição e construção de classe" (Ferreira, 2010: 304) deixaram deste modo, em larga medida, de ocorrer e de cumprir essa função.

Face a esta atomização e espartilhamento, o Facebook surgiu como um novo espaço onde poderiam desenvolver-se ou resgatar redes de solidariedade que se tinham desvanecido, nomeadamente nos locais de trabalho.

As mobilizações irão contudo chocar com a hegemonia do neoliberalismo, que em Portugal surge fortalecida pela repressão das aspirações do período revolucionário do 25 de Abril, dando lugar à naturalização da ideia de que "a democracia parlamentar, ocidental, e norte-americana" é o "caminho único e óbvio, rumo ao progresso e à paz social" que reificou a ideia de que "qualquer outro tipo de regime democraticamente mais progressivo pertence à categoria das ideias utópicas e

inacessíveis" (Matos Silva, 2002: 146, 147).

O processo irá remeter para relações desenvolvidas entre memórias individuais e memórias coletivas e para as comunidades afetivas donde estas últimas retiram a sua força (Godinho, 2016: 141), com as dinâmicas desenvolvidas entre ativistas a alimentarem as suas aspirações de alterar essa perspetiva hegemónica, recuperando as aspirações revolucionárias do 25 de Abril.

As redes e estruturas "representam um importante papel político e cultural como articulação de experiências vividas e, em si, forma de ação na procura da passagem do individual ao coletivo" e "podem ainda configurar a partilha de ideias e de afetos, de formas de pensar o mundo". "A forma como as diferentes pessoas se encontram, debatem e discutem, também no sentido social, político e cultural, onde se ensaiam velhas e novas formas de solidariedades mecânicas para as orgânicas, de associação e de cooperação. Espaços, muitas vezes, associados à memória, aos seus combates, no que trazem de recordação do passado e de projeção de futuros" (Dias Pereira, 2016: 7). A Internet surgirá como um local privilegiado para a partilha de vivências, face a uma realidade social cada vez mais segmentada, alimentando dinâmicas que terão continuidade para lá do *online*.

Dentro dos fenómenos quotidianos de resistência e do "registo escondido" designado por Scott, os movimentos sociais granjeiam as bases para a edificação de uma identidade. As redes sociais surgem como necessárias para desencadear um movimento, constituindo a sua base de sustentação. Através da interação entre grupos informais e formais, são trocadas informações e recursos que ligam momentos e lugares de protesto. As redes sociais surgem como "essenciais à elaboração e ao reforço dos sistemas ideológicos que forjam compromissos entre ativistas e simpatizantes, granjeiam as bases para a formação identitária num movimento, estão cerzidas numa memória activável quando emergem condições favoráveis" (Godinho, 2004: 89, 100).

Como se irá constatar, neste caso as dinâmicas não irão ganhar continuidade e consistência que deem lugar a um novo movimento social.

Apesar de inseridos num contexto global de domínio do neoliberalismo, e de grande contágio do repertório de mobilização política, o facto de os efeitos da crise do sistema financeiro serem sentidos com diferentes intensidades e tempos nos diferentes países irá contribuir para que os protestos neste período tendam a circunscrever-se a cada país.

Os protestos, convocados com recurso à Internet em 1999, por ocasião de uma conferência da Organização Mundial do Comércio, deram início ao Movimento pela Justiça Global, direcionado contra a ação das grandes instituições transnacionais do capitalismo neoliberal, e surgem como predecessores da subsequente vaga de protestos que é objeto da presente tese. Mas se anteriormente havia uma maior participação de ativistas de diferentes países em ações conjuntas, agora a base de apoio nacional é muito mais alargada, em contestações que passam a estar centradas nas instituições do Estado-Nação, vistas como um possível escudo protetor face à desregulamentação financeira da globalização.

Apesar de ter sido um dos períodos mais ricos de mobilização da sociedade civil em Portugal, este ciclo de grandes protestos convocados através do Facebook – e de forma autónoma aos aparelhos partidários e/ou sindicais – não foi alvo de muitos estudos aprofundados.

A socióloga Britta Baumgarten começou por acompanhar a fase inicial do ciclo numa investigação de campo de dez meses, com recurso a observação-participante, entrevistas e análise de *sites* e de *mailing lists*. Frisando que os grupos de ativistas sempre organizaram manifestações, chama a atenção para o fator diferenciador ocorrido neste período, a capacidade de passarem a conseguir promover grandes manifestações sem a participação de sindicatos. Foi algo que surgiu como novidade em Portugal. As manifestações de 12 de março de 2011 foram um ponto de viragem, dando lugar a uma revitalização de atores da sociedade civil e ao nascimento de novos grupos de ativistas e redes de cooperação (Baumgarten, 2013: 6, 7).

Posteriormente, a socióloga viria a identificar quatro fases diferentes no ciclo de protestos. A primeira corresponde ao surgimento das manifestações da GAR, que levou ao recrudescimento das atividades de grupos de ativistas já existentes. Na segunda fase, entre maio de 2011 e fevereiro de 2012, essa dinâmica conhecerá novos desenvolvimentos em Lisboa, com o surgir da Acampada do Rossio (uma réplica da Acampada de Madrid) para onde os ativistas confluíram experimentando o modelo organizativo aberto e não hierarquizado das assembleias populares, algo que teve depois continuidade na criação da Plataforma 15 de Outubro (P15O), congregando mais de 30 grupos e organizações de ativistas para a coordenação das manifestações a ter lugar nessa data em 2011. A fraca identidade coletiva, porém, levaria ao rápido declínio dessa estrutura. A terceira fase, entre março e julho de 2012, surgiu no rescaldo dos anteriores desentendimentos, que levaram os ativistas a reunirem-se de novo para a organização de dois eventos – o Activar (encontro com diversos

workshops e debates de ativistas) e a Primavera Global (uma manifestação internacional convocada a partir de Espanha, que também contou com diversos *workshops* de ativistas) – optando nestes casos por experimentar formas de organização menos orgânicas, não criando plataformas. Algo que mudou na quarta e última fase teve início em agosto de 2012, com o surgimento do QSLT, uma nova plataforma que viria a promover as duas maiores manifestações do período em estudo (e provavelmente as maiores de sempre da democracia portuguesa), a 15 de setembro de 2012 e a 2 de março de 2013, mas não conseguiria obter o mesmo nível de adesão nas suas posteriores iniciativas de protesto (Baumgarten, 2016: 164-177).

Dora Costa Fonseca enquadra os protestos que tiveram lugar entre 2011 e 2013 como uma reação às fortes medidas de austeridade impostas pela Troika, as quais representaram um ataque ao Estado Social e um gorar de expectativas de vida futura da população. Estes movimentos "surgiram a partir de um impulso de baixo para cima e responderam à falta de penetração das reivindicações de certos setores da população no sistema político", escreve a socióloga. Os protestos do ciclo anti-austeridade em Portugal foram "levados a cabo por populações desorganizadas no sentido em que a participação dos indivíduos não ocorreu com base na pertença a organizações". Os níveis inéditos de adesão aos protestos ocorreram assim com um caráter pontual, e sem vínculos das largas camadas da população que a eles aderiram às organizações ou plataformas que os convocaram pelas redes sociais. Mas o modo de organização em rede do meio mais restrito de ativistas também contribuiu para a fraqueza dos laços organizativos: "Conjuntamente com a dependência em relação ao ciberativismo, a estrutura em rede favoreceu a volubilidade da participação, revelando-se desfavorável ao desenvolvimento de um ativismo forte e continuado (Costa Fonseca, 2016: 184, 187, 192).

Apesar da grande dimensão que atingiu, a mobilização neste ciclo de ação coletiva em Portugal ficará sobretudo circunscrita a estas manifestações e a alguns acontecimentos contestatários, o que impede considerar terem-se inscrito em movimentos sociais "com a existência de um adversário claramente identificado, de um objetivo comum, de formas de mobilização de recursos capazes de sustentar uma luta prolongada e de modos de organização com alguma continuidade" (Soeiro, 2014: 66).

A "fluidez programática" da GAR – que dera lugar à gigantesca manifestação onde tantos jovens atingidos pela precarização convergiram com as gerações mais velhas, organizações sociais

(feministas, LGBT, entre outros), setores organizados da esquerda anticapitalista (como o BE), assim como o líder da CGTP, mas também setores da direita (como membros da JSD) ou mesmo da extrema-direita – é apontada simultaneamente como a sua força e fraqueza, segundo José Soeiro, sociólogo e deputado da Assembleia da República pelo BE (Soeiro, 2014). Já o protesto posterior de 15 de outubro contará com uma convocatória mais definida politicamente, essencialmente uma crítica ao capitalismo global. As novas dinâmicas dos "movimentos sociais" passam a confluir com os movimentos sindicais, como ocorreu nas greves gerais de 24 de novembro de 2011 e de 14 de novembro de 2012 e respetivas manifestações, numa convergência não isenta de tensões (Soeiro, 2014: 67-69).

Os protestos portugueses inserem-se num ciclo que percorreu vários países e continentes (com os novos meios de comunicação a permitirem a sua propagação em diferentes contextos), no qual o trabalho e a materialidade voltaram a ter um lugar central (Estanque, 2013: 31).

Apesar de os protestos convocados pelas redes sociais da Internet, com autonomia em relação aos atores políticos tradicionais, terem conseguido níveis de adesão inéditos, essa base de apoio mais alargada ficou circunscrita a um reduzido número de manifestações, em contraponto com os protestos dos sindicatos, que não alcançaram apoios tão alargados naqueles momentos específicos, mas conseguiram manter a sua capacidade de mobilização no longo prazo.

A democracia portuguesa conheceu um período inicial de grande mobilização dos cidadãos, durante o chamado Período Revolucionário em Curso (PREC), que decorreu entre a revolução de 25 de Abril de 1974 e a repressão da tentativa de golpe de Estado a 25 de Novembro de 1975 (que afastou as aspirações revolucionárias e deu lugar a um alinhamento político no sentido dos modelos de democracia vigentes nos sistemas capitalistas ocidentais).

Entretanto, não voltara a verificar-se o envolvimento de amplas camadas da população em atividades políticas. Algo que se acentuou ainda mais com o declínio dos níveis de envolvimento nos sindicatos e com o crescente repúdio por atividades partidárias. Dentro desse cenário destacaram-se lutas setoriais, como as manifestações da polícia em 1989, as lutas estudantis anti-propinas em 1991-95 e a solidariedade para com Timor-Leste face à opressão indonésia em 1999 (Alves, 2016: 265-266). É de notar que o mais amplo e transversal nível de mobilização ocorrera neste último evento, que não estava contudo relacionado com a política nacional e com tomadas de

posição em relação aos modelos vigentes a nível nacional, as quais pareciam conseguir mobilizar cada vez menos pessoas.

Na primeira metade de 2010, o impacto da crise global em Portugal já tinha começado a inverter essa situação, com o crescimento dos protestos. O congelamento de salários e outras medidas deflacionárias foram contestadas numa greve da função pública promovida no início de março pela CGPT, seguidas por diversas manifestações a nível nacional no princípio de junho. Após a greve geral de novembro de 2010, os protestos aumentaram com o descontentamento face às medidas aplicadas pelo Governo PS, culminando no evento promovido pelas redes sociais, a grande manifestação da GAR (Accornero, 2015: 404). Depois da queda do Governo e das eleições legislativas que deram lugar ao Governo de coligação PSD-CDS/PP, tiveram lugar mais dois pontos altos de protesto: na segunda metade de 2012 e entre março e junho de 2013. As maiores manifestações nestes dois períodos e também alegadamente as maiores do pós-25 de Abril foram organizadas pelo QSLT, mas mesmo nesse período os sindicatos tiveram sempre capacidade de criar uma base regular. Dois terços (66,3%) das ações de protesto que tiveram lugar entre 2010 e 2013 foram originadas no setor laboral ou desencadeadas por organizações representativas dos trabalhadores, enquanto estruturas autónomas como a GAR ou o QSLT apenas lideraram 11,7% das ações. O ciclo de protestos anti-austeritários "começou a esmorecer a partir da primavera de 2013 em diante, em face de uma renovada coesão dos partidos tradicionais no tocante à política de austeridade e à incapacidade do movimento de reivindicação de converter os protestos de rua num desafio mais amplo ao sistema" (Accornero, 2015: 405-407).

A falta de dinamismo participativo da sociedade civil portuguesa é apontada como um entrave para os grupos de ativistas, cujas estruturas organizativas permanecem sem força, sem reconhecimento alargado da sua contribuição e com falta de confiança e de alianças fortes entre eles (Baumgarten, 2013: 18).

A fim de enquadrar o contexto em que se moveram as novas formas de ativismo dos protestos antiausteritários em Portugal, no primeiro capítulo será descrito o modo como ocorreu o gradual desenvolvimento e naturalização da ideologia do capitalismo neoliberal, que abriu campo para a aceitação da perda de soberania e a aplicação de medidas de austeridade nos países do sul da Europa, na sequência da crise financeira espoletada em 2008 nos Estados Unidos. Em seguida, será apresentado o percurso da democracia portuguesa, o modo como as aspirações revolucionárias

foram colocadas de lado após o 25 de Novembro, quando as mobilizações sociais autónomas perderam a força e os dirigentes dos partidos no poder procuraram alinhar o país num 'modelo europeu', apresentado como a via para o progresso que permitiria superar os seus atrasos. Essa lógica de submissão voluntária, estabelecida como ortodoxia no sistema, viria mais tarde a contribuir para o acatamento das medidas impostas pela Troika.

As grandes manifestações portuguesas no período em estudo são depois enquadradas num ciclo internacional de "movimentos de crise", com anteriores dinâmicas de ativismo político que enfatizavam questões identitárias a virarem-se para mobilizações de base essencialmente materialista, alimentadas pelo crescimento de um sentimento de vulnerabilidade. As possibilidades que a Internet e o Facebook introduziram são apresentadas como instrumentos para a revitalização da esfera pública e o maior envolvimento dos cidadãos. Por último, descreve-se como a Internet passou a constituir-se como um novo campo etnográfico.

No segundo capítulo são descritos os critérios metodológicos determinados em função desses fatores. Esta tese debruça-se sobre um novo campo, tanto em termos de plataformas, uma vez que remete para um espaço híbrido de ativismo que mistura *on* e *offline*, como de objeto, pois as estruturas envolvidas eram ainda muito recentes e estavam a sofrer transformações profundas. A conceção do projeto foi mantida em aberto, tendo acabado por ser definida durante a fase inicial do trabalho de campo.

No terceiro capítulo é feito um mapeamento dos principais grupos e plataformas envolvidos na mobilização dos protestos anti-austeritários identificados durante o trabalho de campo. Segue-se, no quarto capítulo, a identificação do ciclo de protestos no desenrolar do trabalho de campo, com a gradual passagem da observação exterior aos mesmos para o envolvimento com o interior das estruturas, no âmbito da observação-participante e com a nova perceção que daí adveio.

No quinto capítulo, o período que vai do surgimento da GAR até ao início do declínio do QSLT é reconstituído com recurso a uma ampla apresentação de citações dos ativistas envolvidos; uma reconstituição que remete para dinâmicas de grupo depois analisadas no capítulo sexto.

O capítulo sétimo descreve os protestos anti-austeritários em Madrid, Atenas e Nova Iorque, comparando-os com os que tiveram lugar em Lisboa e referindo o modo como essas mobilizações vieram a afetar os quadros partidários nos diferentes países, provocando mudanças de fundo em

Espanha, com o surgimento do *Podemos*, e na Grécia, com a subida ao poder do *Syriza*. Analisam-se os fatores que fizeram com que em Portugal não ocorresse um processo similar.

No oitavo e último capítulo, os diferentes elementos são cruzados no sentido de se perceber os fatores associados ao crescimento e declínio das novas redes de ativismo e como esses elementos poderão influir em mudanças futuras.

CAPÍTULO I: ENQUADRAMENTO

1.1. Das crises do neoliberalismo ao entrincheiramento da Europa austeritária

A situação de resgate económico e consequente perda de soberania de Portugal no âmbito da aplicação do programa estabelecido pela Troika (Banco Central Europeu, Comissão Europeia e Fundo Monetário Internacional – FMI) entre meados de 2011 e meados de 2014, insere-se no desenvolvimento da crise do sistema financeiro que eclodiu em 2008 nos Estados Unidos. A falência do banco de investimentos norte-americano Lehman Brothers deu lugar à pior recessão económica desde a década de trinta do século passado. Na União Europeia, assumiu a forma de uma crise das dívidas soberanas, com o modelo de união económica e monetária a não atenuar muitos dos seus efeitos negativos e a aumentar a divergência económica entre os países do centro da Europa e os do sul.

A submissão a medidas altamente lesivas para as populações destes países ocorreu dentro do fechamento do espectro democrático, com a transferência de poderes para instituições transnacionais a servir para acentuar a aplicação de modelos económicos que se haviam tornado hegemónicos, ao longo de um processo desenvolvido durante décadas, que acabou por ser apresentado como a única via possível.

A crise ocorreu no quadro do sistema neoliberal de mercado livre global do capitalismo, que se tornara dominante nas três décadas após 1980 e que entrou em rutura à medida que a escala tóxica das dívidas se tornou evidente, o crédito e os empréstimos interbancários secaram, os investimentos desaceleraram e o desemprego cresceu. O sistema dos setores financeiros inflados, com bens especulativos largamente não relacionados com a economia real de bens e serviços, precipitaram a crise económica (Hall: 2013: 8)

O neoliberalismo contemporâneo colocou a ênfase na eficiência da competição do mercado. A teoria desenvolvida pela Escola de Economia de Chicago associou as distorções ao seu regular funcionamento às intervenções regulatórias estatais (Palley, 2005: 20). A intervenção estatal surgia assim como sinónimo de disfuncionalidade, e portanto devia ser evitada ou reduzida ao mínimo, pois o livre funcionamento dos mercados seria o modelo ideal, o de maior eficiência económica, que conduziria aos maiores níveis de prosperidade. Um caminho trilhado ao longo de décadas permitiu a gradual propagação e naturalização desse modelo.

Após a Segunda Guerra Mundial, começou por vigorar nas democracias ocidentais o keynesianismo macroeconómico, que defendia o controlo sobre os mercados. A intervenção estatal era justificada pela teoria de John Maynard Keynes segundo a qual, uma vez que o nível da atividade económica é determinado pelo nível da procura agregada, as economias capitalistas estão sujeitas a fraquezas periódicas, pois a procura e a oferta tendem a não ser iguais. Entre 1945 e 1970, o keynesianismo constitui o principal paradigma para a compreensão da atividade económica. Foi a era do desenvolvimento das ferramentas modernas para as políticas monetárias e fiscais. Foi também o período em que os sindicatos atingiram máximos históricos de implementação e em que as proteções sociais cresceram (Palley, 2005: 20, 21) na área da saúde, da educação, da habitação e nos apoios aos desempregados (Lapavitsas, 2005: 33).

A economia mista era definida pelo raciocínio de Keynes de que nas economias capitalistas a procura agregada era sistematicamente insuficiente perante a oferta agregada e, como tal, eram necessários investimentos públicos e medidas para reduzir o desemprego (Lapavitsas, 2005: 32).

A Guerra Fria forneceu um terreno fértil para a polarização da retórica económica, com a defesa dos mercados livres naturais que existem sem intervenção estatal (Palley, 2005: 22), a surgir em contraponto ao domínio estatal da economia planificada nos países do Bloco de Leste.

O apoio financeiro concedido pelos Estados Unidos à Europa Ocidental, no âmbito do Plano Marshall, contribuiu para a criação de emprego, contínuo desenvolvimento tecnológico e gradual emergência do consumo em massa, sustendo um *boom* económico sem precedentes na história do capitalismo. O sistema assentava na hegemonia norte-americana, exercida através de instituições nascidas do acordo de Bretton Woods, que fixava as taxas de câmbio: o FMI e o Banco Mundial. Apesar de a pobreza extrema e de as desigualdades continuarem a existir no mundo capitalista, a maioria dos trabalhadores nos Estados Unidos e nas democracias europeias podia esperar um emprego estável e o aumento dos seus ordenados ao longo da vida (Lapavitsas, 2005: 30, 31).

O choque petrolífero de 1973-1974 veio colocar em causa os sistemas de economia mista do pós-guerra, com a persistente combinação de elevado desemprego e inflação alta a abalar a teoria keynesiana. Os gastos públicos levaram a défices estatais persistentes e exacerbaram o fenómeno da crise global. O neoliberalismo irá crescer como uma reação dos Governos aos desastres económicos da segunda metade dos anos 1970. Na teoria económica predominante o keynesianismo é

substituído pelo monetarismo de Milton Friedman. A ascensão do neoliberalismo na teoria económica e política começou na segunda metade dos anos 1970, com a propagação da ideia de que os mercados livres fornecem os mecanismos ideais de organização para as economias capitalistas. Essa teoria tornou-se predominante em muitas universidades e em instituições como o FMI, Banco Mundial, bem como em Ministérios da Economia (Lapavitsas, 2005: 30, 33). Foi um ponto de viragem que permitiu às elites dos sistemas capitalistas aplicarem doutrinas que fizeram recuar a regulação estatal que assegurava alguma distribuição da riqueza e obtenção de direitos sociais.

A inflação, um problema endémico nos anos 70, foi tratada por Friedman como um puro fenómeno monetário, resultante de haver demasiado dinheiro em busca de bens escassos. Segundo a teoria de Friedman, não era possível os regimes combaterem simultaneamente a inflação e o desemprego, pois as economias capitalistas tinham uma taxa natural de desemprego e qualquer tentativa de corrigir isso levaria à inflação (Lapavitsas, 2005: 34).

Em lugar de ser um instrumento para a concretização de modelos ideais, a economia passava assim a surgir como uma ciência usada para naturalizar as desigualdades, apresentadas como incontornáveis. A naturalização das desigualdades, por sua vez, serviria de base para a veiculação de modelos de dominação social e política supostamente baseados em dados objetivos, despidos de ideologia e apenas assentes na racionalidade económica.

Era o ressuscitar de ideias que remontam a Adam Smith, o economista escocês que tinha atacado aquilo que encarava como o parasitismo mercantilista estatal, cujas receitas provinham de restrições ao comércio. Smith defendia que o comércio livre beneficiaria necessariamente todas as partes envolvidas (Clarke, 2005: 50).

A primeira fase do neoliberalismo global teve início em 1973, com o golpe de Estado de Pinochet, que, com os seus ‘Chicago boys’ (economistas chilenos formados na Universidade de Chicago) irá começar a implementar esse modelo no Chile, seguindo-se a Grã-Bretanha em 1979, com a eleição da primeira-ministra Margaret Thatcher, e dois anos depois os Estados Unidos com a eleição do Presidente Ronald Reagan (Munck, 2005: 62)².

² Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels referem que a classe com os meios de produção material à sua disposição tem de controlar ao mesmo tempo os meios de produção mental. O que corresponde à ideia de hegemonia de Gramsci. Através do controlo da cultura, da religião, da educação e dos *media* consegue disseminar valores, dando base a uma falsa consciência. A hegemonia pode ser aplicada pelo consentimento e seguimento passivo das classes subordinadas, mais do que através de sanções e coerção (Scott, 1985: 315, 316). O modelo neoliberal, cuja aplicação começou por ser experimentada no Chile com recurso à repressão militar ditatorial do regime de Pinochet, foi depois

Thatcher e Reagan inauguraram um período formal de dominação da política económica neoliberal, cuja aplicação se foi expandindo. Dentro dos países industrializados, houve uma conversão económica a políticas associadas ao modelo americano, que incluíam desregulamentação dos mercados financeiros, privatizações, redução de impostos, diminuição da área de atuação estatal, incluindo o enfraquecimento dos sistemas de proteção social, bem como dos sindicatos e da legislação laboral, abertura a bens internacionais e aos mercados de capitais, abandono da estratégia para o pleno emprego (Palley, 2005: 24, 25).

Na primeira metade dos anos 80, tanto o Reino Unido como os Estados Unidos falharam em restringir o crescimento da oferta de dinheiro. Os monetaristas exacerbaram a crise económica, levando ao tremendo aumento do desemprego. A inflação acabou por cair, mas só à custa de recessão económica, com a quebra do consumo e do investimento. O monetarismo de Friedman foi deixado de lado durante os anos 80 e o *mainstream* económico foi gradualmente dominado pela "nova economia clássica", associada primeiramente a Robert Lucas, outro economista de Chicago, que ressuscitou a Lei Say, segundo a qual não era concebível o excesso duradouro da oferta, logo o Estado devia-se abster de intervir, uma vez que a economia se autorregulava (Lapavistas, 2005: 34).

Todavia, os países desenvolvidos não abandonaram a prática de intervenção macroeconómica, fazendo-a sempre que as crises surgiam (algo regular nos anos 1980 e 1990), combinando políticas fiscais e monetárias (recorrendo a ferramentas keynesianas, apesar da sua adesão ao neoliberalismo, mas mantendo a ideia da impossibilidade do pleno emprego) (Lapavistas, 2005: 34).

Além disso, apesar de esses países apregoarem o comércio livre, as suas economias tinham-se desenvolvido com o apoio de fortes medidas protecionistas no comércio e outras formas de intervenção estatal. No fundo, as nações do comércio livre operam de modo semelhante à

transposto para regimes com formas de repressão e condicionamentos mais subtis, onde a ideia de um suposto rigor científico será propagada pelo ensino e pelos *mass media* junto da generalidade da opinião pública – através do controle dos meios de produção mental. Num cenário de maior interiorização da dominação, apesar da suposta liberdade, a opressão irá surgir a um nível menos consciencializado. O consentimento e o seguimento passivo das classes subordinadas continuará, no entanto, a ser complementado pelas sanções e coerção, apresentadas sob diversas formas. Nos momentos em que as desigualdades na distribuição da riqueza se tornam ainda mais acentuadas e em que é retirada às classes subordinadas parte dos "ganhos" que haviam contribuído para o seu acatamento ou mesmo apoio ao sistema que as domina, esses fatores voltarão a surgir de forma mais explícita. É o que acontecerá nos momentos em que os países entram em situação de rutura financeira e têm de recorrer a instituições internacionais como o FMI, o Banco Mundial e mais recentemente à Troika, que juntou as instâncias da União Europeia a essas instituições. Movendo-se acima das instituições eleitas democraticamente nos Estados-Nação, têm um papel chave dentro do sistema económico e financeiro que ajudaram a erguer, vão ficar na posição de impor sanções e medidas de coerção, conseguindo determinar a política económica de cima para baixo.

concorrência dentro de uma nação – favorecendo competitivamente os mais fortes sobre os mais fracos (Shaikh, 2005: 42, 43).

A defesa do modelo neoliberal surgiu como um instrumento de intrusão nos sistemas económicos e políticos de terceiros países e de dominação anglo-americana. A luta de classes estava deste modo ampliada e cruzada com a luta pela supremacia entre diferentes Estados-Nação, pelo domínio na obtenção de recursos e ganhos económicos.

A globalização ou a internacionalização da economia é um velho processo que já fora identificado por Marx no século XIX, mas com o neoliberalismo emergiram novos aspetos dela, nomeadamente a dívida insustentável da periferia (Duménil, 2005: 10).

O ajustamento estrutural foi o instrumento usado pelo Banco Mundial e pelo FMI para forçarem os países em desenvolvimento a alinharem pelo modelo americano, i.e. por aquilo que ficou conhecido como o Consenso de Washington: privatizações, desregulamentações, reformas fiscais (baixar as taxas para os grandes grupos), redução do défice, liberalização do comércio e do sistema financeiro (editorial de *Critical Public Health*, 2012: 257).

No final da sua primeira fase, em finais dos anos 80, a revolução neoliberal tinha-se tornado hegemónica. A segunda fase começou nos anos 90, com a intervenção estatal, até aí em recuo, a assumir outro tipo de lógica, em que volta a ter o papel de regulador, agora já não em defesa do bem comum mas em nome do projeto da globalização. O Estado passa a agir como um ator do mercado. A Terceira Via, posta em prática pelo Presidente norte-americano Bill Clinton e pelo primeiro-ministro britânico Tony Blair estendia a lógica do mercado ao domínio social, com a reforma dos apoios sociais, a regeneração urbana, a reforma do sistema penal e o controle dos migrantes. No sistema desenvolvido em finais do século XX designado por globalização, sociedade em rede ou sociedade da informação, o Estado passa a assumir-se como matriz para o processo de desenvolvimento do setor privado, como principal vetor do desenvolvimento e com regulação mínima. O capitalismo competitivo era visto como necessário para a democracia capitalista contra todos os totalitarismos de esquerda. A reformulação da tradicional relação entre os domínios privados e públicos foi feita em nome de uma política que era apresentada como meramente técnica e não ideológica (Munck, 2005: 62-65).

Nos anos 80, enquanto cresciam as dívidas nos países do Terceiro Mundo (servindo como

fator de pressão para a aplicação dos programas de ajustamento aos fundamentos macroeconómicos concebidos pelo FMI), no âmago do capitalismo, os partidos de esquerda ou tinham abandonado qualquer pretensão de transformação socialista ou enfrentavam o declínio eleitoral. (Colás, 2005: 77, 78). O colapso da União Soviética ajudaria a cimentar ainda o consenso de Washington (editorial de *Critical Public Health*, 2012: 257). Com a naturalização do mantra da globalização "é a única via", num processo que reproduzia e criava novas hierarquias socio-económicas e políticas (Colas, 2005: 70, 71), a classe capitalista transnacional faz uma aposta concertada nos anos 70 e 80 para criar um liberalismo desvinculado o que levou ao triunfo do discurso e prática da globalização neoliberal nos anos 90 (Munck, 2005: 61, 62).

O declínio económico e posterior desmoronamento dos regimes socialistas da Europa de Leste, na lógica bipolar da Segunda Guerra Mundial, foram utilizados para reforçar a ideia da via do "funcionamento livre do mercado" e do recuo das intervenções estatais como o único modelo possível para a prosperidade. Algo que irá restringir ainda mais as democracias da Europa ocidental, com a rotatividade governativa entre partidos de centro direita e centro esquerda a passar a ocorrer cada vez mais fechada dentro do espectro ideológico do neoliberalismo.

Na Europa ocidental, onde os processos de privatização do Estado Social e de redução da área de atuação estatal já vinham a ter lugar na maioria dos países desde os anos 70, nos anos 80 e início dos 90 os partidos conservadores obtiveram apoio das classes médias em muitos países, ganhando eleições sob o slogan: deixem as forças do mercado agirem livremente – conceção concretizada num programa restritivo, que cortava salários e gastos sociais, desregulamentava os mercados (incluindo o laboral), privatizava empresas públicas. Quando as promessas de prosperidade não se materializaram, as ideologias liberais tiveram menos aceitação pública, e em vários países a direita, em meados dos anos 90, perdeu as eleições para partidos de centro esquerda. Mas a mudança de governos não levou a significativas mudanças económicas ou de políticas sociais. E os políticos de centro-esquerda revelaram-se à imagem de conservadores moderados, neoliberais de rosto humano, persistindo no mesmo ideário político, em nome da obtenção da unidade económica, monetária e política dos Estados-Membros. O processo de integração europeia surgia assim associado à implementação e manutenção de estratégias neoliberais (Milios 2005: 208, 209).

À medida que a integração europeia avançava, a base de legitimidade democrática nos

Estados-Membros ia diminuindo. A transferência e condicionamento dos poderes decisórios por instituições transnacionais e oligarquias políticas que iriam impor os seus modelos conduziu ao acentuar das desigualdades nos diferentes Estados.

O Tratado de Maastricht, que estabeleceu critérios de convergência económica para a terceira e última fase da união monetária, com o lançamento da moeda única, estabelecia como precondições a manutenção da inflação baixa e de défices baixos nos Estados-Membros. A União Europeia dava assim primazia ao controle da inflação, em detrimento da aposta no crescimento, do combate ao desemprego ou da melhoria do Estado Social (Milios, 2005: 209, 210, 212).

Na segunda fase da vaga neoliberal, os grandes grupos económicos tinham adotado estratégias que lhes permitiram continuar a acumulação de capital baixando os custos de produção (tecnologia e *outsourcing*), abrindo novos mercados (redução das barreiras transfronteiriças) e aumentando a financeirização da economia (tecnologias digitais, desregulamentação bancária e remoção do controle de capitais). A economia global continuou a crescer mas a um nível mais lento do que nos anos 60 e de forma muito mais instável, com subseqüentes crises regionais (editorial de *Critical Public Health*, 2012: 258).

A recente crise do sistema financeiro veio em sequência da deslocalização da produção que levou a fluxos de investimento maciços para países de mão de obra barata, nomeadamente a China. Países exportadores como esse acumularam amplas reservas de dólares. As instituições financeiras colocaram muito do seu novo capital no investimento em câmbios, ações e bens imobiliários, descobrindo que era mais rápido e fácil fazer dinheiro do dinheiro, do que emprestando-o à ‘economia real’ de produção e consumo. O regime britânico e o norte-americano tornaram-se dois pesos pesados, remetendo grande parte do seu futuro económico para a financeirização e para a sinuosa bolha de empréstimos dos bancos que contribuiu para um consumo desenfreado, assente no endividamento, no imobiliário e nos bens baratos importados da China, e que levou ao declínio dos trabalhadores, das suas indústrias, e das suas classes médias. A toxicidade dos títulos financeiros do imobiliário, empréstimos transformados em instrumentos de investimento, permitiu aos bancos deslocarem os seus riscos financeiros para terceiros. Os Estados, fundos de pensões e outros bancos por todo o mundo (tanto na Europa como nos EUA) entraram no esquema, apoiados em parte pela credibilidade conferida pelas agências de *rating* privadas (editorial de *Critical Public Health*, 2012: 258, 259).

O neoliberalismo dá lugar a sistemas instáveis de acumulação dominados pela finança, que não conduzem a processos de crescimento sustentável, mas a regimes de acumulação, cujo crescimento assenta em bolhas financeiras e no aumento da dívida imobiliária (crescimento assente na dívida). Enquanto os países anglo-saxónicos e do sul da Europa tiveram crescimentos assentes na dívida, países como a China, Japão e Alemanha tiveram crescimentos assentes na exportação (Stockhammer, 2014: 1, 8).

As diferenças entre ricos e pobres cresceram ao longo das últimas três décadas nos países mais desenvolvidos. O 1% mais rico da população mundial conseguiu aumentar significativamente a sua riqueza, segundo dados da OCDE divulgados em 2015 (Pereira, 2015). As *offshores* e os fluxos transnacionais de capital permitiram aos mais privilegiados diminuir muito significativamente a tributação fiscal dos Estados-Nação onde operam, deixando de dar um contributo para um crescimento socialmente sustentável. A situação levou a que mesmo nos países com crescimentos assentes na dívida, especialmente atingidos pela recessão, as elites tivessem maior capacidade de escapar ao seu impacto. As crises levaram ao aumento ainda maior da desigualdade social e da receita neoliberal para as combater – que passou pela diminuição de salários, das garantias laborais consagradas na lei e das garantias do Estado Social – que criam uma situação ainda mais desfavorável para a generalidade da população.

O carácter global do neoliberalismo tomou a forma de uma nova forma de imperialismo financeiro, cuja dinâmica chave tem sido a busca planetária de novos ativos para especular. Novas classes dominantes globais emergiram: industriais líderes mundiais, empresários, diretores de grandes grupos, novos especuladores transnacionais, diretores de grandes instituições financeiras, operadores de fundos de investimento. O neoliberalismo conseguiu sedimentar-se no imaginário ocidental, tornando-se tão naturalizado que a abertura de novas arenas para criar lucro parece apenas ser de senso comum, com os proprietários e setores dominantes dos *media* e seus respetivos comentadores a reforçarem esta perspetiva (Hall, 2013: 10, 16-18).

Uma mudança tectónica está a ocorrer com a emergência da China e de outros BRIC (sigla que congrega as iniciais de Brasil, Rússia, Índia e China, países que têm conhecido nos tempos recentes um salto económico, ainda que no caso do Brasil e da Rússia essa tendência tenha entretanto declinado), estando a alcançar maior capacidade de fazerem reivindicações no palco mundial, e a colocar em causa a hegemonia económica dos Estados Unidos (Hall, 2013: 11, 15). O

desequilíbrio entre a China e os Estados Unidos tem sido ao mesmo tempo central e complementar, e uma crescente fonte de instabilidade (Hall, 2013: 11).

A desregulação financeira, o crescimento das desigualdades e as imparidades internacionais conduziram a uma situação que começou a desmoronar em 2007 com o colapso do mercado imobiliário norte-americano, levando a quebras no crédito, recessão, resgates do Estado, investimentos em contraciclo. O Estado competitivo deu então lugar ao Estado investidor, à medida que os Estados Unidos e os países da Europa se tornavam nos maiores acionistas. Os défices públicos foram criados para cobrir os riscos assumidos pelo setor financeiro privado, numa situação de desequilíbrio que mostrou que o verdadeiro intuito do neoliberalismo nunca foi eliminar o Estado, mas sim dominá-lo (editorial de *Critical Public Health*, 2012: 259).

O facto de os Estados e os bancos centrais dos países ricos não terem deixado cair o sistema financeiro impediu que a crise de 2008 tivesse dado lugar a uma depressão tão grave como a de 1929, mas as finanças públicas estão num estado lamentável e as perspetivas de crescimento parecem ter ficado fortemente condicionadas a longo prazo, nomeadamente na Europa, imobilizada numa interminável crise da dívida pública" (Piketty, 2014: 709).

Inicialmente, a crise atingiu tanto os países endividados como os exportadores, mas estes últimos recuperaram mais rapidamente. Nos Estados Unidos, a crise teve como resposta uma política fiscal de contraciclo moderada e uma política monetária agressiva, dando lugar a uma recuperação fraca. Na Europa a reação foi menos anti-cíclica, seguindo uma doutrina mais rígida (Stockhammer, 2014: 9, 10).

A crise da zona euro foi um dos elos fracos da estrutura global. A sua arquitetura financeira falhou na resposta aos países menos desenvolvidos da União Europeia e os poderes da euro-elite (sobretudo a Troika) tentaram atirar as culpas do desastre para alguns países, virando pessoas contra pessoas (Hall, 2013: 11).

A crise económica e financeira expôs e intensificou as fraturas dentro da zona euro, uma moeda sem um estado soberano à mesma escala, o que resultou numa fraca capacidade de lidar com tensões, de modo a que o trabalho e as condições sociais não surgissem como as principais variáveis nas crises de ajustamento. O euro consolidou a divisão entre os países credores do norte e os devedores do sul. A coexistência dos modelos assentes no crédito e em modelos assentes na

exportação levou os credores a ganharem supremacia, impondo medidas deflacionárias que aumentam o desemprego (Rodrigues, 201: 189, 191). A crise conduziu a uma acentuada divergência económica entre os países como a Alemanha e os países endividados do sul (Stockhammer, 2014: 0).

O crescimento destes dois regimes pode ser observado nos diversos pontos do mundo, mas na Europa a sua emergência esteve intimamente ligada ao processo de integração segundo linhas neoliberais. O neoliberalismo coloca o mercado numa posição de superioridade e a desregulamentação financeira contribuiu para os fluxos financeiros (Stockhammer, 2014: 1)

Ao separar o dinheiro (bancos centrais) e os governos, a União Europeia criou uma situação muito insustentável, que mina a capacidade dos Estados-Nação estabelecerem compromissos sociais. A política da União Europeia enfraqueceu fatalmente os Estados-Nação sem criar um Estado-Europeu. Este enfraquecimento dos Estados-Nação serviu os interesses das elites dos vários países que conseguiram implementar a nível europeu políticas neoliberais que não teriam conseguido aceitação popular a um nível nacional. A União Europeia serviu para impor constrangimentos económicos no quadro da atividade económica dos Estados-Nação (Stockhammer, 2014: 0, 2, 6).

O Tratado de Maastricht e o Pacto de Estabilidade e Crescimento criaram uma prioridade anti-inflação, com restrições na política fiscal, sem oferecerem mecanismos de ajustamento para as imparidades a que deram lugar. A forma como a União Europeia lidou com a crise está relacionada com o regime específico de política neoliberal que o euro estabilizou. As imparidades existentes entre os países com excedentes comerciais e os países com deficits criaram uma disposição deflacionária em que o fardo do ajustamento recai sobre o último grupo (Stockhammer, 2014: 4-6).

A necessidade do resgate expôs a fragilidade da economia portuguesa (Magone, 2014: 2). A economia permanece essencialmente baseada num padrão de especialização de produtos e processos com baixa tecnologia, má organização e com recursos de fraca qualificação. Um modelo incapaz de gerar produtividade sustentável, a que se somou a valorização da moeda. (Rodrigues, 2012: 198).

Portugal, tal como Espanha, já possuía uma economia alinhada pela lógica das teorias económicas liberais quando aderiu à Comunidade Económica e Monetária em 1986, mas o seu reduzido e subdesenvolvido mercado funcionava de forma protegida até então (Magone, 2014: 195,

196). Os fundos comunitários, investidos em infraestruturas, como autoestradas, contribuíram para a dinamização da economia, assim como a abertura do mercado europeu deu possibilidade ao país de aumentar as suas exportações.

O país conseguiu crescer substancialmente até 92, mas depois disso o seu crescimento económico passou a estar baseado no consumo dos setores público e privado, um *boom* que acabaria com a chegada do novo milénio. A debilidade da economia levava a que as exportações assentassem no recurso à mão de obra barata e no controlo de câmbio, vantagens competitivas que desapareceram com a adesão à união monetária e económica (Magone, 2014: 207).

Para satisfazer os critérios de Maastricht, que exerciam pressão para a valorização do escudo desde os anos 90, os dois principais partidos, PSD e PS, reestruturaram a economia, com os processos de privatizações e maior liberalização financeira a surgirem inseridos nos esforços para reconstruir o capital financeiro português, favorecendo a emergência dos bancos privados. Entre 1993 e 2003, o país teve o ciclo mais intenso de privatizações (Rodrigues, 2012:195, 196, 197).

O setor bancário beneficiou das relações assimétricas com os trabalhadores endividados e as pequenas e médias empresas fortemente dependentes do crédito. O surgimento das exportações da China para a União Europeia foi sentido de modo particularmente forte em segmentos do capital industrial português. As pequenas e médias empresas já estavam enfraquecidas desde o processo de desindustrialização nos anos 90. A abertura ao leste europeu também abriu novos mercados de trabalho para as multinacionais, o que levou à retração do investimento estrangeiro direto desde meados dos anos 90 (Rodrigues, 2012: 197, 198). Entretanto, Portugal era ultrapassado por países que tinham mão de obra ainda mais barata, o que se acentuou com a valorização do escudo e posterior adesão ao euro, dificultando ainda mais as exportações.

De meados dos anos 90 até à primeira década do euro, as famílias e as empresas portuguesas passaram de níveis de endividamento abaixo da média europeia para níveis de topo, similares aos do Reino Unido e da Irlanda. O mercado financeiro contribuiu para tal (Rodrigues, 2012: 196), incentivando ao consumo.

Essa situação conduzirá ao gorar de expetativas que se encontram no âmago do surgimento das manifestações da GAR, tendo continuidade quando o programa de austeridade leva ao corte do nível de vida e de garantias do Estado Social, fomentando os subsequentes protestos.

A trajetória portuguesa levou a que desde 1999 e até 2008 fosse o único caso, dentro dos países da zona de coesão, a falhar na aproximação do seu PIB à média do euro. Portugal entrara no Euro com uma taxa de câmbio já demasiado apreciada e uma economia desequilibrada (Rodrigues, 2012: 194, 195).

Durante o período de resgate económico, em nome da redução do défice, fizeram-se ainda mais privatizações de setores estratégicos – como o energético, com a venda da EDP. As inúmeras medidas aplicadas num curto período de tempo foram acompanhadas por um agravamento da situação, tanto social como económica. O défice orçamental passou de 4,4% em 2011 para 6,4% em 2012, 4,9% em 2013 e 7,2% em 2014, quando o limite acordado com a Troika foi de 5%. A dívida pública não parou de crescer durante este período, escalando dos 111,4 do PIB em 2011 para os 130,6% registados em 2014. Apesar disso, as medidas determinadas pela Troika continuaram a ser aplicadas pelo Governo português com afínco, sob o pretexto de constituírem a única via. A crise financeira foi usada por muitos Governos ocidentais para entrincheirar ainda mais o modelo neoliberal, servindo de álibi para acentuar a reestruturação do Estado e da sociedade dentro da lógica do mercado (Hall, 2013: 9, 10).

O neoliberalismo recorre ao poder estatal para impor os supostos imperativos do mercado, num processo doméstico que será replicado internacionalmente pela globalização (Saad-Filho, 2005: 4). Mas mais do que uma réplica o processo ocorre de dentro para fora, com organizações que operam acima das instituições dos Estados-Nação a ditarem os constrangimentos económicos nacionais e conseguindo deste modo minar a legitimidade democrática dos seus regimes. "A política pragmática que foi posta em prática em sequência da crise de 2008 permitiu sem dúvida evitar o pior, mas não trouxe verdadeiramente uma resposta durável para os problemas estruturais que a tornaram possível, em particular a gritante falta de transparência financeira e a subida das desigualdades. A crise de 2008 surge como a primeira crise do capitalismo patrimonial globalizado do século XXI. É pouco provável que seja a última" (Piketty, 2014: 710).

1.2. Medidas austeritárias em Portugal: uma lógica de naturalização do neoliberalismo

O pedido de ajuda externa para a aplicação do programa da Troika em meados de 2011 surgiu em sequência da contínua subida das taxas de juro da dívida portuguesa. A situação já levava

a uma mudança radical na política nacional desde 2010, quando o país começou a aplicar medidas de austeridade para conter a subida do défice e da dívida pública, tentando satisfazer as exigências da União Europeia e a pressão dos mercados internacionais, de modo a evitar que o país seguisse o caminho da Grécia, que logo nesse ano teve de pedir o auxílio da Troika. Apesar das sucessivas aplicações de programas de medidas de austeridade, os juros continuaram a subir, numa espiral de efeitos em cadeia que levavam à aplicação de mais medidas. Em março de 2011, o PSD e restantes partidos da oposição inviabilizaram a aprovação das medidas do quarto Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC IV), o que provocou uma situação de rutura, acabando por levar o país a pedir o estabelecimento do programa de resgate económico da Troika e à queda do Governo PS.

A enorme adesão às manifestações da GAR de 12 de março de 2011 ocorre num momento em que a situação de vulnerabilidade perante a crescente precarização laboral era ainda mais potenciada pelo impacto da aplicação de medidas de austeridade. Situação que levava ao crescimento do descontentamento com a generalidade da classe política. As forças políticas da oposição, em especial o PSD, conseguiram contudo capitalizar os protestos em seu favor, aproveitando o aumento da pressão para a queda do Governo PS.

As eleições legislativas antecipadas dão lugar à formação de um novo Governo de coligação PSD/CDS-PP. Apesar de ter votado contra as medidas de austeridade do PEC IV, o PSD situa-se mais próximo das linhas austeritárias neoliberais determinadas pela Troika, que irá aplicar com especial afinco.

O início da aplicação do programa de austeridade em Portugal, em meados de 2011, foi acompanhado por um discurso dominante dos partidos do poder e de comentadores dos *mass media* que elogiavam essa intervenção, considerando-a como desejável e benéfica para o país, não apenas para assegurar a necessidade de financiamento mas para fazer face ao que viam como a incapacidade dos portugueses de gerirem as contas públicas e privadas. O auxílio vindo do exterior era encarado como disciplinador, num quadro de uma suposta superioridade/inferioridade em relação às capacidades de gestão e de planeamento económico. O discurso do norte da Europa, que justificava a crise das dívidas soberanas dos países do sul da Europa com o seu despesismo e falta de produtividade, era deste modo aceite e interiorizado. A sua intervenção iria ajudar-nos a "pôr as nossas contas em ordem". O que permitia aos governantes portugueses apresentarem sem pudor medidas que iam "mais longe do que a Troika" na reforma do país e das suas instituições estatais,

apesar do pesadíssimo custo e do empobrecimento que acarretavam para grande parte da população.

O modo como ocorrera a integração nas instâncias europeias e a posterior perda gradual de autonomia, dentro do contexto sócio-político e histórico português, contribuiu para a aceitação desta perspetiva. A europeização foi apresentada como a via para o desenvolvimento e prosperidade de uma democracia recente, para um país ainda a recuperar do fechamento da ditadura do Estado Novo.

Portugal, assim como a Espanha e a Grécia, surge inserido no início de uma terceira vaga de democratizações, que teve lugar em meados dos anos 70. O processo de transição destes países foi repentino, em contraste com as mudanças socioeconómicas e culturais. Os regimes políticos podem mudar de autocracias para democracias repentinamente, mas as sociedades precisam de décadas para se moverem da pobreza para a prosperidade, bem assim como de uma cultura que enfatiza os valores de sobrevivência para uma que enfatize os da autoexpressão (Inglehart, 2005: 212)

Até ao fim do regime do Estado Novo, o país fora mantido numa situação de isolacionismo em relação às restantes potências ocidentais, que condenavam a sua insistência em manter colónias africanas e a consequente guerra. O desenvolvimento do Estado Social só começou a ocorrer no pós 25 de Abril de 1974, já em contra-ciclo, numa altura em que na Europa ocidental se começava a caminhar para cortes nos direitos anteriormente adquiridos.

Boaventura Sousa Santos refere que a forma precária e limitada como decorreu a implementação desse Estado Social contribuiu para que posteriormente houvesse menor contestação aos cortes dos direitos que dele advieram (Santos, 1990: 254, 255). Algo que ocorre no contexto de uma sociedade civil débil, fruto de uma herança de décadas de submissão sem protesto a poderes discricionários do Estado.

O sucesso do Movimento das Forças Armadas (MFA) no 25 de Abril levava ao crescimento da sociedade civil. Surgiram movimentos espontâneos em muitas cidades e em zonas rurais (depressa mobilizados pelos partidos que se encontravam no extremo esquerdo do espectro político), desde comissões de moradores e de trabalhadores, às unidades coletivas de produção criadas no Alentejo (Magone, 2014: 158, 159). As instituições do período revolucionário precisavam contudo de proteção e apoio do Estado, tanto em termos de financiamento como de legislação, algo que não foi mantido após o 25 de Novembro, e uma sociedade civil forte não

emergiu desse período, observando-se uma estagnação (Magone, 2014: 160).

A 25 de novembro de 1975, quando o general Ramalho Eanes conteve a tentativa de golpe de Estado da extrema-esquerda em nome das forças moderadas do MFA, o processo revolucionário foi abruptamente travado, afastando o país de modelos socialistas.

Após 1976, o período revolucionário passaria a ser encarado negativamente pelas forças de centro direita – o que levou a uma grande divisão na sociedade portuguesa. A Constituição definia Portugal como um país em direção a uma sociedade sem classes, jargão marxista que foi retirado na segunda revisão constitucional em 1989, num contexto de ajustamento à economia de mercado liberal do mercado único europeu (Magone, 2014: 160), mas que já anteriormente não correspondia à linha política que o país estava a seguir. No pós-revolução tiveram lugar diversas nacionalizações, nomeadamente do setor bancário, mas essa tendência seria revertida após o 25 de Novembro.

O fim da "alternativa socialista" e a reconstituição do Estado numa lógica capitalista neoliberal foram apresentadas como remédios para os efeitos perversos de um passado estatizante recente (Santos, 1990: 111) e verificaram-se à margem dos princípios inscritos na Constituição de 1976, que só gradual e parcialmente têm vindo a ser alterados, o que também contribui para que ainda hoje persista a discrepância entre o legal e o efetivamente praticado, já anteriormente fomentada pelo Estado Novo.

As aspirações revolucionárias e de mudanças que libertassem a sociedade civil de uma lógica de submissão perante o Estado seriam asfixiadas no pós 25 de Novembro, numa normalização hierarquizada das relações sociais, que conheceria continuidade e seria reforçada com a integração no espaço comunitário europeu.

A adesão do país à Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986 surge como um reforço de um caminho já anteriormente iniciado, o da implementação de um modelo de capitalismo liberal, dentro de um alinhamento que surgia em contraponto com as vias socialistas de economia planificada do então bloco de leste europeu.

Após o fim do Império Colonial, e com renegociação do seu papel no sistema mundial, que passou pela adesão à CEE, atual União Europeia, Portugal continuou a ter uma posição semiperiférica, uma entidade social 'anómala' que tem simultaneamente características do primeiro

e do terceiro mundo (Santos, 1990: 105-107). Da hegemonia da burguesia agrária do Estado Novo e posterior surgimento de uma burguesia industrial, para a terciarização da maior parte da sua população já no pós-25 de Abril, Portugal nunca chegou a conseguir desenvolver suficientemente a sua economia para assegurar o Estado-providência, à imagem do sistema das democracias centrais (Santos, 1990: 18-19, 219).

Passou a seguir uma lógica de uma sociedade de consumo e de acumulação capitalista, mas onde a satisfação dos interesses de amplos setores da população não se deve a altos níveis de produção, mas antes a mecanismos compensatórios informais (Santos, 1990: 109). A política económica portuguesa semiperiférica apenas possui alguns elementos semelhantes aos dos Estados membros centrais. A taxa de desigualdade só é ultrapassada na União Europeia pela Roménia e Bulgária. A mobilidade social não mudou significativamente pelo menos desde os anos 1990, apresentando-se como uma sociedade paralisada (Magone, 2014: 3).

"Nas sociedades periféricas as redes de solidariedade atuam a um nível micro-social e têm pouca capacidade para se generalizarem. Ao nível macro-social estas sociedades são 'abstratas' porque internamente desarticuladas e geram frequentemente situações em que, apesar disso, não há consensos nem ações concertadas" (Santos, 1990: 256), o que contribui para que mesmo num contexto económico e social adverso ocorra uma fraca mobilização popular.

Entre 1986 e 1993 Portugal teve autonomia governativa, mas esta foi depois reduzida devido ao Tratado de Maastricht. O Ato Único Europeu, ratificado em 1987, e o Tratado de Maastricht ratificado em 1993, criam pressão sobre os Estados membros para que um grande número de diretivas fossem aplicadas num curto período de tempo. A europeização surge como um processo assimétrico do topo para baixo (Magone, 2014: 5, 10,11)

As elites políticas administrativas paternalistas e patronais absorveram e integraram as exigências do processo político europeu. Os líderes políticos portugueses consideram que a soberania de Portugal a nível individual já não existe, é partilhada com a União Europeia, tendo passado de país independente a país interdependente. A ligação externa à UE tem sido perseguida pelas elites políticas sem aparente reflexão real sobre as suas implicações para o país – sobre como afetam a qualidade de vida da população (Magone, 2014: 1, 13, 14). Será necessário também ter em conta que essa abdicação permite aos dirigentes políticos nacionais afastarem de si, em certa

medida, o ónus da tomada de decisões estratégicas com pesadas consequências para a população. Mais do que uma "demissão" e resignação, a perda de soberania terá um efeito estratégico que vai ao encontro dos seus propósitos. Na medida em que permite a concretização de linhas políticas que estão em sintonia com a sua ideologia (como se verificou durante a aplicação do programa da Troika com o Governo PSD/CDS-PP) mas eles dificilmente teriam capacidade para a aplicar, se não tivesse sido fruto de um condicionamento exterior às instituições nacionais.

O funcionamento do Estado à margem da vontade social, e a desvinculação da tomada de decisões políticas a uma base de apoio popular, é algo que esteve muito presente ao longo da história da democracia portuguesa, levando a que esta situação fosse mais facilmente aceite. Boaventura Sousa Santos refere como a estrutura administrativa do Estado Novo nunca chegou a ser verdadeiramente reformada – dando lugar a uma dualidade de poderes, com estruturas paralelas do Estado que seguiam o ideário revolucionário e passavam ao lado da resistência à mudança burocrática e ideológica, da administração pública tradicional – e que com o fim do período revolucionário, se procurou pôr termo à paralisia do Estado e recuperar a sua autoridade, desmoralizando os movimentos sociais populares, neutralizando as forças políticas mais radicais e disciplinando as forças armadas. Sem que o Estado tenha conseguido alguma vez transformar a sua legitimidade processual em hegemonia social. Apesar do regime político ter conseguido manter a legitimidade democrática, não foi capaz de construir um novo bloco no poder suficientemente hegemónico para imprimir uma direção política ao uso dessa legitimidade. Mesmo a criação de políticas e direitos sociais ocorreu de modo desvinculado de um pacto social, nunca chegando a serem verdadeiramente interiorizados, quer pela administração pública, quer pelos seus destinatários, o que favoreceu que posteriormente fosse facilmente tolerada a desvalorização das prestações sociais (Santos, 1990: 33-41).

Apesar de Portugal ser uma democracia bem sucedida em termos de procedimentos democráticos, a democracia permanece demasiado fraca em termos de participação no processo político, sobretudo dada a incapacidade da sociedade civil em controlar significativamente as instituições estatais (Magone, 2014: 5).

Nos países do sul do Europa como Portugal, que mantiveram regimes autoritários até a uma fase mais tardia, verificou-se a ausência da transposição das desigualdades sociais para conflitos políticos, devido à fraca organização institucional dos intermediários. Os partidos de massas

tiveram um papel central na consolidação estrutural dos sistemas partidários da Europa Ocidental, mas nas novas democracias, os partidos carecem de capacidades organizacionais para estabilizarem o sistema partidário (Van Bieber, 2003: 36, 37). Os partidos políticos encontraram-se desde o início entrincheirados nas novas instituições políticas do Estado, dependendo de um generoso sistema público que criaram para si próprios. O país é muito controlado por uma partidocracia, em particular com ligações aos dois maiores partidos PS e PSD (Magone, 2014: 87).

No período revolucionário, a disputa entre partidos políticos e as forças politicamente radicalizadas do MFA foi um elemento chave na estruturação do sistema partidário. O forte apoio do PCP ao MFA e as experiências de democracia de raiz levadas a cabo por partidos heterogéneos de extrema-esquerda levaram à alienação de partidos mais moderados. Existe uma falta de clivagens ideológicas nas subculturas institucionalizadas, sobretudo na área do PS e do PSD, cujo eleitorado é bastante volátil (Magone, 2014: 87).

Portugal procurou seguir um caminho de suposta mimetização dos modelos de democracias existentes na Europa Ocidental, mas a falta de dinâmicas autónomas da sociedade civil refletiu-se no modo como os partidos políticos foram criados de base, dando lugar a uma forte dependência do Estado e a uma clientelização em torno dos partidos que chegaram ao poder, sobretudo do PS e do PSD, mas também do CDS-PP (que integrou algumas coligações governativas). Os partidos mais à esquerda, o PCP e o BE, mantiveram-se fora desta lógica, por não terem integrado nenhum Governo, arredados desse sistema de clientelismo e das soluções políticas que moveram o país para o sistema neoliberal. O que também significou que, até ao pacto estabelecido com o Governo PS em 2015, permaneceram numa posição de mera oposição. Fora das soluções de Governo, apenas foram capazes de exercer alguma influência no poder central através de pactos parlamentares pontuais. O PCP também manteve influência nos meios sindicais, por via da sua ligação à CGTP, algo que se manifestou em formas de luta como as greves e nas posições que assumiu em negociações de acordos de concertação social.

Desde os anos 80, as associações da sociedade civil têm se tornado mais interligadas aos sectores económicos públicos e privados. A filosofia administrativa de aproximar a governação de associações civis fortes, que se tornam parcialmente responsáveis por áreas políticas específicas, torna mais problemática a separação entre a sociedade civil autónoma e o Estado (ou o Governo). Algo complexo num país como Portugal onde a sociedade civil sempre foi fraca e subordinada ao

Estado – devido ao período particularmente longo de autoritarismo entre 1926 e 1974. Dentro do modelo português de governação periférico, o setor público tende a dominar, por vezes subsidiando mesmo as associações da sociedade civil (Magone, 2014: 157, 158).

Os níveis de associação são de 25-30% nas últimas décadas, números em linha com os dos países do sul da Europa e muito abaixo dos valores registados no norte. A sociedade civil em Portugal é primeiramente restrita a uma minoria de classe média urbana com alto nível de instrução. A maioria da população portuguesa evita participar em associações de médio ou longo prazo, particularmente quando implicam custos financeiros ou de tempo (Magone, 2014: 161).

Um sistema desequilibrado, em que a apatia participativa é complementada por uma partidocracia, é apontado como resultado de uma transição especialmente rápida e abrupta do modelo político autoritário do Estado Novo – cujo modo de funcionamento visava a despolitização e subordinação, não deixando espaço a movimentos autónomos da sociedade civil (Cruz, 1995: 107, 299).

O golpe de Estado do 25 de Abril, acompanhado por largo apoio popular, surge como uma situação típica de regimes autoritários que se estenderam no tempo, não dando espaço para o surgimento de suficientes camadas de democratas para efetuarem a mudança, acabando deste modo os democratas por surgirem com a democracia e não o inverso (Schmitter, 1999: 449).

Após uma fase de alguma efervescência política e participativa no pós 25 de Abril (durante o qual aumentou o número de associações, ainda assim mantendo-se a níveis baixos para os parâmetros internacionais), seguiu-se um desapontamento das aspirações revolucionárias (Schmitter, 1999: 450). Diminuiu a conflitualidade, mas também o interesse e a participação política, primeiro com o declínio de organizações da sociedade civil, como as associações, e a partir de meados dos anos 80 com a gradual diminuição das filiações em sindicatos e partidos políticos e o aumento da volatilidade do voto (Cruz, 1995: 310-315).

Portugal continua a ser um dos países da UE com piores indicadores no sistema educativo, que falha em criar cidadãos auto-confiantes. A estrutura inadequada do sistema educativo é um dos grandes fatores que contribuem para as desigualdades na sociedade portuguesa, com repercussões na saúde, qualidade de vida e de habitação (Magone, 2014: 162).

Os portugueses aspiram aproximar-se da identidade mais competitiva que atribuem aos norte-europeus, segundo indicam os resultados de dois inquéritos nacionais levados a cabo em 1992 e 1997. A orientação moral das estratégias identitárias dos portugueses surgem sob o primado do familiarismo social, que privilegia a qualidade das relações sociais sobre a orientação de ganhos narcísicos individualistas ou políticos, em contraponto com a busca de dominação política ou identitária atribuída aos povos do norte da Europa. Este quadro vai buscar resíduos históricos identitários do confronto iluminista e positivista entre os povos predominantemente protestantes do centro-norte da Europa, aos predominantemente católicos do sul, em que os primeiros seguiriam uma orientação familiarista transcendental e os segundos uma orientação transformadora do real (Bastos, 2013: 37-40).

Os baixos níveis de educação também levam a modos de pensamento paroquiais, refletidos nos altos níveis de investimento nas redes familiares. Portugal ainda conta com um "familiarismo amoral", que enfatiza a sobrevivência da família em relação ao ambiente ameaçador com o qual tem de se lutar diariamente. Os padrões socioeconómicos também podem explicar a manutenção de alto nível de desconfiança interpessoal na sociedade portuguesa, a tendência para se retirar da sociedade e investir mais fortemente nas redes familiares. Num comportamento cívico similar ao encontrado em outras sociedades do sul da Europa (Magone, 2014: 163, 164).

Almond e Verba diferenciam três tipos de cultura da sociedade civil: provincial ou provinciana, súbdita e participante (Almond, 1989: 16-20). A categorização é realizada numa obra em que se efetua a análise da cultura política de cinco países, que não inclui Portugal, mas Magone fez a sua transposição para o contexto português e considerou que o país possui uma sociedade civil que produziu uma cultura política fraca, que mistura os três tipos mas é predominantemente de súbditos, com a maioria da população tendente a ser passiva nos assuntos políticos (Magone, 2014: 171)³.

A falta de atores desafiadores dá demasiado poder ao governo central e mina o *feedback* dado por estes atores – investimentos sobretudo em infraestruturas como autoestradas e portos, em detrimento dos recursos humanos, inovação e desenvolvimento (Magone, 2014: 201).

A "cultura de massas" e uma espécie de "individualismo" são apontados como fatores que

³ Dados relativos à década entre 1992 e 2002 dão conta de questões sociais e educativas como motivadoras da maior parte das ações coletivas e de protesto em Portugal, de pendor marcadamente localista (Oliveira Mendes, 2005: 110).

arrefeceram o ânimo associativo" do pós 25 de Abril, levando a que as estruturas e mecanismos criados pelos poderes políticos para obter a colaboração dos cidadãos não dessem os frutos esperados (Barreto, 2002: 57). Dentro de um quadro de um paternalismo estatal e da extrema ausência de autonomia, em Portugal verificou-se mesmo a situação *sui generis* de ser o Estado a procurar fomentar a existência de organizações da sociedade civil.

Com características de algum paroquialismo e de pouco cosmopolitismo, apesar do sentimento de pouca representatividade e capacidade de influência nas estruturas estatais, os portugueses denotavam elevados sentimentos de pertença ao país, um nacionalismo que foi transposto e reformulado dando azo, na altura da entrada do país na CEE, a um europeísmo (Cruz, 1995: 447, 450, 451) estratégico.

Uma sociedade civil sem grande iniciativa ou capacidade de fazer pressão sobre o aparelho do Estado e os seus dirigentes políticos nasce de uma herança do Estado Novo e de uma rápida transição para a democracia em que apenas durante um curto período houve maior dinamização participativa. Após o 25 de Novembro de 1975, o afastamento das tendências socialistas e o alinhamento num sistema de capitalismo neoliberal ocorreu dentro duma dinâmica de funcionamento do topo para baixo, uma lógica que foi depois expandida para as instâncias europeias, com a integração e posterior avanço do processo europeu e consequente cedência de poderes dos diferentes Estados-membros.

Em especial após 1995, o ciclo de reivindicações na área dos protestos laborais fechara-se no país, entrando numa década de declínio progressivo, com cada vez menos pessoas a participarem em protestos (Accornero, 2015: 401).

A abstenção eleitoral aumentou, em especial entre os jovens, indo ao encontro de uma tendência registada nas democracias consolidadas, com o crescimento do sentimento de não-representatividade dentro do sistema político (Cabral, 2000: 91. 93), do distanciamento da população em relação à classe política e do desagrado com o funcionamento do sistema democrático (Pinto, 2011: 3, 4, 26). Inglehart e Welzel discordam que o aumento da abstenção corresponda a um aumento da inércia, considerando antes ser um sinal de uma viragem de formas de participação política mais burocratizadas e dirigidas para elites, para formas de participação mais expressivas e desafiadoras das elites, numa atitude de aumento da crítica relativamente à autoridade

institucionalizada no geral e da autoridade política em particula (Inglehart, 2005: 116, 117). Mas no caso do nosso país, a prevalência dos valores de sobrevivência poderá estar ligada a que também não se registem significativos aumentos de iniciativas de contestação política mais direta, de forma continuada.

Dados de inquéritos nacionais levados a cabo em 2008 e 2013 (antes do período do resgate económico, e já cerca de dois anos após o seu início) mostraram que passou de 82% para 86% o número daqueles que consideram que os partidos se criticam muito uns aos outros, mas são todos iguais; aumentou de 57% para 82% o número daqueles que acreditam que os partidos só servem para dividir as pessoas; e que diminuiu de 73% para 62% o número daqueles que concordam que sem partidos não pode haver democracia; ao mesmo tempo que se manteve bastante alto (de 77% para 72% o número daqueles que pensam que os partidos são necessários para que as pessoas participem na vida política. Realçando a ambiguidade na forma como os partidos são encarados, Maria da Conceição Pequito Teixeira considera que os dados mostram que ao mesmo tempo que têm diminuído os apoios específicos, ao regime, instituições e atores, apesar desse descontentamento os apoios difusos ao sistema democrático manteve-se, existindo um reservatório de atitudes de boa vontade, que não permite que a estabilidade do regime esteja em causa no imediato⁴.

Inglehart e Welzel frisam ainda que por vezes as motivações para a democracia são apenas instrumentais, no sentido de que se pensa que trará progresso económico, não havendo contudo uma motivação intrínseca (não se valorizando a democracia civil e as liberdades políticas como fins em si próprios). Algo que torna o sistema mais vulnerável, podendo facilmente dar lugar a uma democracia apenas formal e não efetiva. (Inglehart, 2005; 119)

O facto da 'europeização' ter sido encarada como uma solução para um atraso nacional que era fruto da herança do Estado Novo, e para a reduzida dimensão a que o país ficara limitado após a independência das colónias africanas, a que se somava a fuga dos modelos socialistas, defendida por parte da sociedade, na lógica de alinhamento pelo modelo de capitalismo neoliberal (que eram apresentadas como os dois modelos existentes, tendo um deles posteriormente desmoronado), contribuiu para a mais fácil aceitação da perda de soberania e das medidas impostas pela Troika. Tal como permitiu que as medidas de austeridade fossem aplicadas em nome de critérios técnicos

⁴ Dados apresentados na intervenção de Maria da Conceição Pequito Teixeira nas III Jornadas de Ciência Política do ISCTE-IUL – "Movimentos Sociais, Partidos e Democracia", a 16 de maio de 2013

"despolitizados", num quadro hegemónico em que era apresentada como a única via para lidar com a crise da dívida soberana.

A contestação às medidas de austeridade conheceu um crescendo, tendo dado um salto quantitativo a partir de 2011, com a convocação dos protestos a partir de grupos e plataformas de ativismo, o que contribuiu para obter uma base de apoio mais alargada para as manifestações, numa altura em que se acentuavam as medidas que levavam ao empobrecimento da população. Mas, a partir de meados de 2013, os movimentos sociais e os sindicatos e partidos não conseguiram evitar o declínio dos protestos, apesar do programa da Troika se encontrar em plena aplicação.

1.3. A viragem para as cidadanias nacionais na busca de refúgios face à propagação dos efeitos da crise financeira de 2008

Os protestos que ocorreram em Portugal entre a GAR e o QSLT estiveram inseridos numa vaga internacional denominada por Donatella della Porta como "movimentos de crise" (crise económica e política) que começou com as revoltas na Islândia em 2008 (della Porta, 2015a: 2, 3):

Outubro de 2008 – início dos protestos semanais em frente ao parlamento da Islândia; 25 de janeiro de 2011 – início dos protestos na Praça Tahrir, Cairo, Egito; 12 de março de 2011 – manifestação da GAR em Lisboa, Portugal; 15 de maio de 2011 – início da Acampada nas Portas do Sol em Madrid, Espanha; 28 de maio de 2011 – início da Acampada na Praça Syntagma, Atenas, Grécia; 17 de setembro – início do OWS, Nova Iorque, Estados Unidos.

Todos estes momentos foram marcantes na abertura de ciclos de protesto nos respetivos países, num contexto de grande contágio dos reportórios de contestação que deram lugar a dinâmicas diferenciadas. Anteriores dinâmicas haviam levado a que as diferenças nacionais se tivessem apagado e dado lugar a "movimentos sociais globais" (Tilly, 2007: 21-22), mas com as mudanças ocorridas neste período essa tendência já não se verificou. No discurso popular há pouco entendimento de como os problemas do quotidiano se ligam a estruturas mais amplas (Hall, 2013: 19). "Os grupos sociais subalternos não lutam por ideias abstratas" (Godinho, 2017: 352) e apesar de estarem inseridas numa crise estrutural do neoliberalismo global, os protestos tenderam a ter alvos mais localizados. A mudança ocorrida neste período foi no sentido inverso ao dos movimentos

globais, verificando-se o recentramento das contestações nos palcos domésticos, a reivindicação da recuperação das bases dos sistemas democráticos nos diferentes Estados-Nações.

No contexto das democracias ocidentais dominadas pelo capitalismo neoliberal, o Estado-Nação passou a estar cada vez mais despojado de poder, o qual se evaporou na realidade dos fluxos supra-nacionais do capital-global, na rede de produção global. Criando um paradoxo no coração da sociedade democrática capitalista: os representantes eleitos – dos quais ainda se espera que oiçam as necessidades dos constituintes – estão condicionados pelos constrangimentos estruturais impostos pela globalização e a financiarização, tornando-se por isso cada vez mais incapazes de o fazerem, o que leva a um sentimento de não representatividade (Roos, 2015: 122).

Em reação a essa realidade de complexos condicionamentos transnacionais que contornaram as instituições democráticas e determinaram medidas de empobrecimentos das populações, as grandes mobilizações populares foram no sentido inverso, da reação direta a alvos mais próximos, reivindicando uma relegitimação das instituições democráticas de base.

Desde a crise financeira global de 2008, registava-se um aumento da insatisfação com a democracia na Europa, com a perceção pelos cidadãos da perda de soberania e a deterioração económica. O surgimento de movimentos de indignados em países como Portugal, Espanha e Grécia ocorre na sequência do aumento do descontentamento com o modo de funcionamento da democracia (Armingeon, K. & Guthmann, 2013: 3, 4, 10). Naquilo que surgiu designado como a esfera pós-política, a democracia representativa está intimamente ligada à economia liberal e é mobilizada como forma de restringir o debate público sobre a ordem social, sobre o neoliberalismo e sobre o Estado liberal (Fominaya, 2017: 3). As reações contestatárias surgiram à revelia dessa suposta ausência de alternativas, em que a naturalização dos critérios neoliberais no senso comum permitiu apresentá-los em nome de uma suposta tecnicidade, que procurou dar uma aparência despolitizada ao ideário neoliberal.

A crise do sistema norte-americano de 2008 propagou-se à Europa na forma de uma crise das dívidas soberanas, que colocou os diferentes países em situação de ainda maior dependência e vulnerabilidade, de perda de soberania, perante instâncias internacionais que impuseram medidas austeritárias de cortes nos Estados Sociais. Apesar de as mobilizações ocorrerem dentro de diferentes quadros nacionais, todas contaram com o elemento comum de as redes da Internet terem

tido um papel fulcral no desenvolvimento de dinâmicas autónomas aos atores políticos usuais que atraíram um número muito amplo de participantes.

As redes sociais da Internet também tiveram um importante papel na difusão de imaginários, símbolos, ideais de um país para o outro e dentro do próprio país. A difusão das táticas de protesto e de ideais passam também a poder ter destaque em *sites* alternativos como o *Indymedia* (Mattoni, 2015: 282-283). Circuitos que vão para lá das narrativas e atitudes predominantes no *mainstream* veiculado nos *mass media* e que passam a assumir um papel no desenvolvimento de movimentos contra-hegemónicos.

Muitos ativistas começaram a reportar diretamente o que estava a acontecer nos protestos, nomeadamente através de *live streamings* (Castells, 2015: 178, 179). Este tipo de estratégia – ao denunciar em direto abusos das autoridades policiais, procurava dissuadir este tipo de comportamento e ao mesmo tempo apelava a que outros ativistas se juntassem aos protestos que estavam a ser asfixiados – teve especial relevo nos Estados Unidos, mas também em Espanha, enquanto em Portugal teve bastante menor dimensão.

Os *mass media* começaram por ignorar inicialmente as Acampadas mas acabaram por as tornar visíveis uma vez que as praças estavam cheias de gente (Castells, 2015:123).

O neoliberalismo descurara a proteção social e os bens coletivos, desde os cuidados de saúde ao emprego. A globalização levava ao aumento da importância das forças de mercado globais, ao mesmo tempo que limitou a importância dos atores estatais. Países periféricos da zona euro – Grécia, Portugal, Islândia, Chipre e Espanha – tornaram-se alvo de ataques dos especuladores. As ameaças criam pressão sobre os países do sul da Europa para que aceitem programas de resgate e levem mais longe a implementação de medidas neo-liberais (Kousis, 2015: 138, 139).

O aumento do desemprego, a ansiedade relacionada com o trabalho e um sentimento crescente de insegurança social, minou a fé nos representantes políticos (European Social Survey in Roos, 2015: 124). A vulnerabilidade dos cidadãos comuns surgiu como um fator capaz de ligar diversas subjetividades políticas, desde eco-feministas a ativistas sindicais, juntando velhos e Novos Movimentos Sociais apesar das suas diferenças. Os participantes nas Acampadas ou no movimento *Occupy*, o equivalente surgido nos Estados Unidos, partilharam o sentimento de vulnerabilidade, de incapacidade de se adaptarem a choques vários (económicos, sociais, ambientais), com essa

vulnerabilidade a inibir a sua mobilidade social ascendente, levando-os a desenvolverem uma retórica anti-elite (Fadaee, 2014: 778,779).

Em Espanha, as pessoas descreviam a sua vulnerabilidade financeira como uma morte civil, que remetia para uma situação de vergonha, isolamento, nervosismo e exclusão social (Gonick, 2016: 217). Um dos aspetos fundamentais na distinção do discurso do 15M⁵ para moldar uma identidade coletiva foi a aposta num antagonismo identitário, num 'nós' elástico, ambíguo, aberto e inclusivo, constituído em torno de noções de 'nós' as pessoas e cidadãos comuns, ao mesmo tempo que o movimento teve um papel crucial ao definir o 'eles' contra quem se mobilizavam (Fominaya, 2017: 14).

Os movimentos de crise ou anti-austeritários do sul da Europa enfatizaram a cidadania como uma arma de oposição às oligarquias e ao entrincheiramento no poder das elites políticas e económicas do neoliberalismo (Gerbaudo, 2017: 37). Para romper com as restrições e a apatia, os ativistas/cidadãos não pediram menos política, mas mais política. Saíram às praças para fazê-lo. A lógica dos ativistas espanhóis era "nós não somos anti-sistema, o sistema é anti-nós". Afirmaram-se como contra-hegemónicos quando procuraram uma rutura com o consenso 'pós-político' em torno da ordem neoliberal, que constrangia o Estado e a democracia representativa. Surgiram dentro de uma crise da legitimidade da democracia representativa localizada primariamente no quadro do Estado-Nação (Fominaya, 2017: 4, 9, 15). Face à crise financeira e ao condicionamento transnacional, o regresso ao Estado-Nação e ao cidadão como sujeito político central surgiram numa tentativa de contraposição e de resgate da legitimação democrática do sistema político.

Nos estudos desenvolvidos sobre os anteriores movimentos de ativismo político alter-globalização foram apontados três elementos da mobilização internacional: internalização – conflitos de origem externa têm efeitos no território doméstico; difusão – adoção ou adaptação de formas organizacionais, de ação coletiva e de objetivos; externalização – os movimentos tornam-se ativos internacionalmente (Tarrow, 2005: *in passim*).

Nos movimentos de crise que lhes sucederam verificaram-se sobretudo os primeiros dois elementos, com as redes de ativistas a virarem-se para os seus campos nacionais, dando lugar a uma

⁵ O movimento espoletado em Espanha com as Acampadas passou a ser denominado como movimento 15M, referente à data de 15 de maio de 2011 em que ocorreu a concentração inicial que daria lugar aos acampamentos de protesto

nova situação. A tendência global de descentramento dos sujeitos e organizações já vinha sendo testada desde a década de 90. A conectividade virtual contribuiu para uma mescla com redes de afinidade e micro-confiança, em coletivos mais heterogêneos e menos centrados num sujeito político claramente delimitado (Bringel, 2015: 70).

Dez anos após a emergência do Movimento Justiça Global, a nova vaga de protesto que varreu a Europa, em sequência da crise financeira, manteve a mesma linguagem cosmopolita, reivindicando direitos globais e culpando o capital financeiro global, mas o grau de coordenação transnacional tornou-se mais baixo, dando mais importância à contestação aos governos nacionais (della Porta, 2012: 274, 275).

Enquanto no Movimento Justiça Global ativistas de países ricos frequentemente se mobilizavam em nome de outros menos afortunados e longínquos, após o *crash* de 2008 estas injustiças tornaram-se visíveis e próximas. As pessoas já não se mobilizam em nome de um outro abstrato mas em nome delas próprias, das suas famílias e dos seus cidadãos. Os alvos prioritários passam do supranacional e das instituições intergovernamentais, tais como o Banco Mundial e o FMI, para alvos específicos de nível nacional: as oligarquias políticas e financeiras (Fominaya, 2017: 5) Reagindo a medidas austeritárias que os afetam diretamente, passaram a estar em maior sintonia com uma ampla camada da população do seu país, mas desviaram-se dos anteriores alvos, apesar destes terem passado a condicionar ainda mais os seus espectros nacionais.

Muitos ativistas dos protestos de Seattle de novembro de 1999 contra a Cimeira da Organização Mundial do Comércio ainda continuavam ativos e trouxeram as suas visões associadas à participação radical na democracia. No anterior movimento inúmeras associações, em parte locais, em parte globais, convergiram para os protestos, criando redes em torno de causas como o desemprego, direitos de género, proteção ambiental, direitos humanos. Grupos enraizados sobretudo a nível local contribuíram, integrando redes e coligações transnacionais, com diversos ativistas a estabelecerem pontes entre o local e o global e vice-versa. Ocorreram grandes protestos sob a forma de contra cimeiras, assim como fóruns com visões alternativas sobre políticas mundiais, em torno da ideia de justiça global. Mas agora tal passa a ocorrer apenas de forma marginal. Se na altura era como que um aviso do pior que estava para vir para os grupos mais vulneráveis, neste segundo momento essa realidade já chegou (della Porta, 2015a: 4, 5).

Esta crise surge num contexto de condicionamento determinado por organizações internacionais como o FMI e a União Europeia, que já haviam sido os principais alvos dos anteriores protestos, mas agora a abordagem passa a ser a reivindicação do poder dos cidadãos dentro dos seus Estados-Nações, surgindo a soberania nacional como um desejado escudo protetor, o que dá aos diferentes protestos dimensões mais localizadas e diferenciadas.

A difusão internacional de reportórios é enorme, mas o nível de coordenação transnacional parece mais baixo. Passa a ocorrer um maior embrenhamento dos ativistas em organizações formais, mais assentes nas ligações entre sites de redes, plataformas de Internet e microblogues. Indivíduos sem anteriores filiações organizacionais e por vezes mesmo sem cultura política definida assumem um papel central. A lógica de rede na organização da mobilização foi em certa medida tomada pela lógica de agregação do nível individual dos manifestantes que se reconhecem num amplo leque de formas de ação coletiva – apresentam-se numa conceção unificada de "pessoas" – com referências ao sentido comum de indignação (della Porta, 2015a: 8-10).

Nas condições de esvaziamento da legitimidade democrática impostas pelo neoliberalismo, o poder está nas elites e nos especialistas, representando interesses empresariais. Os movimentos horizontais desafiam a retirada do poder aos cidadãos, que esteve por detrás da austeridade fiscal (Hayes, 2016: 29).

Os ativistas envolvidos nos movimentos de crise procuraram interagir com as dinâmicas espoletadas em reação ao impacto das medidas austeritárias sobre a generalidade da população. O que esteve em causa foi a capacidade de conseguirem projetar os movimentos defensivos para lutas por utopias, gerando mobilizações alargadas que dessem um novo horizonte capaz de romper com a hegemonia da suposta via única dos modelos neoliberais.

"O novo é, também o *ainda não* de Ernst Bloch, a utopia concreta que depende do esforço, da vontade, da capacidade de construir coletivos, por oposição à utopia abstrata, na espera de si, dependente do acaso, do aleatório, da sorte (...) Embora pareça um programa ingénuo, reencantar o mundo é dar-lhe um horizonte, porque ninguém sonha com o precário e o imediato (Godinho, 2017: 353).

1.4. Do enquadramento polarizado dos Novos Movimentos Sociais para os movimentos de crise

"Em sistemas de alta densidade de informação, os indivíduos devem possuir um certo grau de autonomia e de capacidades de aprendizagem e de ação que lhes permitam funcionar como unidades autoreguladas seguras" (Melucci, 1994: 101).

O descontentamento com as medidas austeritárias gerou uma vaga de mobilizações capaz de romper (pelo menos momentaneamente) com a atomização, gerando dinâmicas coletivas que estabeleciam pontes entre realidades sociais diversas. Os partidos e mesmo os sindicatos já haviam deixado de funcionar como principais pólos agregadores e as redes sociais da Internet passaram a surgir como um espaço privilegiado – mais fluido, heterogêneo e dentro das redes estabelecidas em práticas comunicacionais do quotidiano – para o espoletar de protestos políticos.

Tal surgiu como um desenvolvimento de novas formas de ação coletiva que surgiram nas sociedades industriais avançadas, trazendo mudanças estruturais (num processo cuja relevância foi evidenciada pela deslegitimação dos grandes partidos políticos na Europa, desde finais dos anos 80) e que haviam obrigado a uma reconceptualização em novas teorias dos movimentos sociais (Johnston, 1994: 3).

A imagem clássica dos movimentos sociais e da mobilização vem do século XIX, no âmbito dos movimentos de trabalhadores e do surgimento dos novos partidos políticos, no quadro do capitalismo industrial e da sua relação entre as forças de trabalho e do capital (Johnston, 1994: 4), dentro do qual surgiu na Europa uma nova consciência de condição social, de experiência partilhada, da importância da coletividade e da inclusão. Algo central nas teorias de Marx, que apresentam a classe como um todo (McDonald, 2006: 10) conceptual, clivado pela relação com os meios de produção e a construir a partir da desalinação, de uma tomada de consciência de classe e da organização do partido como vanguarda da classe operária.

Teóricos marxistas, entre outros, enfatizaram as origens de classe, ideologia, empenhamento e companheirismo – elementos que levaram à emergência dos movimentos sociais e da ação coletiva (Johnston, 1994: 4).

O consenso das democracias sociais na maioria da Europa Ocidental após a Segunda Guerra Mundial favoreceu a construção do Estado Social e a emergência de fortes movimentos 'corporatizados' de trabalhadores que desempenharam um importante papel na elaboração de políticas económicas e sociais (Foweraker, 1995: 14).

Grupos antinuclear, pacifistas, ecologistas, estudantis, LGBT, dos direitos das mulheres, de nacionalismos minoritários e de fundamentalismos religiosos surgidos na Europa e na América, a partir do final dos anos 60 e nas duas décadas seguintes, foram designados como Novos Movimentos Sociais, por resultarem de movimentações identitárias que se distinguiam dos partidos políticos e sindicatos, e por já não advirem de uma estrutura de classe homogênea ou dentro do quadro marxista da luta dos trabalhadores – lançando a perplexidade face a teorias direcionadas para compreender coletividades relativamente organizadas (Gusfield, 1994: 59). Ao mesmo tempo, a nova esquerda norte-americana e europeia também procurava ocupar esse terreno fora da perspectiva marxista da luta de classes (Turner, 1994: 87), lançando as Políticas da Identidade.

A abordagem de mobilização de recursos foi gerada nos Estados Unidos durante a década de 60 no âmbito da teoria de escolha racional, opondo-se à teoria do comportamento coletivo, que abordava as mobilizações coletivas como ações irracionais, espoletadas por crises e disfunções no sistema social. Segundo a abordagem de mobilização de recursos, a competição por recursos escassos é o principal elemento gerador dos movimentos sociais, com os seus atores a calcularem racionalmente as suas ações em função de potenciais ganhos e perdas. Numa perspectiva macro e funcionalista, autores como John McCarthy e Mayer Zald comparam os movimentos sociais a organizações económicas, numa perspectiva que coloca a competição por recursos como o elemento central para o seu surgimento e organização (Fuchs, 2006: 106).

Essa perspectiva de custo-benefício será criticada pela abordagem europeia dos Novos Movimentos Sociais por considerar que aquela não leva em conta fatores afetivos e as consequências da fricção entre a vida mundana e o sistema nas sociedades pós-industriais racionalizadas, onde, segundo Habermas, ocorre o aumento da racionalização e a sociedade civil é progressivamente colonizada pelas estruturas do Estado e da economia de mercado (Foweraker, 1995: 10). Argumentando que, embebida na lógica capitalista e dominada por fatores economicistas e de classe social, não consegue explicar a emergência dos Novos Movimentos Sociais, que reportam a questões como género, geração, etnicidade ou ambientalismo (Fuchs, 2006: 103).

A abordagem europeia dos Novos Movimentos Sociais surge de uma tradição estruturalista marxista europeia, de pensadores como Jürgen Habermas e Claus Offe, que foram influenciados pela Teoria Crítica da Escola de Frankfurt (Horkheimer, Adorno) e de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, vindos de uma tradição intelectual do estruturalismo marxista francês (Althusser, Balibar) (Fuchs, 2006: 103).

As teorias dos movimentos sociais surgem assim desenvolvidas na Esquerda em torno de um conflito. De um lado, surge o pensamento totalizante anglo-alemão (materializado na aliança Marx-Engels), estratificado, instrumental, global e centrado na questão do poder, da exploração e da alienação. Do outro, o pensamento emergente, norte-americano (mais 'humanista', categorial, menos intelectual e mais interacional e meso e microgrupal, e por isso multipolar, permeado pelas ideias de engenharia social, de crítica social e de aperfeiçoamento faseado e gradual – este com umas pitadas do pensamento anarquista francês dos fluxos e nomadologias de Deleuze-Guattari influenciando Appadurai), dando espaço à intervenção de atores, que na perspectiva anterior seriam subalternos (as mulheres) ou marginalizados (os étnicos). A recusa da subalternização e da marginalização não são 'economicistas' nem 'revolucionárias' e portanto não são utópicas, visando objetivos alcançáveis em poucas décadas.

Em meados dos anos 80 acentuou-se a distinção entre a abordagem americana e a europeia, tornando-se cada vez mais entendida como uma oposição entre o 'paradigma estratégico' e o 'paradigma identitário' (McDonald, 2006: 26). Com os primeiros a realçar a influência e a cultura dos lóbis, e os segundos as dinâmicas de grupos identitários e de classes sociais.

No âmbito da teoria europeia, Touraine, por sua vez, considera que a dessocialização da cultura de massa emerge da globalização, mas que nos leva também a defender a nossa identidade, colocando um dilema: "Ou vivemos juntos comunicando apenas de modo impessoal, por sinais técnicos, ou só comunicamos no interior das comunidades, que se fecham tanto mais sobre si próprias quanto mais se sentem ameaçadas por uma cultura de massa que lhes parece estranha" (Touraine, 1998: 16-17). As novas sociedades são caracterizadas por mudanças constantes e rápidas. O sujeito, anteriormente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, tornou-se cada vez mais fragmentado, composto de várias identidades, por vezes contraditórias e mal resolvidas (Hall, 1997: 12, 13). Os novos movimentos tendem a ser segmentados, difusos e diferenciados, com autonomia organizativa e elementos autoreferenciais (Johnston, 2006: 8,9).

O papel da reformulação de identidades, da cultura e da luta pela afirmação de códigos simbólicos surge como central nesses novos movimentos. Melucci enquadra-os como uma resposta a sistemas altamente diferenciados que exercem grande pressão para a integração. Sistemas onde o processamento, difusão e acumulação de informação passam a desempenhar o papel de um controle social difuso, com a criação de códigos a tornarem-se estruturantes no estabelecimento de relações, ligações e hierarquias (Melucci, 1994: 101, 102).

Essas novas formas de poder e opressão invadiram dimensões outrora privadas, como o corpo, a sexualidade, as relações afetivas ou mesmo subjetivas (processos cognitivos, motivos, desejos) e biológicas (Melucci, 1994: 101). Nesta óptica, para perceber os novos movimentos precisamos sair da categoria de grupo e de comunidade, realçar a importância dos rituais e do engajamento no mundo em intensas identificações afetivas (McDonald, 2006: 214-216).

O capitalismo moderno, que emergiu no século XIX, estabeleceu princípios de generalidade e equivalência nas formas então novas de organização das forças do trabalho. Os movimentos tradicionais foram gerados em reação a isso, com uma gramática onde singularidades e particularidades ameaçavam dividir (McDonald, 2006: 34). Bourdieu explicou como a representação e o simbólico estavam na génese dos grupos, com o trabalho dos líderes ou porta-vozes como elemento constitutivo, numa relação em que o coletivo se sobrepunha ao individual por imperativos morais (Bourdieu, 1985: 728- 737).

Como nota Castells, esse quadro económico, laboral e social foi profundamente alterado com a maior individualização dos padrões de trabalho e com a quebra da distinção entre o público e o privado, característica da sociedade em rede (Castells, 2000: 9-12, 20-22).

Os novos movimentos surgiram tentando ocupar o terreno intermédio da vida individual onde as pressões são exercidas. Tomando a forma de espaços onde a identidade coletiva é negociada, recomposta e unificada, em ligação à vida quotidiana. Enclaves de experimentações, de pequenos grupos, onde se elaboram novos códigos antagónicos aos dominantes, requerendo envolvimento dos seus atores, e que só se abrem ao exterior em torno de problemas específicos. Estas redes escondidas permitem múltiplas pertenças e não podem ser encaradas como fenómenos unitários, integrando elementos sincrónicos e diacrónicos e apresentando vários níveis de ação. Melucci defende que a análise, em lugar de os abordar como instrumentos para representar

interesses, devia procurar identificar os seus 'mecanismos' e 'dinâmicas' (Melucci, 1994: 101-127).

Gusfield considera, no entanto, que se a Teoria da Mobilização de Recursos enquadrava os movimentos sociais como 'ações sem atores', as teorias de Melucci apresentam-nos como 'atores sem ação'. Defende que é preciso distinguir movimentos lineares (sindicatos, movimentos de trabalhadores) e movimentos fluidos (miríade de ações da vida quotidiana, atos micro, menos públicos, mais difíceis de entender na ótica do sucesso ou do fracasso e implicando mudanças de valores e do modo como as realidades são concebidas). Os primeiros manifestam-se em arenas públicas e os segundos em arenas do quotidiano (Gusfield, 1994: 61-66). Mas se é questionável uma segmentação tão estanque dos diferentes movimentos nas correspondentes arenas, o Facebook inova no sentido em que esbate ainda mais as fronteiras entre o público e o privado, aumentando a sobreposição das duas arenas. Deste modo, as movimentações informes e imediatistas, manipuláveis pelo poder, corroem a ação finalista dos aparelhos organizativos da ação dialética.

O enquadramento dos Novos Movimentos Sociais no contexto global parece, contudo, marcado pela polarização atrás referida entre o pensamento anglo-germânico (velhos movimentos sociais, marxistas ou trabalhistas) e o pensamento norte-americano (Novos Movimentos Sociais, políticas da identidade), deixando de fora a cultura mediterrânica, subalternizada e conceptualizada como meramente 'atrasada' e não como diversa, o que leva a questionar a simples dicotomia anterior e a sua 'aplicação cega' ao que se tem passado na Ibéria e no norte de África e, nomeadamente em Portugal, divorciada da análise local.

Os recursos obviamente não se mobilizam por si, determinando em que direção e para que objetivos as forças sociais se vão mover. As atitudes predominantes entre a generalidade da população levam a que prefiram alguns objetivos em detrimento de outros (Inglehart, 2005: 211). A predominância dos valores de sobrevivência na sociedade portuguesa limitará o repertório e amplitude reivindicativa, em especial em formas de ação mais continuada, ocorrendo mais facilmente um recuo para as estruturas mais hierarquizadas, como os partidos políticos e sindicatos.

A relação com o Estado e as suas instituições não molda apenas o quadro geral em que os movimentos surgem e se movem, revelando-se potencialmente problemática. Os movimentos sociais podem apresentar-se como não contaminados pela política, mas caso queiram prosperar precisam de abdicar dessa ilusão e desenvolver um projeto político (Foweraker, 1995: 61, 62, 63).

Muitos movimentos tendem a assumir posições apolíticas e de independência. A manutenção dessa posição compromete a obtenção de conquistas e de objetivos específicos. Por outro lado, a maior definição do seu posicionamento e o estabelecimento de acordos e compromissos têm um potencial desagregador da sua base de apoio.

A teoria da auto-organização dos movimentos sociais considera que, em fase crítica de protestos, novos sistemas sociais de protesto emergem dos antigos, dependentes das velhas estruturas que não determinam a sua forma, conteúdo ou efeitos. A emergência de novos temas de protesto e de novos métodos, identidades, estruturas e formas organizacionais, começa como uma inovação singular que é largamente imitada, alastrando e transformando todo o sistema. A ideia remete para a reprodução do sistema com base na sua lógica interna (Fuchs, 2006: 101). Na Internet, com o hipertexto, esta dinâmica irá mais longe, apresentando-se como um infinito sistema auto-referencial. O ciberprotesto global tem um ordenamento mais policêntrico e menos definido pelo papel dos líderes, do que os velhos movimentos (Fuchs, 2006b: 277-283), produzindo efeitos reverberativos que progressivamente se extinguem. O apelo à greve no Egito em 2008, que espoletou um processo de revoltas e contestação enquadra-se nessa dinâmica.

Os movimentos sociais de base dos anos 80 passaram a coexistir nos anos 90 com Organizações Não Governamentais e com redes de movimentos sociais globais (Rigitano, 2003: 1). Estas organizações não governamentais podem ser criadas e manipuladas a partir de Estados Imperialistas, assumindo diferentes formas, nomeadamente ‘religiosas’ e desempenhar papéis cruciais de provocação de Governos autocráticos ou coloniais, como aconteceu regularmente no Terceiro Mundo.

A teoria do processo político – hegemónica na sociologia de língua inglesa – irá encarar os novos movimentos globais essencialmente como extensões de velhas formas de movimentos sociais, envolvendo novos tipos de alianças entre velhos e novos tipos de atores, situados no quadro do Estado-Nação, mas ao mesmo tempo numa arena global (McDonald, 2006: 19). A oposição entre comunalismo (baseado na religião, nação, territorialismo, género ou ambiente) e individualismo (consumismo, novos padrões de sociabilidade baseados em redes mais individualistas e o desejo de maior autonomia individual baseada nos auto-definidos projetos de vida) (Castells, 2007: 240) é uma dicotomia presente e eventualmente não resolvida nos novos movimentos.

A televisão e em especial a Internet levaram a um complexo processo de aprofundamento da globalização dos novos movimentos, para lá das fronteiras do Estado-Nação e das comunidades imaginadas, transpondo-os para fluxos e correntes mais amplas. A globalização e a descentralização do poder minou o terreno geográfico das tradições inventadas do Estado-Nação. No entanto, os contextos dos diferentes Estados-Nação ainda continuam a moldar diferentes cenários, dentro de um mundo globalizado, e a questão que a globalização levanta é se não vivemos num mundo mas em muitos mundos sobrepostos e interligados.

No caso português, é especialmente acentuada a descrença dos cidadãos em relação à generalidade das instituições, mas essa descrença estende-se também às instituições da sociedade civil, com níveis particularmente baixos de associativismo e de participação em iniciativas ou organizações coletivas (Schmitter, 1999: 455-465).

A passagem das antigas associações e antigas formas de participação (como a integração em partidos políticos e sindicatos) para novos movimentos foi encarada como algo desejável, "para corresponder às aspirações de uma sociedade democrática integrada na União Europeia" (Barreto, 2002: 56), mas os novos movimentos tardaram a surgir em Portugal e ocorreram com muito menor número do que na Europa (Cruz, 1995: 316).

Entre 1986 e 2000 o número de organizações sem fins lucrativos triplicou em Portugal (passando de 11950 para 36281), mas entre elas há uma preponderância de associações de âmbito mais tradicional, identificadas com os 'velhos' movimentos sociais, e a generalidade não tem sequer uma atuação de âmbito político. As associações culturais de cariz popular (cultural e recreio) e desportivas representam 27,5%, seguindo-se as associações patronais (14,8%), as associações humanitárias e de solidariedade (11,9%) e os sindicatos (10,6%). As associações políticas 2,1%, as de defesa do património ambiental 1%, as cívicas 0,9%, de consumidores/utentes 0,3%. As associações marcadas pelas novas temáticas da ação coletiva, para além do consumo e ambiente, quase não surgem percentualmente. Já nas relacionadas com identidades, figuram as de identidade juvenil (5%), regional/local (3,2%) e minorias étnicas (0,2%) (Cruz Martins, 2001: 96-98).

Um estudo sobre novos associativismos – com entrevistas aos protagonistas de um leque de grupos que vai desde minorias sexuais e étnicas, juvenis, aos direitos humanos e de solidariedade, ambiente, consumo e de investigação, à pedagogia e à participação dos pais – deu conta de que a

maior parte não trabalham como estruturas isoladas, procurando ganhar relevo através do trabalho em rede e da intervenção em espaços públicos, que surge como de importância primordial, muitos denotando a influência de movimentos europeus, em fase mais avançada de mobilização. Existe uma posição preponderante da classe média, média alta e de um nível de formação superior, com jovens, professores, e indivíduos ligados à educação. Para muitos, o 25 de Abril é uma referência em termos de repertório de ação. Alguns dirigentes tiveram fortes envolvimento no 'velho' paradigma político, como os partidos e sindicatos (Cruz Martins, 2003: 109-119).

Se o desabrochar dos movimentos sociais tradicionais só ocorrera com amplitude significativa em Portugal no pós 25 de Abril, o imberbe quadro dos novos movimentos surge como fortemente ancorado no 'velho' paradigma político, nomeadamente nas participações partidárias (Cruz Martins, 2003: 119; Oliveira Nunes, 2010: *in passim*).

A tese "Expressões Alter-globais na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?" dá conta do modo como decorreram as duas edições do Fórum Social Português, em 2003 e 2006, que surge como um caso sintomático do modo como os Novos Movimentos Sociais têm sido gerados em Portugal timidamente, dentro de uma cultura política débil, numa sociedade com pouca tradição de ativismo político, mas fortemente partidarizada (Oliveira Nunes, 2010: *in passim*).

O encontro surgiu como uma edição nacional do Fórum Social Mundial, que agregara os movimentos de alterglobalização gerados na sequência da manifestação de Seattle de 1999 e que tinha intrínseco um modelo organizativo à margem de estruturas partidárias. Em Portugal, contudo, esse espírito organizativo viria a ser adulterado, quando a organização permitiu que elementos do BE e do PCP participassem em nome dos seus partidos (Oliveira Nunes, 2010: *in passim*).

Na primeira edição, o encontro que reuniu 237 organizações e 2000 pessoas – entre associações sindicais, ambientalistas, de desenvolvimento local e cultural, organizações não governamentais ligadas aos direitos humanos e às questões do desenvolvimento, à defesa dos direitos LGBT, das mulheres e dos imigrantes – teve uma forte presença do BE e do PCP. Na segunda, realizada na área da autarquia comunista da Amadora, o BE não participou, passando o PCP a ter uma posição preponderante. O número de associações e indivíduos inscritos foi muito inferior à primeira edição (Oliveira Nunes, 2010: 17, 34). O Fórum Social Português não veio

entretanto a conhecer mais nenhuma edição.

É contudo de ter em conta que, embora a influência dos partidos nos fóruns sociais em Portugal tenha levado estes a desviarem-se da matriz original de funcionamento autónomo, o seu declínio não poderá apenas ser apontado a esse fator, tendo correspondido a uma tendência geral. Os fóruns sociais existiram dentro de um ciclo internacional de mobilizações contra as instituições do capitalismo neoliberal que veio depois a esmorecer. Uma herança que posteriormente influenciou os movimentos de crise, os quais ocorreram já no quadro mais localizado das contestações a instituições dos diferentes Estados-Nação.

Como vimos, a sociedade portuguesa é esmagadoramente uma sociedade onde são prevalente os valores de sobrevivência, mas existem contudo bolsas onde o pós-materialismo é dominante. Os dados do Eurobarómetro de 2008 indicam ainda que embora tenha um dos níveis mais baixos de pós-materialismo, apenas um terço da população é totalmente materialista. A maioria da população conjuga os dois quadros de valores (Magone, 2014: 161, 162).

Em sociedades com rendimentos mais altos as gerações mais jovens enfatizam mais os valores da auto-expressão do que as gerações mais velhas e os dados comparativos indicam que a diferença não estará relacionada com a mudança de atitudes em diferentes fases da vida (mostram mesmo que os valores que são predominantes quando se atinge a idade adulta tendem depois a ser sempre mantidos). A diferença dos valores predominantes estará relacionada com uma mudança intergeracional, com aqueles que cresceram com a sua sobrevivência assegurada a tenderem a valorizar mais a auto-expressão e a emancipação (Inglehart, 2005: 94). Essa mudança de valores demora a desenvolver-se e a sociedade portuguesa parecia também caminhar no sentido da transição para o aumento dos valores da autoexpressão.

No entanto, os desenvolvimentos recentes como o aumento do desemprego e as mudanças no Estado Social e consequente aumento da insegurança podem facilmente contribuir para o recrudescimento dos valores materialistas (não apenas em Portugal, mas na generalidade dos países) (Inglehart, 2005: 98).

A dicotomia da Abordagem norte-americana da Mobilização de Recursos e a Abordagem europeia dos Novos Movimentos Sociais não deixa só de fora particularidades dos países do sul da Europa como Portugal, como pode em certa medida revelar-se insuficiente e algo desadaptada para

enquadrar os movimentos de crise.

Nos anos 1960, o sociólogo Daniel Bell desenvolveu no livro *The End of Ideology* a ideia de que nos Estados Unidos já se deixara de aprofundar a crise económica e o conflito de classes. A classe trabalhadora industrial encolhera e a sociedade tornara-se mais dividida em termos de género, idade, etnias e linhas culturais. No seu entender, as "velhas ideologias" – que haviam emergido na Europa durante o século XIX, como "universalistas, humanistas e tornadas moda por intelectuais", e cuja força condutora era a igualdade social, o seu objetivo a liberdade e as suas ideias caracterizadas pela revolução, ação e transformação social – já haviam deixado de ter aplicabilidade (nos Estados Unidos e noutras sociedades capitalistas). A ideologia em termos limitados do marxismo já não era capaz de servir como ferramenta analítica. A ideologia entendida em termos da luta de classes já não era historicamente viável e a sociologia precisava de repensar os seus métodos de análise (Lloyd, 2003: 220-222).

Saltando temporalmente até a uma atualidade em que os teóricos ainda se encontram a digerir a vitória do Brexit e de Donald Trump nos Estados Unidos, vale a pena ir ao encontro da abordagem de Nancy Fraser que enquadra a decisão da saída do Reino Unido da União Europeia e da eleição de um populista de direita como Presidente dos Estados Unidos, como resultado de uma situação em que os eleitores ficaram limitados a escolher entre "o populismo reacionário e o neoliberalismo progressista". Desenvolvido nos Estados Unidos nas últimas três décadas a partir de Bill Clinton e transposto para o Reino Unido com Tony Blair, esse neoliberalismo progressista é apresentado como "uma aliança das correntes principais dos Novos Movimentos Sociais (feminismo, anti-racismo, multiculturalismo e direitos LGBTQ)" e do outro lado, serviços ligados ao capitalismo e à financiarização, como Wall Street, Silicon Valley e Hollywood. Isso permitiu que as "perspetivas individualistas liberais do progresso tenham gradualmente substituído os conceitos de emancipação mais alargados, anti-hierarquia, igualitários, sensíveis a classes e anti-capitalistas, que floresceram nas décadas de 1960 e 70". Ou seja uma combinação em que os ideais de emancipação surgem truncados em "formas letais de financiarização", levando os eleitores a rejeitarem o "cosmopolitismo liberal". A autora conclui que essa implosão da hegemonia liberal dever ser encarada como uma oportunidade de construir uma "nova esquerda" (Fraser, 2017, *in passim*).

Ainda numa fase embrionária do ciclo de movimentos da crise, a manutenção do

enquadramento dos Novos Movimentos Sociais começou a ser questionada por quem lançava novas categorizações, como os Novíssimos ou os Novos Novos Movimentos Sociais, para enquadrar o desenvolvimento das dinâmicas de ativismo político, nas quais os movimentos de jovens dão lugar a causas intergeracionais que cruzam os fatores culturais com os económicos (Feixa, 2009: 427).

Mas se a nova situação do aumento generalizado de vulnerabilidade remete para uma viragem mais materialista dos movimentos identitários, é de questionar até que ponto os fatores identitários estiveram de facto alguma vez verdadeiramente desvinculados das lutas de classes. A questão não faz com que deixe de ser pertinente ter em conta o historial de enquadramento teórico, porque ele surge em interação com os fenómenos estudados, tendo tido impacto sobre os mesmos, nomeadamente no surgimento de manifestações supostamente despolitizadas que vão ao encontro do alegado fim das ideologias. O enquadramento teórico surgiu desse modo estrategicamente operacionalizado, cruzando-se também com o campo das disputas entre os movimentos sociais ditos novos e os tradicionais. Por outro lado, mesmo que não desvinculado das contestações materialistas (que em países do sul da Europa como Portugal mantiveram sempre mais preponderância), esse enquadramento remete para um novo quadro social mais diversificado e complexo, que já não corresponde à estrutura de classes sociais da pós-revolução industrial. As novas mobilizações ocorrem em reação a situações de dominação e de ingerência que invadem os campos do foro privado, onde as esferas privada e pública se cruzam, assim como os campos nacionais, transnacionais e globais. Com as características da Internet a servirem para o desenvolvimento de permeabilidades e hibridizações, um veículo para a difusão de novos fluxos e cruzamentos de diferentes redes. A abordagem dos Novos Movimentos Sociais reforçava a suposta desvinculação das questões identitárias das questões de classe social, contribuindo desse modo para aumentar ainda mais a atomização social e a capacidade de uma luta coesa. Os sentimentos de vulnerabilidade e a viragem materialista que ocorre nos movimentos de crise surgiram como uma oportunidade de resgate de uma coesão social que fizesse frente à financiarização e ao "cosmopolitismo liberal", dentro de estruturas mais complexas e heterogêneas.

1.5. Facebook, Internet e revolução da esfera pública

A Internet começou a ser utilizada como uma infraestrutura que permitiu inovar a dinâmica dos movimentos sociais ao longo da década de 1990. O movimento político/espiritual chinês Falun

Gong – cujo líder Li Hongzhi, residindo em Nova Iorque, conseguiu mobilizar dezenas de milhões de seguidores que desafiaram o poder do Partido Comunista chinês – é apontado como um pioneiro (Castells, 2001: 168). Mas o caso que ganhou mais destaque, em meados da década, foi o do movimento Zapatista de Chiapas, que utilizou a rede para obter simpatias e apoio, à escala global, para a causa de reconhecimento dos direitos dos indígenas face ao estado mexicano, numa mudança estratégica do seu modo de atuação (Castells, 2001: 167; Castells 2001b: 88-102; McDonald, 2006: 15). Porém, considera-se que foram as manifestações de Seattle em 1999, em protesto contra a globalização neoliberal e as suas instituições, por ocasião de uma conferência da Organização Mundial do Comércio, que transpuseram verdadeiramente o uso da Internet para causas e movimentos para além do âmbito local (McDonald, 2006: 14).

A organização de campanhas *off* e *online*, o hacktivismo (que pode ir desde atos como o congestionamento intencional de sites até ao cibercrime) e a difusão de informações e propostas alternativas em novas redes de *media* independentes, são apontados como os três principais usos da rede para promoção de novas formas de ativismos (Rigitano, 2003: 3-8).

Os níveis de penetração que a Internet e as redes sociais *online* têm alcançado ao longo da segunda década do século XXI nas práticas quotidianas de grande parte da população mundial tornaram-se num importante veículo no desenvolvimento de relações sociais, mas também do modo como se passou a aceder à informação dos *mass media*. As redes sociais *online* contribuíram para que o acesso à informação dos meios de comunicação social passasse a ser feita em moldes menos passivos, quer pela possibilidade de republicação seletiva dos seus conteúdos, numa escolha que reflete as filiações identitárias e ideológicas, quer pela possibilidade de efetuar comentários sobre os mesmos. Críticas, comentários de apoio ou de repúdio, passaram a ser veiculados nas redes, por vezes criando efeitos em cadeia capazes de gerar ondas de indignação e protestos.

Com a Internet, os meios de comunicação de massas passam a coexistir com a *self*-comunicação massiva das redes, esta última numa estrutura mais horizontal que vai para lá do *mainstream* e das elites. Os dois modos de comunicação interagem e convergem, de modo nem sempre pacífico, com os *media* tradicionais a tentarem estar presentes nas novas redes, e com os atores destas a procurarem por vezes alcançar destaque nos meios de comunicação de massas, de modo a alargar o apoio e impacto das suas 'causas' (Castells, 2007: 248-255).

No quadro do que Castells denomina como sociedade em rede (onde a globalização tornou as velhas estruturas do Estado-Nação algo obsoletas, com a desorganização das bases da democracia liberal estabelecidas na Era Industrial, apesar de continuarem a ser a nossa principal referência, tanto em termos organizativos como a nível simbólico e emocional) a Internet veio responder à necessidade de afirmação de identidades mais individualizadas, em reação à descentralização do poder e a uma vida social e laboral menos linear (Castells, 2001c: 433; Castells 2007: 145-161, McDonald, 2006: 9-34).

A rede social Facebook é apresentada como potenciadora de microativismo (Marichal, 2010: *in passim*) dentro da mudança histórica da esfera pública na Era da Informação, onde novos *media*, como a Internet, surgem como infraestruturas de redes horizontais, que ultrapassam a unidirecionalidade dos *media mainstream* (Castells, 2007: 246).

Dadas as suas características de comunicação não presencial, o Facebook surge como um espaço para manifestação de identidades menos condicionadas pelas características físicas, permitindo projetar *selves* socialmente desejáveis (Zhao, 2008: 1817, 1828). O que leva alguns autores a questionarem o 'real' grau de envolvimento manifestado no Facebook. Não se estarão a criar laços mais fracos e uma maior passividade, por baixo de uma ilusão de ação política? (Haider, 2011: 2, 5) Os céticos consideram que as redes de cidadãos baseados na Internet, ao permitirem que muitos interesses diferentes e até contraditórios sejam discutidos a nível internacional, geram um engarrafamento de ideias, perspetivas e posições sobre o mundo, levando a que nunca se alcance qualquer meta. Numa posição contrária, teóricos de influência gramsciana e liberal acreditam no potencial de participação democrática dessas redes em arenas anteriormente monopolizadas pelo Estado (Rigitano, 2003: 2). Há também quem pense que as novas formas de interação baseadas no Facebook estão a desencadear um processo gradual que levará a mudanças de fundo na sociedade civil e na esfera pública, cujo impacto só será verdadeiramente sentido a médio e longo prazo (Haider, 2011: 5). Promovendo a exposição pública de dados do foro privado e o *voyeurismo*, o Facebook abre campo a que, numa atitude passiva, essas experiências sejam integradas num mundo interno de fantasia e imaginação, onde muitas pessoas passam grande parte do seu tempo (Miller, 2011: 172-177).

A rede social criada em 2004 por Mark Zuckerberg na Universidade de Harvard – no âmbito das relações hedonistas, de afirmação de status e de jogos passionais entre os estudantes

universitários – rapidamente cresceu, ganhando dimensão mundial e diversificando o tipo de utilizadores, bem como os usos que fazem da rede. Esta passou a ser utilizada em simultâneo para os mais diversos tipos de finalidades (Miller, 2010, 2011: *in passim*), como a frivolidade, a manifestação de ideologias e de identidades, assim como o seu uso estratégico face aos mais diversos sistemas políticos, a surgirem de modo sobreposto.

Em 2008, na Colômbia, uma página no Facebook contra os raptos levados a cabo pelas FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) conseguiu em apenas um mês uma manifestação com milhões de pessoas (Neumayer, 2008: 3; Miller, 2011: 187, 188).

Os telemóveis e mais tarde a Internet – com o Twitter, o YouTube e o Facebook – permitiram contornar a censura dos *mass media* no Egito e ser um complemento informativo na Tunísia, nomeadamente na monitorização de eleições, com cidadãos comuns a emergirem como novos atores que contribuíram para desencadear processos de democratização nestes países (Perna, 2012: *in passim*).

Os protestos populares que levariam à queda do regime de Hosni Mubarak foram desencadeados por Esraa Abdel Fattah, uma mulher de 27 anos que em março de 2008 criou uma página no Facebook para apoiar uma greve de trabalhadores da indústria têxtil, conseguindo em semanas um largo apoio que foi muito para lá da rede social (a que na altura ainda só uma pequena parte da população tinha acesso) (Faris, 2008: 1-3). A 'Primavera Árabe' não foi prevista pelos estudiosos, cujo foco de análise deixava de fora as novas redes onde a cultura da revolução se estava a desenvolver (Musleh, 2012: 15).

As vagas de protestos geradas no norte de África, no Egito e Tunísia, e posteriormente na Líbia, Marrocos e Argélia, apresentam diferenças entre si, acentuando-se ainda mais em países do sul da Europa, como Portugal, França, Itália e Espanha (Tejerina, 2012: 94). Enquanto a 'Primavera Árabe' nasceu no âmbito de lutas pela democratização dos regimes políticos e as redes descentralizadas da Internet permitiram, pelo menos na fase inicial, contornar o controlo de regimes autoritários, nos protestos do sul da Europa o *online* surgiu como um veículo capaz de permitir o estabelecimento de novas dinâmicas de inter-relações, em proximidade com o imediatismo das práticas do quotidiano e num contexto de grande heterogeneidade e complexidade social. Num momento mais intenso das medidas de austeridade, em sequência da crise no sistema neoliberal, a

Internet veio ao encontro do descontentamento e do sentimento de falta de representatividade dos dirigentes políticos, surgindo ao mesmo tempo como uma janela de saída para um sistema em que a esfera pública se encontrava fechada, sem espaço para um debate face ao domínio mediático da narrativa neoliberal.

A Internet e o Facebook têm tido um papel central na contestação dos movimentos de crise ao anti-capitalismo neoliberal. A magnitude alcançada pelas manifestações da GAR contribuiu para a abertura de um novo ciclo de protestos, com a expansão internacional dos novos modos de mobilização, grande propagação internacional dos reportórios e bases populares mais alargadas, mas mais circunscritas aos diferentes Estados-Nação, num cenário de contágios e influências recíprocas.

1.6. A Internet como um novo campo etnográfico

A inovação de repertório da utilização do Facebook para a convocação de protestos começou por remeter o projeto desta tese para uma etnografia da Internet, um campo bastante recente, com grande potencial e complexidade, que obrigam ao desenvolvimento de novas abordagens metodológicas. A posterior observação do objeto de estudo levou contudo a uma mudança (que esteve aliás em sintonia com a defendida em metodologias já desenvolvidas para esta área) no sentido de abordar o *on* e *offline* de uma forma integrada (em consonância com a íntima ligação existente entre ambos) e não como campos distintos.

A ideia de abordar a Internet como um campo autónomo iria ao encontro de algumas primeiras abordagens teóricas, que surgiam envoltas num grande entusiasmo e fascínio com o seu potencial, supostamente autónomo do mundo físico. Tal como aconteceu com tecnologias precedentes, a Internet comandou a imaginação do público (Costigan, 1999: XII). O ciberespaço criou fortes expectativas e visões revolucionárias de um novo mundo, em que o corpo ficaria obsoleto e a subjetividade destruída (Escobar, 1994: 216).

Esta visão popular, influenciada pelos presságios de autores de ficção científica, contaminou também a perspetiva das ciências, com os teóricos pós-modernos a enquadrarem o novo *medium* como algo gerado no sentido de levar mais longe uma sociedade cada vez mais fragmentada,

complexa e dinâmica, numa mudança que coloca a vida social em crise. A fragmentação dos conceitos da modernidade como o *self*, a sociedade e a cultura, acompanha uma perda da fé nas grandes narrativas da ciência e religião (Hine, 2000: 5-7). A tecnologia tem sido essencial para a aparência e consolidação das estruturas modernas.

Contudo, não se confirmaram as expectativas mais radicais. A ideia que a informação digital iria tirar lugar à forma material (Hine, 2000: 2) não se concretizou e o fascínio pelo ciberespaço esmoreceu (é notório, aliás, que hoje o termo caiu bastante em desuso). Manteve-se a certeza de que as novas comunicações eletrônicas trouxeram profundas mudanças que importa integrar nas ciências sociais. Robins defende que é preciso desmistificar-se a cultura virtual se queremos ter acesso às verdadeiras implicações que tem nas nossas vidas pessoais e coletivas. A Internet é encarada como um espaço para um escape utópico, fruto de uma alucinação consensual. Mas os usos quotidianos da Internet são mais interessantes, nuanceados, diferenciados e entediantes do que os futurologistas nos levaram a crer. As instituições que promovem as novas tecnologias existem neste mundo. E mais do que desenvolver fantasias sobre um ciberespaço onde existiria uma liberdade ilimitada para construção de *selves*, será mais proveitoso cruzar a análise com os debates e as crises identitárias existentes no mundo real e com a necessidade de resgate de coerências e continuidades identitárias perdidas, e tentar perceber o impacto que os novos *media* eletrónicos têm sobre a sociedade e sobre os processos de socialização (Robins, K, 1995: 136-149).

Todas as tecnologias são invenções culturais, no sentido do que trazem ao mundo. Emergem de condições culturais particulares e ajudam a criar outras (Escobar, 1994: 211). O progresso atinge as ciências sociais, mudando os seus paradigmas e colocando-lhe novas questões e desafios (os construtivistas, por exemplo, procuram saber por que emergem as tecnologias), assim como certas construções sociais, no que é encarado pelos seus críticos como uma forma irresponsável de relativismo, por não se preocupar em saber os efeitos que as tecnologias têm sobre as pessoas (Escobar, 1994: 212).

A Internet não é apenas uma tecnologia, mas um motor de mudança social que transformou os hábitos de trabalho, educação, relações sociais e, talvez mais importante que tudo, as esperanças e os sonhos (Jones, 1999: 2). Em lugar de o agente de mudança ser a tecnologia em si, os usos e entendimentos dela são centrais. O estudo das práticas quotidianas em torno da Internet surgiu, justamente, como forma de questionar as assunções inerentes às previsões de que ela traria um

futuro radicalmente diferente (Hine, 2000: 4).

Não imita o mundo 'real', cria um rápido, novo, imediato mundo de múltiplas camadas. Esta inovação tecnológica, altamente ligada à mudança social, tem implicações nos padrões de expressão de emoções. Transforma o ato de escrever em 'discurso'. Há uma dimensão imediata, contínua, de diálogo de expressão de emoções, embora sem comunicação cara-a-cara. Estudos revelaram que a comunicação interpessoal das comunidades virtuais permite aos seus membros exprimirem livremente as suas emoções, atingindo um alto nível de descolagem do *self* (Sade-Beck, 2004: 3).

A ausência da corporalidade, o distanciamento físico não implicam necessariamente que as interações estabelecidas *online* sejam emocionalmente desinvestidas. Em alguns casos verifica-se mesmo que o seu modo de comunicação não presencial confere um efeito de libertação de constrangimentos sociais, onde mais facilmente se exprimem sentimentos de frustração, indignação e revolta, cuja exteriorização pode dar lugar ao aumento da confrontação e conflitualidade.

A interação com o virtual pode produzir estados de consciência gerados por particulares sentimentos intensos de conexão, exploração identitária, erotismo e domínio sobre o ambiente. Nesse sentido, a cibercomunidade não é mensurável como a comunidade física, tem uma composição corporal própria (Fernback, 1999: 217).

O impacto da interação com o *online* remete para um campo de interconexões e de fronteiras ténues, não muito facilmente aferível. Mas mais do que cibercomunidades, o que estará em foco nesta tese são comunidades, grupos de ativismo que criam relações próximas (seja de aliança ou de antagonismo), apenas parcialmente desenvolvidas no *online*. A Internet terá contudo importância crucial como meio de gerar iniciativas de protesto que se propagam a amplas camadas da população. Um fator que lhes dará protagonismo e será determinante nas relações que depois se irão desenvolver no meio ativista.

A informação digital é sempre uma cópia sem o original (downloads, uploads, renomeações, mover, retroceder,...). É sempre uma replicação de algo que outrora já lá esteve. Tal como num ato performativo, cada objeto (ficheiro) e a sua relação com o todo está sempre a mudar no tempo e no espaço. O digital abriu novos campos à etnografia, com novas infraestruturas a apresentarem novas possibilidades performativas (Hsu, 2017: 43).

Vale a pena observar as ligações entre o efêmero e a concepção de ritual, especialmente em relação às formas de comunicação da Internet. No geral, a Internet não vai ao encontro dos requisitos de fixabilidade das medições académicas. Mas o que persiste não é informação passada por nós, entre nós, entre nós e os outros, mas uma ordem abstrata que deixamos para trás quando nos movemos no ciberespaço (Jones, 1999: 6, 7), o que irá representar um dos novos desafios em termos de metodologia.

Algumas abordagens vão no sentido do desenvolvimento de etnografias computacionais que permitem aceder a grandes quantidades de dados (nomeadamente a metadados, que remetem para dados quantitativos) sem que os investigadores sejam notados. A metodologia adotada para o trabalho de campo desta tese afastou-se contudo dessas abordagens, tendo-se optado por uma imersão num campo etnográfico localizado (não multisituado, mas que integrasse on e offline), no sentido de uma experiência holista próxima da vivenciada pelos ativistas que operaram no campo em estudo.

Não se tratou dum estudo à distância, mas antes duma observação participante, numa experiência que conjugou os contactos directos (cara-a-cara) com a integração em acontecimentos em que apenas se participou à distância ou de forma mais mediada (à semelhança do que aconteceu com a generalidade dos envolvidos).

A Antropologia Digital contesta a ideia da fusão do *on* e *offline* (Boellstorff, 2012: 41) e importa realçar que, apesar da nossa abordagem integrar estes dois campos, não vai no sentido de os encarar como um único espaço homogêneo, mas no de perceber as dinâmicas desenvolvidas pelos indivíduos que se movem entre ambos.

As relações no Facebook apresentam diversas camadas, que se sobrepõem e se desenvolvem em cadeia. Primeiro, o nível de amigos próximos (vindos do *offline*) ou de pessoas com as quais se possui maior afinidade e se interage mais frequentemente. A seguir, o nível das pessoas que têm laços com estas e que eventualmente irão aceder por tal via às publicações efetuadas na rede social. Este tipo de propagação em cadeia das mensagens e dos processos comunicantes tem o potencial de os fazer projetar do nível de relações próximas para o do espaço das comunidades imaginadas, conforme foram definidas por Benedict Anderson no espaço simbólico do Estado-Nação (Anderson, 1991: *in passim*). Os *mass media* irão aliás surgir também nesse processo, dando destaque a

iniciativas de cariz político surgidas no Facebook, ajudando a transpô-lo para esse plano de comunicação massificado (neste caso ao nível do Estado-Nação, mas atingindo também uma escala global).

Existe uma grande diversidade no modo como a questão das identidades tem sido encarada pelos teóricos. Como é típico em Sociologia, veem-se pessoas a explorarem o potencial do *medium* para experienciarem diferentes papéis. A Internet parece em certa medida libertar as pessoas dos constrangimentos da comunicação cara-a-cara, permitindo-lhes projetar os seus ideais e fantasias, numa atitude de maior expansividade. Nesse sentido apresenta um potencial para avançarem para *selves* aspiracionais. A questão é se se tratará de uma expansão ou de uma fragmentação, constituindo nesse caso uma ameaça à ideia de um *self* unificado (Turkle, 1995: 11-18, 263-265). A questão também é se existe mesmo esse *self* unificado. Estarão as tecnologias a causar uma mudança de concepções identitárias?

Alguns referem que a experimentação do *offline* e *online* em simultâneo resulta num entendimento múltiplo do *self*, fornecendo evidências de fluidez e multiplicidade identitária. Contudo, as pessoas tendem a percecionar as suas identidades e *selves* como integrais e contínuos. Kendall diz que a pesquisa que efetuou a levou a concluir que os utilizadores persistem em encontrar bases essencializadas para os *selves* que encontram *online*, como a etnia, idade ou género (Kendall, 1999: 61, 62).

No cenário tradicional de interação no quotidiano, quando um indivíduo entra na presença de outros mobiliza a sua atividade no sentido de transmitir determinada impressão sobre a sua identidade, num jogo que interage com expectativas e assunções de que as pessoas se comportem de modo adequado às características sociais dos envolvidos. Este processo de interação começa em geral por ter um carácter promissório, na medida em que o relacionamento é estabelecido apenas em torno das assunções de identidades sugeridas pelo modo como os indivíduos se apresentam e agem, sem que estas sejam comprovadas (Goffman, 1959: 1, 2).

O modo de comunicação não presencial da Internet altera o quadro em que este processo ocorre, pois os indivíduos podem facilmente apresentar *selves* que não se coadunam com as suas características físicas. Os fóruns *online*, ao limitarem as pistas avaliáveis, permitem experimentar e jogar com a identidade. Contudo, essas hipóteses continuam a ser limitadas (no sentido por exemplo

que determinada identidade pressupõe determinado tipo de conhecimentos) (Kendall, 1999: 66-67).

O fascínio com as potencialidades do ciberespaço levou a que fosse dada demasiada ênfase à apresentação de identidades radicalmente distantes das do mundo *offline*, quando na realidade a maior parte das interações na Internet têm uma muito maior ligação entre ambos os 'mundos'.

Mais do que encará-la como um fenómeno autónomo, importa aferir o impacto da Internet no ativismo político, focando a íntima ligação e o papel que ela veio ocupar no quotidiano dos seus intervenientes, nos tipos de teias de relações que permite desenvolver, e no impacto que essas dinâmicas têm na definição e posicionamentos identitários.

Anonimato não é igual a ausência de identidade e, tal como no cenário tradicional descrito por Goffman, também aqui existem uma série de assunções identitárias que serão mantidas até prova em contrário. Os fóruns não são livres de expectativas identitárias e as interações reproduzem muitas vezes as relações de poder e hierarquias do *offline*.

Quanto ao Facebook, as características da rede social promovem a exposição de dados da vida privada – desde a apresentação de fotos a dados biográficos. Criado no contexto de uma rede de estudantes universitários, o novo instrumento foi instituído como um meio de potencializar encontros, sexuais e não só, em que o corpo (a sua apresentação narcísica e sedutora e a sua busca de prazer) era fulcral. Uma dimensão que surge sobreposta a diversas outras, nomeadamente a da aspiração à construção de determinados *selves* políticos.

Ao contrário de algumas das previsões iniciais, as redes sociais da Internet foram também no sentido de resgatar relações sociais e de laços de proximidade perdidos e o grande triunfo do Facebook pode dever-se aliás à sua capacidade de satisfazer esses desejos (Miller, 2012: 147-149).

A rede social Facebook é frequentemente utilizada para reencontrar velhos amigos e colegas ou para manter contacto com quem tenha emigrado. Nesse sentido, pode mesmo apresentar-se como uma rede de relações sociais que se aproxima do sentido de comunidade existente no *offline*, incorporando também as contradições de uma comunidade. Tal como nas comunidades tradicionais, também no Facebook, para ter uma maior ligação, é necessário abdicar de alguma privacidade e individualismo. O Facebook surge como um meio de complementar a versão *offline* de comunidade (Miller, 2010: 5-8). O ciberespaço pode fornecer uma alternativa importante, onde os indivíduos se

podem encontrar virtualmente e envolver no tipo de discurso para a reconstituição de uma esfera pública vibrante (Fernback, 1999: 226).

Apesar de ir no sentido de maior descentralização e de um menor papel de líderes, a maior parte dos grupos do Facebook não surgem para fomentar a discussão em torno de pontos de vista divergentes, mas antes para veicular determinadas posições, muitas de contestação a determinada política (Marichal, 2010: 6).

Há áreas da Internet que parecem florescer com a diversidade de opinião, mas o politicamente correto é prevalente. As divergências em relação à opinião consensual nos *newsgroups* são frequentemente desafiadas de forma direta (Costigan, 1999: XVIII). O Facebook irá surgir simultaneamente como uma rede social *online* que servirá de base para enormes mobilizações de protesto, alargadas a bases sociais heterogêneas. Por outro lado, também irá potenciar o desenvolvimento de nichos de opinião que se afastam do *mainstream*, contribuindo para uma segmentação, onde esse politicamente correto seguirá a linha do respetivo grupo.

S. London defende que a comunidade de rede tem a capacidade de levar a resgatar laços que tinham vindo a ser perdidos, contribuindo para o desenvolvimento de diálogo, deliberação e sentimentos de confiança, reciprocidade, ligação social e cooperação que juntam uma comunidade. Qualidades sociais vitais ao desenvolvimento de sistemas democráticos participativos ou comunitários (London, 1997).

E. Goffman recorre ao termo ‘palco’ para definir o espaço onde as performances individuais funcionam de determinada maneira, em geral de acordo com determinadas modas, para definirem a situação para aqueles que as observam (Goffman, 1959: 66). Dentro desse palco, o Facebook é menos sobre mudanças instrumentais e mais sobre troca de informações para performar uma identidade (Marichal, 2010: 4). Na medida em que criam uma nova separação entre o ‘palco’ e os ‘bastidores’, as redes sociais da Internet concedem aos seus utilizadores uma maior latitude para a apresentação de *selves* aspiracionais. Contudo, Goffman refere também que o palco é parte de uma performance mais alargada, o que se aplica também ao novo contexto de cruzamento entre o *on* e o *offline*, podendo remeter tanto para ações mais ou menos imediatas que sejam espoletadas no palco frontal, como para este ser embrião de novas formas de cidadania que só se irão revelar no longo prazo.

Os *mass media* sempre deram lugar a identidades ligadas a locais. Os *media* impressos promoveram as comunidade imaginadas nos séculos XVIII e XIX, os emergentes medias digitais e as suas redes sociais estão implicadas nas redes globais e transnacionais do século XX. Contudo, as novas tecnologias digitais, da Internet aos telemóveis, não estão necessariamente a criar o mundo global outrora previsto, mas em lugar disso a múltiplos mundos sociais, onde as experiências locais proliferam (Kraemer: 2017: 179).

Ao contrário de outros *media*, a Internet integra o pessoal e os meios de comunicação de massas. Constitui um novo modo de comunicação humana, permitindo aos participantes acederem a essa dupla perspetiva comunicativa. As audiências deixam de ser meros consumidores passivos da informação – como acontece na televisão ou na rádio – passando a ter um papel mais interativo e de intervenção (Sade-Beck, 2004: 3, 4). A Internet é um tipo diferente de objeto, e para a estudar torna-se necessária uma mudança de foco (Costigan, 1999: XI).

Diferentemente do *offline*, na Internet as comunidades são frequentemente construídas e destruídas, não porque desafiam a estrutura, mas porque a ligação não é temporalmente sensível. Como é preciso pouco tempo ou estrutura para criar uma comunidade *online*, o esforço para manter essas estruturas e comunidades não é muito valorizado (Costigan, 1999: XXII).

A difusão da responsabilidade é acompanhada por uma difusão da autoridade, cada vez mais indefinida e originando o ‘populismo de massas’, em rede inorgânica. Comunidades virtuais são agregados sociais que emergem da Internet quando um número suficiente de pessoas levam a cabo discussões públicas com suficiente duração e suficiente sentimento para formarem redes de pessoas no ciberespaço (Hine, 2000: 17). Mas correspondem essas comunidades virtuais ao conceito tradicional de comunidade, ou será necessário criar novas categorias? Laços estabelecidos através da Internet podem satisfazer o desejo e necessidade de pertença mas ao mesmo tempo contribuir para uma situação de ainda maior isolamento dos intervenientes, caso estas ligações sejam estabelecidas de forma parcial e segmentada, não ganhando densidade ou uma ligação mais ampla entre os envolvidos, o que facilmente acontece se ficarem circunscritas ao *online*.

A Internet e os novos meios de comunicação digitais levaram ao desenvolvimento de uma nova subdisciplina, a Antropologia Digital, cujos teóricos têm repudiado reivindicações de psicólogos e de gurus do digital, de que as transformações ocorridas com as tecnologias digitais

representariam mudanças nas capacidades cognitivas ou na essência do ser humano. O digital tem intensificado a natureza dialética da cultura e tem-se tornado uma parte constitutiva daquilo que nos torna humanos, mas é a nossa definição de ser humano que mede o que é a tecnologia e não o inverso (Miller, 2012: 3,4, 29).

A observação participante surge neste quadro como uma metodologia privilegiada para dar o contraponto de um *insight* sobre como são vivenciadas essas tecnologias no quotidiano e o impacto que têm sobre os indivíduos nos processos comunicantes e nos processos identitários desenvolvidos dentro das relações estabelecidas nas redes sociais, ocorridas num espaço de interpenetração entre o *on* e o *offline*.

O papel das redes sociais na Internet no desenvolvimento de dinâmicas de ativismo político do Norte de África e Médio Oriente, em Espanha ou nos Estados Unidos foram focados em diversos estudos. Mas os académicos ficaram predominantemente centrados no modo como as tecnologias determinaram o surgimento de novas formas de organização política e a etnografia digital permitirá ir para além dessa perspectiva tecnodeterminista, ajudando-nos a perceber como faz parte de uma realidade mais complexa, de uma construção social e negociação humana, que muda consoante os diferentes contextos e grupos envolvidos (Barassi, 2017: 407, 408).

Dentro de climas de instabilidade política, a Internet e as suas redes abriram possibilidades de colaboração de ativistas entre largas redes, a um nível mais vasto e rápido, e potenciaram também o surgimento de efeitos virais políticos, através da partilha de fotografias ou de vídeos no YouTube (Postill, 2012: 175-179), fenómenos que estarão presentes neste estudo.

Numa perspetiva naturalista ou realista do projeto etnográfico, a etnografia da Internet surge como altamente problemática, por nos remeter para uma noção de 'campo' diferente daquela em que o etnógrafo se desloca até a um determinado espaço físico distante do seu. Contudo, o desenvolvimento das tecnologias mais interativas levam à questão: Porque é tão fundamental o viajar? A ideia da viagem remete para a de tradução de uma cultura nativa com a qual se entrava em contacto colonial. A ideia de ir, ver, ler, imaginar. Mas é possível viajar na net sem sair do mesmo lugar, em pé de igualdade com os outros utilizadores. É possível ao antropólogo abrir-se à imprevisibilidade do campo, de modo a que pelo menos parte da agenda seja dada pelo quadro com que o etnógrafo é confrontado (Hine, 2000: 43-46), à semelhança do que acontece na generalidade

dos trabalhos de campo.

É um novo campo, rico e complexo, na medida em que oferece ao etnógrafo a possibilidade de com ele interagir para captar a sua fluidez e multiplicidade identitária, em experiências relacionais do *self*. O papel do investigador passa por identificar conceitos chave, padrões, regras e procedimentos dentro dos fluxos da rede (Thomsen, 1998).

A forma de reenquadrar uma etnografia por detrás deste campo seria usar os seus objetivos como princípio definatório. A etnografia visa revelar o contexto e a complexidade.

Mas ao contrário do ‘campo’, uma rede são fluxos e nódulos, uma estrutura aberta, passível de ser expandida sem limites e altamente dinâmica. A etnografia dessa rede deveria examinar os nódulos da Internet, as conexões e as correntes (de dinheiros, objetos, pessoas, ideias, etc) (Wittel, 2000).

A etnografia sobre uma rede tem de fazer uma cuidadosa consideração sobre as áreas e partes a incluir e excluir. A construção do espaço torna-se também numa ação política (Wittel, 2000).

A proliferação dos computadores e dos smartphones transpôs-nos para uma realidade polimediatizada (Miller, 2012: 156) em que os comportamentos são desenvolvidos entre diversas plataformas e atos comunicativos. A isto soma-se ainda o facto do ambiente da Internet ser extremamente instável (Born, 2017: 74), influenciando nos modos de relacionamento e capacidade de mobilização política através dela, mas também na recolha de dados para investigação à posteriori. Todos estes aspetos, a experiência holística da observação participante irá revelar-se preciosa.

Em contraponto com a dispersão que a Internet potencia, os indivíduos que nela interagem tendem a criar narrativas com alguma coesão e linearidade. O cruzamento entre o *on* e *offline* será uma importante forma de triangulação de dados. A abordagem da Internet, através do impacto que ela tem sobre indivíduos e nas dinâmicas sociais, culturais e políticas em que se inserem, permitirá estabelecer uma base para delimitar o campo de estudo.

CAPÍTULO II: A CONCEÇÃO DO PROJETO E A DEFINIÇÃO DA METODOLOGIA

2.1. Da ideia de partida até à delimitação de um campo entre o *online* e o *offline*

A ideia para a criação desta tese, no âmbito da Antropologia Política, nasceu sob o impacto das manifestações da GAR que, alicerçadas no Facebook e à margem da estrutura de partidos e sindicatos, haviam conseguido um nível de adesão inédito desde o período revolucionário no pós-25 de Abril, quebrando os fracos indícios de participação em iniciativas de ativismo político.

O papel da Internet e do Facebook nas revoluções democratizantes do Norte de África, extrapartidárias, não aparelhísticas, improvisadas ou processuais, e populares, foi o antecedente. Vindo do contexto global, foi transposto para o contexto de um país semiperiférico como Portugal, onde os efeitos da crise do modelo capitalista neoliberal começavam a ter especial incidência.

A Internet, e em especial a rede social Facebook, apresentavam-se como um elemento central e um novo campo com imenso potencial para investigação nas ciências sociais e etnográficas. Comentários, tomadas de posição e conversas sobre acontecimentos de índole política e ideológica – muitas vezes espoletados em torno da republicação de artigos de jornais ou reportagens televisivas – ocorriam de modo informal, em certa medida próximo das conversas de café, cruzando-se com outros elementos de carácter mais frívolo ou pessoal e permanecendo registados, portanto de fácil acesso para posterior análise. Essa riqueza e multiplicidade de registos criava também uma dificuldade, uma vez que tornava altamente problemático o estabelecimento dos limites desse campo descentralizado, disperso, com uma estrutura aberta, repleta de *hiperlinks* e interligações, potencialmente infinita. O que trazia uma dificuldade acrescida para a delimitação do campo de observação.

Interessava perceber em que medida e moldes a Internet, e em particular o Facebook, estaria a contribuir para novas formas de ativismo político em Portugal, fora das estruturas tradicionais, como os partidos políticos. Pretendia-se investigar o modo como a rede social se torna facilitadora da emergência e desenvolvimento de novos ativismos em Portugal, conferindo-lhes um cunho e dinâmicas específicos e facilitando a investigação da sua génese, propostas, formas de liderança e atividades organizadas, bem como a observação das interações que aí têm lugar entre grupos, simpatizantes e críticos ou oponentes aos ativistas autónomos e entre estes e os representantes dos

velhos movimentos sociais.

A observação focada e sistemática procuraria entender como, fora do quadro bipolarizado das teorias anglo-alemãs e das teorias norte-americanas, um novo estilo de intervenção política, proporcionado pela nova rede, estaria a surgir no contexto português. Em que medida estas mudanças estariam ou não a contribuir para superar a velha contradição portuguesa de a insatisfação e o sentimento de não representatividade junto da classe política não terem gerado uma maior participação cívico-política e um afastamento da forte partidocracia? Na fase da conceção do projeto de tese, contudo, ainda não era claro se essas novas dinâmicas de ativismo político iriam ter continuidade em Portugal, ou se ficariam reduzidas a um epifenómeno.

Apesar de toda a dispersão e fragmentação própria da Internet, os indivíduos que nela operam tendem a criar as suas narrativas próprias com alguma coesão. Tendo em conta esses fatores, foi tomada a opção de começar a etnografia sem ter ainda totalmente delimitado e fechado o campo a estudar. Numa primeira fase, começou por se identificar os principais grupos e estruturas que estavam a operar nesse novo campo e a gerar novas dinâmicas, que conseguiam adesões de uma parte significativa da população, para depois desenvolver em torno deles uma etnografia com recurso ao método descritivo-analítico, com cruzamento do *on* e *offline* e triangulação de dados. Partiu-se das grandes manifestações para a observação dos grupos e suas dinâmicas. A observação participante foi centrada em Lisboa.

A GAR, a P150 e o QSLT vieram a ser identificados como as três estruturas que, sequencialmente, estiveram por detrás das grandes manifestações desse período. Sendo que o contacto com as duas primeiras ocorreu num momento em que já não existiam, pelo menos com as características que haviam possuído no período em que deram origem a grandes manifestações. Com o avançar do trabalho de campo, a dimensão *offline*, os contactos e interações foram ganhando maior preponderância nos dados recolhidos. Mas há que ter em conta que estes dados surgem sempre embebidos no cruzamento com a dimensão do *online*, algo marcante para as dinâmicas em causa e para o modo como a observação participante foi desenvolvida.

2.2. A observação participante e a *anthropology at home* num contexto politizado (as questões éticas, a abordagem e o posicionamento em relação ao campo)

O principal período de referência desta tese vai de 12 de março de 2012 até a 26 de outubro 2013, das manifestações iniciais da GAR até às de "Não há Becos Sem Saída – Que se Lixe a Troika", as últimas convocadas por esta plataforma e que surgiram como o fecho de um ciclo.

Tratou-se de um período inicialmente caracterizado por um entusiasmo com as contestações alimentadas pelo descontentamento e frustração face ao impacto austeritário das medidas de resgate económico determinadas por instituições internacionais. Mais tarde isso daria lugar ao desapontamento quanto à possibilidade de as novas dinâmicas e grupos emprestarem um vigor renovado à democracia portuguesa.

Após a elaboração do projeto com a revisão do estado da arte e a definição genérica do objeto de estudo, a observação participante foi efetuada sobretudo entre dezembro de 2012 e meados de 2014. O primeiro contacto com os grupos associados às grandes manifestações ocorreu após o tremendo impacto do protesto de 15 de setembro de 2012, que ajudara a consolidar o protagonismo dos grupos de ativismo no cenário político português. A observação teve especial incidência sobre o QSLT, estrutura que viria a integrar, e que por essa altura se acabara de afirmar como a principal plataforma desses novos movimentos, acompanhando os momentos de fulgor que se seguiram, bem como o seu posterior declínio.

Antes do início da observação participante, o autor nunca tivera qualquer envolvimento nem com partidos políticos nem com grupos de ativismo. Tendo nascido em finais de 1972, faz parte de uma geração que cresceu no Portugal do pós 25 de Abril e que praticamente não acompanhou sequer a fase de maior politização do país dos primeiros anos de democracia, que ficou algo alheada do contexto político que herdou, por uma questão etária e por falta de envolvimento político, com um sentimento de distanciamento em relação às disputas politico-partidárias. Embora se tenha desde novo situado ideologicamente de esquerda, esse posicionamento não se traduziu numa participação que fosse para lá da expressão do voto ou da participação muito esporádica em manifestações.

O período em questão correspondeu, porém, a um acentuado crescimento do descontentamento em relação ao modelo económico de capitalismo neoliberal e à sociedade de

consumo que tinham vindo a ser adotados em Portugal. Em função do qual surgia como urgente a necessidade de uma maior participação cidadã, no sentido de criar pressão para travar as medidas em curso que se estavam a refletir num empobrecimento da população. Foi partilhando esse sentimento que se partiu para o trabalho de campo em observação participante, empenhando-se nas principais causas genéricas em torno das quais tinham surgido os novos grupos.

Nos primeiros contactos, começámos sempre por nos identificar como antropólogo a realizar uma investigação para uma tese de doutoramento, mas com o passar do tempo e com o envolvimento nas ações que os grupos levavam a cabo, o papel de ativista foi ficando cada vez mais equiparado ou mesmo sobreposto ao de observador – na perspetiva dos outros membros dos grupos, mas também em certa medida na sua própria. Mais do que um distanciamento em relação ao objeto de estudo, dentro de um contexto de uma *anthropology at home*, interessou o *insight* que essa sobreposição de papéis poderia trazer e experimentando em si próprio o impacto no envolvimento no tipo de relações, de dinâmicas de grupo, potenciadoras do fortalecimento do Eu, como algo que lhe permitia ter outro tipo de conhecimento das vivências próprias de quem se envolve no ativismo político.

O etno-psiquiatra George Devereux defendeu a ideia de que as ciências sociais tenderam a procurar replicar o modelo das ciências exatas, procurando uma objetividade que anulasse a distorção causada pelas características dos investigadores. No seu entender, esse objetivo é impossível de concretizar, e a estratégia revela-se especialmente desadequada por não controlar a influência dos elementos pessoais e biográficos dos investigadores sobre a observação efetuada. Mas esses dados podem contudo fornecer importantes *insights* para o estudo, se em lugar de pretender efetuar a observação a partir de uma perspetiva supostamente equidistante e objetiva, o investigador se apresentar a si próprio na relação que desenvolveu com o objeto estudado (Devereux, 1967: *in passim*).

Tomando consciência de que a experiência de ativismo político é algo muito envolvente, na qual alguma retração inicial (devido também as nossas características pessoais) pode dar lugar a empenhamento e mesmo sede de protagonismo, dentro das dinâmicas de grupo, também facilmente potenciadora de conflitos e incompatibilizações. Nos momentos de maior atrito, foi mesmo bastante útil o duplo papel, na medida em que, recuando então para um posicionamento de observador mais passivo, conseguia mais facilmente manter a relação com o grupo.

No período em questão estavam a ser efetuados fortes ataques aos direitos dos trabalhadores e cidadãos, pelo que se sentia como especialmente importante o crescimento de largas mobilizações populares que surgissem como fatores de pressão e entraves ao prosseguimento desse tipo de linha política.

A sua experiência profissional como jornalista serviria para trazer para os grupos uma perspetiva de como as dinâmicas por eles geradas nas redes sociais eram capazes de se tornar alvo da atenção dos *mass media* e dos fatores que poderiam mais facilmente conseguir destaque mediático. Como estava a participar nos grupos, deixou de fazer cobertura jornalística de assuntos diretamente relacionados com os mesmos, o que pela ética jornalística se apresentava como incompatível. Por outro lado, essa opção também lhe facilitou a relação com os grupos de ativismo, pois a sua relação com os *mass media* manifestava-se como uma área muito sensível, dando facilmente lugar a desconfianças e ressentimentos.

A identificação pelo menos parcial com os grupos apresentou-se naturalmente como um fator determinante para poder levar a cabo a observação participante. Numa fase inicial de observação da Internet e de identificação do campo, encetou contacto pelo Facebook com um grupo de extrema-direita. O relacionamento com esse tipo de grupo e a hipótese de fazer observação participante junto do mesmo revelou-se contudo inviável, tendo em conta a nossa não identificação e repúdio pelo seu ideário político. Contudo, também acabou por constatar que esse tipo de grupo surgia fora das interrelações estabelecidas entre as estruturas e grupos que estiveram ligados à organização das manifestações, para os quais a extrema-direita se apresentava como um inimigo comum.

2.3. A observação (inevitavelmente) participante no Facebook – um espaço de cruzamento de redes e de interação

O contacto e pedido que efetuámos para integrar no Facebook o grupo de extrema-direita foi determinante para criar uma página na rede social como investigador, uma vez que não pretendia surgir associado a nível pessoal a um grupo em relação ao qual sentia enorme repúdio. Passámos a usar então essa página para nos associarmos aos mais diversos grupos de ativismo político que desenvolviam a sua atividade em Portugal e eventos de protesto.

Posteriormente, demo-nos conta de que a estratégia não resultava, pois praticamente não nos surgiam publicações no seu *feed*. Mais do que pertencer aos grupos ou estar associado aos eventos, era essencial ficarmos "amigos" no Facebook dos diferentes indivíduos a eles associados, para aceder à maioria dos *posts* sobre ativismo.

A dinâmica, tipo de interação e acompanhamento constante que exigia a observação etnográfica do Facebook, rapidamente mostrou também que era inviável termos uma página pessoal e uma página destinada à investigação, pelo que acabámos por desistir da última, passando a centramo-nos apenas na primeira.

Foi através daí que passámos a acompanhar *online* a atividade daqueles que surgiam ligados aos grupos. Primeiro identificando-os através do Facebook. Depois fazendo o percurso inverso, associando-nos na rede social aos ativistas que conhecemos em reuniões de ativismo e posteriormente àqueles que surgiam como seus amigos na rede social e que também estavam associados a eventos de protesto. Esta estratégia de associação sequencial revelou-se preciosa para identificar as teias de relações, fornecendo-nos um primeiro indicador de elementos mais centrais em determinados grupos e eventos pela quantidade de membros desses mesmos grupos das quais eram amigos.

O funcionamento dos grupos de ativismo surge envolto em algum secretismo ou semisecretismo. O objetivo de fazerem frente a forças políticas dominantes coloca-os numa posição de potencial confronto, com as suas iniciativas muitas vezes próximas da desobediência civil. O receio do controle policial é por isso uma preocupação existente entre eles, tornando a exposição a elementos exteriores como algo sensível.

Nos primeiros contactos com os diversos grupos e plataformas, começámos sempre por nos apresentar-mos, dizendo que estávamos ali no contexto de uma investigação para um doutoramento em Antropologia sobre grupos de ativismo em Portugal.

Como observadores para um trabalho académico, surgimos como um elemento exterior, que chegou ao grupo com a intenção declarada de os observar para depois refletir e falar sobre eles. Embora a sua ótica não fosse naturalmente o exercício de controle sobre a sua atividade, o facto de poder revelar elementos sobre o seu funcionamento interno revelar-se-ia também como um elemento problemático na sua tese, tendo procurado não expor dados sensíveis e desnecessários.

Por outro lado, o risco da exposição do funcionamento das principais plataformas descritas perdeu alguma importância pelo facto de entretanto já não se acharem em atividade.

Paralelamente à dimensão pública do Facebook – como uma plataforma para promover eventos perante o maior número possível de pessoas e onde eram também republicados e tomadas posições sobre informações veiculadas nos *mass media* – essa rede social era também um meio de comunicação interna entre os membros dos grupos e plataformas, em páginas não públicas, assim como através de *mailing lists* que surgiam como complemento aos contactos presenciais, ao qual nalguns casos passámos também a aceder.

Tudo somado criava um enorme fluxo de informação diária, em que as comunicações internas e externas dos grupos se cruzavam com as notícias dos *mass media* sobre acontecimentos políticos que procuravam influenciar.

A observação participante, com a sua experiência holística de imersão no campo e nas práticas quotidianas dos ativistas, foi um elemento chave para lidar com esse enorme fluxo, num contexto de cruzamento do *on* e *offline* e de polimedia. Como já referido essa observação começou por ser efetuada primeiro a um nível mais exterior, enquanto ainda se estava a procurar identificar e delimitar o campo a estudar. Foi uma fase que nos forneceu também dados mais próximos da vivência de uma parte mais ampla da população, que apesar de ter participado nas grandes manifestações, não se envolveu no meio ativista (um distanciamento que serviu depois para termos um contraponto para com a perspetiva desses ativistas, cuja intensa envolvência nos acontecimentos iríamos depois também experimentar). Essa observação passou pela presença nas manifestações, assim como pelo acompanhamento da informação sobre esses eventos, que circulava nas redes sociais da Internet e nos *mass media*. E ainda o acompanhamento e vivência do impacto da crise económica que então se vivia. A sincronidade no acompanhamento desses elementos em simultâneo fornece um *insight* que dificilmente se consegue na reconstituição do mesmo *à posteriori* (para além do facto de que algumas informações que circularam na Internet deixaram entretanto de estar disponíveis).

O início da observação participante no meio ativista ocorreu ainda sem ter o campo totalmente delimitado, pois foi só após termos começado a interagir com as dinâmicas em questão que conseguimos identificar o campo coeso dos ativistas, grupos e estruturas que disputavam a

organização das manifestações, e o período que havia sido marcante para o seu desenvolvimento.

Foi já quando decorria a observação participante, que efetuámos a reconstituição cronológica dos acontecimentos nesse período – tendo para isso recorrido aos registos disponíveis na Internet, nomeadamente na rede social Facebook – algo que foi depois complementado com as entrevistas.

2.4. O foco nos grupos, a escolha dos entrevistados e as entrevistas semiestruturadas

Entre o *on* e o *offline*, a identificação de atores centrais ou preponderantes efetuada dentro da observação participante foi de enorme importância para a perceção e compreensão das dinâmicas e inter-relações entre os diferentes grupos e estruturas.

O QSLT fora claramente criado com uma lógica de rede que procurou ter elementos capazes de fazer pontes para diferentes grupos e setores. O contacto com essa plataforma, assim como com outros grupos, a par da observação da Internet (que permitiu nomeadamente fazer recuos temporais), facilitou a reconstituição cronológica dos acontecimentos.

Foram efetuadas 23 entrevistas a elementos centrais no estabelecimento de elos dentro desse circuito de ativismo em redor das grandes manifestações. São entrevistas semiestruturadas, onde se procedeu a uma reconstituição dessas manifestações: descrição das mesmas, forma como estiveram envolvidos e participaram, descrição dos grupos, suas características e evolução, assim como o posicionamento ideológico, percurso político dos entrevistados e seu uso da Internet para ativismo.

No início das entrevistas foi estabelecido o compromisso de que na tese não seriam mencionados nomes de pessoas, para facilitar a relação de confiança e por o foco da tese serem os grupos e as suas dinâmicas, não os indivíduos que dentro delas interagiam.

A escolha dos entrevistados procurou englobar elementos dos grupos e estruturas que mais se destacaram nos processos da convocação das manifestações neste período, abarcando os diversos setores, desde ativistas de movimentos sociais sem ligação a sindicatos ou partidos até àqueles que integravam esse dois tipos de estruturas. O foco nos grupos fez com que os ativistas independentes ficassem subrepresentados.

Alguns dos grupos descritos no quadro que se segue têm reduzida dimensão. O critério para a seleção foi o impacto que ganharam nas dinâmicas para a convocação das grandes manifestações, entre as alianças e antagonizações ocorridas, assim como a relevância que tiveram no micro-cosmos em estudo, mesmo que em alguns casos tenham uma dimensão residual fora desse circuito. A escolha dos entrevistados procurou incluir membros das diferentes organizações de ativismo associadas à organização das manifestações políticas em Lisboa, no período em análise. Esse critério levou a que grupos de menores dimensões estejam sobrerrepresentados. Pelo mesmo motivo, estão também sobrerrepresentados os ativistas que acumulam pertenças a várias organizações, em detrimento daqueles cuja participação ocorreu a título mais pontual e limitada a uma única. No contexto geral, esses casos são contudo exceção. A composição das três estruturas privilegiou elementos com multipertenças, decisão para a sua eficácia no estabelecimento de pontes o mais abrangentes possível. Esse critério esteve presente logo nos convites endereçados pelos quatro membros iniciais da GAR, para os elementos que integraram o grupo (que sempre se manteve de dimensões reduzidas). Existiu também na P15O, assim como no QSLT. Esta última estrutura teve na sua génese a ideia de criar um grupo que não fosse demasiado amplo. E inúmeras organizações contavam apenas com um elemento representado.

A amostra procurou ser representativa, mas não equitativa. De fora ficaram grupos que, embora tenham surgido no campo em estudo, já lá não permaneciam quando se iniciou a etnografia. O QSLT tinha uma posição preponderante no período da observação participante e tem mais destaque nos dados e respetiva análise. O facto de a plataforma ter sido construída com essa lógica de reunir elementos de um leque abrangente de organizações levou a que fosse um bom ponto de estabelecimento de contactos. Mas foram também incluídos os grupos com os quais se tinham criado antagonismos e que foram mantidos de fora, mas continuavam a disputar esse campo de mobilização política.

As entrevistas foram levadas a cabo na segunda metade de 2013, altura em que se verificava o acentuado declínio da capacidade de mobilização das novas estruturas. Após os ativistas do grupo GAR terem saído do campo das mobilizações e com a erosão interna da P15O, verificava-se o desapontamento daqueles que haviam integrado o QSLT, que dominara a segunda e última parte do período em análise. Apenas 3 entrevistas foram levadas a cabo entre finais de 2016 e abril de 2017, quando a atividade do QSLT já tinha mesmo sido encerrada.

Para manter o anonimato dos ativistas, é indicada apenas a data em que a respetiva entrevista foi efetuada e as organizações que referiram integrar durante o período em análise nesta tese (não são referidas pertenças anteriores). Evitando dados que poderiam contribuir para a sua identificação não são apresentadas as suas idades, nem o respetivo género (todas as referências e construções verbais que poderiam dar essa indicação foram colocadas no masculino).

Em termos de género, a composição do meio ativista é significativamente equitativa e isso é algo que também acabou por estar refletido entre os entrevistados: 13 são do género masculino, 10 do feminino. Em termos de idades, situam-se entre os 27 e os 76 anos: 2 na casa dos 20, 9 na dos 30, 9 na dos 40, 1 na casa dos 50, 1 na dos 60 e 2 na dos 70. A esmagadora maioria tem formação universitária. Alguns ainda se encontram ligados ao meio académico, nomeadamente como investigadores bolseiros, e um como professor universitário, três são jornalistas, um é ator. Apenas um era ativista a nível profissional, três pessoas referiram estar desempregadas. A situação de precariedade laboral afetava uma parte substancial dos inquiridos.

A esmagadora maioria indicou situar-se politicamente na área da extrema-esquerda (tendo como referência o atual espectro político). 14 definiram-se como marxistas ou comunistas e três dos quais também como trostkistas. 3 referiram sentir-se próximos do ideário anarquista. Quase todos já estavam ligados ao ativismo antes da manifestação do 12 de março de 2011, ou haviam estado no pós 25 de Abril e tornaram-se ativos por essa altura. Os movimentos estudantis surgem como um forte antecedente, nomeadamente os ligados ao meio universitário de Coimbra. 7 tinham esse antecedente, apesar de todos os entrevistados no momento da observação participante estarem a residir e a participar em estruturas de ativismo da área de Lisboa (a área geográfica onde a observação participante esteve centrada). Um fator que se apresenta também muito associado à participação no ativismo é o contexto familiar e o crescimento num contexto e cultura fortemente politizados. Os pais de diversos ativistas haviam tido forte participação política. A maioria não eram nascidos ou eram muito novos para terem participado no momento de maior mobilização política do pós-25 de Abril. Mas esse processo surge como uma referência para a generalidade.

8 entrevistados acumulavam a participação em organizações de ativismo e em partidos políticos, cinco dos quais no BE, que se situa numa área de maior confluência. Encontram-se também ativistas que saíram do BE e que integraram a Revista Rubra (2) e o MAS (1) que se constituiu como partido político neste período. As disputas entre essas estruturas estarão muito

presentes nas dinâmicas em análise. Há também um membro do PCP, partido que de início esteve praticamente arredado deste campo mas gradualmente foi ganhando mais proximidade, com a participação de elementos do partido que estabeleceram uma aproximação, ainda que informal. 2 entrevistados referiram também ligações a partidos políticos no passado, ao PCP num dos casos e ao PCP e BE noutro.

A questão da relação com os partidos políticos surge como sensível e marcante, com este campo a ser disputado por ativistas com posicionamentos muito díspares nesta matéria. Entre os que têm uma posição de equidistância, os que são antipartidários e aos que acumulam o ativismo e a militância partidária, ocorreram diversas alianças e antagonizações.

Embora se cruze com o objeto de estudo, a lógica interna dos partidos políticos e das estruturas sindicais ficou de fora da observação efetuada. Também os moldes em que ocorreu o crescimento e declínio da participação de parte significativa da população e os fatores associados, como a influência dos *mass media*, surgem apenas de forma tangencial, foi excluída da observação, que se manteve centrada nos grupos e estruturas de ativismo político.

CAPÍTULO III: OS PRINCIPAIS GRUPOS E PLATAFORMAS

3.1. GAR – M12M

O grupo do qual partiu a convocação da manifestação da GAR era constituído por quatro amigos, recém-licenciados do curso de Relações Internacionais da Universidade de Coimbra (três já a residir em Lisboa, o outro ainda em Coimbra à data da convocação, vindo posteriormente também para Lisboa).

O impacto da música dos Deolinda no concerto do Coliseu levou um deles a concretizar uma ideia sobre a qual já haviam falado. A criação de uma página no Facebook para promover o debate e colocar na "agenda pública" a situação que os afetava, assim como a muitos jovens da sua geração: a perspetiva de ausência de emprego, a proliferação dos estágios não remunerados e a precariedade laboral.

A página apelava a que as pessoas contribuíssem com ideias e sugestões. Foi na sequência de uma das primeiras sugestões que convocaram através do Facebook aquela que seria denominada como a manifestação da GAR. Em apenas 3 dias, aderiram 5 mil pessoas. Passada uma semana, a popularidade do evento na rede social chama a atenção dos *mass media*. Primeiro os organizadores são entrevistados para uma reportagem da TVI, seguindo-se um convite para participarem no programa *Prós e Contras* da RTP1, convite que recusaram, decorrendo o programa sem a presença de nenhum representante do grupo, que explicaria depois em comunicado que não tinham participado por não se reverem na designação "os líderes de uma geração", sob a qual haviam sido convidados.

Os 4 não tinham quase nenhuma experiência de ativismo, apenas alguma no meio estudantil e breves ligações partidárias, ao PCP, BE e PS. Essa proximidade com a esquerda não era comum a todos. Um situava-se ideologicamente à direita, sendo o elemento que abandonou o grupo pouco tempo depois da manifestação. Não havia uma posição política ou ideológica comum. Partilhavam antes um certo distanciamento em relação aos líderes políticos e instituições tradicionais, que sentiam não os representar e nem defender ante os referidos problemas. Ligava-os essa afinidade, a par das relações de amizade. Dois elementos do grupo eram namorados e era na casa desse casal que decorriam as reuniões que em geral se arrastavam diariamente até altas horas da madrugada e onde iam acertando o modo como geriam a organização do evento.

Paralelamente à promoção nas redes sociais da Internet e nos *mass media*, começaram a enviar convites para a generalidade de organizações e partidos políticos (deixando de fora a extrema direita), assim como a organizações sindicais, nomeadamente a Interjovem da CGTP. Apelaram a que os partidos e sindicatos participassem, mas que os seus membros se abstivessem de levar os respetivos símbolos.

Um dos primeiros grupos que contactaram e com o qual desenvolveram uma maior colaboração foram os Precários Inflexíveis (PI), dada a óbvia convergência com o teor do protesto e do objetivo desse grupo. No Porto, o GAR colaboraria também com os Fartas/os D'Estes Recibos Verdes (Fer.ve) – grupo que entretanto se juntou ao PI. A Attac Portugal e SOS Racismo foram outras organizações com as quais também houve mais proximidade.

À medida que a manifestação começa a ter destaque nos *mass media*, o nível de adesões no Facebook dispara, chegando às dezenas de milhar e aumentando as solicitações de que os seus organizadores eram alvo para reuniões com diversas organizações e presenças nos *mass media*. O grupo começa então a alargar-se. Na altura da manifestação tinha cerca de uma dúzia de pessoas. Nunca foram um grupo aberto, sendo o alargamento feito sobretudo a pessoas próximas e/ou com quem sentiam afinidades, como por exemplo a um membro do Panteras Rosa, um grupo LGBT. Algumas estabeleciam depois pontes com outros ativistas. A estrutura reduzida permitia tomar decisões com grande coesão, sem votações, mas com processos intermináveis de discussões.

No Porto surgiu outro grupo organizador da manifestação com o qual desenvolveram alguma colaboração, enquanto nas restantes cidades as manifestações foram organizadas por grupos que surgiram de forma autónoma e sem contactos diretos com o grupo de Lisboa.

No fim de semana depois da manifestação, fizeram uma reunião com os diversos promotores do protesto nas 9 cidades do país. Surgiu uma plataforma de comunicação destinada a ligar as GAR de Viseu, Leiria e outras cidades. Estas estruturas tinham em comum sobretudo uma posição de protesto contra a precariedade laboral, não uma coesão ideológica, e acabaram por nunca chegar a ganhar grande dinâmica.

Cerca de um mês depois da manifestação, resolveram registar o nome "Geração à Rasca" – afirmando que procuravam deste modo "evitar utilizações abusivas, nomeadamente em atividades com fins lucrativos, de cariz partidário, religioso ou violento" (o que causou no entanto inúmeras

críticas, em especial dentro do meio ativista), ao mesmo tempo que o grupo assume o nome de M12M – Movimento 12 de Março.

Uma das poucas iniciativas que levaram a cabo após a manifestação foi a apresentação de uma proposta de lei cidadã contra a Precariedade – algo que efetuaram com os PI, os Fer.ve, os Intermitentes do Audiovisual e do Espetáculo e a Gare do Porto que se iria dissolver pouco depois. Implicou arranjar 35 mil assinaturas, um processo muito desgastante.

Juntamente com os PI, os Fer.ve e os Intermitentes do Espectáculo, apresentaram no Tribunal Administrativo de Lisboa uma intimação solicitando a alteração da pergunta 32 dos censos⁶ – que consideravam branquear a situação de precariedade.

Após o enorme impacto das manifestações que convocaram, mantiveram-se num limbo de indefinição sobre o caminho que iriam seguir, não tendo convocado novos protestos ou outras iniciativas do género. Acabariam por marcar presença na Acampada do Rossio, onde aproveitaram para lançar a Iniciativa Auditoria Cidadã, que procurava determinar a responsabilidade pela criação da dívida pública e defender a sua renegociação (o que iria contar com a oposição de outros grupos, partidários do não pagamento). O protagonismo que ganharam com a larga adesão às manifestações valeu-lhes reconhecimento mas ao mesmo tempo desconfiança e ressentimento em relação aos outros ativistas, sobretudo pelo facto de obterem mais atenção. Esse foi um fator de tensão que se iria acentuar durante a organização da manifestação "Global Change"⁷ em Lisboa, a 15 de outubro de 2011, que terminou diante da Assembleia da República.

O grupo assumiu uma posição de apartidarismo quase apolítico, sem um posicionamento concreto quanto ao aumento da contestação ao Governo de Sócrates, coincidindo com o período das manifestações iniciais. O protesto que organizaram contou aliás com larga adesão das forças de direita, que o aproveitaram para aumentar a pressão sobre o Governo. Dias antes da manifestação, efetuaram declarações a demarcar-se de partidos ou de quaisquer apelos à demissão de qualquer político ou Governo.

Nos primeiros meses de 2012 ocorre uma cisão dentro do grupo, originada pelo conflito

⁶ Na pergunta "qual o modo como exerce a profissão indicada", o questionário do Censos 2011 referia que devia ser assinalada a opção "trabalhador por conta de outrem" caso a pessoa "trabalhe a 'recibos verdes' mas tem um local de trabalho fixo dentro de uma empresa, subordinação hierárquica efetiva, e um horário de trabalho".

⁷ Como será descrito mais adiante a "Global Change" contou com manifestações contra o sistema financeiro que decorreram em várias cidade de Portugal e de outros países.

entre os que pretendiam afastar-se da arena da convocação das manifestações e os que pretendiam continuar a fazê-lo. Os apologistas desta última posição acabaram por sair do M12M. Os que permaneceram acabaram por desviar as atividades do M12M para a criação da Academia Cidadã, destinada a dar formação e apoio àqueles que pretendessem criar grupos de ativismo político.

3.2. P150

A plataforma surgiu como uma espécie de herdeira da Acampada do Rossio, em sequência dos contactos, dinâmicas e interrelações aí geradas. Para alguns, esse havia sido um primeiro contacto com o ativismo, ainda no rescaldo do impacto da manifestação da GAR. Outros já faziam parte de grupos de ativismo ou de outras organizações políticas.

Numa reunião que teve lugar a 10 de julho em Lisboa, com ativistas de vários países (nomeadamente da Bélgica, da Grécia e da região espanhola da Catalunha) foi concertada a organização de um evento internacional de protesto para 15 de outubro de 2011, em nome de uma "Global Change". A iniciativa nasceu dentro de uma vaga de contestação às organizações financeiras internacionais como o FMI, numa altura em que se sentiam fortemente as consequências do *crash* do sistema financeiro em 2008. Surgiu marcada pela influência espanhola e das recentes Acampadas que aí haviam conhecido significativa dimensão, trazendo o lema "nem políticos, nem banqueiros". E também dos grupos de ativismo norte-americanos que nessa altura estavam prestes a fazer eclodir o protesto OWS, com réplicas em diversas cidades norte-americanas. A página do *United for Global Change* referia justamente o "nós somos os 99%", um dos lemas do *Occupy* (página do Facebook *United for Global Change* #15oct, a) contra as elites politico-financeiras. Apesar de a "Global Change" ter surgido de um repto internacional, os contextos nacionais iriam prevalecer nas suas diferentes manifestações. Em Portugal ocorriam em sequência do impacto dos protestos da GAR e das primeiras medidas de austeridade do programa da Troika.

As reuniões da plataforma funcionavam sob o modelo assembleário, numa lógica de horizontalidade e de ausência de líderes ou dirigentes, com a regra de não estarem presentes partidos nem sindicatos. Primeiro as decisões eram tomadas por consenso, depois vigorou a regra da maioria de dois terços (este momento é encarado por muitos ativistas como aquele em que uma manifestação foi organizada de forma totalmente aberta, podendo qualquer pessoa aderir à

plataforma. Em contraste com outras estruturas organizativas, nomeadamente a posterior QSLT).

As reuniões eram anunciadas através da Internet, em páginas do Facebook, *mailing lists*, blogues e *sites* como a Plataforma 365 e a Indymedia. Mas a informação tendeu sobretudo a seguir pelos círculos e pelas redes de contactos estabelecidas na Acampada, levando para a nova plataforma as cumplicidades e inimizades já aí existentes.

Essa confluência de diferentes grupos de pessoas tornou o funcionamento da plataforma bastante difícil, tendo ficado marcada por longuíssimas reuniões, em processos de decisão frequentemente considerados como extenuantes.

As reuniões começaram em final de agosto e princípio de setembro. O número de participantes nos plenários oscilou entre a centena e as dezenas. Aos plenários somavam-se as reuniões de diversos grupos de trabalho de menor dimensão, dedicados a questões como: organização da manifestação, logística, comunicação, divulgação ou o debate sobre a questão da dívida.

A divergência básica entre os que eram favoráveis à suspensão do pagamento da dívida pública e os que defendiam a sua renegociação foi um dos maiores pontos de conflito. A Ruptura-Fer, e a revista Rubra (o primeiro grupo estava por essa altura em processo de saída do BE, enquanto o segundo havia concretizado essa saída alguns anos antes) e os Indignados de Lisboa eram partidários do não pagamento, enquanto grupos como os PI ou a União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) defendiam a renegociação. A divergência surgia num contexto de procura de afirmação e de disputa de bases de apoio entre diferentes grupos.

Paralelamente a grupos afetos ou em processo de dissidência do BE, a plataforma integrava também diversos independentes e ativistas mais afastados das lógicas partidárias, nomeadamente vindos do RDA e dos Indignados de Lisboa. No total, a convocatória dos protestos é subscrita por mais de 30 grupos⁸. Ausentes ficaram ativistas ligados ao PCP, que só numa fase posterior se viriam

⁸ Lista de subscritores dos protestos de 15 de outubro de 2011 em Portugal: Acampada Lisboa – Democracia Verdadeira Já 19M; ADLML; ANSOL – Associação Nacional para o Software Livre; A Cultura está Viva e manifesta-se na Rua; Agir UMIinho; Alvorada Ribatejo; Artistas e Públicos Indignados; Associação José Afonso; Attac Portugal; Boletim Agulha; Casa do Brasil; CADPP – Comité para a Anulação da Dívida Pública Portuguesa; Democracia Verdadeira Já 15M; FAE – Frente de Acção Estudantil; Fer.ve; Futuragora; Gaia; Indignados Lisboa; Jornal Mudar de Vida; Jornal PONTO – Cruz Quebrada-Dafundo; Marcha Global da Marijuana; M.M.M. – Marcha Mundial das Mulheres; Movimento de Professores e Educadores 3R's; Movimento GerAções; Movimento Zeitgeist Portugal; M.U.D.A.R. – Movimento de Unidade, Democracia e Acção Reivindicativa; Nova Governação; Opus Gay; P.A.G.A.N. – Plataforma Anti-Guerra Anti-NATO; Plataforma dos Intermitentes do Espectáculo e do Audiovisual; Portugal Uncut;

a aproximar das estruturas de ativismo que estavam a convocar manifestações. O modelo de funcionamento aberto contribuiria para que para além das disputas houvesse ainda desconfianças sobre as filiações de cada um. A determinada altura, surgiram desconfianças e acusações de que entre os presentes se encontravam polícias infiltrados e elementos da extrema-direita.

A manifestação, que foi do Rossio para a Assembleia da República, teve bastante adesão, levando a que o largo em frente à Assembleia ficasse cheio, acabando por ocorrer o derrube das grades policiais, com os manifestantes a subirem e ocuparem a escadaria. Aí teve lugar uma assembleia popular, onde foram apresentadas propostas tão diferentes como a nacionalização da banca até à invasão do espaço do *reality-show A Casa dos Segredos*. No fim foi anunciada uma assembleia popular de balanço para domingo seguinte na Casa do Brasil. Nessa assembleia, onde estiveram cerca de uma centena de pessoas, acabaria por decidir-se a continuidade da plataforma.

Depois da manifestação a tensão agravou-se, subindo de tom entre as greves gerais de 24 de novembro de 2011 e 22 de março de 2012. Foi um momento de fraturas e cisões. Os Indignados de Lisboa foram dos primeiros a abandonar a plataforma, por discordarem da aprovação de decisões não consensualizadas, mas a disputa de forças internas levaria ainda à saída dos PI, da UMAR, e de ativistas de outros grupos, ficando o P1O reduzido quase exclusivamente a elementos do MAS.

A plataforma existiria até 2014, mas já com um número muito menor de participantes (cerca de uma dezena por reunião, quase todos membros do MAS), continuando durante esse período a disputar o protagonismo na organização nas manifestações e marcando presença nas mesmas com a respetiva faixa da P15O.

3.3. QSLT

A ideia para a criação da nova plataforma surgiu dos PI, que pensaram em canalizar a recente recetividade a manifestações convocadas fora de estruturas tradicionais, como partidos e sindicatos, através de uma nova formação que convocasse um protesto contra as medidas de austeridade que estavam a começar a ser aplicadas pela Troika. O elemento dos PI que efetuou convites àqueles que seriam os primeiros elementos do QSLT não chegou sequer a integrar o grupo.

PrecariAcções Braga; PI; Protesto dos Professores Contratados e Desempregados; PROUTugal; Revista Rubra; S.O.S. Racismo; Socialismo Revolucionário (site 15 de Outubro)

Três eram membros dos PI, e um destes também da UMAR. O quarto era um elemento do PCP com proximidade às estruturas sindicais, tendo participado na organização da manifestação, embora optasse por não subscrever a convocatória, pois discordava da data de 15 de setembro já previamente definida quando o convidaram (mais tarde viria a reatar a sua participação no grupo para as posteriores manifestações). A escolha dos elementos iniciais levava em conta as áreas para onde a organização pretendia desenvolver-se, e um dos seus grandes objetivos era estabelecer uma ligação entre os grupos de ativismo e as estruturas tradicionais, como os sindicatos e o PCP, que até aí haviam permanecido ausentes destas plataformas.

Esse núcleo inicial fez uma primeira lista consensualizada de cerca de uma dúzia de pessoas. Já depois de ser criado o texto de convocatória da manifestação, houve um encontro de cerca de uma dúzia de pessoas numa cervejaria na zona do Largo de Camões, em Lisboa, onde cada um dos presentes ficou de sugerir e angariar nomes que colhessem consenso. O objetivo era que o grupo final não ultrapassasse as 20 a 30 pessoas. Pretendia-se que fosse suficientemente heterogéneo, para fazer pontes com diversos meios, mas também que tivesse suficiente coesão e sintonia para constituir uma base de trabalho funcional. Uma das preocupações foi evitar as situações de conflito e rutura que haviam ocorrido na P15O, ao mesmo tempo que se procurava abrir a esfera de influência para fora daqueles que já se encontravam no meio ativista.

Seguindo essa lógica, os convites incluíram ativistas com forte presença nas dinâmicas de protesto da altura (deixando de fora aqueles com os quais havia incompatibilizações, como os membros da Ruptura-Fer, mas também aqueles que se situavam mais afastados da lógica da democracia parlamentar, como os Indignados de Lisboa), bem como representantes de outros setores, nomeadamente os sindicais (entre os quais membros do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa – SPGL, da Attac e da generalidade dos partidos políticos de esquerda, sobretudo da extrema esquerda, mas chegando a abranger um membro do PS) e ainda personalidades conhecidas dos meios culturais que mesmo que não estivessem interessados em participar na estrutura organizativa podiam contribuir para dar destaque mediático ao evento.

O grupo que convocou a manifestação acabou por ser composto por 29 pessoas, apresentado no texto da convocatória como "um grupo de cidadãos e cidadãs de várias áreas de intervenção e quadrantes políticos".

"A austeridade que nos impõem e que nos destrói a dignidade e a vida não funciona e destrói a democracia. Quem se resigna a governar sob o memorando da Troika entrega os instrumentos fundamentais para a gestão do país nas mãos dos especuladores e dos tecnocratas, aplicando um modelo económico que se baseia na lei da selva, do mais forte, desprezando os nossos interesses enquanto sociedade", referia a mensagem, que terminava lançando o apelo a "todas as pessoas, coletivos, movimentos, associações, organizações não-governamentais, sindicatos, organizações políticas e partidárias".

A manifestação, marcada estrategicamente para uma data em que teria sido concluída a 5ª avaliação da Troika, deveria coincidir com o anúncio de novas medidas de austeridade. O que de facto veio a acontecer. O anúncio do primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, de que iria baixar a Taxa Social Única para as empresas e aumentar a contribuição dos trabalhadores para a Segurança Social, no fim de semana anterior à manifestação, levou a que o nível de adesões no Facebook disparasse. A Praça José Fontana, local inicialmente escolhido para a manifestação em Lisboa, acabou por passar a ser o ponto de partida do protesto que daí seguiu até à Praça de Espanha.

Tal como aconteceu com a P15O, a ideia inicial era apenas convocar uma manifestação. O grupo foi formado em torno desse objetivo específico e sem planos de uma continuidade *a posteriori*, até porque dificilmente se imaginava que a manifestação viria a ter tamanha adesão. Mas também neste caso, o impacto que alcançou levou à sua continuidade. Enquanto estava a decorrer a manifestação de 15 de setembro de 2012, foi decidido em cima da hora e logo anunciado um protesto junto à Presidência da República em Belém uma semana mais tarde, altura para a qual o Presidente havia convocado o Conselho de Estado.

A dinâmica de funcionamento após a manifestação esteve longe de ser pacífica, em especial em relação à decisão de alargamento a outros ativistas que começaram a desenvolver iniciativas próprias, como os artistas, alguns dos quais membros do CENA⁹, que organizaram a manifestação "Cultura é Resistência" na Praça de Espanha a 13 de outubro de 2012. Os artistas entraram em contacto com o QSLT, mas a manifestação não gerou consenso lá dentro, acabando por ser desenvolvida paralelamente, em colaboração com alguns membros do QSLT, entre os quais os que pertenciam aos PI e ao BE, que se mobilizaram fortemente para o mesmo.

⁹ Designado como sindicato dos músicos, dos profissionais do espetáculo e do audiovisual, surgiu em dezembro de 2011 através de um alargamento do Sindicato dos Músicos, numa tentativa de uma confluência mais abrangente destes profissionais.

A indecisão relativamente ao alargamento iria manter-se até dezembro de 2012, chegando a ameaçar criar uma situação de rutura dentro do QSLT. Perante essa indecisão, esses ativistas ligados ao meio cultural começaram por convocar, novamente fora do QSLT, a manifestação de "O Povo é Quem Mais Ordena" para 2 de março de 2013. Pouco depois, o QSLT decidiria finalmente integrar esses ativistas e envolver-se na promoção das novas manifestações.

O processo do alargamento foi novamente efetuado com os diferentes membros do QSLT a sugerirem nomes que depois tinham de ser consensualizados, tendo sido vetados ativistas da Revista Rubra e do RDA. Por essa altura, o impacto alcançado pelo grupo com a manifestação de 15 de setembro tinha atraído mais gente em seu redor, entre os quais gente vinda de uma geração anterior, que tinha tido alguma participação política no pós 25 de Abril mas entretanto se afastara. Para além dos ativistas ligados à área da cultura, foram integrados membros de sindicatos, como o dos estivadores, dos professores da Grande Lisboa, dos enfermeiros, dos membros da comissão de trabalhadores da RTP, a nova associação de reformados APRe!, ou o meio estudantil. A lógica foi continuar a alargar para outros meios, no sentido de criar uma rede que aumentasse a sua base de apoio. O grupo passou desse modo a ter uma dimensão significativamente maior, crescendo de 29 para 120 membros. O QSLT determinou que as decisões nos plenários fechados seriam soberanas, mas que os grupos de trabalho seriam abertos a quem quisesse participar. Essa lógica de funcionamento procurava não fechar o campo àqueles que tinham sido mantidos fora da estrutura.

Ao contrário do que aconteceu aquando das manifestações de 15 de setembro de 2012, nas de 2 de março de 2013 foram levadas a cabo inúmeras ações para promoção do evento, que incluíram desde estratégias mais tradicionais como a colagem de cartazes e a distribuição de panfletos até à promoção nas redes sociais e nos *mass media*. A ação que acabaria contudo por ter mais impacto foi a "grandolada"¹⁰ na Assembleia da República, que conheceria depois reproduções em cadeia. Os locais e horas onde iam decorrer eventos públicos com a presença de membros do Governo eram divulgados na Internet em páginas de diversos grupos de ativistas, por exemplo a dos Indignados de Lisboa, lançando o mote para o protesto.

Embora envolto em polémica relativamente à sua dimensão exata, o protesto de 2 de março, no Terreiro do Paço, voltou sem dúvida a ser um dos maiores do pós 25 de Abril, e o último que o

¹⁰ A ação consistiu na interrupção da intervenção do primeiro-ministro Pedro Passos Coelho na Assembleia da República efetuada por um grupo de ativistas que se levantou das galerias, começando a cantar a música de José Afonso "Grândola, Vila Morena" a 15 de fevereiro de 2012.

grupo conseguiria com semelhante dimensão.

O impacto conseguido surgiu como uma espécie de consolidação do seu reconhecimento como interveniente político, aumentando as pressões em seu redor e alimentando conflitos internos, ao mesmo tempo que as suas principais reivindicações – o fim do programa de austeridade da Troika e a demissão do Governo – não eram alcançadas, levando posteriormente a uma perda de entusiasmo, de esmorecimento da adesão aos protestos e mesmo ressentimento em relação às suas ações.

Com uma composição muito diversificada, que incluía desde ativistas ligados ao BE e ao PCP até outros sem proximidade partidária, a coesão do grupo vinha unicamente da sua posição de protesto, marcadamente de esquerda, não se estendendo à defesa de políticas alternativas concretas.

A recolha de assinaturas para uma moção de censura ao Governo e a organização de uma manifestação internacional "Povos Unidos Contra a Troika" a 1 de junho de 2013 foram as duas principais ações em que o grupo apostou em seguida, tendo a primeira contado com maior apoio e empenho dos militantes próximos do PCP, e a segunda dos do BE. A apresentação da moção acabou por não se concretizar, enquanto a manifestação nunca conseguiu obter destaque nos *mass media*, tendo registado uma fraquíssima adesão e passado quase despercebida à maioria da população.

A ineficácia das suas ações, acrescida do desgaste que a participação no grupo implicava face às pressões e ressentimentos do exterior e aos desentendimentos e conflitos no interior, contribuiu para que a maioria dos seus membros se fosse afastando.

A 26 de outubro de 2013 a estrutura levou a cabo uma última manifestação, "Não Há Becos Sem Saída", que seguiu do Rossio para a Assembleia da República, com atuações musicais e intervenções políticas. Foi organizada em parceria com outros grupos de ativistas, numa concertação marcada por uma relação tensa, de desconfiança e disputas. Embora tenha conseguido alguma adesão, esta manifestação ficou muito aquém das de 15 de setembro e 2 de março. A participação na iniciativa "Rios Vão Dar ao Carmo", onde ativistas do QSLT confluíram para o Largo do Carmo na véspera do 25 de Abril de 2014, seria uma das últimas iniciativas em que se envolveram, tendo cessado a sua atividade nesse ano.

3.4. PI

O grupo esteve desde o início muito presente no novo campo de mobilização política, pois a sua área de intervenção era a mesma que motivara a manifestação da GAR, cujos organizadores lhes solicitaram apoio. Os PI surgiram em sequência do *MayDay*, associados às manifestações do Dia do Trabalhador que começaram a ser promovidas em alguns países europeus, procurando juntar grupos de ativismo e organizações de trabalhadores precários com os sindicatos.

O *MayDay* foi criado em 2001 em Milão, no contexto dos protestos da alter-globalização, numa tentativa de confluência de movimentos tradicionais com os novos movimentos, durante uma celebração festiva do Dia do Trabalhador, influenciada pelo espírito das *Love e Gay Parades*, cujo modelo organizativo viria a funcionar numa base e lógica assembleária, horizontal, com decisões tomadas por consenso (Sampaio, 2010: 37, 46).

Em 2007 teve lugar a primeira manifestação do *May Day* em Portugal, contando com um reduzido número de participantes, parte dos quais do BE e alguns ativistas ligados à Match – Movimento Transição Académica, um movimento contra as praxes. A experiência teria continuidade com a criação dos PI, muito motivada pela Associação Política Revolucionária, que integrava o BE. A manifestação contava ainda com a participação dos membros do recém-formado grupo do Porto Fer.ve¹¹, que desceu até Lisboa.

A Solim (Associação Solidariedade Imigrante) e o SPGL, assim como os Intermitentes do Espectáculo, eram algumas das organizações com as quais havia grande afinidade.

As novas manifestações, convocadas a partir das redes sociais da Internet, apanharam o grupo numa fase de crescimento. A estrutura e rede de contactos era um capital que possuíam. Serviu para auxiliar na manifestação da GAR, fazendo alguma gestão da comunicação, arranjando pessoas para falar publicamente, e, a nível logístico, apoiando nomeadamente na criação e colagem de cartazes.

Em seguida, o grupo esteve muito presente na Acampada e na P150. Foi em sequência da sua saída desta última que, meses depois, esteve na origem do QSLT. Embora desde sempre muito adstrito ao BE, integrava também elementos independentes e de outras forças partidárias, como o

¹¹ O grupo Fer.ve – Fartas/os d'estes Recibos Verdes haveria de ser integrado em finais de 2012 nos PI.

PCP. Alguns ativistas entrevistados, membros de grupos com os quais se antagonizaram, como Ruptura-Fer – Mas e Revista Rubra, acusaram os membros dos PI de agirem de acordo com as determinações do BE.

Criado como um coletivo informal, em julho de 2012 constituíram-se como uma associação que em 2018 continua em atividade. Tem uma direção com 11 elementos e um núcleo de dezenas de militantes ativos que se reúnem em plenários, para além de trabalhos específicos, como dinamização do blogue, apoio jurídico, nomeadamente a bolseiros de investigação.

3.5. Ruptura-Fer – MAS

Grupo que saiu do BE e que deu origem ao partido MAS. Alguns dos seus membros vieram do meio universitário de Coimbra. O processo de saída do BE coincidiu com o período da Acampada e da organização do 15 de outubro, transpondo para esses espaços os diferendos e conflitos em relação às posições tomadas por membros do Bloco ou a ele afetos. Acabaria por ficar sozinho na P15O, que perdeu preponderância com o surgimento das manifestações promovidas pelo QSLT. Apenas um dos seus membros viria a ser integrado no QSLT, já durante o alargamento em janeiro de 2013. Apesar disso, participou sempre nas manifestações e nos grupos de trabalho relacionados com as mesmas, tendo-se mantido muito ativo nesse campo. Defendeu que as manifestações terminassem em assembleias populares, com microfone aberto a todos, à imagem do que sucedera no fim da manifestação de 15 de outubro de 2011. Ideologicamente são trotskistas.

3.6. Revista Rubra

Embora não seja constituído como um grupo de ativismo ou organização política, mas antes como uma revista de reflexão na área da extrema-esquerda, os seus membros têm estado também muito presentes nas manifestações e no circuito de ativismo, tendo participado ativamente tanto na Acampada como na P15O. É um grupo de pequenas dimensões, com apenas cerca de uma dezena de pessoas.

Foi criado por membros da Ruptura-Fer que decidiram abandonar o BE (numa altura em que

esse grupo ainda não decidira fazê-lo) e que estiveram envolvidos na criação do Comité para a Anulação do Pagamento da Dívida Pública (CADPP à imagem do CADPN pela dívida dos países do terceiro mundo). Surgiu em sequência da marcha anti-capitalista (promovida pelo RDA), antes da manifestação da GAR.

A maioria dos seus membros também proveio do meio estudantil de Coimbra. Saíram do Ruptura-Fer em 2005 e em 2006 do BE. Cerca de dois anos depois criaram a revista. As novas dinâmicas resultantes da manifestação da GAR surgiram como uma oportunidade de participação em iniciativas com outros grupos de ativistas em eventos de massas.

3.7. Indignados de Lisboa

Nasceu da Acampada do Rossio e da lógica de assembleias populares importada de Espanha. Manteve como ponto central de funcionamento a tomada de decisões por consenso, princípio de que não abdicaram e que os levou a abandonar a P15O. Na Acampada do Rossio, a sua perspetiva foi a de que as discussões sobre a contestação ao programa de austeridade não lhes interessavam em si mesmas, porque o seu objetivo era sobretudo debater a reforma do sistema democrático, para a construção de uma democracia participativa. Eram fortemente apartidários. Muitos dos seus membros eram mesmo anti-partidários, numa zona de confluência com o ideário anarquista. O processo de decisão, a envolvência no grupo, é para os seus membros tão importante como as decisões.

Parte dos membros que estiveram na origem do grupo vieram da PAGAN- Plataforma Anti-Guerra e AntiNato, que surgiu no âmbito dos protestos contra a cimeira da NATO que decorreu em Portugal em novembro de 2010, reunindo ativistas que se manifestaram fora de partidos políticos, nomeadamente à margem do PCP, acabando por serem isolados pela polícia durante esse protesto. Episódio que se revelaria marcante para os envolvidos, acentuando o seu antagonismo em relação às organizações políticas tradicionais.

Defendiam uma interação de proximidade e tinham repúdio por organizações que operavam numa outra escala, nomeadamente os *mass media*. Os seus membros foram bastante ativos nas redes sociais, nomeadamente no Facebook – onde promoveram as "grandoladas" – divulgando fotos com

a hora e o local onde políticos iriam estar presentes. Promoveram também outras ações como a *Festa Vip* no metropolitano de Lisboa¹². Bastante presentes nas manifestações, deixaram praticamente de estar ativos em 2013. O grupo ressurgiu ocasionalmente, como aconteceu durante a iniciativa "Todos Os Rios Vão Dar ao Carmo" (TRVDC), tendo levado também à criação de outros grupos, nomeadamente os Indignados de Benfica (este último grupo dedicou-se sobretudo à promoção de eventos como debates), a Assembleia Popular da Graça ou a Assembleia Popular de Algés, que procuravam dinamizar ações relativas às zonas de Lisboa em que estavam localizadas. Paralelamente aos Indignados de Lisboa, surgiram grupos similares em outros pontos do país, como a Assembleia Popular do Porto ou a Assembleia Popular de Coimbra, ativos sobretudo em 2011 e 2012.

3.8. Attac Portugal

Os seus membros desenvolveram logo colaborações com os organizadores dos protestos da GAR e integraram posteriormente a P150 e o QSLT. Organização com maior estrutura do que os novos grupos de ativismo, situa-se na zona de confluência entre Novos Movimentos Sociais (proximidade com os Fóruns Sociais Mundiais e lastro de redes internacionais que estiveram associados à sua origem) e partidos políticos. Procuram integrar membros dos diversos partidos de esquerda, sobretudo à esquerda do PS, onde ideologicamente se situam. Contam com membros e dirigentes de sindicatos, nomeadamente do SPGL, assim como elementos do PCP e do BE. Tiveram forte presença no QSLT e na Iniciativa Auditoria Cidadã (IAC).

A Attac - Association pour la Taxation des Transactions financières et pour l'Action Citoyenne surgiu em França no ano de 1998, em torno da luta pela aplicação da taxa Tobin, um instrumento de regulação dos mercados cambiais. Em 1999 foi criada a Plataforma Attac Portugal (site Attac Portugal), integrada na organização internacional que se estende por dezenas de países, mas a atividade do grupo só arrancaria verdadeiramente em 2002.

É um grupo de contestação à dominação da hegemonia de teorias económicas neoliberais, e parte da sua ação tem ido no sentido de sensibilizar a generalidade da população para a possibilidade de modelos alternativos.

¹² Um protesto performance em 2011 contra o preço dos transportes, no qual os membros do grupo satirizavam esse elevado preço, apresentando-se no metropolitano em trajes de gala.

3.9. Panteras Rosa

Esteve logo presente numa fase inicial da organização das manifestações da GAR. Um dos seus membros foi um dos primeiros contactados para se juntar ao grupo da GAR. A sua rede de contactos (fruto da sua participação em grupos de ativismo político desde os movimentos antipropinas dos anos 90) foi usada para o estabelecimento de pontes com o meio ativista.

Grupo de esquerda, fundado por membro do BE, que saiu da Ilga Portugal¹³ por pretender uma forma de intervenção mais direta e afirmativa, com ações de desobediência civil. Surgiu em 2004, na sequência de um caso de dois casais homossexuais que não foram realojados no Lumiar por a autarquia não os reconhecer enquanto agregado familiar. Nessa fase inicial estiveram também ligados à vinda a Portugal do barco do aborto, da organização *Women on Waves*¹⁴. A encenação de um casamento homossexual em frente à Assembleia da República¹⁵ foi uma das suas ações com maior destaque mediático.

Outras iniciativas, que levaram a cabo, foram os protestos motivados pelo caso de Gisberta, transsexual do Porto alvo de assassínio devido a homofobia; 'beijaços' em frente a esquadras e em jardins em reação às agressões da PSP contra casais homossexuais; a pintura com guache vermelho da fachada do edifício do Instituto do Sangue após a proibição de doações de sangue por parte de homossexuais masculinos; e a pintura da passadeira em frente à Embaixada da Rússia, com as cores do arco-íris, em sequência das medidas contra os homossexuais promovidas pelo Presidente Vladimir Putin.

Enquanto rede informal de reflexão e de ação direta, nas suas reuniões costumam participar cerca de uma dúzia de elementos, mas parte da dinâmica de funcionamento assenta nos contactos na *mailing list*. Agem em geral em função de notícias sobre situações de discriminação que os chocam e levam a agir, muitas vezes ao sabor de iniciativas individuais, não aprovadas ou concertadas organicamente. A média etária do grupo é baixa e verifica-se grande alternância dos participantes nas diferentes ações. Além de Lisboa, o grupo estende-se também a Coimbra e Porto.

¹³ Integrada no grupo internacional de intervenção lésbica, gay, bissexual, trans e intersexo, a associação Ilga Portugal foi fundada em 1995

¹⁴ Grupo fundado em 1999 e que se tem deslocado de barco a inúmeros países para levar a cabo ações de formação, de apoio e sensibilização, relativamente à contraceção e às formas seguras de se efetuar a interrupção voluntária da gravidez.

¹⁵ A ação teve lugar em outubro de 2008 como uma performance pela legalização do casamento homossexual

3.10. UMAR

Estiveram envolvidos na organização da manifestação de 15 de outubro de 2011. Alguns dos plenários da P15O decorreram inclusivé na sua sede, e um dos seus membros, que já havia aí representado o grupo, estaria depois na origem do QSLT. Integraram também a manifestação de 15 de outubro, em nome da Marcha Mundial das Mulheres – rede feminista e anticapitalista internacional à qual a UMAR pertence.

Assumiram uma posição de defesa da renegociação da dívida e, tal como os PI, afastaram-se da plataforma na manifestação da greve geral de 22 de março de 2012, tendo então optado por seguir no desfile junto da CGTP.

O grupo foi fundado em 1976 pela UDP¹⁶, de que se iria autonomizar anos depois. Conta com algumas centenas de associadas, a maioria acima dos 40 anos de idade, e algumas dezenas de membros ativos.

3.11. SOS Racismo

O grupo é uma referência no meio, tendo passado pelo SOS Racismo ativistas que posteriormente fundaram outros grupos, como os PI ou as Panteras Rosa. Apesar de ter marcado presença nas diversas manifestações, o grupo não assumiu grande papel na organização das mesmas.

O grupo nasceu em 1990, afeto ao PSR¹⁷, no rescaldo da morte de José Carvalho, membro do partido assassinado pelos *skinheads* durante um concerto na sua sede, na Rua da Palma em Lisboa. Torna-se posteriormente associação de utilidade pública, durante o período do Governo de António Guterres. Conta com cerca de mil membros, dos quais à volta de uma centena são elementos ativos na sua estrutura.

¹⁶ O partido marxista-leninista União Democrática Popular surgiu em dezembro de 1974 e viria a ser uma das forças políticas que esteve por detrás da criação do BE em 1999.

¹⁷ Criado em 1978, o Partido Socialismo Revolucionário é uma formação trotskista que foi um dos principais impulsionadores da criação do BE em 1999.

3.12. MSE

O Movimento Sem Emprego (MSE) surgiu por iniciativa de um ativista da revista Rubra que convocou o primeiro plenário para 1 de março de 2012. Pretendia apoiar os desempregados e defender o direito ao emprego. Cerca de meia centena de pessoas participaram no plenário, entre os quais membros do Rubra e do MAS, assim como independentes e outros ligados a sindicatos.

Num centro de emprego, organizaram uma ação que inicialmente pretendia ter a forma de uma inscrição simbólica, em jeito de denúncia para a falsificação dos números. Não tendo conseguido concretizar essa ação, efetuaram apenas a distribuição de panfletos do grupo à entrada do centro. Durante essa ação, um membro do grupo foi identificado pela polícia, sendo posteriormente constituído arguido por manifestação não comunicada.

Uma manifestação que convocaram para 30 de junho em São Bento obteve muito fraca adesão. O grupo nunca conseguiu vingar, embora se tenha mantido presente nas manifestações, com um pequeno número de elementos que apresentavam a faixa do MSE. A sua atividade passou pela tomada de posições públicas relativamente a medidas do Governo, solidarizando-se com ações de luta de trabalhadores, nomeadamente com o Sindicato dos Estivadores, com o qual estabeleceram contactos de aproximação.

No seu site, tinham um contador de desempregados em Portugal. O grupo deixou de estar ativo em 2013, após um período em que se manteve quase sem atividade.

3.13. RDA

Grupo comunitário criado cerca de seis meses antes das manifestações da GAR, juntando pessoas de várias proveniências, incluindo um movimento anarquista e do Gaia¹⁸ e as Edições Antipáticas, uma pequena editora. Diversos na sua composição, situam-se ideologicamente entre o anarquismo e o comunismo.

O grupo surgia em sequência da experiência dos Okupas, em especial da "Casa

¹⁸ Grupo ecologista (que ganhou destaque pelas ações contra plantações de milho transgénico no Algarve).

Encantada"¹⁹, apresentando tendências autonomistas e numa lógica de criação de organizações paralelas ao Estado, auto-organizadas e de vivências comunitárias.

Foram contactados pelo grupo da GAR no sentido de efetuar o controle da manifestação, nomeadamente para conter a atuação da extrema-direita. Ainda estiveram envolvidos na P15O, mas foram mantidos de fora do QSLT.

Bastante críticos em relação às estruturas organizativas, posições que veicularam nomeadamente no blogue Spectrum (blogue Spectrum).

Com um modelo de funcionamento dinâmico, têm um espaço gerido pelo grupo fechado, ao qual se adere por convite e onde as decisões são tomadas por consenso. Nesse espaço, situado na Rua do Regueirão dos Anjos (o grupo adotou como nome a sigla da rua, aproveitando o paralelismo com a da antiga República Democrática Alemã), em Lisboa organizam festas e concertos, debates e refeições. Uma dinâmica que transpuseram para a manifestação da GAR e para a Acampada do Rossio, nomeadamente dedicando-se à elaboração de refeições.

Anteriormente, tinha sido um dos grupos envolvidos na convocação de manifestações para dias de greve, juntamente com outros com que já tinham levado a cabo as jornadas anticapitalistas.

O seu espaço acabou por se tornar num ponto de confluência de ativistas que tinham estado presentes na Acampada do Rossio. Afastaram-se das discussões de opções governativas, como a suspensão ou renegociação da dívida, assumindo uma posição de rejeição do sistema democrático vigente.

3.14. APRe!, Aposentados, Pensionistas, Reformados

Formada quatro meses antes das manifestações de 2 de março 2013, face à perspetiva de o Governo de Pedro Passos Coelho avançar com cortes sobre as pensões, a associação rapidamente obteria grande adesão, tendo em poucos meses chegado à dezena de milhar de associados. Os reformados foram um dos grupos que mais contribuiu para essas terem sido das maiores manifestações pós-25 de Abril. No desfile do protesto em Lisboa, a APRe! encabeçou a Maré

¹⁹ Um dos poucos e mais dinâmicos do movimento Okupa em Lisboa, consistiu na ocupação da casa na zona da Praça de Espanha em Lisboa, durante os anos 1990.

Grisalha.

A ideia para a criação da associação partiu de um núcleo de professores da Escola Secundária Infanta Dona Maria, de Coimbra, tendo a sua atividade permanecido sempre centralizada nessa cidade. Sendo a direção próxima da área do PS, a associação também reúne elementos da área do BE, PSD e CDS-PP. Porém, não conseguiu congregiar apoios de reformados da área do PCP, dada a existência de uma organização similar: a Inter-Reformados (da CGTP).

"Ter um papel ativo na definição das políticas públicas; ser um parceiro social perante as instituições públicas e as instituições da sociedade civil; lutar contra a discriminação da terceira idade, contra os sentimentos de medo e de vergonha que estão a crescer no seio dos aposentados e pensionistas; melhorar a vida dos seus associados lutando contra o isolamento e a vulnerabilidade dos aposentados e reformados, pela defesa de um envelhecimento participativo", são os objetivos da associação que se apresenta como "cívica, laica, apartidária" (site APRe!).

Em maio de 2013, efetuaram um protesto dentro das galerias da assembleia, onde alguns elementos se apresentaram com t-shirts onde se via a inscrição "APRe! Não Somos Descartáveis" e cantaram a "Grândola, Vila Morena". Mas depois do 2 de março não conseguiriam repetir o mesmo nível de adesão e o número de associados também veio a decair significativamente, assim como a sua capacidade de mobilização. No outono de 2014, ainda realizaram um desfile de protesto até ao parlamento, onde a delegação da APRe! foi recebida por representantes dos diversos partidos. Depois disso não voltaram a promover protestos, mas continuaram a organizar debates e sessões de esclarecimento em diversos pontos do país, sobre os problemas que os afetam.

Nas celebrações do 25 de Abril, a associação é habitualmente representada por um grupo de membros que participam no desfile em Lisboa, com a respetiva identificação da associação. Tal já não acontece nas celebrações do Dia do Trabalhador, onde os membros já se dividem entre as iniciativas da UGT e da CGTP, refletindo as várias tendências existentes na organização.

Estiveram representados no QSLT por um dos seus elementos (que viria a ser candidato às eleições europeias pelo BE – algo que o próprio referiu como tendo gerado críticas por alguns dos membros da APRe! e que associou a posteriormente não ter voltado a integrar a direção da associação). O representante da APRe! no QSLT viria ainda a intervir na última manifestação da plataforma "Que Se Lixe a Troika. Não há Becos Sem Saída!", mas apesar disso a presença dos seus

membros não se fez aí notar, tendo a confluência da associação com o QSLT ocorrido sobretudo no 2 de março.

3.15. (D)eficientes Indignados

Grupo que surgiu em 2012, ganhando destaque com a vigília contra cortes nos apoios sociais que efetuaram diante da Assembleia da República a 2 de outubro. A 7 de fevereiro de 2013, realizaram outra ação de protesto, em frente ao Ministério das Finanças, sob o lema "Vamos acordar o Gaspar – concentração ruidosa", que tinha por alvo o então ministro Vítor Gaspar e denunciava o impacto que o aumento das deduções do IRS tinha sobre este grupo com dificuldades específicas. Ações que surgiram envoltas em apoios recíprocos para com ativistas de outros grupos que se encontravam então em grande fase de mobilização. Os (D)eficientes Indignados teriam a sua própria maré na manifestação "Que Se Lixe a Troika – O Povo É Quem Mais Ordena". O elemento do grupo que por essa altura integrara o QSLT foi eleito deputado pelo círculo do BE em Lisboa nas legislativas de 2015.

3.16. Sindicatos dos Estivadores, Trabalhadores de Tráfego e Conferentes Marítimos do Centro e Sul de Portugal – SETC

No caso dos estivadores do Porto de Lisboa, os protestos contra as medidas de austeridade cruzaram-se com a luta contra a precarização dos postos de trabalho, o que originou longas greves durante este período, num braço de ferro com o Governo. Em janeiro de 2013 seria aprovado o novo regime do trabalho portuário.

Estrutura sindical independente, os estivadores marcaram presença bastante visível nos protestos de rua neste período, tanto em manifestações autónomas como nas greves gerais e em outras convocadas pelos grupos de ativismo com os quais iriam desenvolver laços. Estiveram representados no QSLT. Embora tenham vindo a contar com apoios da CGTP, não integram a estrutura. A nível internacional, são filiados no International Dockworkers Council e desenvolveram diversas ações de solidariedade recíprocas com estivadores de outros países, alguns dos quais participaram em manifestações portuguesas.

CAPÍTULO IV: A IDENTIFICAÇÃO DO CICLO DE PROTESTOS NO DESENNOLAR DO TRABALHO DE CAMPO

4.1. As grandes manifestações que deram origem às diferentes estruturas: o 12 de março de 2011 (GAR), o 15 de outubro de 2011 (P15O), o 15 de setembro de 2012 (QSLT). A observação e percepção exterior aos grupos organizadores

As manifestações da GAR, de 12 de março de 2011, abriram um novo campo de contestação política em Portugal, que virá a ser integrado dentro de outros formatos de ação coletiva nas democracias ocidentais, através do recurso às redes sociais da Internet para iniciativas de contestação política. O uso do Facebook foi uma inovação de repertório das Primaveras Árabes, na luta contra regimes ditatoriais e totalitários. Transposta para um contexto de crise dos sistemas democráticos dominados pelo capitalismo neoliberal, permitiu que novos grupos e formações promovessem protestos políticos de enorme adesão e impacto, de forma autónoma aos partidos políticos e aos sindicatos.

Como já referimos os telemóveis e a Internet tiveram um importante papel no desenrolar da Primavera Árabe, permitindo contornar a censura aos órgãos *mass media* e contribuir para desencadear processos de democratização.

Mohamed Bouazizi, um vendedor de rua que se autoimolou em frente a um edifício governamental da Tunísia a 17 de dezembro de 2010 – manifestando-se contra a humilhante e recorrente confiscação dos seus vegetais e fruta, levada a cabo por polícias corruptos – fez disparar a vaga de protestos no seu país, que depois se estenderiam a outros países da região, dando lugar à chamada Primavera Árabe. O ato praticado pelo vendedor tunisino, que viria a falecer cerca de duas semanas depois do seu ato desesperado, foram filmadas por telemóvel por um primo e colocadas a circular na Internet (Castells, 2015: 22).

No Egito, a prisão de Esraa Abdel Fattah não conseguiu travar a onda de contestações promovida através do Facebook, que mostrou ser uma infraestrutura descentralizada e agregadora, dificilmente controlável por um regime, que, preocupado em manter uma imagem internacional não autoritária, não levou a cabo uma repressão massiva (Farris, 2008: 1-3).

Por seu turno, os protestos do sul da Europa ocorreram num contexto neoliberal em que o

domínio dos critérios económico-financeiros – com gestões tecnocráticas da crise económica, em nome das quais são impostas medidas de austeridade – retiraram o espaço para o debate, criando uma espécie de sistema em que a esfera pública é fechada (Schlembach, 2012: 235). As redes sociais vão contribuir para a reabertura dessa arena a novos indivíduos e grupos, que surgem como não comprometidos com os critérios dominantes e que subitamente ganham grande destaque, com o impacto inicial nas redes sociais a tornar-se *mainstream* à medida que é transposto também para os *mass media*, levando a alterações nas suas agendas informativas.

Em Portugal, as manifestações de 12 de março de 2011 representaram um "momento fundacional" de novos ciclos de protesto político, "a identificação de uma condição comum associada – a denominada GAR – produziu um sentimento de união e de reconhecimento que ultrapassou o ciberespaço e se materializou na ocupação do espaço público urbano", conforme nota o sociólogo e atual deputado do BE, José Soeiro (Soeiro, 2014: 62).

"Que Parva que Sou", a música dos Deolinda – cuja letra exprime o sentimento de frustração muito presente entre membros de uma nova geração que, após terem alcançado um nível elevado de formação académica, se confrontam com enorme dificuldade em entrar no mercado de trabalho, remetidos para estágios gratuitos e para a precariedade laboral – foi o elemento que espoletou uma reação em cadeia que deu lugar às manifestações da GAR a 12 de março de 2011.

O tema fez parte do alinhamento dos concertos que a banda leva a cabo nos Coliseus de Lisboa e Porto em finais de janeiro de 2011. A apresentação da música ao vivo teve forte impacto, registado em vídeo através de telemóvel por elementos do público, que o partilham na Internet com recurso ao YouTube (YouTube, 2011a) e ao Facebook. O fenómeno não passou despercebido aos *mass media*, que lhe dedicaram peças televisivas (YouTube, 2011b), crónicas e artigos de opinião, também estes, por sua vez, propagados via Internet e através do Facebook, alargando a espiral de efeitos em cadeia.

A vaga de reações em torno da música dos Deolinda levou um jovem recém-licenciado a criar uma página no Facebook para promover o debate sobre a situação de precariedade laboral – em seguimento de uma discussão sobre o assunto que mantivera com outros três amigos, ex-colegas do curso de Relações Internacionais, e da conclusão, a que haviam chegado, de ser necessário promover o debate sobre o mesmo na 'praça pública'.

"Nós, desempregados, 'quinhentoseuristas' e outros mal remunerados, escravos disfarçados, subcontratados, contratados a prazo, falsos trabalhadores independentes, trabalhadores intermitentes, estagiários, bolseiros, trabalhadores-estudantes, estudantes, mães, pais e filhos de Portugal" (site Geração à Rasca, 2011a) foi o modo como o grupo começou por se apresentar no manifesto inicial. A convocatória para a manifestação foi depois feita em nome de "um movimento informal, não hierárquico, apartidário, laico e pacífico que defende o reforço da Democracia em todas as áreas da nossa vida" e que "pugna pela promoção de uma cidadania cada vez mais ativa". O apelo (site Movimento 12 de Março) para a manifestação conseguiu forte adesão, face ao descontentamento com a situação económica, social e laboral e ao sentimento de não representatividade pela classe política.

O nome que assumiram, GAR, fazia um trocadilho com "geração rasca", designação criada em 1994 pelo então diretor do jornal Público, que a utilizou como título de um editorial em que exprimia a indignação pelo modo como os estudantes tinham protestado contra a ministra da Educação, Manuela Ferreira Leite, reprovando atitudes ofensivas tomadas no protesto. Embora o grupo inicial de jovens que convocaram essa manifestação fosse de uma geração posterior, a luta estudantil dos anos 90 surgiu como um antecedente do repertório de luta que estará presente no protesto. Alguns elementos ainda estavam ativos e aderiram ao grupo da GAR, tendo um papel importante na organização do evento, nomeadamente através da ligação a diferentes estruturas de ativismo político, conforme mais adiante iremos constatar (site Movimento 12 de Março).

Os ciclos de protesto são frequentemente espoletados por eventos imprevisíveis que não estão sob controlo de uma única entidade, criando uma onda que frequentemente toma a aparência de uma ação coletiva supostamente espontânea, mas a cujas estratégias e resultados dão estrutura tanto as anteriores tradições como a novas formas organizativas (Tarrow, 1993: 285). A música dos Deolinda surgiu como esse tipo de evento imprevisível que levou os quatro jovens a avançarem para as publicações na Internet, as quais geraram a convocação do evento numa nova forma de organização. Nesse processo, os jovens iriam interagir quer com os *media* quer com diversos grupos de ativistas. A larga adesão às manifestações abriu um período de enorme inovação e dinamização na convocação de protestos, dando lugar a uma espécie de "momentos de loucura" em que tudo parece possível, e ao longo dos quais surgem novos atores (Tarrow, 1993: 281)²⁰.

²⁰ O surgimento de uma mutualidade instantânea e de um objetivo comum indica que derivaram de um registo escondido. Quando esse registo escondido é exposto abertamente pela primeira vez, ganha uma força eletrizante (Scott, 1990: 223, 224). Ao mesmo tempo que os movimentos sociais tradicionais, partidos políticos e sindicatos, não

Quando mais adiante, em fevereiro de 2013, numa fase inicial do trabalho de campo, nos deslocámos a Coimbra para participar no 2º Encontro Nacional de Assembleias Populares, um desabafo de um ativista captou a nossa atenção e deixou-nos intrigados: "Somos sempre os mesmos. Conhecemo-nos todos". No encontro estavam presentes cerca de 40 pessoas de 5 grupos portugueses – Indignados de Lisboa, Assembleia Popular da Graça, Assembleia Popular de Évora, Assembleia Popular de Coimbra e Assembleia Popular de Santarém – e dois convidados de assembleias populares espanholas (de Madrid e de Santiago de Compostela). Era claro o esmorecimento da atividade da grande maioria destes grupos, apesar de serem bastante recentes. Os anfitriões indicaram aliás que a Assembleia Popular de Coimbra já nem se encontrava ativa e que um dos objetivos de organizar o encontro foi o de tentar reativar o grupo. Outros grupos, como o do Porto, também pareciam já não estar em atividade e não estavam sequer representados.

As Assembleias Populares ou grupos de indignados (como alguns se designavam) haviam surgido há cerca de dois anos, como estruturas não hierarquizadas, sem líderes e numa lógica de funcionamento horizontal, dentro da qual todas as decisões eram tomadas por consenso. Um modelo que fora gerado sob a influência dos movimentos assembleários espanhóis, próximo de uma lógica anarquista, procurando novos modelos de democracia mais participativa. A falta de objetivos ou de projetos concretos em que se envolvessem eram apontados como alguns dos fatores que levavam ao declínio da atividade dos grupos.

Além de revelar a decepção face ao fechamento dos grupos dentro dos mesmos ativistas e ao fracasso do seu crescimento ou mesmo da sua manutenção, a frase do jovem ativista intrigou-nos por apontar para o grau de proximidade próprio de um microuniverso, onde toda a gente parecia conhecer-se. De onde, em torno de quê vinha essa familiaridade? O Facebook era uma plataforma

davam resposta à situação da geração de recém-licenciados que viam goradas as suas expetativas de ascensão ou mesmo de manutenção da sua posição social, estes jovens encontravam-se numa realidade fragmentada, atomizada, e de fracos níveis de contestação política, o que contribuía para o acatamento e resignação. Muitos deles estavam num quadro de trabalhadores de serviços, precários, numa sociedade da informação em que "sentimentos, dificuldades e histórias comuns não parecem ser pretexto para reforço identitário, para partilha e necessidade de organização, para processos de luta coletivos que transformem as condições de trabalho e possam dar corpo a alternativas" (Louçã, 2012: 78). A individualização do trabalho e das suas relações laborais remetia-os para realidades espartilhadas entre espaço e tempo e face a isso os caminhos da sua "emancipação podem passar bem mais pela atividade em redes sociais, do que pelas respostas que constroem em comum com colegas de trabalho" (Louçã, 2012: 78, 79). A música dos Deolinda ativou a exteriorização coletiva da frustração das suas expectativas goradas, que ganhou uma forma eletrizante que deu origem a reações em cadeia, que resultou na mobilização através do Facebook, a rede social da Internet, capaz de resgatar a união entre essa realidade fragmentada, dando lugar às grandes manifestações. A súbita união e o surgimento de um movimento de grande amplitude deu repentinamente a esperança de uma possibilidade de mudança e tentará ser operacionalizado por novos atores – ativistas que vão procurar interagir nesse novo espaço de mobilização.

usada pela generalidade desses grupos para divulgarem as suas atividades, constituindo um meio de comunicação e de contacto com a sua rede. Mas tratando-se de grupos de pontos diferentes e por vezes distantes do país, o comentário parecia apontar para um tipo de conhecimento mais regular e mais próximo do que o estabelecido apenas pela Internet²¹.

Viríamos posteriormente a constatar que os perto de dois anos passados desde as manifestações da GAR tinham sido um período extremamente intenso e rico no ativismo português, com grande dinamismo e mudanças, e todo um historial de vivências muito marcantes para quem interagira naquele meio, historial que importava reconstituir para compreender a teia de relações em causa. Uma série de grupos e estruturas haviam emergido. Alguns já em queda por essa altura, representavam antecedentes que tinham conduzido à situação presente e a condicionavam. O êxito na convocação das manifestações pelo Facebook gerara uma onda de entusiasmo e disputa dentro do meio, face à inédita possibilidade da obtenção de bases de apoio muito alargadas. Mas a adesão de uma parte significativa da população apenas ocorrera nos momentos pontuais das grandes manifestações. Paralelamente, toda uma teia de relações se desenvolvera no meio bastante circunscrito do ativismo, com processos de aproximações e estabelecimento de alianças, disputas e antagonizações. Algo que facilmente passava despercebido a quem não se encontrasse nesse meio.

Os contactos que até aí tivemos com o meio que se ia estudar reduziam-se sobretudo à participação nas três grandes manifestações que haviam tido lugar até a essa data, à presença numa reunião de preparação da Primavera Global (também ainda no âmbito de uma fase exploratória inicial para a delimitação do campo de estudo) e de contactos para artigos no Expresso.

Observáramos no Facebook o tremendo crescimento do número de adesões à manifestação da GAR, de 12 de março de 2011, que se tornou ainda mais exponencial após o fenómeno ter começado a merecer a atenção dos *mass media*. Participámos na mesma, partilhando da onda de entusiasmo em torno de uma súbita e inesperada dinamização política extrapartidária, motivada por um sentimento de indignação pela ausência de perspetivas para uma nova geração em situação de precariedade laboral. Acompanhámos o desfile que desceu do Marquês de Pombal até ao Rossio,

²¹ Embora este meio tivesse conhecido um grande crescimento recente, nomeadamente com o surgimento de novos grupos e plataformas, em sequência e alimentado pela intensidade das grandes mobilizações, irá constituir uma realidade bastante díspar dessas mobilizações gerais. É um campo algo fechado, com proximidade e coesão, cheio de alianças, disputas e antagonismos, em que se procura marcar posição face às instituições políticas nacionais e internacionais. Será o campo micro sobre o qual o trabalho de campo desta tese irá centrar-se, numa abordagem que o procura enquadrar dentro do contexto macro em que ele se insere.

com espanto e satisfação por ver a Avenida da Liberdade repleta de gente, jovens, mas também adultos e idosos, muitos dos quais empunhando cartazes artesanais, pintados à mão, exprimindo sobretudo essa frustração por falta de perspectivas profissionais, algo que tomámos como sinal de espontaneidade, em contraste com a habitual mobilização em torno de estruturas organizativas tradicionais. Víramos um pequeno grupo de *skins*, neonazis, a desfilarem vestidos de preto em sentido contrário da restante manifestação, como se quisessem apanhar também boleia do protesto generalizado, mas ganhando destaque por irem contra a corrente. Uma posição de um grupo conhecido pelas suas posições xenófobas e de apologia da violência, que destoava claramente do ambiente dominante do protesto. No pequeno palco montado no Rossio, assistimos às intervenções dos Homens da Luta, o grupo musical que fora eleito para representar Portugal no concurso de música ligeira da Eurovisão, e que satirizava as referências do pós-25 de Abril, com os seus dois elementos a surgirem como camaradas de outros tempos que se tinham deixado levar por uma sociedade consumista que agora frustrava as suas aspirações. Assistimos também à intervenção de um dos membros da banda Blasted Mechanism a favor dos 'movimentos de transição', defensores de mudanças de paradigma no sentido de criar sistemas mais ecologicamente sustentáveis – uma sociedade mais próxima e em respeito para com a natureza. Após a intervenção deste último, no meio da multidão, um jovem comentava "este gajo sempre foi muito confuso, a falar". Ao que um amigo lhe respondeu, "tu também sempre foste muito confuso". Unidas pelo sentimento de indignação face à precariedade, que tinha conseguido criar uma súbita onda de entusiasmo capaz de tirar de casa um mar de gente, que habitualmente não participava em manifestações, a heterogeneidade das pessoas presentes era marcante, a par da indefinição ideológica e da ausência de defesa de alternativas políticas. Era uma incógnita se se tratava de uma fase embrionária de algo que iria surgir ou se se resumiria a um epifenómeno isolado.

Alguns meses depois, participámos também na manifestação de 15 de outubro, que desceu do Marquês de Pombal até à praça em frente da Assembleia da República. Embora de menor dimensão do que a anterior, o nível de adesão mantinha-se superior ao habitual e inédito face à não ligação aos movimentos tradicionais. Era inserida no âmbito de manifestações que decorriam naquele dia em simultâneo em vários países, contra instituições financeiras dominantes, colhendo influência tanto das manifestações dos Indignados ocorridas em Espanha a partir de 15 de maio, assim como o movimento OWS, espoletado cerca de um mês antes nos Estados Unidos. Mas em Portugal surgiu como uma continuidade do entusiasmo participativo ocorrido com a GAR e após o

anúncio, que o primeiro-ministro Pedro Passos Coelho fizera dias antes, de cortes nos subsídios de férias e de Natal, no âmbito das medidas de austeridade.

O manifesto da convocatória, "Pela Democracia participativa. Pela transparência nas decisões políticas. Pelo fim da precariedade de vida" começava aliás por estabelecer a ponte, afirmando que "somos 'gerações à rasca'" e explicando que naquele dia se vinha para as ruas protestar contra o "atual modelo de governação política, económica e social. Um modelo que não nos serve, que nos oprime e não nos representa" (site Acampada de Lisboa, 2011a).

Mantinhm-se os cartazes artesanais, com palavras de mote contra a precariedade, agora acompanhados por outros contra as privatizações e contra a banca. Acompanhámos a marcha próximo de uma faixa de um grupo denominado como Portugal Uncut, ao qual pertenciam alguns amigos de amigos, mas sobre o qual nada sabíamos na altura. Já não estivemos presentes quando os manifestantes derrubaram as grades e tomaram a escadaria diante da Assembleia da República. Foi algo de que tivemos conhecimento pelos *media*, que explicavam o sucedido, mais do que por uma atitude de afronta às autoridades, pela escassez de espaço, face à quantidade de pessoas que enchiam por completo o largo.

Já em relação à grande manifestação que se seguiu, "Que Se Lixe a Troika – Queremos as Nossas Vidas!", que teria lugar a 15 de setembro de 2012, começámos por contactar a plataforma que a organizou para elaborar um artigo no Expresso (numa fase em que ainda não havíamos começado o trabalho de campo e não tendo nesse contacto referido a tese que nos encontrávamos a iniciar). Falámos com 4 dos 29 subscritores do manifesto, que apresentaram a recém-criada QSLT como uma estrutura apartidária, vinda das novas dinâmicas dos movimentos sociais, geradas em torno das duas anteriores grandes manifestações. Duas das pessoas com quem falámos eram figuras destacadas do meio cultural, com alguma participação nos movimentos político-sociais pós-25 de Abril, e que agora sentiam o ímpeto de voltar às ruas para protestar contra os cortes que estavam a ser implementados pelo Governo PSD/CDS-PP e "exorcizar a ditadura económica".

"É preciso fazer qualquer coisa de extraordinário. É preciso tomar as ruas e as praças das cidades e os nossos campos. Juntar as vozes, as mãos", começava por referir o texto da convocatória. "Quem se resigna a governar sob o memorando da Troika entrega os instrumentos fundamentais para a gestão do país nas mãos dos especuladores e dos tecnocratas, aplicando um

modelo económico que se baseia na lei da selva, do mais forte, desprezando os nossos interesses enquanto sociedade, as nossas condições de vida, a nossa dignidade", referia ainda o texto, que apelava à manifestação pacífica e se demarcava de eventuais comentários "racistas, xenófobos ou fascistas" que surgissem na sua página na Internet.

Apesar do êxito das duas anteriores manifestações e do crescimento exponencial de adesões no Facebook, demo-nos conta que o protesto ainda era encarado com algum ceticismo por parte dos *media*, nomeadamente pela falta de reconhecimento dos seus organizadores como interlocutores de movimentos sociais.

O anúncio das alterações da Taxa Social Única²² (TSU) efetuado pelo primeiro-ministro Pedro Passos Coelho, uma semana antes da manifestação, fez disparar o número de participantes, levando a que ela tivesse um nível de participação superior ao da GAR, neste caso com a mobilização a surgir como uma forma de pressão contra uma medida específica. O que terá aliás levado o Governo a recuar na sua decisão, mostrando a eficácia potencial deste tipo de iniciativas.

O percurso da manifestação, que seguia da Praça José Fontana para a Praça de Espanha, passava em frente às instalações do FMI. Aí o protesto ficou um pouco mais tenso, ocorrendo nomeadamente o lançamento de petardos. Após acompanharmos os milhares de manifestantes que enchiam as ruas, deparámos com a Praça de Espanha repleta de gente. Nem chegámos a ouvir as intervenções efetuadas, que passaram algo despercebidas devido à estrutura precária e ao fraco sistema de som, claramente insuficiente face à quantidade de pessoas no local. Muitos dos manifestantes voltavam a apresentar-se com cartazes artesanais. Na Praça de Espanha vimos algumas figuras conhecidas, algumas das quais próximas do BE, mas também de outras áreas políticas, nomeadamente uma conhecida jornalista que integrara o CDS-PP e que ali se apresentava também a manifestar-se. Reparámos nas expressões de descontentamento de alguns ativistas com os organizadores do protesto, aos quais acusavam de vedetismo, e que abandonaram o local, seguindo para frente da Assembleia da República. Nessa altura, porém, ainda não tínhamos consciência das disputas entre diferentes grupos que motivaram essa atitude.

Antes desta última manifestação, em março de 2012, estivemos numa das primeiras reuniões de organização da Primavera Global, na Livraria Ler Devagar, na Fábrica de Braço de Prata. Entre os cerca de 80 ativistas presentes, havia membros de grupos como os PI, o SOS Racismo, a P150, o

²² As alterações iam no sentido de diminuir os impostos às empresas e aumentá-los aos trabalhadores.

Portugal Uncut e outros que não conhecíamos até então, como a Democracia Real Já, o MSE, o Movimento Despertar Portugal, a Revista Rubra, a Assembleia Popular da Graça, o Movimento Despertar Portugal, os Indignados de Lisboa. O repto tinha chegado do estrangeiro, e a ideia era fazer uma ponte entre as Primaveras Árabes e os países ocidentais, entre a contestação política e os movimentos de transição.

Um ativista da Revista Rubra contava que na véspera tinha sido alvo de agressão policial durante a manifestação, e defendia a necessidade de, no futuro, haver uma movimentação mais grupal naquele tipo de situações. A manifestação, ocorrida por ocasião da greve geral, fora marcada por violência policial contra alguns ativistas e fotojornalistas. Também constituiu um momento marcante de rutura de alianças formadas entre ativistas. Os ativistas dos PI e da UMAR afastaram-se então de alguns grupos. Mas esse era um fator que na altura ainda passava totalmente despercebido, pois ainda não tínhamos tomado contacto com as dinâmicas internas dos grupos de ativismo.

Embora não tenhamos chegado a estar presentes na Primavera Global, acabaríamos também por escrever um artigo de antevisão do evento para o Expresso. O mote dos organizadores era "celebrar as Primaveras várias, desde as árabes, ao 12 de março em Portugal, ao 15 de maio em Espanha e aos subsequentes movimentos de indignados que surgiram em diversos pontos do mundo", assentando em dois eixos: a criação de uma economia solidária e de uma democracia mais representativa. Os organizadores referiram que a iniciativa decorreria em 350 cidades de 40 países. Mas acabou por não conseguir grande adesão, tendo passado praticamente despercebida à generalidade das pessoas. Em Lisboa, foi marcante sobretudo para o meio ativista, permitindo o contacto direto dos envolvidos nas inúmeras iniciativas que ali tiveram lugar.

As manifestações da GAR, as de 15 de outubro de 2011 e as do "Que Se Lixe a Troika – Queremos as Nossas Vidas!" ficaram associadas à afirmação de três plataformas, que as convocaram e emergiram dentro de intensas dinâmicas estabelecidas no meio ativista. O período em questão foi de acentuadas mudanças, e quando iniciámos o trabalho de campo as duas primeiras (GAR e P15O) já estavam em fase de declínio, enquanto a terceira (QSLT) havia ganhado preponderância e viria a dominar a segunda e última fase dos grandes protestos contra as medidas de austeridade.

4.2. Os primeiros contactos com os grupos de ativismo no pós 15 de setembro, em vésperas da última grande manifestação

A observação da Internet foi o ponto de partida para o início do trabalho de campo em finais de 2012. Através do Facebook obtivemos os locais e horas de reuniões de grupos de Lisboa que operavam no campo que pretendíamos estudar. Grupos que acabámos por constatar serem de pequenas dimensões. O MSE reunia-se semanalmente numa sala da Junta de Freguesia de Santa Catarina, contando normalmente com menos de uma dezena de participantes. As reuniões da P15O, que tinham lugar numa esplanada de um centro comercial dos Restauradores, pouco superavam esse número de participantes. Alimentados pelo entusiasmo obtido pela enorme participação da manifestação de 15 de setembro desse ano, por essa altura tinham lugar inúmeras manifestações, a maior parte de pequena ou média dimensão, e grande parte da atividade destes grupos era centrada na sua participação nelas. Era o caso da P15O que, embora não conseguisse voltar a registar adesões minimamente comparáveis aos da manifestação que esteve na origem do grupo, continuava a promovê-las e a obter algumas referências nos *media*. Paralelamente, marcavam também presença nas manifestações promovidas por outras estruturas, como ocorrera no 15 de setembro. Entretanto, o M12M (a associação que os membros da GAR haviam constituído) deixara de estar ativo, tendo dado lugar à Academia Cidadã, um projeto então em fase de arranque, que pretendia dar formação na área do ativismo político. Os seus membros tinham-se expressamente afastado da arena altamente disputada da convocação de grandes manifestações, nas quais ainda participavam mas de forma marginal, sem se envolverem na respetiva organização. Pretendiam afirmar-se antes numa esfera didática, que procuraria nomeadamente trazer o conhecimento de experiências levadas a cabo noutros países, como os movimentos cívicos norte americanos e a criação de estruturas de dinamização de iniciativas de cidadania.

Em confluência com esse novo campo de convocação de manifestações, surgiam também outras estruturas, como o Attac Portugal, a secção nacional de um grupo internacional de esquerda que procurava fazer frente ao capitalismo neoliberal e que agregava elementos de movimentos tradicionais, sobretudo partidos políticos à esquerda do PS e sindicatos.

Em janeiro de 2013, assistimos a uma conferência que promoveram no cinema São Jorge em Lisboa, com membros da organização internacional oriundos de diversos países, e à reunião fechada da organização, que decorreu no dia seguinte. Apesar de terem como ponto comum a contestação ao

modelo de capitalismo neoliberal transnacional, os efeitos deste diferiam nos diversos países, criando realidades e dinâmicas distintas, e esse desencontro notou-se, em especial na reunião interna do grupo. Posteriormente, também assistimos a uma reunião da Attac Portugal que decorreu nas instalações do SPGL – com a presença de cerca de 20 pessoas, a generalidade acima dos 30 anos de idade – onde foi discutido o programa de ação para 2013-2014. As principais iniciativas destinavam-se a desenvolver e solidificar relações com diferentes movimentos, a nível nacional e internacional (em cima da mesa estava ainda a reativação do Fórum Social Europeu), bem como a promover ações de sensibilização junto da população, nomeadamente através de debates promovidos em espaços públicos.

Nessa linha de esclarecimento da generalidade da população e do incitamento à mudança dos modelos político-económicos vigentes ia também a Auditoria Cidadã à Dívida Pública, na qual os membros da Attac Portugal tinham aliás uma presença bastante ativa. Ainda durante esse mês de janeiro, assistimos ao 1º encontro nacional promovido pela Auditoria Cidadã sob o título "Crises não Pagam Dívidas" no Instituto Franco-Português. A necessidade de se proceder à renegociação da dívida era uma das grandes questões em foco. Patente em algumas intervenções esteve também a ideia de que os movimentos cívicos iam funcionar cada vez mais como contrapoder. Um sentimento obviamente potenciado pelos recentes sucessos desses movimentos na convocação de manifestações com níveis de adesão inéditos.

Os Indignados de Lisboa já tinham praticamente deixado de se reunir. Mais adiante participaria em duas das suas reuniões, que se apresentavam como assembleias populares. A primeira teve lugar na Praça do Comércio a 3 de março, procurando apanhar a nova onda de grande mobilização que ocorrera na véspera, mas atraiu apenas cerca de duas dezenas de pessoas (tendo contudo dado lugar a uma reportagem televisiva sobre a mesma). A segunda, a 15 de maio no Rossio, data e local simbólico do início das Acampadas, cuja lógica estava na sua génese. As ideias lá veiculadas iam no sentido do repúdio do atual sistema partidário e de uma cidadania mais participativa, através de dinâmicas desenvolvidas em pequenos grupos, as quais não tinham contudo conseguido manter. Alguns dos seus membros haviam entretanto criado outros grupos como a Assembleia Popular de Algés e a Assembleia Popular da Graça, que surgiram muito em torno de dinamização de iniciativas culturais e de atividades que envolvessem a população local.

A Assembleia Popular da Graça foi outro dos primeiros grupos que contactámos. Seguiu o

modelo dos movimentos assembleários espanhóis, dentro de uma estrutura horizontal, sem hierarquias, mas que se distanciava também dessa arena de eventos destinados a ter impacto nacional, exercendo antes a sua atividade a nível local, no bairro da Graça. O grupo que existia há cerca de um ano havia levado a cabo algumas iniciativas de dinamização cultural, com sessões de cinema ao ar livre, um jornal de parede, um mercado de troca direta (destinado a que habitantes do bairro trocassem entre si artigos como roupas ou livros) ou uma sessão de promoção de experiências de moeda social²³ levadas a cabo no Brasil, Espanha e na zona de Coimbra. Mais tarde haveriam também de estar ligados à dinamização de uma horta comunitária²⁴. Por essa altura, o grupo estava sobretudo empenhado no apoio a um grupo de pessoas que tinham ocupado casas da Graça, onde permaneciam em condições bastante degradadas e sob risco iminente de expulsão – procurando apoiá-los no melhoramento das condições habitacionais (chamando para tal também membros do coletivo Habita!²⁵) e na tentativa de conseguirem regularizar a sua situação por via legal²⁶.

Procurando um campo de ação de proximidade circunscrito ao bairro da Graça, a atividade do grupo afastava-se contudo do objeto de estudo desta tese, embora situando-se dentro de novas dinâmicas de ativismo político com pontos de contacto com as dos grupos e plataformas que procuravam organizar grandes manifestações. Acabou por ser importante para o estabelecimento de pontes com algumas dessas outras estruturas. A Assembleia Popular da Graça surgiu no âmbito de uma série de grupos cuja ação se dedicava a atividades de maior proximidade e menor escala, em projetos comunitários de estilos de vida alternativa que se afastassem das instituições do Estado-Nação. Algo que tinha estado mais presente na experiência das Acampadas. Mesmo os Indignados de Lisboa, embora procurando participar mais ativamente nos protestos públicos, também se desligaram dessas estruturas, defendendo formas de organização alternativas, próximas do ideário anarquista.

²³ As experiências de moeda social surgem num contexto de tentativas de promoção de economias solidárias de âmbito sobretudo local, procurando promover dentro de regiões, grupos ou comunidades específicas, uma redistribuição de recursos autónoma e à margem da economia capitalista.

²⁴ As hortas comunitárias são espaços autogestionados, determinados terrenos utilizados por grupos de pessoas para a produção de vegetais, tentando através dessa prática desenvolver novas dinâmicas de grupo e ser uma fonte de alimentos autónoma para os envolvidos.

²⁵ O coletivo Habita reivindicava o direito à habitação para todos, assim como o usufruto dos espaços da cidade e a uma participação ativa no seu processo de construção (site Habita!).

²⁶ Este género de grupos, embora possuísse grande proximidade com determinados setores das plataformas que estiveram por detrás da organização de grandes manifestações, não teve em geral grande envolvimento nas mesmas. Esteve contudo mais presente nas Acampadas que, dado o seu carácter de contínua vivência diária em partilha de um espaço comum, se aproximavam mais dos modelos comunitários que defendiam.

Através de um amigo que pertencia à Assembleia Popular da Graça e que também integrava o QSLT, chegámos ao contacto com esta última estrutura, numa altura em que apresentava grande dinâmica e um maior número de participantes. Acabariámos por perceber que a P15O já não tinha correspondência com o que fora no passado, tendo perdido o protagonismo e ficado reduzida quase exclusivamente a elementos do MAS. O MSE era um grupo que nunca tinha conseguido afirmar-se, apesar da sua presença na Internet e nas manifestações. Em contraciclo com o declínio ou não capacidade de afirmação destes, o QSLT encontrava-se em rota de crescimento e de alargamento do seu protagonismo.

A dinâmica da convocação das grandes manifestações havia confluído para a nova plataforma, que obtivera grande destaque com o sucesso da manifestação de 15 de setembro de 2012. A nova formação assentava contudo num núcleo que havia sido alargado de 29 para 120 elementos, mas que se mantinha fechado, alimentando ressentimentos e desconfianças entre os restantes ativistas.

Os plenários onde eram tomadas as decisões sobre a plataforma e sobre as principais iniciativas a levar a cabo eram restritos aos membros, enquanto as reuniões de grupos de trabalho para organização dessas ações ou para iniciativas de promoção das mesmas eram abertas. Iniciativas como as "grandoladas"²⁷ beneficiaram assim de forte participação de ativistas de outros grupos, que também marcavam presença nas manifestações do QSLT.

O primeiro contacto direto com o QSLT (já não como jornalista, mas como antropólogo a realizar um trabalho de campo) foi numa reunião do grupo de ações que teve lugar numa associação cultural da Graça (onde também tinham lugar as reuniões da Assembleia Popular da Graça) em fevereiro de 2013. Apesar de a plataforma ser fechada, este tipo de reuniões eram abertas a qualquer ativista que quisesse participar.

Estavam presentes cerca de 40 ativistas, discutindo sobretudo formas de obter destaque para a promoção da manifestação "Que Se Lixe a Troika – o Povo É Quem Mais Ordena!", a ter lugar em 2 de março. A principal iniciativa, que já se encontrava em fase final de preparação, era a deslocação de um grupo de ativistas à Assembleia da República para interromperem a intervenção

²⁷ Gerado a partir do nome da música de Zeca Afonso, "Grândola Vila Morena", o termo passaria a ser utilizado entre os ativistas que replicaram a iniciativa (cuja preparação e teor é abaixo descrito) afluindo a diversos espaços públicos onde se encontrassem membros do Governo ou figuras associadas ao modelo de exploração capitalista para interromperem as suas intervenções cantando a música.

do primeiro-ministro Pedro Passos Coelho, cantando a "Grândola Vila Morena", a música de José Afonso associada ao anúncio da chegada da revolução do 25 de Abril.

Outra questão em debate era sobre o uso a fazer ao palco que estaria colocado no Terreiro do Paço, onde terminaria o protesto. Havia uma enorme indecisão, com a generalidade dos presentes a defenderem que nenhum dos membros da estrutura deveria surgir em destaque (nem mesmo apenas a ler o manifesto que fora aprovado para o protesto) por não quererem surgir como líderes, mas apenas como representantes da onda de protesto. A ideia de um microfone aberto onde qualquer manifestante pudesse intervir foi recusada, por receio de poderem surgir ideias que repudiavam, nomeadamente a apologia do racismo. Posteriormente, perceberíamos que o microfone aberto era um modelo defendido habitualmente pela P15O (a ideia foi aliás ali apresentada por um dos seus membros) e repudiada pelo QSLT. Mediante a falta de um plano, chegámos a comentar que o palco deixaria de fazer sentido se não lhe pretendessem dar qualquer utilização.

Para além das reivindicações de programa, as exigências dos grupos que se envolvem na contestação política também incluem reivindicações identitárias, no sentido de passarem a ser reconhecidos como atores com características e modos de relacionamento concretos (Tarrow, 2007: 190). Mas na sua tentativa de inovação, estas estruturas pretendiam não assumir os papéis de representantes políticos tradicionais ou de líderes representativos de determinadas camadas da população. Ao mesmo tempo que ganhavam destaque e protagonismo, os seus membros ficavam numa posição de ambivalência e indefinição sobre o papel a assumir, e a questão do palco era disso sintomática. A solução que veio a ser encontrada foi a de todos os membros do QSLT estarem no palco quando se leu o manifesto – uma "moção de censura popular" – e se cantou a "Grândola". (O palco acabaria por evidenciar uma demarcação de quem eram os organizadores da manifestação, algo que alimentaria ressentimentos entre os restantes membros do meio ativista. Após a manifestação, numa das reuniões da P15O, ouviríamos um dos seus membros relatar enfurecido que tentara aceder ao palco mas fora impedido de o fazer).

A média etária dos presentes na reunião era mais elevada do que nos outros grupos de ativistas. Paralelamente à presença de jovens ativistas, encontravam-se também alguns de meia idade, estes últimos vindo sobretudo de meios culturais, nomeadamente do teatro e música (mais tarde viemos a perceber que eram elementos que haviam iniciado a colaboração no QSLT quando promoveram a manifestação cultural na Praça de Espanha), com idade suficiente para terem

vivenciado o período de maior participação política no Portugal pós 25 de Abril. Mas mesmo entre os ativistas mais novos surgiam ideias – ocupações simbólicas de universidades, por exemplo – que remetiam para um imaginário e repertório contestatário de outros tempos, como o Maio de 1968. Professores e estudantes universitários bolsistas eram outro grupo muito presente no QSLT.

A escolha da música de José Afonso para o protesto na Assembleia da República ia no sentido de recuperar o ambiente político dessa época anterior, afirmando um movimento de contestação ideologicamente posicionado à esquerda, que procurava fazer frente às medidas de austeridade determinadas por instituições nacionais e internacionais de cariz capitalista neoliberal. Comentava-se que caso fosse "A Internacional", já não se obteria a conotação pretendida. A manutenção de alguma indefinição ideológica permitia que o protesto pudesse contar com a adesão de uma camada mais abrangente da população, mas ao mesmo tempo a "Grândola" posicionava-o na área da esquerda, em ligação com as memórias do período revolucionário. Para a generalidade dos ativistas envolvidos na convocação destes protestos, tanto os do QSLT como os que haviam integrado a P15O, o descontentamento com a aplicação de medidas de austeridade foi encarado como uma janela de oportunidade para a eventual obtenção de apoios para uma mudança mais profunda de regime, surgindo o PREC como uma grande referência, ainda que grande parte dos participantes não fossem nascidos nesse período²⁸.

Os novos atores que estão à procura de afirmar-se e de ganhar uma base de apoio têm mais tendência para inovar e para optarem por um repertório mais confrontacional, mais próximo da desobediência civil. Durante este tipo de ciclo, as rotinas reivindicativas familiares dissolvem-se em grandes inovações, e cada nova ronda reivindicativa ameaça os interesses dos atores políticos que ficaram inativos (Tarrow: 2007: 22) A criação da "grandolada" teve um importante papel na reafirmação da capacidade do QSLT de inovar e conduzir o processo de contestação, destacando-se quer dos atores tradicionais, em especial do repertório de contestação dos sindicatos, quer dos restantes atores do meio ativista.

²⁸A memória social, património comum dos diferentes grupos, integra os sentidos da hegemonia no formato gramsciano. "Com o tempo as elites culturais acabam por elaborar um discurso simplificado e comum sobre o passado (...) reflete a hegemonia, que resulta de um campo complexo, que converte em subterrâneas algumas construções memoriais, salientando outras, em função do capital cultural, político e simbólico" (Godinho, 2016: 144). Os ativistas envolvidos parecem bastante conscientes desse processo e, julgando que as conotações revolucionárias de "A Internacional" não seriam apelativas perante a generalidade da população, por irem contra o discurso dominante, procuram ao mesmo tempo utilizar o simbolismo de "Grândola, Vila Morena" para resgatar as memórias do período revolucionário, no sentido de o retirar do nível subterrâneo e apresentá-lo como uma referência para a presente luta.

Acabámos por acompanhar a interrupção de Passos Coelho com a "Grândola", assistindo, na redação do jornal onde trabalhámos, à transmissão televisiva em direto que estava a ser feita da sessão plenária. Um conjunto de cidadãos conseguira causar uma interrupção em atividades circunscritas à classe política. O teor inédito e inesperado do tipo de intervenção ajudou a que tivesse algum impacto imediato, ampliado nos noticiários ao longo do dia e posteriormente, quando as reportagens televisivas começaram a ser partilhadas no Facebook. Em breve, diversos ativistas e grupos começaram a usar as redes sociais da Internet para apelar a réplicas da "grandolada". E o que inicialmente foi encarado pelos membros do Governo como um *fait-divers* começou a revelar-se um verdadeiro incómodo e constrangimento, o que dava aos ativistas uma sensação de capacidade de intervenção, associada à satisfação de poder afrontar diretamente e embaraçar os governantes²⁹.

O impacto da "grandolada" na Assembleia da República" fazia-se sentir no plenário do QSLT a que assistimos em seguida, na galeria da livraria Ler Devagar no LX Factory, em Alcântara. Estavam presentes cerca de 40 pessoas. Alguns dos membros tinham sido integrados durante o alargamento que ocorrera no mês anterior, mas também havia membros de outras estruturas, nomeadamente da P15O. A presença destes últimos, no plenário e não apenas na reunião de trabalho que teve lugar em seguida no mesmo local, criou uma situação de tensão e embaraço, com alguns dos membros a considerarem que os elementos do P15O estavam a participar no plenário indevidamente.

Quanto ao seu modo de funcionamento, foi referido que as decisões teriam de ser presenciais, preferencialmente tomadas por consenso, e quando tal não fosse possível por maioria de dois terços. A Internet surgia como modo de comunicação dessas decisões também para os membros que não estivessem presentes.

Quanto a ações, referiu-se a necessidade de concretizar iniciativas com destaque nos *media*. Avançou-se com a organização da pintura de um mural na zona das Amoreiras, com uma conferência de imprensa no aeroporto de Lisboa – associada à chegada de membros da Troika a Portugal – e com a gravação de depoimentos para colocar nas redes sociais da Internet. Três membros do QSLT, que haviam estado reunidos com a CGTP, referiram possíveis ações conjuntas.

²⁹A atmosfera altamente carregada de tornar público um registo escondido pode ter uma marca de loucura coletiva. Se um primeiro desafio sucede, pode ser espontaneamente imitado por outros (Scott, 1990: 222) As "grandoladas" rompiam a fachada de conformidade comportamental imposta pelas elites, apresentando-se como afronta direta à sua hegemonia. A sua forte carga simbólica e intensidade emocional contribuíram para o efeito de mimetização, alimentado pelo registo e difusão desses momentos nas redes sociais da Internet e nos *mass media*.

Foi também abordada a questão de haver uma outra manifestação marcada para o mesmo dia uma hora antes, o que podia vir a originar confusões. Alguns dos presentes relativizaram contudo o assunto, considerando que a convocatória ia passar despercebida à generalidade das pessoas.

A organização da manifestação avançara para um modelo que integrava grupos setoriais denominados como marés (uma importação do termo usado nos movimentos de ativismo espanhóis do 15M denominados como Marés Cidadãos) que teriam diferentes pontos de encontro no protesto, e daí seguiriam no desfile até ao Terreiro do Paço. A Maré da Educação (mobilizada por professores), a Maré Grisalha (reformados, organizados em torno da recém-criada APRe!), a Maré Branca da Saúde, a Maré Arco Íris (grupos LGBT) e a Maré dos (D)Eficientes Indignados.

Nesse mesmo dia, acabaríamos por assistir também a uma reunião da Maré Branca da Saúde, que teve lugar durante a tarde no Espaço MOB (sede e espaço cultural dos PI, então situado no Bairro Alto), conforme fora anunciado no plenário por um dos membros do grupo.

Ao chegar ao MOB, sentamo-nos na sala principal, onde estava prestes a começar uma reunião que pensámos ser da Maré da Educação. Uma ativista aproximou-se, veio ter connosco explicando que aquela reunião era dos PI e que só poderia assistir sendo membro, acrescentando que a reunião que procurávamos iria ter lugar noutra sala. A reunião da Maré contaria com a presença de 4 pessoas (um médico e uma médica, uma enfermeira e uma estudante de medicina) e, segundo nos disseram, no total eram cerca de 10. A Maré da Educação estaria em fase mais avançada da organização, para o que contribuíam também as maiores ligações que possuíam aos sindicatos. "A Saúde não vende, defende-se" era o slogan dos cartazes que iriam colocar nas instituições onde trabalhavam. Estavam também a procurar encetar contactos com associações de utentes e a organizar uma conferência de imprensa para apresentação da sua maré.

Ainda antes da manifestação, participaríamos em mais uma reunião do grupo de ações, que nesse caso teria lugar no cinema São Jorge. A questão premente era que a estrutura alcançara grande destaque, mas a sua composição era desconhecida para a generalidade das pessoas, o que levava ao risco do crescimento de desconfianças e receios em seu torno, o que poderia contribuir para uma menor adesão ao protesto. Para contrariar essa situação, estava-se a organizar uma conferência de imprensa de apresentação do protesto no aeroporto de Lisboa. Acabámos por defender que seria importante apresentarem-se vários membros, e que a conferência devia ocorrer num ambiente

calmo, não de agitação – para transmitir confiança e segurança em torno do protesto.

Foi defendido um modelo organizativo de menor rigidez e "menor policiamento", que permitisse um sentimento de maior participação, em contraponto com os protestos da CGTP. Falou-se contra a repetição de "assembleias populares" no protesto em nome da "sanidade mental" e das "experiências anteriores". Um membro do Sindicato dos Estivadores falou dos contactos que iria ter na Grécia e Irlanda, em viagens próximas. Começou a falar-se na questão da possibilidade da internacionalização do movimento.

Comunicámos ao grupo que tínhamos deixado de escrever artigos jornalísticos sobre os protestos, uma vez que estávamos a participar na organização dos mesmos. O momento surge como de um avanço no nosso gradual entrosamento. Como antropólogo a realizar uma observação participante para uma tese sobre os grupos de ativismo, a nossa presença no interior da estrutura surgia como um carácter algo particular, mas seria a sobreposição do papel do jornalista que se revelaria verdadeiramente problemática. Estrategicamente, não interessava revelar antecipadamente algumas ações que estavam a ser preparadas. Acrescia que a definição identitária da estrutura estava ainda em grande fluidez e indefinição, pelo que expor nos *mass media* as dinâmicas internas era algo muito sensível.

A página do Facebook e o blogue continuavam a ser veículos fundamentais de divulgação dos eventos que depois alcançavam também destaque nos *media*.

"Derrotadas as alterações à TSU, logo apareceram novas medidas ainda mais gravosas. O OE para 2013 e as novas propostas do FMI, congeminadas com o governo, disparam certeira­mente contra os direitos do trabalho, contra os serviços públicos, contra a escola pública e o Serviço Nacional de Saúde, contra a Cultura, contra tudo o que é nosso por direito, e acertam no coração de cada um e cada uma de nós (...) Indignamo-nos com o desfalque nas reformas, com a ameaça de despedimento, com cada posto de trabalho destruído (...) Tudo isto é a Troika: um governo não eleito que decide sobre o nosso presente condicionando o nosso futuro. A Troika condena os sonhos à morte, o futuro ao medo, a vida à sobrevivência" (blogue Que Se Lixe a Troika, 2013a). Foi este o texto que na Internet lançou o repto para nova manifestação. Desta feita, a convocatória foi acompanhada por textos de membros do QSLT, assim como personalidades de várias áreas, em especial da cultura, que transmitiam o testemunho das suas motivações pessoais para saírem à rua

com o protesto, em textos onde sobressaía o lado de emotividade associada ao crescendo de indignação.

4.3. O êxito da última grande manifestação e o assistir ao início do declínio no interior do QSLT

A nossa participação na manifestação "Que Se Lixe a Troika – O Povo É Quem Mais Ordena!" já ocorre com uma perspectiva desse princípio de entrosamento, que nos permitiu ter algum conhecimento da lógica interna dos grupos e estruturas organizativas. Para obter uma visão 'panorâmica' percorremos algumas vezes o desfile, que surgia encabeçado pela faixa do QSLT transportada por muitos dos seus membros, seguida pela faixa dos PI, que contava com uma carrinha de apoio, com a distribuição de panfletos e elementos a gritarem ao megafone palavras de ordem contra a austeridade, pela do MAS, que tinha um modelo semelhante ao dos PI, o MSE, IAC e a CGTP-STAL (Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins) eram outras estruturas que desfilavam com faixa, assim como o CENA. Embora sem integrar formalmente o desfile, o BE distribuiu ao longo do percurso o seu folheto "Cartão Vermelho": "Passos e Troika rua!". No meio do desfile surgiam ainda as diversas marés e vários grupos de setores profissionais. Também presentes, de forma discreta, estavam alguns membros do M12M, exibindo alguns cartazes com a sigla do grupo e frases de protesto.

A média etária dos manifestantes era superior à dos que tinham participado nas anteriores manifestações. Os cortes nas pensões foram um incitamento à participação. Se nas primeiras centenas de metros existia uma maior dinamização, nomeadamente pelo gritar de palavras de ordem, recuando mais um pouco passámos a notar um ambiente de tristeza e desalento entre os participantes. Algo que também foi referido nos *media*, mas que viria a ser contestado numa posterior reunião do QSLT por alguns membros que encaravam essa perspectiva como um sinal de derrotismo e de menor capacidade de reação.

O desfile seguiu até ao Terreiro do Paço, e a larga adesão provocou uma demora na entrada da praça. Quando tiveram lugar as intervenções finais no palco, parte dos manifestantes ainda não haviam conseguido lá chegar (o que gerou numerosos protestos contra o QSLT). Após toda a

indecisão sobre a utilização do palco, acabou por ter lugar a leitura do manifesto associado ao protesto e o cantar da "Grândola" pela generalidade dos membros do QSLT que o enchiam. Um momento marcante, com as imagens captadas da multidão que tinham diante e dos cravos a serem posteriormente colocadas nas fotos de apresentação do perfil do Facebook de alguns dos seus membros.

Algumas dezenas de metros adiante, membros do MAS tentariam dar continuidade ao protesto gritando palavras de ordem ao megafone, ao mesmo tempo que outros apelavam à iniciativa do Cerco ao Parlamento.

A manifestação do 2 de março surgiu como um crescendo da afirmação do QSLT enquanto novo ator na convocação de protestos e na contestação política aos poderes vigentes. Se a adesão ao protesto do 15 de setembro podia ser vista como um sucesso circunstancial e pontual, a manutenção da rota de crescimento e a adesão ainda maior que se registou no 2 de março apontava para uma consolidação da sua capacidade de mobilização, que neste último caso tinha contado com a capacidade de inovação em termos de repertório.

Esse sucesso teve impacto tanto a nível externo como interno. Enquanto cresciam as expectativas sobre qual seria a continuidade a dar aos movimentos de contestação, dentro da estrutura o entusiasmo e a vontade de incrementar as suas ações cresceu, embora apenas momentaneamente. Por essa altura, as tensões já faziam com que parte dos seus membros estivessem prestes a afastar-se, embora nessa altura não nos dessemos conta do facto.

Uma reunião preparatória no Teatro São Luiz, que contou com a participação de cerca de 30 pessoas, foi seguida por um plenário na Fábrica do Braço de Prata, uma semana após o protesto. Foi dos mais participativos a que assistimos. Entre os cerca de 50 presentes, encontravam-se alguns membros de grupos como SPGL e Attac, que tinham aderido para o último protesto, mas não voltariam a marcar presença nas suas reuniões e plenários.

A indefinição sobre o QSLT, o seu papel e modelo organizativo, tornava-se então mais evidente face às expectativas exteriores. Nesse encontro já foram colocadas em cima da mesa as duas iniciativas às quais iriam dedicar os seus principais esforços: a recolha de assinaturas para uma moção popular pela demissão do Governo, a entregar ao Presidente da República; e a internacionalização da vaga de protestos através de uma manifestação inicialmente planeada como

ibérica, e que depois tomou a forma de um protesto europeu.

"Os diferentes governos da Troika não nos representam. Este governo não nos representa. Este governo é ilegítimo. Foi eleito com base em promessas que não cumpriu (...) Basta! Obviamente, estão demitidos. Que o povo ordene!" (blogue Que Se Lixe a Troika, 2013b), referia o texto da moção, colocando deste modo a ênfase na demissão do Governo. A moção de censura popular era algo sem reconhecimento no quadro constitucional, surgindo apenas como elemento de pressão. A ideia de a entregar ao Presidente da República não foi aliás consensual dentro do grupo, com diversos elementos a manifestarem o seu repúdio pela figura do então Presidente Cavaco Silva, e a considerarem que essa seria uma via institucional, longe do espírito do QSLT.

Para promover a moção popular, foi decidida uma ida a Grândola a fim de recolher assinaturas (que veio a contar com fraca adesão). Para a organização da manifestação ibérica, foi decidido que 4 membros do grupo iriam a Madrid participar numa reunião da Maré Cidadã. A reunião ocorreu numa altura em que o QSLT havia ganho destaque, mesmo internacionalmente, num contexto em que, através das redes sociais da Internet e também dos *mass media*, as iniciativas de protesto inovadoras facilmente se tornavam conhecidas a nível global – em especial, é claro, dentro dos círculos ativistas. Os ativistas portugueses que participaram no encontro acabaram por constatar que a sua presença foi determinante para os jornalistas espanhóis fazerem a cobertura do mesmo. Algo que criou receios de aproveitamento.

Diversos grupos tradicionais – BE, PCP, JCP, Interjovem (CGTP) – assim como outros sindicatos solicitaram reuniões. O QSLT optou por apoiar, mas não integrar, os protestos promovidos por esses grupos. Face ao enorme êxito dos dois protestos que convocara, organizações dos diversos quadrantes, em torno dos quais o QSLT fora desenvolvido, faziam tentativas de aproximação. Ao mesmo tempo, os *media* começavam a pretender obter declarações do QSLT sobre diversos assuntos que marcavam a atualidade a nível político, económico e social. A tomada de posições revelou-se, contudo, problemática face à heterogeneidade e indefinição da estrutura.

Como atrás referimos, a moção de censura contava com maiores apoios dos membros da área do PCP, enquanto a manifestação congregava mais gente da área do BE. Um artigo publicado no jornal "i" a 30 de março e intitulado "Que Se Lixe a Troika – Militantes do Bloco de Esquerda e do PCP dominam núcleo duro" – a par de referir a natureza fechada do grupo, indicava que,

embora fosse apartidário, "quatro dos seis membros do núcleo duro são militantes ativos do Bloco de Esquerda e do PCP" (Santos, 2013: 18-21). O artigo acabaria por ser referido numa posterior reunião do grupo, num clima de grande desconforto (sobretudo entre os ativistas não afetos aos partidos políticos) com as suspeitas lançadas que, apesar da ausência de líderes, existiria o tal "núcleo duro" que determinaria as suas ações em função do decidido pelos partidos em questão³⁰.

Dentro desse ambiente, cresceu o debate sobre o caminho a seguir: abertura, ou manter a estrutura fechada. Na ausência de decisão, manteve-se o modelo existente. A par da questão da identidade, cresciam os problemas de funcionamento, com as decisões tomadas nas reuniões e plenários a serem depois continuamente postas em causa nas comunicações entre o grupo pela Internet.

A 26 de abril teria lugar na Fábrica de Braço de Prata uma reunião internacional, com a presença de ativistas de Espanha, Inglaterra, Escócia, Irlanda e França, com o propósito de organizar a manifestação internacional. O mote lançado pelo QSLT foi "Povos Unidos Contra a Austeridade". O debate decorreu com alguma insatisfação dos ativistas de outros países, que consideraram que o QSLT estava a procurar dominar as decisões e que as opiniões públicas dos diferentes países não só se referiam a situações diferentes (apenas Portugal estava submetido ao resgate) como também possuíam diferentes sensibilidades e referências, dado os passados políticos diversos³¹. Discordaram por isso de parte das formulações para o mote e manifesto dos protestos, que acabariam por ser diferentes em cada país. O encontro contou também com uma conferência de imprensa, à qual apenas afluíram quatro jornalistas (dois de Portugal e dois correspondentes de órgãos de comunicação social estrangeiros) não conseguindo grande destaque noticioso.

Ainda sob o entusiasmo do êxito da promoção da anterior manifestação, os membros da estrutura desdobraram-se em iniciativas, repetindo o modelo de procurarem envolver ativistas de grupos exteriores através de reuniões abertas, atraindo nomeadamente ativistas do MAS e a Revista Rubra, numa colaboração contudo marcada por acesas desconfianças e disputas.

³⁰Mais adiante, será referido como a ideia de criação do QSLT surgiu imbuída da tentativa de estabelecer pontes entre os grupos de ativismo e os partidos políticos de esquerda, nomeadamente o PCP, que se situava à partida mais distante e numa zona de disputa em relação a este campo mais próximo do Bloco de Esquerda. Esses laços irão contudo revelar-se problemáticos e gerar desconfianças, a nível externo – face ao espírito de repúdio aos partidos tradicionais que estivera associado ao espoletar das grandes manifestações – mas também interno.

³¹O que é carismático para uma audiência pode não ser apelativo para outra, o que resulta numa cultura pode falhar noutra (Scott, 1990: 222). Os diferentes antecedentes e referências históricas, a par das disparidades entre as situações atuais, dificultaram a organização de protestos internacionais eficazes. Apesar de inseridos em contextos globais, os grandes protestos ocorridos neste período ficaram por isso sobretudo limitados a dimensões nacionais.

Colagem de cartazes e distribuição de panfletos foram algumas das ações levadas a cabo. Uma das distribuições de panfletos decorreu junto ao estádio onde teve lugar a final da Taça de Portugal. A ideia era aproveitar a presença do primeiro-ministro no evento, para, após o hino nacional, levar o público a gritar "Demitam-se". Essa foi uma de muitas ideias que não foi possível concretizar.

A promoção de buzinões em vários pontos da cidade, onde se apresentavam faixas do protesto, foram outras das iniciativas em que os ativistas se empenharam. Promoveu-se um protesto em frente ao Palácio do Presidente da República, em Belém, enquanto decorria a reunião do Conselho de Estado. Também se colocaram bonecos de enforcados nos semáforos, em representação das vítimas da Troika. Um dos principais objetivos era criar ações que se tornassem virais e acabassem por adquirir destaque mediático. Para isso, tentava-se inovar em termos de repertório³².

A 14 de maio, quando o ministro Vítor Gaspar efetuava a apresentação do livro "Desta vez é diferente. Oito séculos de loucura financeira" no Corte Inglês, membros do QSLT levaram a cabo mais um protesto ao estilo das "grandoladas". Desta feita, em lugar da música, o descontentamento expressou-se através da interrupção do ministro com sonoras gargalhadas que o ridicularizaram. O autor da ideia referiria posteriormente numa reunião que a ideia lhe surgiu espontaneamente no momento. Os risos conseguiram o desejado impacto, através de reportagens televisivas que foram partilhadas nas redes sociais da Internet. Gerou-se alguma mimetização, embora muito aquém da que fora alcançada anteriormente com as "grandoladas".

Um *Google Group* criado para os membros do QSLT surge por essa altura como um dos meios de partilha de informações e discussões sobre as ações que, levadas a cabo a um ritmo quotidiano, acabam por se revelar desgastantes para os envolvidos, em especial por terem deixado de conseguir o anterior destaque e em larga medida passarem agora quase despercebidas nos *mass media*.

Uma das questões que surgem no *Google Group* é a aproximação da Cimeira Alternativa,

³²As mobilizações de base e levantamentos populares que aparecem como espontâneos contam muitas vezes com a ação de elites locais, nacionais ou mesmo transnacionais que se misturam nos protestos pelos pobres e excluídos (Fox. 1997: 11). De modo informal, estes ativistas por um lado desempenham um papel de estabelecimento de pontes entre diferentes organizações, por outro empenham-se em gerar inovações de repertório que fossem apelativas para uma camada o mais ampla possível da população.

que em junho terá lugar em Atenas sob o lema "Acabar com a austeridade antes que a austeridade destrua a democracia. Por uma Europa democrática, social, ecológica e feminista". Discute-se a eventual participação de algum membro do QSLT. Dois elementos do grupo já tinham previsto a sua participação no encontro como elementos do CENA e dos PI, pelo que se entende não ser necessário enviar mais ninguém.

Por essa altura tem também lugar o primeiro encontro do Congresso Democrático das Alternativas, congregando forças políticas de esquerda, nomeadamente próximas do BE e da CGTP, que pretendem unir-se face à austeridade imposta pelo Governo. O congresso iria manifestar o seu apoio ao QSLT, assim como às restantes plataformas. O M12M e P15O participaram aliás no evento (Accornero, 2015: 413) Alguns membros do QSLT participam mas apenas a título individual. A referência nos *media* de que o QSLT esteve oficialmente representado gerou aliás alguma celeuma interna, por não corresponder ao que realmente sucedeu. A questão foi bastante sintomática das diversas forças em disputa no seu interior, que para além do BE e do PCP incluíam também aquelas que se distanciavam nos modos de funcionamento dos aparelhos partidários e sindicais.

Em Espanha, ativistas do 15M decidem desvincular-se do protesto "Povos Unidos Contra a Austeridade", devido a denúncias chegadas do meio ativista português de que o QSLT não era uma organização aberta e horizontal nem tomava as suas decisões por consenso. As supostas ligações partidárias também eram uma questão. A zona de confluência e a larga abrangência que a estrutura procurara abarcar começa a revelar-se cada vez mais problemática, com acusações e pressões vindas das mais diversas áreas. Ao mesmo tempo, os laços para com o exterior possuíam fraca densidade, e no momento em que a capacidade de mobilização diminui isso provoca uma reação em cadeia, diminuindo também muitos dos apoios que obtivera.

Numa das reuniões abertas de organização da manifestação, são apresentadas três propostas de locais possíveis. A votação decorre num ambiente de alguma disputa e desconfiança entre grupos, com questões associadas a cada uma das propostas. A frente da Assembleia da República surge como um local eventualmente desmotivador para muita gente, devido aos receios de novos confrontos, após a manifestação que terminara com o apedrejamento das forças policiais e a subsequente carga policial indiscriminada sobre os manifestantes. Por outro lado, entende-se que o local teria uma carga simbólica, no sentido de dirigir o protesto diretamente contra as forças partidárias ali representadas (e alguns ativistas lançam a desconfiança de que se pretende escolher

outro local para afastar o protesto dessa contestação). O Palácio de Belém é outra escolha defendida, para pressionar o Presidente da República a demitir o Governo, mas tem o risco de centrar demasiado a contestação na figura do Presidente, e fica numa zona pouco central da cidade, à qual muita gente dificilmente se deslocaria. A Alameda Dom Afonso Henriques, local simbólico das celebrações do Dia do Trabalhador, é outra opção. As suas amplas dimensões tornariam mais óbvio o fraco número de participantes, mas acabou por ser o local eleito, apesar de, por essa altura, a generalidade dos ativistas já ter a noção que, perante o fraco destaque conseguido nas redes sociais e sobretudo nos *mass media*, o protesto não iria ter grande dimensão, quer em termos internacionais quer nacionais.

Em Lisboa, o protesto "Povos Unidos Contra a Troika", seguiu de Entre-Campos até à Alameda, novamente com a faixa do QSLT na dianteira, seguida pela dos PI e depois as da P15O e do MAS. Chegado ao destino final, foi patente o sentimento generalizado de decepção. Com o pouquíssimo destaque mediático, grande parte da população praticamente nem deu conta do fracasso do protesto. Mas dentro do meio ativista o revés teve um enorme peso, em especial dentro do QSLT, cujos membros se haviam desdobrado em iniciativas incapazes de gerar o impacto pretendido³³.

Em apenas três meses, a onda de entusiasmo e de confiança dentro do grupo tinha dado lugar a frustração e exaustão, o que contribuiu para mais conflitos e cisões.

4.4. Do desalento da manifestação internacional até à última manifestação

Uma parte dos membros tinham sido convidados por serem figuras conhecidas, sobretudo na área da cultura, e nunca chegaram a participar na estrutura organizativa. Outros haviam-no feito

³³Quando as pessoas sentem que não podem fazer nada para controlar os principais elementos de uma situação, adotam atitudes que lhes permitam viver sem a pressão constante da situação ampla, podendo ter atitudes de fatalismo ou de simples aceitação (Scott, 1990: 74). O entusiasmo inicial com os protestos teve uma continuidade alimentada pelo descontentamento face à implementação das medidas de austeridade. Começou por alimentar esperanças de possibilidade de resistência e de defesa, mas nunca chegou a tomar a forma de uma união em torno de defesa de políticas alternativas. Nunca tendo procurado afirmar alternativas ao neoliberalismo, que se encontrava fortemente naturalizado entre a generalidade da população, os protestos acabaram por perder a sua grande capacidade de mobilização, não conseguindo fazer frente à hegemonia. O que, ao mesmo tempo que lhe retirava as bases de apoio que gradualmente conquistara junto de diversos grupos – desde os partidos políticos mais à esquerda a grupos de ativistas fora deste espectro – tornava o QSLT alvo de ressentimentos e críticas cruzadas, vindos dos diferentes setores. Não eram apenas alvo de críticas daqueles que os acusavam de terem corrompido o espírito apartidário dos protestos, como as suas ações (por exemplo, os bonecos de enforcados colocados em semáforos) surgiam como algo de pesado, que contrariava o desejo de esquecer a situação mais geral, uma atitude que a tornaria mais fácil de suportar.

apenas pontualmente numa fase inicial. Mas muitos daqueles que num passado recente haviam sido bastante ativos, por altura da manifestação internacional já haviam praticamente deixado de comparecer nos plenários e reuniões. As comunicações via Internet – pelo *Google Group*, email e também através do *QSLT Underground* (um grupo fechado aos membros da estrutura que havia sido criado em meados de abril) – manter-se-iam como a principal ligação para alguns desses elementos. Isso acentuou-se após a manifestação. Através da Internet alguns comunicaram a sua saída, mas a maioria dos que se afastou fê-lo deixando simplesmente de participar.

Após algumas tentativas que se goraram devido à falta de disponibilidade dos membros, um plenário de balanço acabou por ter lugar três semanas após o protesto, com a presença de apenas 13 pessoas. Os presentes manifestaram desalento por deixar de ter existido uma estrutura com a capacidade de resposta de outrora. Um ativista propôs para o início de outubro uma semana de debates temáticos nas várias cidades que tinham aderido ao protesto. Foi também falada a hipótese de realizar uma nova manifestação a 15 de setembro, aproveitando o aniversário do primeiro grande protesto do QSLT. A maior parte dos presentes manifestou-se bastante reticente, perante a falta de adesão ao protesto recente. Devido a conflitos que se haviam desenvolvido no *Google Group*, foi decidido que temporariamente deixaria de ser possível efetuar respostas às comunicações ali apresentadas.

Duas semanas depois, o QSLT juntou-se aos protestos do dia de greve geral e promoveu um plenário aberto em frente ao Palácio de Belém. O encontro foi anunciado, mas decorreu de forma algo atabalhoada, antes da hora prevista, o que gerou descontentamento de quem por esse motivo não conseguiu participar. Em simultâneo, um ativista da estrutura promoveu uma ação no Hotel Tivoli, onde se encontrava Pedro Passos Coelho, o que também gerou várias críticas internas.

Em meados de julho, acabamos por ser integrados com outros dois elementos, que também já faziam parte das atividades do grupo, numa altura em que a necessidade de alargamento para entrada de novos membros vai sendo falada, mas mantida sempre em suspenso. A reunião contou com a presença de 16 pessoas e voltou a ser dominada pelo sentimento de desânimo.

Cerca de uma semana depois, um ativista da estrutura presente no plenário da Assembleia da República coloca um nariz de palhaço enquanto decorria a sessão de aprovação de uma moção de confiança ao Governo. Mas excetuando essa ação individual que consegue algum impacto

mediático, a atividade do QSLT mantém-se bastante esmorecida.

Entretanto, o ativista que sugerira a realização da manifestação a 15 de setembro acaba por concretizar a sua saída e avançar autonomamente para a realização do protesto denominado "Vozes ao Alto", na Praça de Espanha em Lisboa. Teve apoio de alguns outros membros da estrutura e de outros grupos, mas acabou por decorrer com uma participação muito residual, não tendo conseguido propagar-se para além do meio ativista.

O QSLT perdera eficácia e tornara-se alvo de acusações, em especial a de ser controlado por partidos políticos. A situação também criava tensões a nível interno. Numa das reuniões, sugerimos que a sua lógica sempre fora a do estabelecimento de pontes, pelo que esses elementos de ligação deveriam ser mais assumidos e potencializados. Fizemos a sugestão dirigindo-nos a dois ativistas com ligações ao PCP. Responderam que não tinham esse poder, uma vez que não estavam mandatados pelo partido como seus representantes.

Por essa altura, o QSLT avança com o processo de organização de um novo protesto em outubro. A intenção era envolver outros grupos de ativismo, integrando-os. Nesse sentido, teve lugar no Teatro do Bairro um plenário aberto com a presença de 80 pessoas, do QSLT e de grupos afetos, com forte presença dos PI, e a nível mais individual dos Panteras Rosa, da UMAR e da comissão de trabalhadores da RTP. Entre os grupos exteriores ao QSLT, destacavam-se os ativistas da Revista Rubra, do MSE e do MAS. O nome (Não Há Becos Sem Saída!³⁴), a data (26 de outubro, no fim de semana seguinte à manifestação que a CGTP já se encontrava a preparar), e o percurso (do Rossio até à Assembleia da República) foram decisões tomadas com votações por maioria. Em alguns casos, houve segunda volta com as duas hipóteses mais votadas. Todas as discussões e decisões foram marcadas por disputas entre os diferentes grupos. A maior surgiria em torno da inclusão da frase "Que se lixe a Troika" na designação do protesto. Os ativistas da generalidade dos grupos exteriores queriam que tal não acontecesse, mas os membros do QSLT insistiam nesse ponto e não abriram mão dele. A questão surgiu para os membros da estrutura como um claro sinal que os restantes grupos não estavam interessados em aderir, mas sim em extingui-la. Do outro lado, os restantes ativistas não tiveram sequer a noção de estar em aberto a possibilidade da sua futura adesão.

³⁴O nome do protesto foi escolhido como uma tomada de posição face à perspectiva veiculada pelo Governo de que não haveria alternativa às medidas de austeridade impostas pela Troika.

Posteriormente, a APRe! comunicou que não estaria presente no protesto, nem iria dar qualquer indicação aos seus associados nesse sentido, por a data escolhida coincidir com a do congresso internacional que estavam a organizar, apesar de terem solicitado ao QSLT a sua mudança.

Dentro das ações de divulgação da manifestação, participámos numa colagem de cartazes. Na altura as colagens deram lugar a uma polémica interna por alguém ter colado cartazes do QSLT por cima de outros do PCP, o que levou membros afetos ao partido a expressarem de forma veemente a condenação pelo sucedido. Participámos ainda, a 5 de Outubro, no protesto levado a cabo na Praça do Município, em frente ao edifício da Câmara Municipal, onde decorria a cerimónia oficial de celebração do dia da implantação da República, com a presença do primeiro-ministro. A iniciativa contou com a presença de algumas dezenas de ativistas, que lançaram gritos de protesto pedindo a demissão do governo. No final, um ativista do MAS foi detido e acusado de atacar o carro do primeiro-ministro. O protesto destinava-se a conseguir visibilidade nos media para promoção da manifestação, mas acabou por ter pouco destaque.

Como era prática comum, a generalidade dos membros dos diferentes grupos decidiram marcar presença no protesto da CGTP, PonteAPé. que teve lugar a 19 de outubro. A ideia inicial do protesto era atravessar a Ponte 25 de Abril³⁵. Aproximava-se, aliás, do espírito de provocação dos grupos de ativismo. Perante o recuo da CGTP e a escolha de Alcântara para a concentração alternativa e posterior travessia de autocarro até à margem sul, alguns marcaram uma ocupação do porto de Lisboa para depois da concentração, numa ação de solidariedade com os Estivadores de Lisboa. Estes, contudo, não aderiram a essa ideia, e a ocupação não teve lugar, apesar de diversos ativistas terem comparecido no local. Outros seguiram a rota da CGTP com as travessias de autocarro até à margem sul (os membros do QSLT dividiram-se entre os dois grupos, conforme a maior ou menor proximidade que tinham em relação à central sindical).

Apesar do ambiente de acesa disputa e rivalidade no meio, a aliança foi mantida ao longo do processo de organização e promoção da manifestação, dando os seus frutos. O protesto teve forte adesão dos diversos grupos de ativismo. A faixa do QSLT era seguida, como habitualmente, pela dos PI. Surgiam depois as de "alunos e professores desempregados", MRPP, comissão dos

³⁵A travessia ia buscar as memórias dos protestos que decorreram em 1994 na ponte contra a subida das portagens e que tiveram grande peso no ambiente de descontentamento que levou à queda do Governo do PSD, então com Cavaco Silva como primeiro-ministro.

trabalhadores da RTP, entre outros. Também o MSE, o MAS, ativistas LGBT, anti-fascistas, assim como o Manifesto pela Defesa da Cultura marcaram presença.

O protesto terminou junto à Assembleia da República, onde se encontrava um palco no qual intervieram um desempregado (cuja história havia recentemente ganho destaque nas redes sociais da Internet), um ator também desempregado e membro do CENA, um elemento da APRe!, um elemento dos (D)eficientes Indignados e um membro do Sindicato dos Estivadores (estes três últimos também membros do QSLT). Além das intervenções, também houve atuações musicais e declamação de poesia, o que gerou algumas críticas de que teria transformado o protesto num espetáculo de entretenimento.

O evento conseguiu adesões na ordem das dezenas de milhares de pessoas, claramente muito mais do que sucedera com a manifestação internacional, mas nada que se comparasse às três maiores manifestações deste período, todas anteriores. Ou seja, representou um sucesso relativo, com níveis de adesão que já não eram superiores aos dos movimentos tradicionais.

4.5. As últimas iniciativas e tentativas de revitalização do QSLT

Seguiram-se meses de estagnação. Até ao fim do ano, só voltariam a reunir-se uma vez, em meados de novembro, tendo estado presentes 13 elementos. O número restrito de membros levava a que as iniciativas de alguns ganhassem bastante preponderância, o que chocava com a ideia de funcionamento horizontal, sem lideranças. O modelo da convocação de manifestações parecia ter-se esgotado e a dificuldade em obter destaque nos media surgia como um elemento que contribuía para tal. Na reunião seguinte, que teve lugar já em janeiro, com 20 ativistas, a questão do futuro do QSLT voltou a ser abordada, com a constatação de que a ideia da abertura geral não funcionara (na verdade não chegou a ser concretizada). Apontou-se por isso para uma tentativa de alargamento por convites, no sentido do estabelecimento de sinergias com outros que não aqueles que se apresentavam em plena disputa com o QSLT.

A demissão do Governo e o fim do programa da Troika, as principais reivindicações, não haviam sido alcançadas, apesar do êxito das primeiras duas manifestações. Isso apontado como um fator de desmobilização externa e perda de eficácia do grupo. Falou-se na reativação dos grupos de

trabalho que se dedicassem a pequenas iniciativas, eventualmente dentro de um registo mais provocatório de desobediência civil. Sugerimos que, seguindo o exemplo espanhol, em que diversos grupos se haviam dedicado a levar ações para evitar que bancos tomassem posse de casas por falta de pagamento dos respetivos créditos, ou o da recente vaga de protestos no Rio de Janeiro, contra o aumento do preço dos transportes, o QSLT devia procurar investir em áreas concretas onde estavam a decorrer cortes com implicações muito diretas na vida das pessoas.

Dado o historial de conflitos internos surgidos na Internet foi decidido o fim do *QSLT Underground*. As decisões apenas seriam tomadas presencialmente e não *online*. Isso foi reiterado na reunião seguinte em fevereiro, que contou com 14 pessoas e onde começou a tomar forma a proposta de criar uma campanha do suposto Partido Obrigado Troika (POT) por ocasião das eleições europeias. A primeira ação do POT nos *media* conseguiu impacto pelo cariz inverosímil do partido, gerando diversos artigos mas causando alguns constrangimentos junto de jornalistas que se sentiram ludibriados. As ações do POT passariam pela criação de textos, de um hino e de vídeos (nomeadamente com o registo de uma "Troika Party") para colocar na Internet. Ainda durante o mês de fevereiro surgiria um convite da Casa da Achada para o QSLT ser uma das estruturas de ativismo que participasse na iniciativa TRVDC, uma celebração alternativa às tradicionais comemorações da Revolução dos Cravos, que decorria na noite de 24 para 25 de abril, com os diversos rios humanos a confluírem a partir de diferentes pontos até ao Largo do Carmo.

Os convites diretos levaram ao surgimento de cerca de uma dezena de novos membros, grande parte dos quais recém-chegados a este meio, o que não foi de todo suficiente para que se recuperasse a anterior dinâmica e dimensão. Nos meses seguintes, o QSLT irá dedicar-se sobretudo a essas duas atividades, ocorrendo alguma divisão dos seus membros, com alguns a apostarem mais nos TRVDC e outros a optarem por não participar nessa iniciativa. A decisão dos grupos que integraram os TRVDC de não cumprirem a obrigação legal de comunicarem a iniciativa às entidades oficiais gerou a discordância de alguns membros do QSLT que não estavam a participar na organização da mesma. Eles consideravam também que não estava a ser feita a aposta fundamental na divulgação junto dos *media*. Fatores que encaravam como próprios de uma irreverência anarquista ineficaz. Os mesmos elementos colocaram também em causa que o rio do QSLT fosse autónomo (fora decidido que o grupo do QSLT partiria da Rua do Século, junto ao Tribunal Constitucional, que recentemente travara algumas mudanças que o Governo pretendia implementar) de outros grupos afetos e que habitualmente engrossam as fileiras, como os PI, o que

facilmente levaria a uma presença ainda menos numerosa. O reconhecimento mediático do QSLT levou a que estes surgissem em destaque em algumas notícias de apresentação da iniciativa, o que gerou algum desagrado por parte dos outros grupos.

No plenário, que decorreu dias depois de TRVDC, foi apresentada a proposta de realização de uma manifestação a 24 de maio – data em que as manifestações não eram permitidas por ser o dia de reflexão que antecedia as eleições europeias. Teria a forma de um "Dia da Raiva" ou, num registo mais irónico e próximo das ações do POT, de um "cocktail da vitória". A ideia teve oposição dentro do QSLT. Para lá dos riscos que acarretava para os seus participantes, alguns achavam que podia surgir ou ser encarada como de apoio aos partidos de esquerda. Por isso, foi colocada de lado.

Nas eleições europeias, o partido espanhol *Podemos* – gerado dentro da dinâmica dos novos grupos de protesto – tinha obtido excelentes resultados, o que gerou a esperança de uma possível transposição para Portugal desse sucesso e a uma disputa pela vinda de membros do partido ao nosso país. O BE conseguiu antecipar-se e trazer a eurodeputada Teresa Rodriguez para um debate. Algo que seria repetido posteriormente com outros membros do *Podemos* que vieram a dois debates promovidos por grupos de ativismo. O último deles teve lugar no ISPA, com divisões quanto ao sentido de se criar ou não em Portugal um partido dentro do espírito do *Podemos*. A iniciativa gerada por ativistas de diversos grupos, acabaria por culminar numa aliança com o MAS, que deu origem ao Agir, coligação que posteriormente se candidatou às eleições europeias, tendo contudo ficado muito longe de eleger um deputado.

Ainda antes, embora sem nunca ter decidido o seu fim, o QSLT terminou as suas atividades. A eventual adesão a protestos contra o caso BES, ou de contestação à privatização da TAP, foram as últimas ideias, que não chegaram a concretizar-se.

O ciclo de mobilizações, fora dos movimentos sociais tradicionais, já teria por essa altura encerrado há algum tempo, o que foi especialmente significativo por ter ocorrido ainda em pleno período de aplicação das medidas de austeridade e sem sequer ter quaisquer garantias de que estas viessem a desaparecer no futuro. A última ação com adesão suficiente para consistir numa pressão política significativa ocorrera no 2 de março de 2013. A de 26 de outubro de 2013 já não havia conseguido adesão superior à da CGTP, a central sindical com maior base de apoio, e que antes da crise tinha conhecido um gradual declínio, mas ainda assim possuía uma capacidade de resiliência

muito superior. As dinâmicas de protesto em torno das novas estruturas tinham ganho grande amplitude graças a laços de fraca densidade, que vieram a revelar-se efêmeros.

CAPÍTULO V: DA GAR AO QSLT – A RECONSTITUIÇÃO CRONOLÓGICA ENTRE O OLHAR CRUZADO DOS PARTICIPANTES

5.1. GAR, o momento em que um micro grupo espoletou uma enorme manifestação

O modo como decorreu o processo de convocação e o crescendo de adesão às manifestações da GAR remete para o conceito de rede pessoal, tal como definido por Boissevain: a rede pessoal é única para cada indivíduo e surge como um nível intermédio entre as suas relações e a sociedade, entre o nível local e o nacional. Cada pessoa numa determinada rede pessoal está em contacto com outras pessoas que por seu turno contactam outras que o indivíduo da primeira rede não conhece, e por aí adiante, criando uma relação em cadeia. A rede pessoal forma o ambiente social através do qual a pressão é exercida para influenciar o seu comportamento (Boissevain, 1978: 24, 25, 27). As redes sociais na Internet vieram expandir esta teia de relações e potenciar também a direcionalidade tanto neste sentido como no inverso, o de um indivíduo poder espoletar uma reação em cadeia.

A convocação das manifestações da GAR surgiu dentro desse quadro. Foi dentro desse ambiente social que os quatro jovens recém-licenciados em Relações Internacionais receberam o impacto da apresentação da música dos Deolinda nos Coliseus, que os levou a interagir dentro das suas redes pessoais.

"Começou com um evento que criei no Facebook, no meu perfil, na altura não tínhamos nenhuma página no Facebook (...) Foi muito rápido. Eu criei o evento. Nós tínhamos falado na eventualidade de criar este evento no Facebook que desse numa manifestação. Nunca se chegou a um consenso entre os meus amigos e eu decidi avançar sozinho. E nesse mesmo dia consigo convencer um amigo que estava a trabalhar em Coimbra a assumir também a administração do grupo. No final do dia convenço um amigo da altura , 2 [M12M, Panteras Rosa, PI, P15O, QSLT, BE], a assumir também a administração do grupo. O 1 [M12M, IAC, Academia Cidadã], que é o mais ponderado de todos e não vai em loucuras, demorou mais um dia ou dois a aceitar." (3 – M12M, P15O, IAC, Academia Cidadã)

"Achámos que o Facebook tinha essa capacidade de comunicação com as pessoas sem

intermediários. A Primavera Árabe mostrou isso. A reação das pessoas à música dos Deolinda levou-nos a pensar que era o momento certo para fazer algo inédito, uma manifestação política sem ser através de sindicatos e partidos." (1 – M12M, IAC, Academia Cidadã)

"O 12 de março, em comparação com todos os outros processos em que estive envolvido até agora foi muito diferente. Primeiro porque nós éramos todos amigos e depois porque surgiu... nunca se pode dizer que surgiu espontaneamente, mas entre nós pelo menos foi muito espontâneo. Foi uma discussão sobre as condições de trabalho, por causa da música dos Deolinda, sim, que suscitou que essa questão se falasse. Foi uma discussão sobre como nós estávamos no trabalho (...) E depois foi criar uma página no Facebook de onde surgiu o protesto. Nós nem sequer discutimos o facto de fazer o protesto ou não. Foi uma discussão sobre 'é importante este tema estar na agenda política'. (...) Era uma página [no Facebook] para discutir as questões da precariedade. Para que as pessoas trouxessem ideias, contributos. A primeira grande ideia e contributo foi um protesto e portanto aquilo tornou-se no protesto da GAR" (2 – M12M, Panteras Rosa, PI, P15O, QSLT, BE)

A música dos Deolinda trouxe ao pequeno grupo de amigos a intensidade de sentirem que a sua frustração perante a precariedade era partilhada por uma larga camada da população, algo que os levou a irem mais longe, mimetizando a convocação de protestos nas redes sociais das Primaveras Árabes. O jovem que teve a ideia não avançou contudo a nível individual, optou por fazê-lo com o pequeno grupo de amigos, com o qual começou por partilhar o seu 'entusiasmo' em relação à questão, o que lhe terá dado uma maior base de apoio e de confiança, antes de procurar interagir com a esfera pública. O ímpeto inicial, vindo de uma manifestação espontânea coletiva, e o impacto que tal causou a nível individual, foi depois transposto para o nível grupal, de pequena escala e ainda na esfera privada, a do grupo de amigos próximos, com a maior consciencialização e fortalecimento desse traço identitário da precariedade, que procuraram depois expandir para um nível coletivo mais amplo e abrangente, de uma potencial identidade coletiva nacional.

Como um dos membros do grupo refere, não se tratava de um grupo de ativismo político, mas apenas de jovens recém-licenciados que se sentiram subitamente motivados para avançar devido ao modo como o contexto económico e político os afetava a nível pessoal, e esse elemento

de espontaneidade, politicamente não engajada, contribuiu para criar empatia e apoios entre aqueles que se reviam nessas características, num país de forte partidocracia e onde a descrença em relação à política se tende a estender também às instituições da sociedade civil.

Por altura da convocação do protesto já haviam começado a sentir-se em Portugal as réplicas da crise do sistema financeiro ocorrida nos Estados Unidos em 2008. O elevado endividamento do Estado português, face às avaliações negativas das agências de *rating* e consequente agravamento das taxas de juro, colocava o país, integrado e condicionado pelas políticas da União Europeia, numa situação de grande vulnerabilidade. A situação levava em 2010 à negociação com a União Europeia de três versões do Programa de Estabilidade e Crescimento, no âmbito do qual foram tomadas as primeiras medidas de austeridade, nomeadamente cortes nos salários dos funcionários públicos, agravamentos do IRS, IVA e IRC, assim como o aumento da taxa para a segurança social dos trabalhadores independentes e o congelamento de pensões.

As medidas geraram descontentamento entre uma grande parte da população, incluindo os trabalhadores independentes ou precários, que surgiam como uma das camadas mais vulneráveis, pela instabilidade financeira e laboral, baixa remuneração e ausência de direitos laborais e reivindicativos que os trabalhadores efetivos tinham. Em suma, era um grupo sem capacidade de recorrer à greve, e cujos interesses ficavam em larga medida fora das reivindicações dos sindicatos.

Após terem recebido o estímulo relativo à vontade coletiva de expressão do descontentamento, os quatro jovens vão inovar na convocação autónoma do protesto, escolhendo para tal o modelo da manifestação, uma das formas mais centrais e rotinizadas para expressão de descontentamento perante um público alargado, uma performance modular, que é adaptada perante uma larga variedade de circunstâncias locais e sociais nos processos de contestação política (Tarrow, 2007: 12, 13).

A manifestação ganha grande destaque, num fenómeno viral que passa das redes sociais para os *mass media*, com os promotores a surgirem como representantes dessa geração de expectativas profissionais e de vida goradas, que sente que os seus interesses não estão a ser defendidos. O não enquadramento dos quatro jovens em instituições partidárias e nos respetivos jogos políticos surge como um elemento atrativo, uma espécie de pureza não corrompida pelas disputas de poder que estará implícita na forma como serão representados. O lado inédito, a novidade do fenómeno irá

também ajudar para que obtenha grande destaque.

Esses fatores contribuem para que o grupo da GAR venha assumir o tradicional papel de mediação, produzindo novas ligações entre pontos anteriormente não ligados (Tarrow, 2007: 31). Este será, aliás, um papel que também tentarão desempenhar inúmeros ativistas a procurar afirmar-se neste campo. O perfil dos diferentes grupos e ativistas levá-los-á a privilegiarem certas ligações em detrimento de outras, procurando mover as mobilizações para os campos que lhes são mais próximos.

A relação dos novos promotores de protestos com os *mass media* irá desenrolar-se de uma forma muito irregular e nem sempre pacífica, com inúmeras tensões e desentendimentos, algo que se manterá ao longo destes anos em que ativistas conseguem, em determinados momentos, organizar eventos de enormes dimensões. O grande impacto alcançado nas redes sociais leva a que os *mass media* deem destaque aos eventos e aos ativistas que os convocaram. Os ativistas frequentemente discordam sobre os moldes como são apresentados, do olhar exterior sobre si próprios, no qual que não se reveem. Ao mesmo tempo, tendem a encarar os *mass media* como um dos veículos de manutenção dos poderes políticos e económicos vigentes. Mais adiante, quando em determinados momentos não lhes derem o destaque pretendido, considerarão que é por esse motivo. Mas nesta fase, o entusiasmo em torno do grupo leva a que as atenções permaneçam centradas neles, e mesmo o episódio em que optam por não comparecer no programa televisivo "Prós e Contrás" contribui para acentuar ainda mais o elemento diferenciador em relação à classe política, aumentando mais o interesse em seu torno.

A conquista do espaço mediático surge como uma relação de poder. O grande destaque alcançado nas redes sociais da Internet levou os órgãos de comunicação social a reconhecer os ativistas como novos atores, dando-lhes destaque, o que foi vital para os eventos alcançarem uma parte significativa da população (indo muito para além do número de participações confirmadas nas respetivas páginas no Facebook).

"No final do primeiro dia havia quinhentas e tal pessoas a dizer que iam, no segundo dia havia 2 mil pessoas, no terceiro já havia 5 mil e depois, passada uma semana, vamos à TVI e dá-se um grande

acréscimo. E passados mais um dias recusamos ir ao 'Prós e Contras'³⁶ e houve um *boom* no momento em que nós recusámos e fazemos um comunicado a explicar a recusa. Porque o programa chamava-se 'os líderes desta geração'. E a nossa recusa foi porque nós não somos líderes (...) Bom, nesse dia o evento explodiu e tivemos talvez 20 mil pessoas a mais [a indicarem no Facebook a sua adesão à manifestação]. Tanto é que no final havia 68 mil pessoas a dizer que iam. Curiosamente estiveram muitas mais nas ruas." (3 – M12M, P150, IAC, Academia Cidadã)

A questão de se demarcarem do papel de líderes surge dentro de uma atitude de se procurarem distanciar das elites políticas e do seu tradicional papel de representantes. Nesse sentido, eles apresentar-se-iam antes como anti-heróis, no sentido de não serem personagens excepcionais, correspondendo antes à imagem muito comum da sua geração, de jovens recém-licenciados com uma perspetiva de estágios não remunerados pela frente. Esse posicionamento estará contudo longe de ser linear, assentando numa contradição de base, na medida em que ao ganharem destaque assumem um papel de condução nas manifestações, algo que virá mais adiante a causar atritos, quando este campo já estiver a ser acesamente disputado no meio ativista.

"Eu imagino que tenha decorrido um mês, mês e meio, em que a manifestação esteve na agenda pública e em debate público, em antecipação de uma coisa grande que ia acontecer. Foi muito intenso e foi um período ainda relativamente grande, o que é completamente anormal neste tipo de situações (...) Os partidos sempre se mantiveram muito fora disso até tarde. Temos uma fase inicial de um certo encantamento, a comunicação social fala muito, lança muito o evento. Há uma segunda fase claramente de uma série de gente com posição suficientemente comunicacional que ataca a manifestação. Isso veio muito de alguns setores mais conservadores, algum tipo de comentadores, etc. E aí eles têm que responder e é uma pressão muito grande. Começam os questionamentos do costume... Nesta fase intermédia coloca-se muito a questão da guerra de gerações. Eles tiveram que responder muito sobre isso. É um tema muito difícil, sobretudo para quem não estava preparado para todos os dias ter um microfone à frente. Depois, há uma última fase, uma espécie de *spin* final, em que os setores mais conservadores da sociedade portuguesa percebem que é impossível que

³⁶ Programa de debates da RTP1 sobre questões polémicas cujo formato conta com inúmeras intervenções de apoio e de repúdio entre as pessoas presentes na plateia.

aquela manifestação já não seja grande e percebem que está ali uma grande potencialidade (...) percebem que é possível virar, tornar aquela manifestação uma espécie de arco de descontentamento contra o Governo, descaracterizar um bocadinho o foco da manifestação que era muito centrado na degradação da vida objetiva que as pessoas tinham." (7 – PI, P15O, BE)

O grupo de organizadores alarga-se a cerca de uma dezena de pessoas e envia apelos a associações e organizações da 'sociedade civil' de todo o país, assim como a sindicatos e partidos políticos, ao mesmo tempo que desenvolve colaborações com grupos de ativismo mais próximos do cariz do protesto, em especial com os PI e Fer.ve – Fartos Destes Recibos Verdes [grupo do Porto que entretanto se fundiu com os PI]. Como referido, esses grupos irão dar algum apoio, tanto em termos logísticos – nomeadamente através de meios de divulgação mais tradicionais, como a produção e colagem de cartazes – como em relação à preparação do seu discurso público, perante o questionamento sobre as suas posições políticas. O que remete tanto para a consistência ideológica do seu manifesto, como para o seu relacionamento concreto com as organizações políticas e institucionais. A ampliação do grupo e a estreita colaboração que desenvolveram com alguns grupos são também determinantes para o estabelecimento das primeiras pontes, em especial para com o meio ativista, com o qual praticamente não tinham laços, mas onde se irão passar a mover. O pequeno alargamento do grupo ocorreu no cruzamento de afinidades das temáticas a que se dedicavam determinados elementos, como a precariedade e os direitos LGBT, com a rede de relações pessoais e de amizades, de pessoas de quem se sentiam mais próximos.

"Lançámos o protesto no Facebook e falámos com algumas pessoas que conhecíamos (...) Foi muito palavra passa palavra (...) A primeira reunião foi com os PI, uma das organizações que nos ajudaram a passar a palavra e a organizar. E acabámos por fazer isso com imensas organizações, associações de estudantes e de tudo e mais alguma coisa (...) Passar a palavra pessoalmente, telefonicamente, email, Facebook.. Foi sempre de uma forma muito descentralizada. Pessoas que conhecemos aparecerem na página do Facebook do evento e acabámos por conhecer muitas outras." (1 – M12M, IAC, Academia Cidadã)

"Convidámos os partidos políticos todos, à exceção do PNR [Partido Nacional Renovador]³⁷, todos os sindicatos que conhecíamos, todos os movimentos que nos lembrámos: Panteras Rosa, SOS Racismo, Precários... Pessoas que conhecíamos que faziam parte do ativismo, pessoas das Panteras Rosa, levaram-nos a outras pessoas, imensas, nem sei de que movimentos faziam parte. De várias vertentes ideológicas, sobretudo de esquerda (...) Os partidos reagiram publicamente e mediaticamente. (...) Dissemos que era um protesto apartidário, algumas pessoas encararam como antipartidário (...) Nunca quisemos fazer isto com os partidos, mas de forma independente. Pedimos que não estivessem identificados, que não trouxessem as suas bandeiras. Depois dos protestos tivemos reuniões com vários deles, para nos darem os parabéns e tudo mais (...) Estranho, porque [a manifestação] foi apoiada da esquerda à direita, tirando parte dos socratistas e do PS também por essa razão [ser o partido que se encontrava no poder]. PSD, CDS, BE, PCP, Os Verdes e outros." (1 – M12M, IAC, Academia Cidadã)

"Eu e os PI fomos contactados antes da manifestação para fazer cartazes, definir percursos. Foi assim que nos envolvemos no processo, sempre de forma lateral. Fizemos alguma gestão de comunicação. Às vezes era difícil arranjar-se pessoas para falar e nós tratávamos disso. Não só com gente dos PI, mas com gente próxima (...) Procurámos transformar aquela energia em algo concretizável." (11 – PI, P15O, QSLT, BE)

"Havia aquelas quatro pessoas que lançaram o evento no Facebook, mas depois tornaram-se três verdadeiramente ativas. Desse ponto de vista foi uma coisa absolutamente genuína (...) Na cabeça deles desde o princípio que queriam fazer uma coisa grande, o que é engraçado, mas sabiam que para o fazer precisavam de ajuda porque não tinham essa experiência. E por isso, nós percebemos depois que eles contactaram várias pessoas, não necessariamente grupos, várias pessoas que podiam ser relevantes para os ajudarem a fazer aquilo e falaram connosco [PI], porque nós trabalhávamos aquilo que era um dos focos principais da mobilização deles. Conselhos de todo o tipo. Até mesmo logístico." (7 – PI, P15O, BE)

³⁷ Partido de extrema-direita formado no ano 2000.

"O grupo de que faço parte [revista Rubra] participou basicamente com trabalho braçal, colando cartazes." (18 – Revista Rubra, P15O)

"Eu fui um mero espectador do início daquilo. Soube pela imprensa que havia o apelo daqueles quatro jovens, vi a coisa evoluir, percebi que estava a ganhar dimensão. Depois percebo que 4 [M12M, Panteras Rosa, P15O, IAC, Academia Cidadã] está metido naquilo e começo a comentar com ele 'vocês estão aí a despertar uma cena incrível'. Ele responde-me algo do género 'sim e estamos à rasca, tu se fazes favor vem a uma reunião', e convidou-me para um encontro em casa dele em que estava o 3 [M12M, P15O, IAC, Academia Cidadã], o 2 [M12M, Panteras Rosa, PI, P15O, QSLT, BE] e o moço de Coimbra [um dos quatro elementos fundadores da GAR], que nunca conheci muito bem (desligou-se porque é um moço mais conservador e a partir do momento em que a chegada do FMI começou a separar as águas... O M12M assumiu logo uma posição contra a intervenção da Troika e ele saiu nesse momento). Aquelas quatro pessoas até tinham tido algum envolvimento no movimento estudantil, mas não eram propriamente ativistas experimentados, eram bastante verdinhos, apesar de terem boas cabeças. 4 [M12M, Panteras Rosa, P15O, IAC, Academia Cidadã] chamou-me para fazer treino para a relação com os órgãos de comunicação social e acho que para ajudar a pensar, a ter algum discernimento ali, porque eles estavam a sofrer não só essa pressão mediática, como pressões vindas de todos os lados." (5 – Panteras Rosa, M12M, P15O, QSLT, BE)

"O M12M tem uma ingenuidade deliciosa desde o início e foi por isso que me juntei. Eles tinham esta perspetiva 'nós estamos aqui para construir um movimento social independente. Para contrariar esta partidocracia' (5 – Panteras Rosa, M12M, P15O, QSLT, BE)

"O M12M acabou por nunca ser um movimento, foi e é um grupo de amigos que organizou o protesto em Lisboa e que eventualmente convidou outras pessoas para se juntarem (...) No M12M nunca nos quisemos assumir como um movimento de esquerda (apesar de estar obviamente inquinado nesse sentido) até porque a nossa génese até abarca algumas pessoas de direita." (1 – M12M, IAC, Academia Cidadã)

Enquanto a relação com o meio ativista é estabelecida, numa fase inicial, dentro do espírito de uma maior proximidade e conexão, a relação com os partidos políticos surge logo marcada pela necessidade da manutenção de uma equidistância. Mas apesar da convocação ser apartidária e de por isso ter atraído aqueles que se sentiam não representados nas estruturas políticas tradicionais, o gigantesco destaque obtido acaba por levar a que também congregue apoios da oposição ao Governo PS e militantes dos respetivos partidos que veem no protesto uma oportunidade de aumentar a pressão para a queda do regime, numa altura em que a pressão dos mercados financeiros leva à implementação de medidas de austeridade, com o processo em curso para o estabelecimento do 4ª Programa de Estabilidade e Crescimento. O Presidente da República, Cavaco Silva, surgiria a defender a necessidade de um "sobressalto cívico" e de "uma grande mobilização da sociedade civil" no discurso de tomada de posse no seu segundo mandato, dias antes do 12 de março, o que foi encarado como um claro apelo à adesão ao protesto, que por essa altura já tinha ganho enorme destaque.

A "fluidez programática" aparecia assim como "simultaneamente a sua força e fraqueza", atraindo para a gigantesca manifestação "a juventude atingida pela precarização, as gerações mais velhas também precárias ou solidárias, organizações sociais (feministas, LGBT, entre outros), setores organizados da esquerda anticapitalista (como o BE), alguns setores da direita (como a JSD), em que marcaram também presença, por exemplo, o à época líder da maior central sindical portuguesa (CGTP), Carvalho da Silva, e até alguns elementos de extrema-direita" (Soeiro, 2014: 67).

O cariz da convocatória permite que se torne bastante transversal, o que também significa que integra tanto participantes atraídos pela contestação à generalidade da classe política, como apoiantes e membros dessa classe, vindos desde a esquerda anticapitalista até à direita neoliberal e mesmo a extrema-direita.

O grupo dos promotores ficaria assim no meio dessa constelação de forças, no meio de inúmeras pressões e solicitações que surgiram de repente.

"Eles estavam a sofrer não só a pressão mediática, como outras pressões que vinham de todo o lado. Quer a tentativa de apropriação por parte dos partidos políticos, todos eles, e de movimentos, quer pressões negativas, ameaças – até ameaças de bomba nos chegaram – ou de pessoas que se iam imolar no Rossio se nós fizéssemos aquela manifestação." (5 – Panteras Rosa, M12M, P15O, QSLT, BE)

Ao longo do país surgiram entretanto grupos de pessoas que avançaram com a organização da manifestação nas suas respetivas cidades, tendo havido alguma colaboração direta e coordenação com o Porto. Nas restantes cidades, a organização decorreu de forma totalmente autónoma.

"Fizemos um grande *forcing* para que acontecessem coisas no Porto e fomos lá para ter uma reunião com as pessoas que nos foram contactando e que disseram que queriam fazer lá. Formou-se um grupo, eles organizaram e realmente correu muito bem. Depois há um momento em que começamos a receber propostas de todas as cidades a dizer 'eu quero fazer aqui'. As pessoas diziam 'é sempre tudo em Lisboa'. E nós respondíamos: 'façam vocês, façam aí nos vossos sítios'. Acho que de alguma maneira aquilo fez o clique nas pessoas e funcionou." (3 – M12M, P15O, IAC, Academia Cidadã)

As manifestações da GAR, entretanto alargadas de Lisboa para o Porto e outras 9 cidades portuguesas viriam a ultrapassar todas as expectativas, surgindo como os maiores protestos do pós 25 de Abril, em contraponto com a diminuição que então se verificava às manifestações convocadas por partidos políticos e sindicatos. Nos *mass media* foram referidos números entre cerca de 200 a 300 mil manifestantes só em Lisboa (notícia sem autor, 2011a) (Cavaleiro, 2011).

Em Lisboa, a manifestação confluiu do Marquês de Pombal para o Rossio onde tiveram lugar algumas curtas intervenções, entre as quais as dos "Homens da Luta", a banda que surgia como uma espécie de caricatura das figuras revolucionárias de outros tempos³⁸. Os apelos para que

³⁸A ironia jogava com elementos muito presentes nestas manifestações, as quais contavam com larga adesão numa geração de jovens muito despolitizados, que já tinham crescido em democracia e numa sociedade de consumo capitalista e de repente sentiam o ímpeto de sair às ruas em protesto por verem as suas expectativas de vida goradas, aproximando-se de um campo de intervenção política que lhes era estranho.

os partidos e diversos grupos não participassem com as suas habituais faixas ou cartazes contribuíram para uma maior heterogeneidade, com inúmeros cartazes improvisados pelos diversos manifestantes onde eles exprimiam as suas palavras de ordem relativamente ao que mais os indignava dentro da situação de precariedade.

A adesão à manifestação supera todas as expectativas, surgindo como um momento intenso e inebriante para o grupo inicial de organizadores. Pelo carácter inédito, revelar-se-ia marcante em termos de vivência, em particular para aqueles que se situavam dentro do meio ativista e que viam ali a abertura de possibilidades de criação de novas dinâmicas.

"Foi uma emoção muito grande. Foi na manifestação que conheci 2 [M12M, Panteras Rosa, PI, P15O, QSLT, BE]. Ele estava a chorar e eu comecei a chorar também. Aquilo [a manifestação] durou horas, horas e horas. Terminou num restaurante no Carmo com umas 50 ou 100 pessoas (...) Estava lá toda a gente (...) Parecia que a revolução ia ser nessa noite." (8 – PI, May Day, MSE, QSLT)

"Foi uma grande experiência para nós [PI]. Uma grande experiência militante, porque foi mesmo participar objetivamente, diretamente, na organização de uma manifestação gigante." (7 – PI, P15O, BE)

"O único que levou bandeiras foi o PAN. O PNR acabou por estar na frente, próximo de nós. Uma sensação estranha na manifestação termos os anarcas, os comunas, com a extrema direita num espaço de 20 metros quadrados." (1 – M12M, IAC, Academia Cidadã)

Encarada como um sinal inédito de revitalização da sociedade civil, o seu sucesso leva a um aumento ainda maior da pressão em torno dos seus organizadores, gerando enormes expectativas de que desse lugar a outras ações, iniciativas de protesto ou de luta, que capitalizassem essa receptividade, à adesão massiva a eventos convocados fora das estruturas tradicionais. O grupo da

GAR que em breve viria a constituir a associação M12M ficaria no centro de várias disputas, em especial dentro do meio ativista, onde o protesto é recordado com alguma dualidade, com o reconhecimento do campo que abriu a ser acompanhado por muitas críticas quanto à sua "ambiguidade" ou "vacuidade" política instrumentalizada por terceiros. Críticas que surgiam tanto dos ativistas pertencentes ou com proximidades a partidos de esquerda, como daqueles com posições mais antipartidárias.

"Participei na manifestação gigantesca, gostei imenso, apesar de ter visto cromos da JSD a mobilizar para aquilo, assim como lá vi malta que não era propriamente hiperreivindicativa. Percebi que aquilo de facto juntou muitos descontentamentos." (9 – UMAR, P15O, May Day, PI, Marcha Mundial das Mulheres, Primavera Global, QSLT).

"Na altura tive uma profunda desilusão com o 12 de março, também o sentiram as pessoas mais próximas de mim (...) Vi-o de uma forma bastante crítica, porque era uma massa apolitizada, que também é um fenómeno contemporâneo (...) Mais tarde, quando começámos a aproximar-nos desses círculos, começamos a ter essa discussão com toda a gente. Todos tinham o 12 de março como uma grande referência e na altura a leitura que tínhamos... O que é que se ganhou com aquilo? Na minha visão, ganhou-se só a queda do Governo Sócrates, que na altura já não estava a servir a classe dominante, não conseguiram impor o PEC [Programa de Estabilidade e Crescimento] (...) O 12 de março era tudo ao molhe e fé em Deus, uma ingenuidade quase perversa." (15 – P15O, QSLT)

"Foi um bocado estranho. Porque foi a primeira vez que houve uma manifestação tão grande. Mas acho que o 12 de março pariu uma montanha. Juntou muita gente sem ter uma mensagem definida (...) O 12 de março uma das coisas que teve pior foi ter criado uma pseudoelite à volta das pessoas do M12M que eu acho politicamente bastante duvidosas e o papel que foram assumindo nas coisas bastante problemático (...) a manifestação transcende largamente as expectativas e a capacidade deles." (20 – RDA)

Inúmeros ativistas iriam contestar o destaque dado aos convocadores das manifestações, não lhes reconhecendo capacidade nem legitimidade como 'porta-vozes' ou mesmo de líderes não assumidos do meio ativista. O ativista da RDA que efetuou este último comentário, também contribuiria para o texto das edições Antipáticas, onde essa perspectiva crítica foi desenvolvida:

"Marcada por um discurso político paupérrimo e por um voluntarismo de programa de televisão matinal, a multidão que encheu Lisboa nada conseguiu e pouco afirmou. É certo que a sua perspetiva chegou para nos entusiasmar e que não foi privada de emoção a visão da Avenida da Liberdade cheia de lado a lado. Mas, talvez por esse momento ter sido apenas contraposto pela enorme mediocridade de tudo o resto, deixou-nos um sabor tão amargo. Os organizadores da manifestação, posteriormente, não conseguiram mais do que criar um patético projeto de vanguarda política, o M12M, que tentou por todos os meios dirigir o movimento antes de se totalmente descredibilizar e desaparecer não se sabe bem para onde. " (Antipáticas, 2013: 7, 8)

A falta de experiência de ativismo dos membros fundadores, a par da reduzidíssima dimensão do grupo, fez com que não conseguissem dar resposta aos apelos e expectativas que sobre si recaíram após a manifestação. A vaga de apoios tinha sido gerada dentro de uma convocatória com grande indefinição ideológica, permitindo que tenham surgido autonomamente em seu torno, em vários pontos do país, estruturas com forças de direita (e nas quais viriam a procurar entrar mesmo elementos da extrema-direita), que apontavam para posicionamentos políticos em relação aos quais não se reviam. Ao mesmo tempo, a espontaneidade com que haviam avançado e a falta de um posicionamento político mais concreto, contribuiu para que entre o grupo não fosse claro o caminho a seguir após as manifestações.

"Depois da manifestação, para ser o mais franco possível, toda a gente tinha uma boa ideia para lhes dar, sobre o que eles deviam fazer a seguir, e isso é uma gestão muito difícil. Aquele grupo de pessoas não tinham experiência anterior de política, vamos dizer de ação coletiva muito intensa.

Isso foi muito difícil emocionalmente, e o depois ainda é mais, muito mais." (7 – PI, P15O, BE)

"Na altura do 12 de março devíamos ser umas vinte pessoas. Entre dez e vinte. E percebemos que não conseguíamos dar resposta, era impossível (...) E depois começámos a sofrer ataques de todo o género. Acusações de protagonismo. Blogues que foram criados... No Facebook, o sítio mais fácil, recebíamos todo o tipo de acusações. 'ah, porque vocês são do PSD', 'ah, porque vocês são do BE', era à escolha, 'são anarcas', 'de extrema direita',...." (3 – M12M, P15O, IAC, Academia Cidadã)

"É evidente que aquela pressão que houve até ao 12 de março não ia desaparecer, pelo contrário, a partir do momento em que organizámos uma manifestação com aquela dimensão e que continuou a haver repercussão mediática, essa pressão duplicou, triplicou e tornou-se absolutamente insustentável. Houve uma pessoa, em concreto do M12M, a quem ofereceram dinheiro. A quem os serviços de informação do Estado ofereceram dinheiro para passar informação sobre o que se passava no interior do movimento. Houve uma pessoa a quem foi oferecido um emprego milionário nos Estados Unidos, a oferta veio da embaixada norte-americana para produzir relatórios regulares sobre o movimento social em Portugal." (5 – Panteras Rosa, M12M, P15O, QSLT, BE)

"No fim de semana seguinte [à manifestação] houve uma reunião entre os promotores do protesto das várias cidades do país. Algumas queriam fazer um movimento nacional, uma plataforma. A maior parte em Lisboa era contra. Não queríamos ser representantes, nem líderes de nada. Tínhamos uma plataforma de comunicação: a GAR de Viseu, a GAR de Leiria... Ficou decidido que estaria à disposição de cada um nas suas localidades, continuar enquanto GAR. Das primeiras iniciativas já como M12M foi a lei contra precariedade, com os PI, os Fer.ve, os Intermitentes do Audiovisual e do Espectáculo e a GAR do Porto, que penso que se dissolveu pouco depois." (1 – M12M, IAC, Academia Cidadã)

"O que estávamos a fazer neste período? Primeiro a tentar conhecer as pessoas que tinham organizado o 12 de março, porque aquilo foi uma coisa completamente inorgânica. A partir do

momento em que houve a convocatória, houve pessoas que a assumiram em Braga, no Porto, na Covilhã, em todo o lado. Houve uma reunião nacional em que se tentou que essas pessoas se conhecessem e onde se percebeu imediatamente que não iria sair dali nenhum tipo de rede ou de trabalho conjunto, porque metade das pessoas eram do PSD (...) Depois, num segundo momento, com o qual perdemos muito tempo (isto é uma história que ninguém conhece) nós estamos pura e simplesmente a ir por todo o país a assembleias populares marcadas espontaneamente a partir dessas estruturas que tinham organizado o 12 de março, assembleias abertas e horizontais, onde sistematicamente aparece o PNR, que estava a tentar dar o salto da sua inexistência organizativa, porque tinha sido perseguido criminalmente, tinha e tem dirigentes presos. Estavam a tentar dar o salto para isso. Diluírem-se dentro deste movimento. Apareceram com manifestos hiperdúbios (...) Nós apercebemo-nos disso, fizemos marcação dessas assembleias todas. Denunciando-os e expulsando-os,. E com isso perdeu-se muito tempo." (5 – Panteras Rosa, M12M, P15O, QSLT, BE)

"Ao fim de algum tempo decidimos fundar o M12M, já cometendo um erro, na minha opinião, mas é muito fácil dizê-lo à distância. Não nos apercebemos que ao longo deste processo de meses nos fomos fechando, dentro daquele grupo (...) apesar da nossa preocupação ser abrir, a primeira iniciativa do M12M, dois ou três meses depois da manifestação, enquanto tal foi uma assembleia popular que não teve ninguém. Que não teve nenhum tipo de repercussão. Foi aí que começámos a perceber, espera aí isto não é matemático, não há automatismo. Logo depois veio a Acampada que nos veio resolver o assunto. Dissemos 'ok, já não é preciso, está ali outra coisa'. E a Acampada foi o momento em que percebemos que não éramos os únicos. 'Vamos deixar de pensar em bolha e em espiral, porque há outras pessoas a mexer, portanto vamos é juntar-nos ao que está a acontecer'. Mas já não podíamos escapar ao processo. Eu chamo-lhe a bolha, porque já o vivi noutras organizações. São processos de autofechamento em que as pessoas se juntam cada vez mais em circuito fechado e cada vez têm mais medo do exterior. Mas quando estás dentro não te apercebes. (5 – Panteras Rosa, M12M, P15O, QSLT, BE)

O ativista dos Pantera Rosa que havia aderido ao grupo (e que, entre as funções que desempenhara, tivera a de estabelecer contactos com outros grupos, fazendo uso da sua longa experiência no meio, que já vinha desde as contestações estudantis dos anos 1990) reflete neste

último comentário o processo de "autofechamento" que veio a observar no M12M, com o destaque dado aos seus membros, a colocá-los no centro de invejas e disputas várias, provocando reações defensivas da parte deles em relação aos mais diferentes quadrantes políticos.

"Com uma pessoa por vizinhança fui trocando umas impressões e a determinada altura ela diz-me que nós [M12M] até temos nos estatutos que é proibida a entrada de pessoas dos partidos, eu disse 'olha isso chama-se fascismo'. Eu disse, 'eu não estava a querer entrar, só estava a querer saber, mas tudo bem, paro por aqui'. Essa pessoa acho que inclusivamente já se afastou, mas esta lógica antipartidos, do modo como está posta, acho que é perigosíssima porque pode derivar numa lógica de populismo e eu acho que a democracia só pode ser feita com partidos." (10 – QSLT, Maldita Arquitetura, PCP)

A 30 de março entregaram, com os Fer.ve, PI e Intermitentes do Espectáculo e do Audiovisual, no Tribunal Administrativo de Lisboa, uma intimação solicitando a alteração da pergunta 32 dos censos, que consideravam branquear a situação de precariedade (site Geração à Rasca, 2011b)³⁹. Mas para além de algumas iniciativas pontuais, o grupo da GAR não avança para a convocação de novos protestos de larga escala, acabando por vir a concentrar os seus esforços conjuntos com esses grupos, sobretudo, na recolha das 35 mil assinaturas necessárias para a apresentação de uma proposta de lei contra a Precariedade, uma iniciativa que iria revelar-se desgastante e morosa.

"Depois [das manifestações] há a formação do M12M propriamente dito. Nós começámos a [proposta de] lei contra a precariedade logo a seguir, depois apresentámo-la formalmente. Por essa altura apresenta-se o movimento, [a iniciativa] não tem um único jornalista. As mesmas pessoas que puseram 500 mil pessoas na rua formam um movimento oficialmente e não há nenhum jornalista [presente]. A partir daí começamos a sentir a censura." (3 – M12M, P150, IAC, Academia Cidadã)

³⁹A pergunta em que questão ("Qual o modo como exerce a profissão indicada?") era acompanhada pela indicação que "se trabalha a 'recibos verdes' mas tem um local de trabalho fixo dentro de uma empresa, subordinação hierárquica efetiva e um horário de trabalho definido deve assinalar a opção trabalhador por conta de outrem", o que gerou a contestação por deturpar os dados dos censos relativamente aos trabalhadores precários.

A in experiência dos membros convocadores dos protestos contribuiu para não compreenderem cabalmente as dinâmicas em que se viram inscritos, em relação às diferentes forças e organizações. Os picos da atenção mediática, com grandes oscilações entre eventos e momentos com enorme destaque nos órgãos de comunicação social e outros que são considerados irrelevantes, será de resto um fator que voltará a criar tensões e desconfianças com outras plataformas de ativismo. Neste caso, o aspeto formal da constituição do grupo como associação não foi encarado como relevante pelos órgãos de comunicação social. Mas em termos gerais a questão passa pelo seu reconhecimento como interlocutores sociais. O relacionamento dos novos grupos e plataformas com estes órgãos ocorre em contraste com a forma profissionalizada como é desenvolvido pelos aparelhos partidários e sindicais, que contavam com maior disponibilidade de meios e uma maior separação entre as dimensões pessoais e emocionais, e as institucionais, o que em momentos de maior tensão e conflito leva a que estes últimos tenham mais capacidade de agir estrategicamente.

Nesta altura a vida política nacional conhece tempos de mudança, com a apresentação da demissão pelo primeiro-ministro José Sócrates e a queda do Governo, na sequência do chumbo do 4º Plano de Estabilidade e Crescimento. As eleições legislativas antecipadas têm lugar a 5 de junho, saindo vencedor o PSD, que formará um Governo de coligação com o CDS-PP.

5.2. A Acampada do Rossio e as suas assembleias populares, o 'palco' onde os ativistas se cruzaram

Durante o período da campanha eleitoral, em que a política nacional volta a estar centrada nas dinâmicas partidárias, ocorre um outro evento que se revelará de grande importância ao nível mais circunscrito do meio do ativismo político no país: os acampamentos de protesto. Esses eventos, nos quais os ativistas ocupam praças centrais onde pernoitam e levam a cabo assembleias populares abertas à participação de qualquer um, ficariam conhecidos como Acampadas, e surgem em Portugal como réplica das que têm lugar em Espanha.

A 15 de maio de 2011, cerca de dois meses depois das grandes manifestações portuguesas da GAR, é a vez de acontecerem no país vizinho iniciativas de protesto convocadas fora das estruturas partidárias, com recurso à Internet e às redes sociais, e com enorme repercussão. O protesto inicial

em Madrid é alvo de repressão policial, o que leva a posteriores manifestações de solidariedade. "A Rua é Nossa" é o mote para os encontros, marcados pelo espírito da desobediência civil e de ocupação do espaço público com as Acampadas. Milhares de pessoas permanecem ao longo de semanas em praças centrais das cidades espanholas – entre as quais a das Portas do Sol, em Madrid – onde têm lugar assembleias populares, com uma lógica de funcionamento não hierárquico, sem lideranças e com todas as decisões a serem tomadas por consenso.

Alguns dias depois do início do 15 de maio em Espanha, alguns estudantes espanhóis que se encontram em Portugal, no âmbito do programa Erasmus, organizam um encontro de solidariedade em frente ao consulado do seu país, situado na Avenida da Liberdade, em Lisboa. Assim iniciando uma dinâmica que irá tornar-se central no meio ativista.

"Começou a 19 de maio, quatro dias depois do início do protesto em Espanha. Começou em frente ao consulado espanhol na Avenida da Liberdade, convocado por 4 ou 5 espanhóis residentes em Portugal. A malta ficou lá à noite e um ou dois dias depois desceu para o Rossio e ficou lá até ao 4 de junho, véspera das eleições, quando a polícia vai lá e deita abaixo todo o processo, confiscaram materiais nossos, computadores.... (...) Dia 19 não deviam estar mais de 40 pessoas, no segundo dia talvez 70, depois houve o processo da Acampada, que teve dias em que chegou às 500 pessoas (...) Houve pessoas que ficaram lá a dormir e a viver. Marcavam plenários para as seis da tarde, nos dias de manifestações havia sempre cartazes a anunciar plenários às 19h, 20h ou 21h. Acabaram por criar uma rotina diária de coisas para fazer. O que acabou por afastar algumas pessoas, porque nem toda a gente tem este tipo de disponibilidade para estar lá todos os dias." (1 – M12M, IAC, Academia Cidadã)

"Durante 12 dias a Acampada do Rossio teve para mim uma dinâmica muito nova em relação ao que tinha sido a atividade política no país nos últimos 30 anos. Eu sou do tempo do PREC⁴⁰, era

⁴⁰O Processo Revolucionário em Curso (designação do período revolucionário do pós-25 Abril, que foi encarado pelas forças de direita pejorativamente) corresponde ao período entre a revolução do 25 de Abril de 1974 e a tentativa de golpe militar de 25 de Novembro de 1975, que seria travada por forças que se opuseram à extrema esquerda, ou até à consequente aprovação da Constituição Portuguesa em Abril de 1976. Foi um período de grande efervescência política, marcado por processos como a reforma agrária, ao longo do qual se manteve indefinido qual o tipo de regime que o país iria seguir – se alinhava pelos sistemas democráticos da Europa Ocidental e Estados Unidos da América, se se transformava num regime socialista da área de influência da União Soviética. O 25 de Novembro acabou por determinar

muito miúdo. O meu pai era delegado sindical (...) Participei em cooperativas, estive em fábricas autogeridas, em cooperativas no Alentejo. Andei em casas ocupadas com os meus pais em comissões de moradores. Tive essa experiência autogestionária muito forte no 25 de Abril. Isto não era propriamente uma grande novidade. Era novidade porque tinham passado mais de 30 anos. A democracia tinha-se instalado nos cadeirões e isto era uma espécie de lufada de ar frasco que vinha da rua. Vinha com muitas influências, nomeadamente de Espanha, e com muitos tiques partidários." (12 – Indignados de Lisboa, Assembleia Popular da Graça, P15O, Activar, Primavera Global, QSLT)

"Nós estamos [na altura da Acampada do Rossio] a passar de um país que teve nos anos 1990 uma panaceia miserável, sem ação, muito pouca. Muito relacionada apenas com o movimento estudantil, a luta contra as propinas, contra a Prova Geral de Acesso, o movimento operário muito entrincheirado na concertação social . Toda a experiência de organização e de luta perdeu-se um bocado e isso notava-se muito no Rossio. A forma anárquica como as discussões eram feitas. Anárquico no sentido pejorativo do termo. Uma desconfiança muito, muito forte em relação à organização, à existência de organização. Ou seja, uma organização feita com base na desconfiança da organização." (18 – Revista Rubra, P15O)

Os dois últimos relatos remetem para as especificidades do contexto político português. O penúltimo comentário faz uma alusão aos momentos de maior participação política na área da extrema esquerda e da experimentação de novas formas organizativas no pós 25 de Abril. Nesta perspetiva, os novos processos trazem a esperança da recuperação de algumas dinâmicas desse período, que faça frente ao domínio do capitalismo neoliberal. Os fracos índices anteriores de participação e ativismo político no país vão condicionar as novas dinâmicas emergentes, com a influência de modelos de organização mais participativos, próximos do anarquismo, a aliar-se à desconfiança em relação à criação de organizações. Na perspetiva do último ativista citado, esses fatores levaram o processo para situações de inoperacionalidade. Ambos os ativistas apontam fatores negativos nas Acampadas, mas divergem no modo como encaram a lógica de organização não hierarquizada trazida de Espanha. O primeiro, embora apologista de modelos não

que se seguiria a primeira opção.

hierarquizados, considera que não terão funcionado no Rossio, devido aos "tiques partidários". O segundo, menos adepto de formas de organização anarquista e mais próximo das estruturas tradicionais, atribui as dificuldades organizativas à falta de experiência de ativismo político em Portugal.

A diferença de perspetivas remete para os diferentes modelos organizativos defendidos no Rossio. Um defende mudanças políticas no sentido do surgimento e entrada de novos atores políticos, mas com o sistema a continuar assente em estruturas organizativas ou partidárias. O outro defende um tipo de organização diferente, mais inorgânico e horizontal.

As Acampadas ocorreram em diversas cidades portuguesas, tendo contudo uma adesão muito mais reduzida do que em Espanha. A de Lisboa durou 12 dias (Soeiro, 2014: 67). Não tendo gerado uma grande adesão popular, reduziu-se sobretudo ao meio ativista, no qual acabaria por ter tremenda relevância.

O 12 de março tinha mostrado a possibilidade de convocar grandes manifestações fora das estruturas tradicionais, e esse era um novo campo prestes a ser acesamente disputado por uma série de ativistas que se irão cruzar e interagir no Rossio. Alguns fazem parte de grupos que já existiam anteriormente, outros são recém-chegados ao meio. Há também aqueles que no pós 25 de Abril tinham tido alguma participação ativista, tendo-a deixado de lado após o 25 de Novembro, e decidiram retomá-la neste período.

As novas dinâmicas iniciadas pela Internet vão conhecer no Rossio uma continuidade presencial, mais próxima e circunscrita, permitindo a interação direta entre ativistas pertencentes a diversos grupos, assim como independentes e recém-chegados ao meio, numa altura em que as novas possibilidades de mobilização massiva surgem como novas oportunidades de afirmação e captação de apoios.

Para alguns é um primeiro contacto, para outros a continuidade de disputas antigas ou o acentuar de rivalidades, assim como o estabelecimento de alianças.

"É aí no Rossio que tenho o primeiro contacto com aquilo que se chama ativismo político, na rua, onde constróis essencialmente o protesto, e foi uma experiência fantástica. A primeira e única vez

que fui preso. Tive dois meses com uma escola completa. No dia em que isso aconteceu no Rossio, a sensação era mesmo essa. Em seis horas aprendi mais e vi mais do que naqueles dois meses, sendo que naqueles dois meses já tinha aprendido muito mais do que nos últimos 5 ou 6 anos." (15 – P15O, QSLT)

Para este ativista independente, que viria depois a integrar a P15O e o QSLT, a experiência da detenção parece ter reforçado a importância que dá à pertença a grupos ou plataformas, ao estabelecimento de uniões estratégicas que possam fazer frente a diversas forças, nomeadamente aos poderes instituídos e defendidos através de instituições do aparelho de Estado. Apesar de ter optado por se manter fora de partidos, a sua análise foi sempre marcada pela importância de alianças entre estruturas com um posicionamento ideológico próximo do seu. Isso inclui partidos mais à esquerda, como o PCP e o BE, capazes de fazerem frente à aplicação das medidas de austeridade aplicadas pelo Governo de direita e determinadas no âmbito da Troika, dentro da lógica do capitalismo neoliberal. Essa ótica de alianças e antagonismos surgiria, na sua perspetiva, não apenas em relação ao regime neoliberal, mas também nas disputas entre os diversos grupos de esquerda que procuravam aproveitar o novo campo de contestação para se afirmar e tentar conquistar uma base de apoio.

É uma fase descrita como sendo de especial intensidade e riqueza, com uma ampla experimentação e vivências de ativismo político, com todas as suas implicações, dentro de um curto período.

"A Acampada foi muito interessante para mim. Deu para conhecer toda a gente que anda nos movimentos sociais (...) Deu para aprender que com muitos grupos é muito difícil ter uma discussão, porque já têm a sua linha definida, tornando-se difícil trabalhar para o consenso." (11 – PI, P15O, QSLT, BE)

No Rossio, a lógica da tomada de decisões por consenso irá esbarrar em confrontações entre ativistas afetos ou mais próximos do BE e grupos que estavam em processo de saída da estrutura

partidária, como o Ruptura-Fer, ou aqueles que já tinham concretizado essa saída, como os membros da revista Rubra. Todos eles provinham de modelos organizativos tradicionais, mas aqueles que estavam em processo de afirmação e de conquista de uma base de apoio, em especial o Ruptura-Fer, serão mais favoráveis aos modelos não hierarquizados e abertos. A estes somavam-se ainda aqueles que se situavam à partida mais dentro dessa forma de funcionamento – os ativistas e os grupos defensores de posicionamentos apartidários ou antipartidários.

"Foi o embrião de tudo isto (as novas plataformas e dinâmicas que dariam lugar às grandes manifestações que se seguiram). Mesmo a maneira como as várias forças se cruzam e degladiam (...) O Rossio foi um confusão completa. Já havia ali duas tendências claramente identificadas, o pessoal mais ligado aos partidos e às estruturas clássicas e o pessoal que simplesmente o que tinha para dizer é que era contra essas estruturas." (15 – P15O, QSLT)

"A Acampada foi muito intensa, porque nós íamos todos os dias para lá. Quem não estava a trabalhar ficava lá a dormir e tomava conta daquilo (...) O processo foi muito interessante. O pessoal que não se conhecia a discutir, a conhecer-se, a debater ideias (...) Criaram-se vários pequenos grupos para concretizar atividades. Por exemplo, o grupo de logística, o grupo de comunicação, o grupo de ações de mobilização." (17 – Ruptura-Fer [atual MAS], P15O, Primavera Global)

"Fui praticamente todos os dias às assembleias populares no Rossio. Fiz parte dum grupo inicial de logística .- arranjei umas caixas, umas cordas, lonas. Já havia gente lá no grupo que eu conhecia, pessoas mais velhas, algumas ligadas ou a partidos ou a organizações que conhecia da minha vida pessoal – vários dos PI, malta do SOS Racismo. Apenas algumas eram caras conhecidas. Havia estudantes Erasmus espanhóis, estudantes universitários (reconheci vários dos meus alunos), pessoas comuns que passavam pelo Rossio e ali ficavam. Foi uma maré de gente, que nos dias mais altos chegaram a ultrapassar as 500 pessoas – houve várias assembleias com números muito grandes." (12 – Indignados de Lisboa, Assembleia Popular da Graça, P15O, Activar, Primavera

Global, QSLT)

"Através da revista [Rubra], que era o nosso instrumento para chegar às pessoas e expor as nossas ideias, queríamos participar politicamente no que fosse acontecendo. Fomos participando sempre, estando atentos ao que ia acontecendo, íamos às manifestações, vendíamos a revista, fazíamos discussão com as pessoas (...) [A revista Rubra] surgiu em 2008. Andámos ali uns dois ou três anos em que não se passava nada, absolutamente nada. Andámos no deserto. Politicamente era um marasmo. E depois começou tudo com a manifestação do 12 de março e com o Rossio." (19 – Revista Rubra, MSE, CADPP, P15O)

A Acampada surge como a recuperação da ideia da Ágora, um espaço público onde os cidadãos se encontram livremente e debatem as suas convicções políticas.

"Eu e o meu grupo [revista Rubra] temos uma tradição de organização. Para nós aquilo foi muito diferente [comparativamente com o processo das manifestações do 12 de março]. Em vários aspetos muito positivos, nomeadamente na possibilidade de conhecer outros grupos" (18 – Revista Rubra, P15O)

"O Rossio é uma ideia muito bonita, podia ter sido muito bom. Era pelo menos uma praça pública onde se podia discutir política, discussões específicas. Foram formados grupos específicos de debate, de pessoas que estavam habituadas a esse debate, o que acabou por destruir um bocadinho a vontade de participação das pessoas que não estavam em nenhum grupo específico, das pessoas que simplesmente passavam na praça." (2 – M12M, Panteras Rosa, PI, P15O, QSLT, BE)

"O Rossio foi uma fase experimentalista, onde quase toda a gente experimentou tudo." (15 – P15O, QSLT)

"Eu faria novamente a Acampada, acho que se devia fazer na Praça de Espanha. Mas pelo lado do convívio-ligação, não pela funcionalidade. Era muito confuso, inconsequente. Todos os dias a discutir processos e acabar por não fazer nada. Perdia-se muito tempo (...) Organizas-te ali no espaço público, e depois vais morar para ali?" (8 – PI, May Day, MSE, QSLT)

Os ativistas criaram um hino da Acampada, um elemento simbólico que recuperava o repertório de outros movimentos.

A Internet contribuiu para uma maior proximidade com as Acampadas espanholas, permitindo a transposição das suas regras de funcionamento (blogue 15 Maio) e o espírito inerente, em que o processo participativo, de comunhão do espaço público, numa vivência quotidiana e continua, é tão ou mais importante do que a tomada de medidas e decisões concretas. Algo que também vai buscar influências aos modelos de vida comunitária do movimento hippie dos anos 60.

A Acampada do Rossio será vivida com grande intensidade e mesmo êxtase, face à novidade e envolvimento que implica, o que também irá potenciar o acirrar de conflitos.

O M12M e os PI, que tinham tido um papel central no anterior protesto, viram as dinâmicas que haviam espoletado a serem levadas para fora do campo da larga adesão popular, transpostas sobretudo para o círculo circunscrito dos ativistas, onde passariam a ser alvo de ataques e rivalidades. Apesar de ter marcado presença, este ativista dos PI expressou a sua descrença em relação ao desvio que considera que a Acampada do Rossio representou em relação aos apoios populares conseguidos nas anteriores manifestações.

"Os exemplos de Espanha causaram uma espécie de atitude de mimetismo imediata para um outro sentido, completamente diferente [do que vinha da mobilização da GAR]. A ideia corrente era que a grande experiência que estava por fazer era a experiência da praça. E nada contra, claro, porque essa experiência é tremendamente importante, mas o problema é que, como não se baseava num cimento social verdadeiro, como não havia uma rede social, uma articulação social que estivesse a ser construída, esse tipo de experiências foram efémeras, como nós prevíamos, aliás dissemos isso.

A sua própria natureza tinha às vezes dimensões um bocado artificiais, porque no fundo era mais um espaço, onde grupos muito pequenos já organizados faziam uma espécie de continuação da sua diatribe." (7 – PI, P15O, BE)

"Muito rapidamente nós já não estávamos a reproduzir uma forma de mobilização com sustentação social, com uma forma de projeção relacionada com a vida material. A ocupação da rua não estava a acontecer com uma sustentação real." (7 – PI, P15O, BE)

Com uma abordagem distinta, o ceticismo em relação à Acampada do Rossio é também partilhado por um dos fundadores da GAR, no seu caso remetendo a sua desconfiança para a contaminação com lógicas partidárias, o que encara como um desvirtuamento do processo.

"No primeiro dia, percebemos que aquilo estava dominado por dinâmicas político-partidárias eleitoralistas, até porque estávamos em plena campanha eleitoral. Percebemos isso rapidamente, porque conhecíamos de vista as pessoas. Tentámos alertar, não fomos aliás os únicos a dizê-lo abertamente. Mas houve muita gente que esteve ali ao engano." (3 – M12M, P15O , IAC, Academia Cidadã)

Surgem acusações de que os outros grupos aproveitaram a lógica de horizontalidade para agirem de forma consertada e não assumida, destruindo a possibilidade de debates espontâneos e verdadeiramente abertos. Por seu turno, os seus opositores acusam-nos de terem desvalorizado o igualitarismo das Acampadas, por este lhes criar maior dificuldade em fazerem prevalecer as suas posições. Os ativistas membros de partidos políticos são também acusados de terem acabado por se dedicar mais a ações de campanha para as eleições legislativas, que decorriam fora daquele espaço, como referiu este ativista da Ruptura-Fer que viria depois a integrar também a P15O:

"Artigos e intervenções deles [ativistas e membros do BE] mostravam muito descrédito naquilo

[Acampada]. Nesse período houve eleições, o pessoal do BE que estava lá canalizou mais para a atividade das eleições." (17 – Ruptura-Fer [atual MAS], P15O, Primavera Global)

Mas não foram apenas aqueles que tinham uma posição de maior destaque nas anteriores manifestações a expressarem as suas reticências em relação ao que aconteceu. Este ativista da revista Rubra, que irá depois também integrar a P15O, voltou aqui a expressar novamente o seu distanciamento em relação aos modelos de organização horizontalizados.

"Eram muito influenciados pelo que se passava em Espanha, sobretudo em Madrid pelas Acampadas, e era pessoal muito contra os partidos, contra as organizações nos moldes tradicionais, como nós as vemos, e uma das reações a isso era precisamente ir contra a hierarquia, tentavam sempre a procura do consenso, no entanto isso dificultava imenso as votações, todo o processo, e acabavam de alguma forma por uma minoria impor ou vetar. Mas foi um movimento importante, porque se discutiu muito." (19 – Revista Rubra, MSE, CADPP, P15O)

Embora seja um ponto muito presente a importância que a Acampada teve na experimentação de novas dinâmicas e no estabelecimento de contactos, a generalidade dos ativistas teve também consciência de que o processo que ali decorreu tendeu a fechar o campo no confronto entre grupos. Limitações que são referidas nos comentários seguintes, respetivamente, de um ativista independente e de um membro das Panteras Rosa e do BE (mas que fez questão de frisar a sua posição de equidistância em relação ao seu partido).

"A partir de certa altura achei que havia ali uma perda de tempo, sem ganhos de democracia, na forma como aquilo se organizava. Pareceu-me que era importante para muitas daquelas pessoas fazerem o seu processo de compreensão de como é que funciona a democracia, o que é participar, quais são os mecanismos de decisão, de auscultação. Mas para mim, pareceu-me que, ao contrário do que muitos estavam a achar, estava-se a perder eficácia sem ganhar em maior profundidade democrática. De dia para dia a assistir a vagas de desaparecimento das pessoas, sem acontecer por

exemplo o que eu oiço sobre o processo das Acampadas em Espanha – que as pessoas chegavam ali vindas de algum tipo de organização e regressavam a algum tipo de organização. Ali senti muito que estávamos perante um epifenómeno." (14 – Portugal Uncut, IAC, P15O, QSLT)

"O Rossio também tentou fazê-lo [criar um movimento social independente que fugisse à partidocracia], mas como sabes foi muito desgastante, porque não alargou. Porque os partidos foram intervir ali, muitos militantes partidários, não percebendo que era um terreno diferente, que não podiam levar para ali discursos preconcebidos." (5 – Panteras Rosa, M12M, P15O, QSLT, BE)

Dentro do modelo de organização igualitária vindo de Espanha, as assembleias populares surgem como um espaço em que todos os participantes podem intervir e expor livremente as suas perspetivas e ideias. Acabando por se tornar o palco onde esses conflitos são desenvolvidos até à exaustão, em sessões que se prolongam e se revelam tremendamente desgastantes, à medida que se centram cada vez mais nos conflitos entre os diferentes grupos. O que contribuirá para o seu gradual declínio. Seguem-se críticas ao modo como decorreram no Rossio as assembleias populares, respetivamente nos comentários de um membro dos PI, de um independente, de um membro da GAR, de um membro da GAR das Panteras Rosa e de um independente – todos confluem para a crítica.

"Havia uma dimensão das Acampadas que era a Assembleia Popular, o momento em que todos aqueles militantes já com alguma experiência mas que não tinham visibilidade pública, percebiam que pela primeira vez podiam ter visibilidade. Sucediã-se no microfone durante horas (...) O nosso receio enquanto militantes é que estávamos a esvaziar o potencial que vinha detrás. Isto entrou numa grande degradação (...) É muito mais um palco de disputa desse protagonismo, nunca houve na Acampada um projeto partilhado." (7 – PI, P15O, BE)

"Chegámos a ter assembleias populares com 400 pessoas (...) Aquilo não tinha eficácia

rigorosamente nenhuma, porque basicamente o que se passava ali eram mesmo programas políticos. 'Eu quero que se decida de braço no ar', 'eu quero se batam palmas', [que as decisões sejam aprovadas por] 'maioria de dois terços'. Todas essas coisas, metodologias, formas de organização, tudo foi discutido ali (...) No Rossio há um primeiro embate destas coisas todas, com as suas consequências. Os que se afastam, os que se aproximam." (15 – P15O, QSLT)

"As pessoas estiveram tanto tempo caladas que parecia-lhes que a única forma de participação política era uma performance numa assembleia. Ora a performance numa assembleia é das coisas menos democráticas que há, porque pouquíssimas pessoas são capazes de o fazer. Ou são naturalmente dotadas para isso, ou aprenderam num partido e em sindicatos." (4 – M12M, Panteras Rosa, P15O, IAC, Academia Cidadã)

As intervenções nas assembleias populares apresentam uma forte componente performativa, onde a capacidade discursiva e de oralidade é utilizada para tentar fazer prevalecer determinados pontos de vista, associados à identidade, aos fatores diferenciadores dos diversos grupos e tendências que ali se cruzam.

"Havia grupos que estavam lá de forma extremamente organizada, mas que não estavam lá de forma aberta. Por exemplo, o Ruptura, que agora é o MAS, chegava a fazer 20 intervenções seguidas, aquele modelo de intervenções em bloco em que todos os militantes levam uma intervenção preparada. É o que mais consegue destruir quando as pessoas estão realmente a tentar debater. Vinte pessoas seguidas a dizerem o mesmo, a matarem completamente qualquer possibilidade de divergência, de debate, ao fim de três horas as pessoas estão fartas e vão-se embora." (5 – Panteras Rosa, M12M, P15O, QSLT, BE)

"Havia gente que já tinha muitos inimigos e muitos amigos, antes de ali chegar." (12 -Indignados de Lisboa, Assembleia Popular da Graça, P15O, Activar, Primavera Global, QSLT)

Em detrimento de uma lógica de participações mais pontuais e independentes, a Acampada do Rossio depressa se torna um espaço privilegiado da disputa entre os diferentes grupos de ativismo político. Entre os envolvidos nessas disputas encontram-se membros dos PI, Ruptura-Fer (grupo do BE que por essa altura está num processo de afastamento do partido e que posteriormente virá a criar o partido MAS), revista Rubra (grupo de antigos membros do Ruptura-Fer, que decidiram abandonar primeiro o BE), PAGAN (Plataforma Anti-Guerra Anti-Nato e cujos membros vão depois estar por detrás da criação dos Indignados de Lisboa), grupo organizador da GAR (que por esta altura já se designam sob o nome Movimento 12 de Março), Panteras Rosa, UMAR, SOS Racismo, grupos anarquistas, nomeadamente coletivos vindos de Setúbal, RDA (Regueirão dos Anjos), PCTP/MRPP, e até mesmo algumas figuras do PS.

O BE tinha grande proximidade para com os Novos Movimentos Sociais. Muitos desses grupos são formados por militantes seus, alguns dos quais contudo em processo de afastamento da sua estrutura e de demarcação do seu novo território. Esse processo estará muito presente nos confrontos que vão ocorrer entre membros dos PI com os militantes da Ruptura-Fer e da revista Rubra. O PCP surge tradicionalmente na área dos sindicatos e mais afastado destes Novos Movimentos Sociais e nesta altura estará ainda praticamente ausente. Paralelamente, membros do RDA e daquilo que se tornaria os Indignados de Lisboa, entre outros, vão distanciar-se dessas disputas, assumindo posições antipartidárias e de defesa de uma alteração do sistema democrático.

"Ao fim de quatro ou cinco dias os cabecilhas partidários de algumas organizações, sobretudo organizações de esquerda e de extrema esquerda estavam lá todos (...) Desde o espetro mais central aos mais radicais. Estavam lá membros dos grupos autogestionários de Lisboa, mais ligados a coletivos anarquistas, malta do coletivo libertário de Setúbal, malta do RDA, malta do que veio depois a ser a Severa (um espaço ocupado), malta da Horta do Monte, malta do Projeto 270 da Costa da Caparica. Tudo pessoas que estão ligadas a formas de apoio e de desenvolvimento de economias sustentáveis ou de processos autogeridos, sem líderes. Havia essa matriz, assim como a partidária. Estava lá gente do PC, gente do PS, muita do BE. E depois membros de organizações muito diversas que tinham aparecido entretanto – os PI, o M12M, na altura já registado como marca e já à beira de alguma cisão interna. E entretanto, nasce nesse espaço um coletivo, os Indignados de

Lisboa, que tinha como objetivo criar uma espécie de réplica do movimento assembleário de Espanha." (12 -Indignados de Lisboa, Assembleia Popular da Graça, P15O, Activar, Primavera Global, QSLT)

"Eram sobretudo grupos partidários, sobretudo do BE (contra mim falo que sou filiado). Houve ali uma luta muito grande entre a Rubra, a Attac e os PI. Naquele caso específico os PI faziam muito a defesa da honra do BE. A Rubra tem a sua própria ideologia, as suas próprias ideias e, por ser uma facção que saiu do BE, tinha muito a necessidade de se impor aos PI. A Attac na altura estava sobretudo focada na discussão contra a dívida, muito focada nas questões económicas e financeiras." (2 – M12M, Panteras Rosa, PI, P15O, QSLT, BE)

"Eram as facções do BE a digladiar-se entre elas. PSR versus UDP versus o atual MAS que na altura era o Ruptura-Fer, mais o PCP pelo meio, pelo menos a tentar, mais a Rubra." (3 – M12M, P15O , IAC, Academia Cidadã)

"[Estava na Acampada do Rossio] o BE, obviamente, o PC não estava, tanto quanto sei, posso estar enganado. Mas o PC surge sobretudo com o QSLT com a entrada de algumas pessoas. Nem no 15 de outubro, nem no Rossio, mas não quer dizer que não fossem lá. Depois havia de tudo, havia MRPP, POUS [Partido Operário de Unidade Socialista], as várias tendências do BE, Indignados, os anarquistas." (15 – P15O, QSLT)

"Fui lá um dia só (...) Fui lá com uma cobertura do PCP, para ver sem falar. Embora houvesse gente do PCP nas Acampadas, fomos lá um bocadinho ouvir só, perceber o que aquilo era, sem grande entusiasmo (...) Aquilo teve alguma importância sobretudo no alimentar de amizades, embora tenha construído também ódios." (10 – QSLT, Maldita Arquitetura, PCP)

"No Rossio, para além desses [partidos e facções saídas de partidos] estiveram também movimentos

sociais e pessoas autónomas, incluindo grupos anarquistas e autónomos: RDA, malta ligada à Casa da Achada ou malta ligada ao GAIA e associações ambientalistas." (5 – Panteras Rosa, M12M, P15O, QSLT, BE)

"O RDA tinha essa logística de cozinhar, então muita da loiça e da infraestrutura que estava no Rossio veio precisamente do RDA. Eu estive lá quase todos os dias. Foi aí que conheci muita gente. Mas nunca participei nas assembleias. Tinham bastante potencial, mas não corriam bem. Todas essas identidades políticas dos bloquistas camuflados nos PI ou da Rubra ou do Ruptura... Todas essas coisas utilizavam um bocado as assembleias de uma maneira extremamente inflamada, e acabava por não se discutir nada. Era um palco para arranjar gente para as suas organizações." (20 – RDA)

Enquanto os grupos das áreas partidárias defendem intervenções dentro do atual quadro democrático institucional, os antipartidários apelam a uma alteração do sistema democrático, no sentido de uma lógica mais participativa.

A questão da tomada de posição em favor da renegociação da dívida pública portuguesa ou da defesa do seu não pagamento surge como um dos maiores pontos de discórdia. O PI, M12M e de início também o Ruptura-Fer seriam favoráveis à primeira hipótese, enquanto a revista Rubra e os futuros Indignados de Lisboa seriam pela segunda. O encontro do Rossio ocorre como o embrião de grupos criados em torno desta questão. Elementos do M12M e da Attac iriam ali dar os primeiros passos para o que viria mais tarde a tomar forma como a Iniciativa Auditoria Cidadã (IAC), organização inspirada em grupos congéneres sul americanos e que teve como objetivo determinar de onde provinha a dívida e em que medida era legítima, dando depois a conhecer esses fatores à generalidade da população. Os favoráveis à suspensão do pagamento viriam por seu turno a criar o Comité pela Anulação da Dívida Pública Portuguesa (CADPP).

"A primeira iniciativa pública foi na Acampada, durante o verão contactámos pessoas com sensibilidade política ou e profissional para abordar a questão da dívida. A IAC acabou por ser

criada em dezembro numa convenção no cinema São Jorge em Lisboa." (1 – M12M, IAC, Academia Cidadã)

"Foi uma ideia trabalhada (pelo M12M) junto com a Attac. A Auditoria Cidadã acabou por juntar pessoas de quadrantes completamente diferentes, sobretudo académicos, muito do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, há também muitos sindicatos envolvidos, gente que ainda hoje se mantém a discutir as razões e os motivos desta dívida, e a tentar chegar aos buracos financeiros que temos neste país." (2 – M12M, Panteras Rosa, PI, P15O, QSLT, BE)

"Acabámos por criar no Rossio o grupo pelo não pagamento da dívida pública. Nós fomos para o Rossio e levantámos essa discussão e queríamos fazê-la, mas entretanto lá havia uma série de outras pessoas que nós não conhecíamos e passámos a conhecer lá, que também achavam que era prioritário, central, fazer essa discussão naquela altura. Então nós e essas pessoas criámos esse grupo." (19 – Revista Rubra, MSE, CADPP, P15O)

"O MAS naquela altura ainda não falava diretamente na suspensão da dívida porque achava que não era tático, as pessoas não compreendiam, não aceitavam. Ou seja, ainda que eventualmente pudessem achar isso, não era a bandeira deles naquele momento, porque achavam que não era a altura certa. E a maior parte das pessoas não achavam isso, os Indignados achavam que não era aquilo que queriam discutir, era a democracia, o central. Não queriam muito fazer a discussão de questões económicas, para eles era a democracia que estava em causa. E havia outros setores que acharam que a questão da dívida era muito importante, defendiam a renegociação, o pagamento da dívida, como por exemplo os PI que estão mais ligados ao Bloco [BE], até alguns independentes, alguns mais próximos do PCP. E o MAS achava que na altura ainda era cedo para pôr as coisas dessa forma. De qualquer forma algumas pessoas aproximaram-se de nós e acharam que sim, que tinha de ser discutido nesses termos e criou-se então esse grupo de debates, para começar a criar alguma consciência, que era o grupo contra o pagamento da dívida e foram feitos ainda debates no Rossio e depois do Rossio ter acabado achou-se que não fazia sentido perder-se essa discussão e continuou com o grupo, que mais tarde estaria na origem do que foi o CADP – (...) houve até uma

tentativa de contactos internacionais com o CADPN, que já existia." (19 – Revista Rubra, MSE, CADPP, P15O)

Os acesos conflitos entre membros dos diferentes grupos terão contribuído para acentuar ainda mais o desgaste que a participação neste tipo de evento à partida acarretava, dadas as suas características. As dinâmicas das Acampadas acabam por ser descontinuadas.

"Chegou uma altura em que as pessoas que não estavam envolvidas em nenhum dos grupos deixaram pura e simplesmente de aparecer. Aquilo tornou-se num pequeno campo de batalha para pequenos grupos de ativistas ou políticos que tinham a possibilidade temporal ou simplesmente de localização para estarem lá todos os dias" (2 – M12M, Panteras Rosa, PI, P15O, QSLT, BE)

"A determinada altura as decisões começaram a tomar-se em função das retóricas e dos arrebatamentos das massas no local. Muita gente se chateou com isso e foi embora. E as assembleias passaram a ter muito pouca gente (...) em maio houve uma intempérie terrível e não havia gente suficiente e condições logísticas para se continuar a acampar e decidiu-se sair de lá. Começaram a haver assembleias diárias, depois semanais. E depois no Verão foi tomada a decisão de suspender as assembleias." (12 – Indignados de Lisboa, Assembleia Popular da Graça, P15O, Activar, Primavera Global, QSLT)

"O Rossio morreu por várias causas, temporais [período de férias], por razões organizativas – chegou a uma situação um bocado insuportável, à medida que as pessoas punham como valor absoluto a individualidade, passa a ser aceitável qualquer tipo de contribuição, nomeadamente, e estamos a falar do centro da baixa de Lisboa, onde se encontrava todo o tipo de alcoólico sem teto, que começa a ver ali comida, dormida, música e pessoas porreiras... e eventualmente oportunidade de fazer algum por via do gamanço. Não era difícil perceber que para manter uma coisa daquelas era preciso pelo menos alguma disciplina organizativa e de segurança" (18 – Revista Rubra, P15O)

Quando a 4 de junho, num dia em que membros da Acampada organizam uma votação simbólica sobre a satisfação com a democracia, ocorre uma intervenção policial, têm lugar três detenções e é destruído o que ainda ali restava das estruturas da Acampada, que por essa altura já se encontrava com escassos participantes.

"Nós decidimos fazer um referendo fictício – as pessoas passavam... qualquer coisa do género sente-se satisfeito com a democracia ou pretende mais democracia?' e estávamos a fazer isto com uma urna fictícia que diz 'referendo popular' (...) [A intervenção policial] foi feita ao fim de semana e alegando que nós estávamos a interferir com o processo eleitoral para as legislativas. Eu não estava lá. A maior parte não estava lá na intervenção. Foi a meio da tarde. Pessoas batidas em cafés, pessoas perseguidas no meio de carros." (12 -Indignados de Lisboa, Assembleia Popular da Graça, P15O, Activar, Primavera Global, QSLT)

A urna fictícia e o 'referendo popular' surgiam como uma alternativa ao sistema democrático vigente. Ainda que ali tivesse um carácter sobretudo simbólico, esse fator serviu de pretexto para a intervenção policial que procurou pôr fim à Acampada.

A 11 de junho foi convocada uma manifestação sob o lema "DemocraciaVerdadeiraJá" (site Acampada de Lisboa, 2011b), replicando as palavras de ordem das Acampadas espanholas e que repetiu o percurso do cinema São Jorge até ao Rossio, onde terminaria numa assembleia popular. Mas seguir-se-iam os meses de verão, com muitos dos ativistas ausentes da cidade, e as Acampadas do Rossio não iriam conhecer continuidade.

O espaço ficou como uma marca simbólica da dinamização ativista e ainda em setembro professores (site Associação de Professores e Educadores em Defesa do Ensino, 2011) e "artistas e públicos indignados"(página do Facebook do evento Artistas e Públicos Indignados, 2011) (YouTube, 2011c) iriam levar ali a cabo dois protestos, mas as dinâmicas ali geradas teriam continuidade noutros lugares.

Seguindo os princípios do consenso e da horizontalidade, um grupo de pessoas começara

entretanto a reunir-se noutros jardins e praças da cidade – aquilo que depois se tornaria o grupo dos Indignados de Lisboa.

A Acampada foi um momento de especial importância para o meio ativista, revitalizado pelo êxito e pelas janelas de oportunidade abertas pelo impacto das manifestações da GAR. Embora tenham surgido alguns novos participantes e grupos, as dinâmicas organizativas não hierárquicas foram transpostas para as rivalidades e disputas entre estruturas já existentes, num processo que tendeu a fechar-se a quem se situava fora dessas querelas. A generalidade dos grupos que estiveram presentes na Acampada irá confluír para a organização de um novo protesto que surgirá a partir de um repto para a criação de um evento internacional.

5.3. P150, a estrutura para onde confluíram os grupos do Rossio

O apelo inicial surge vindo do exterior, com a influência dos movimentos espanhóis, ao que se soma mais adiante a dos norte-americanos, que em setembro farão eclodir o OWS. Como pano de fundo está a contestação ao domínio do sistema financeiro capitalista do neoliberalismo que levava ao "*crash*" dos mercados em 2008 nos Estados Unidos e cujo impacto irá posteriormente chegar ao resto do mundo. O mote é apanhado pelo grupo que interagira na Acampada e que irá convocar uma reunião internacional a 10 de julho, em Lisboa, com cerca de 130 ativistas (Soeiro, 2014: 67) e onde terá lugar a decisão de agendar o protesto para 15 de outubro. Face à não adesão alargada da população a outros eventos, como as Acampadas, as manifestações adquirem especial importância em Portugal, os únicos momentos com maior abrangência social.

"Nessa altura tínhamos criado um 'grupo de trabalho internacional', decidimos que fazia sentido gerar contactos com grupos como os Indignados de Espanha, e eu e outros começámos a fazer contactos, a entrar nas redes, procurar conexões, amigos e decidimos então organizar uma reunião internacional que decorreu na LX Factory – na (Livraria) Ler Devagar – uma reunião internacional muito policiada, para a qual uns companheiros belgas trouxeram uma proposta de organizar um dia de protesto internacional. Pensava-se algures em outubro, apontou-se para o 15 de outubro. Nesse contexto começámos a fazer contactos, telefonemas. Fizemos muitas reuniões secretas. Inicialmente porque o pessoal do M12M estava a ser escutado e vigiado. Havia grupos que se sentiam muito

pressionados e não queriam que se soubesse que se estavam a organizar. E foram feitos contactos com pessoas das mais diversas áreas, não só ativistas. E malta que estava no Rossio. Decidiu-se criar a famosa P15O – uma plataforma para organizar essa manifestação – que funcionou num modelo assembleário. Marcavam-se reuniões, essas já abertas, e quem ia discutia e via-se os moldes em que as coisas se iam definindo. Foi muito difícil gerir um manifesto, o coletivo em tão pouco tempo. Nós fizemos uma manifestação em dois meses. Todo o mês de agosto e o mês de setembro. Porque a reunião, salvo erro, foi em 10 de julho. Foi uma reunião muito participada. Vieram pessoas da Grécia, belgas, espanhóis, catalães. Daí ficaram os contactos. O 15 de outubro acabou por se tornar muito mais do que o 12 de março na maior manifestação inorgânica e mais politizada. O manifesto do 12 de março era o da Geração dos 500 euros, dos PI, de jovens, que queriam de algum modo que as famílias aderissem, enquanto o 15 de outubro era uma manifestação claramente contra o sistema. O manifesto foi à lá espanhola: 'nem políticos, nem banqueiros, não somos mercadoria nas mãos dos políticos e dos banqueiros'. Manifestação por uma economia para as pessoas. Com uma série de elementos que congregavam uma vontade muito grande de mudança de sistema. E teve uma adesão muito grande. Muito superior à que nós imaginávamos." (12 – Indignados de Lisboa, Assembleia Popular da Graça, P15O, Activar, Primavera Global, QSLT)

Na narrativa deste ativista, o lado inorgânico da organização é mais uma vez realçado como a afirmação de uma alternativa ao sistema partidário vigente, associado ao domínio do neoliberalismo. A mesma lógica de funcionamento que havia sido levada para a Acampada do Rossio é agora transposta para a organização do protesto que ficará a cargo de ativistas dos mesmos grupos que aí haviam interagido. Será o momento em que vão poder transpor as novas dinâmicas que aí experimentaram, num evento gerado no meio ativista e que conseguirá atrair largos milhares de pessoas, ao mesmo tempo um ponto de convergência para com os movimentos exteriores, em especial de Espanha, que os haviam fortemente influenciado. Será também um momento único no modo como foi organizado em Portugal, dentro dessa estrutura aberta a qualquer participante, mas também por uma convocatória internacional que conseguiu forte adesão nacional. Ainda que a grande adesão em Portugal se tenha devido ao modo como fatores e instituições externas tinham um impacto específico no contexto português – a má cotação das agências financeiras internacionais dada à dívida pública portuguesa, que fazia subir as respetivas taxas de juro, as medidas de austeridade que começavam a ser aplicadas no âmbito do resgate financeiro da Troika, e os

antecedentes do entusiasmo gerado pela GAR, que criaram uma receptividade para protestos convocados fora das estruturas tradicionais – e estivesse alheada dessa dimensão de ativismo transnacional.

Dia da "Global Change" é o modo como vem a ser designada a jornada de protesto internacional, que na página da convocação internacional no Facebook (página do Facebook United for Global Change #15 oct, b) surge com o slogan "Nós somos os 99%", o mote vindo do protesto em Wall Street, em que os ativistas apelam à união da esmagadora maioria da população contra os 1%, a elite político-financeira que comanda as suas vidas e detém grande parte da riqueza.

O manifesto ganha assim um teor um pouco mais específico do que o da GAR, direcionando a contestação contra a classe política e o sistema financeiro neoliberal, quando em Portugal estavam a arrancar as medidas de austeridade determinadas pelo resgate económico.

A dinâmica para a organização do protesto arranca a partir de finais de agosto e princípios de setembro, altura em que muitos terminam as férias, regressam à capital, e em que têm início as reuniões e plenários semanais. Era o nascimento da P15O.

"Com o acumular do Rossio faz-se o 15 de outubro, que do ponto de vista do movimento ativista foi talvez a experiência mais forte que tivemos até ao momento. Os plenários eram supermassivos, muito, muito grandes. Isso também se pode contabilizar pelo número de cartazes. Para o 15 de outubro foram produzidos 10 mil, todos colados religiosamente, não só em Lisboa, mas em toda a linha de Sintra e de Cascais. (...) Os plenários eram mais uma vez fruto da inexperiência organizativa."(18 – Revista Rubra, P15O)

"Na P15O a perspetiva era voltar a fazer uma grande mobilização. E por isso, apesar de tudo, como já é uma experiência de organização para um objetivo comum, esses problemas, essas disputas nunca deixam de existir. Mas como há um objetivo comum torna-se mais fácil, pois a toda a gente interessava que houvesse uma nova grande mobilização. E a verdade é que em Lisboa acaba por haver uma das maiores mobilizações na Europa nesse dia." (7 – PI, P15O, BE)

"Foi a maior confusão em que nós nos metemos. O 15 de outubro envolvia toda, toda a gente. As reuniões eram absolutamente abertas, quem quisesse lá ir ia, quem tivesse ideias expunha, quem quisesse apoiar as diferentes ideias apoiava. Foi uma manifestação muito grande. Mas foi absolutamente caótica. Não havia propriamente uma linha geral. Porque era tanta gente e tão diferente. Pessoas que não se conheciam. Qualquer pessoa podia ir à reunião. A única coisa que nós conseguimos acordar foi o manifesto, a data e o percurso." (2 – M12M, Panteras Rosa, PI, P15O, QSLT, BE)

"Foi o caos. Acho que não há outra forma de definir a P15O: foi o caos. Foram reuniões muito difíceis, muito duras, muito politicamente agressivas, mesmo. Ao ponto de haver situações de agressividade física mesmo. Que não tomaram proporções gigantescas, ninguém bateu em ninguém. Mas houve situações de agressividade política muito grande. O 15O foi o préPREC, chamemos-lhe assim. Foi mesmo muito complicado, acho que a partir daí deixou de se optar tanto por organizações abertas. O que também é uma pena, mas é uma forma de ser possível discutir argumentos, posições, ideias, sem serem 300 ideias, porque é impossível. Chegávamos a ter reuniões que começavam às 10 da manhã e acabavam às duas e às três da manhã. Foi exasperante. Uma exaustão." (2 – M12M, Panteras Rosa, PI, P15O, QSLT, BE)

"O processo do 15O foi conflituoso porque envolvia basicamente todas as fações. A malta que estava envolvida no Rossio. Indignados, o M12M – em relação ao qual muitas pessoas tinham sentimentos fortes, não só porque não percebiam aquele processo pós-manifestação, como nos viam de alguma forma como as estrelinhas da política, pessoas que tinham aparecido um bocado do nada e que de repente tinham uma projeção maior do que os que estavam a fazer política há 20 anos – depois porque era uma forma de organização muito horizontal, realmente muito democrática. O manifesto foi construído com base em muita porrada. Mas a verdade é que foi dos processos mais democráticos, mais participados e mais abertos que houve até agora. Continuo a tê-lo como referência. E continuo a preferir esse tipo de processos abertos, horizontais e democráticos, a processos emanados ou orgânicos como é o QSLT, ou processos hierárquicos e verticais, em que se acede por convite ou com direito de veto. Eu nessas coisas não entro e por isso entrei e sai do QSLT quase no mesmo dia." (5 – Panteras Rosa, M12M, P15O, QSLT, BE)

Herdeira das Acampadas é vista por muitos como a única estrutura verdadeiramente inorgânica e aberta que irá congrega os mais diversos grupos de ativismo, a P15O levou consigo todas as querelas, conflitos e afinidades desenvolvidos no Rossio, agora numa conturbada aliança que tinha como intuito criar uma nova grande manifestação que voltasse a alargar as dinâmicas de protesto a uma parte ampla da população.

O manifesto para um "protesto apartidário, laico e pacífico", "pela Democracia participativa, pela transparência nas decisões políticas e pelo fim da precariedade de vida" (página do Facebook do evento 15 de Outubro, a democracia sai à rua, 2011) foi assinado por 41 organizações ou coletivos, mais uma vez congregando grupos de ativismo, parte dos quais na área da extrema esquerda.

Os elementos do Ruptura-Fer e dos PI irão ter forte participação na nova plataforma, ocorrendo inúmeras disputas em relação às posições definidas por ambos os grupos. O modelo organizativo seguia uma vez mais o exemplo espanhol, com plenários e diversos grupos de trabalho, desde os que se ocupavam da organização do evento aos destinados à criação de ações de divulgação do mesmo. Mais uma vez, as regras de horizontalidade associadas às disputas entre os vários grupos tornavam o seu funcionamento extremamente penoso, pelas longuíssimas discussões a que davam lugar, com o arrastamento por longas horas dos plenários ou mesmo das reuniões dos diversos grupos de trabalho.

"Aquilo que é agora o MAS – Ruptura-Fer estava com muita força, aliás vão dirigir o processo, não desde o princípio, mas eles eram claramente os dirigentes. Eu via que a força dos PI, que eram uma frente do BE, estavam também em grande presença." (15 – P15O, QSLT)

"As reuniões preparatórias tinham números muito flutuantes, uma média 50/60 pessoas, não eram sempre as mesmas. Houve reuniões com 30, com 100, 50. E eram reuniões plenárias e de grupos de trabalho mais pequenos. Havia o grupo da informação e comunicação, da mobilização, da ação direta – algumas coisas como o que se fazia até ao 15 de outubro poderiam gerar mobilização. Entre

setembro e outubro foram várias. Houve uma em frente ao Banco de Portugal relacionada com a dívida. Havia o grupo da dívida, que se constituiu logo desde o início no Rossio. Os plenários anunciados nas redes, no Facebook, na *mailing list* que tinha ficado do Rossio com algumas centenas de pessoas, em blogues diversos e plataformas independentes como o Liberdade 365, o Indymedia. Só que as reuniões eram tão céleres – cada semana havia 4 ou 5 – que 90 % da população portuguesa não fazia a menor ideia. É completamente retórico dizer que o QSLT era fechado ao contrário da P15O, porque esta também nunca foi aberta, na medida em que nunca foi descentralizada." (12 -Indignados de Lisboa, Assembleia Popular da Graça, P15O, Activar, Primavera Global, QSLT)

"Acho que vivemos numa altura em que fomos demasiado convencidos que a horizontalidade, a falta de hierarquia em si mesmo iam garantir que as coisas continuavam a acontecer, e muitas vezes isso apenas quer dizer que, não havendo mecanismos minimamente no sentido vertical, responsabilização por grupos, etc, isso significa que as coisas vão resultar, não do que todos querem, mas de quem está presente, de quem decide aparecer na comunicação social mesmo quando se decidiu que não se dá entrevistas. (...) Eu não sou daquelas pessoas que acha que os modelos anteriores absolutamente hierarquizados, muitas vezes com manifestações onde toda gente sabe qual é o seu lugar e o que tem de dizer, eu não acho que esses modelos resolvam os problemas todos, de todo não acho mesmo. Mas acho que estes outros que também experimentámos também têm falhas importantes e que não houve sequer tempo para refletir sobre elas." (14 – Portugal Uncut, IAC, P15O, QSLT)

"O 15 de outubro era uma amalgama de organizações e depois de pessoas. A ideia era não estarem partidos, sindicatos, também. Não estavam partidos, mas acabavam... o BE estava completamente, não como BE, mas estavam as suas organizações, estava a UMAR, os PI, nós (revista Rubra), o MAS que não era MAS mas várias pessoas do MAS que têm outras organizações também, os três R's⁴¹ que é um grupo de professores. Enfim... Havia pessoas independentes. Pessoas que de início apareciam nos plenários. Os plenários chegavam a ter 50/60 pessoas e depois começou a acirrar ali as diferentes posições." (19 – Revista Rubra, MSE, CADPP, P15O)

⁴¹ 3 R's – Renovar, Refundar, Renascer – o Movimento Reivindicativo dos Professores.

"Havia um choque muito grande entre o MAS e quase toda a gente. E quase toda a gente com o MAS. Portanto tornou-se ainda mais insustentável, manter aquela plataforma (...) A manifestação foi muito bonita. A organização foi um pesadelo. Exasperante. Não há outra forma de definir aquilo." (2 – M12M, Panteras Rosa, PI, P15O, QSLT, BE)

Da parte do grupo Panteras Rosa vem a sugestão de que tenha o modelo de um arraial, à imagem do *Arraial Pride*, supondo que o nível de adesão não será muito amplo, mas a decisão final é de uma manifestação que confluirá do Marquês de Pombal para o largo da Assembleia da República, em Lisboa.

Porém, ao contrário do que alguns supuseram inicialmente, a manifestação acaba por atrair um grande leque de participantes, que vai muito para além do meio ativista. Os conflitos internos da organização passavam totalmente despercebidos à generalidade da população e o entusiasmo gerado pela manifestação não partidária da GAR continuava a sentir-se e terá contribuído para uma nova adesão que, embora tenha sido inferior à do 12 de março, terá uma ampla dimensão, cerca de 100 mil pessoas, segundo números referidos nos *media* (notícia sem autor, 2011b). Entre os 82 países em que as manifestações decorreram, Portugal foi dos que contou com maior adesão (Soeiro, 2014: 68).

A multidão desceu até à praça em frente da Assembleia da República, que ficou repleta, acabando por ocorrer o derrube das grades e a tomada das escadas, num episódio marcado pelas divergências entre membros do M12M, que tentaram conter os manifestantes, e outros ativistas que disputavam o seu lugar de destaque dentro do movimento.

"Houve aquela parte em que o 3 [M12M, P15O, IAC, Academia Cidadã] começa a dizer 'sentem-se, sentem-se' e o pessoal não se sentou e invadiu as escadas. No entanto, na altura a polícia não estava à espera. Eles depois [em manifestações seguintes] começaram a pôr polícia de intervenção a sério." (20 – RDA)

"O que tínhamos combinado era que se houvesse uma reação, fazia-se o que se costuma fazer nas manifestações de resistência pacífica, as pessoas dão os braços e sentam-se. Mas quando começamos a pedir às pessoas para se sentarem e cantarem a Grândola, começamos a apanhar pedradas (...) Eu lembro-me de dizer 'quando quiseres invadir organizas tu uma manifestação'. Nesta foi dito que era uma manifestação pacífica. Estavam ali crianças." (4 – M12M, Panteras Rosa, P15O, IAC, Academia Cidadã)

"O pessoal começou a subir por um dos lados [da escadaria] e o 3 [M12M, P15O, IAC, Academia Cidadã] pega no microfone da carrinha dos PI e diz 'senta, senta, não vamos invadir'. Ou seja, começa a contrariar uma mole humana, o que é impossível. E lembro-me de agarrar o 3 e de lhe dizer 'está calado, agora não há nada a dizer, é deixar'. A única coisa que fiz a determinada altura foi entrar em contacto com a malta mais radical e dizer 'olha, vocês tenham consciência que estão aqui crianças, velhos que não podem fugir. O que é que vocês têm?' Basicamente, eles disseram que não tinham nada preparado. Porque a determinada altura chegou à carrinha a informação de que havia cocktails molotov a serem distribuídos. (...) E a determinada altura, eu estive muito próximo do 7 [PI, P15O, BE] e de ele dizer 'pá, não podemos fazer mais destas coisas sem o PC. E depois foram eles que me contactaram para o QSLT para aí em junho." (10 – QSLT, Maldita Arquitetura, PCP)

"Enquanto várias pessoas começam a atirar ovos, alguém sobe à carrinha de som e com o micro na mão grita em *loop* 'invasão, invasão', resistindo aos 'donos da manifestação'. Cortam-lhe a voz e em seguida aumentam o volume da música, censurando a sua intervenção. Pouco depois, com a praça a rebentar pelas costuras, um grupo de polícias fardados entra na manifestação para roubar os ovos e enfrenta uma solidariedade que passará a estar presente em todos os momentos de rua. Na confusão decorrente, as escadarias são de facto ocupadas, enquanto alguns agentes à paisana tentam puxar pelos pés um manifestante em precário equilíbrio numa das estátuas dos leões. Durante tudo isto, enquanto largas centenas sobem as escadas, os 'organizadores' ordenam pelo microfone: 'Senta! Senta!'. A grande maioria das pessoas ignora a ordem, desobedecendo claramente tanto à autoridade policial como a uma pseudodireção do movimento, Perante o desprezo e hostilidade a que são votados, permanecendo no final da escadaria atrás de umas baias já sem função, a famosa direção do movimento, com cara de quem deixou cair o bollycao no chão porque o mitra lhe deu

um empurrão, decide aplaudir e celebrar a invasão para que a má figura termine por ali. Os ânimos acalmam e começa uma assembleia popular. À noite, uma carga de polícias expulsa os últimos ocupantes das escadarias, detendo algumas pessoas. Nos dias seguintes, a Plataforma criada para o evento quase desaba devido às discussões internas relativas aos acontecimentos desse dia." (Antipáticas, 2013: 12)

O episódio colocou em causa a posição ambígua e dúbia dos membros do M12M, com o seu discurso de não liderança, ao mesmo tempo que assumiam o papel de convocadores e definidores do carácter pacífico do protesto. O erro estratégico de tentarem conter a multidão, que pretendia derrubar as grades e avançar para a escadaria, deu a oportunidade daqueles que os contestavam de os desautorizarem e de os exporem publicamente ao ridículo.

A tomada da escadaria onde decorreu uma assembleia popular ganhou um cariz simbólico, nas próximas manifestações voltaria a ser feito o mesmo. Mais do que o conteúdo do que foi debatido na assembleia, o momento é recordado pelo carácter formal e simbólico da assembleia do povo às portas da Assembleia da República.

"Cheguei à assembleia minutos antes do pessoal invadir a escadaria. E foi brutal, lindo. O meu pessoal, que estava comigo, não era nada favorável a que isso acontecesse, mas para mim foi um dos momentos mais bonitos e simbólicos da vida de ativista, estar sentada naquela escada. Fez-se ali a assembleia com o pessoal sentado nas escadas. Mas não acho que a assembleia tenha sido melhor que as outras. O conceito agradava-me, mas depois... No fundo, é inoperante. São muito empolgantes, mas na prática não mudam a realidade e o que me interessa na política é mais a ação." (8 – PI, May Day, MSE, QSLT)

"A Assembleia Popular foi memorável, aquilo estava cheio. Já vi um vídeo ou dois a recordar isso, foi mesmo um daqueles momentos emocionantes. Eu estava completamente esmagado por aquilo, lembro-me perfeitamente." (15 – P15O, QSLT)

"O 15 de outubro foi aquela manifestação em que se percebeu que as manifestações iam deixar de ser as passeatas da CGTP. E de facto começaram num crescendo." (20 – RDA)

Em sequência da manifestação um pequeno grupo de ativistas de um grupo denominado como "Ocupar Lisboa" (página do Facebook Ocupar Lisboa) ficaria acampado no largo em frente à assembleia – com o objetivo de "confrontar os srs. Deputados, o Governo, o país e o mundo de que nós os queremos ajudar a construir um planeta sustentável" sendo seis dias depois alvo de um grupo de neonazis (Renato, 2011). O grupo que integrava elementos do Zeitgeist e do Anonymous Portugal (site Indymedia Portugal, 2011) permaneceria contudo ainda no local até dezembro (Cruz, 2011a).

As manifestações de 15 de outubro de 2011 surgiram para os ativistas como a confirmação de que o êxito das manifestações da GAR não haviam sido um caso pontual, motivando uma continuidade na experimentação de novo repertório de contestação política, a par de ressuscitar do repertório tradicional.

5.4. Entre a rutura da P15O e as disputas das manifestações das greves gerais

As tensões e divergências que dominaram a organização da manifestação vão agravar-se após o protesto, uma altura em que a funcionalidade e eficácia daquela estrutura aberta começará a ser colocada em causa, com as desconfianças, face à presença de desconhecidos, a juntar-se às incompatibilizações.

"Depois marcou-se esse tal plenário para o domingo seguinte. E aquilo encheu-se com umas 90 ou 100 pessoas na Casa do Brasil. Estava cheio de pessoal que nós não conhecíamos de lado nenhum. O pessoal entrou um bocado em paranóia da polícia estar presente. Obviamente que a polícia está presente nestas coisas. Mas uma coisa é saberes isso, outra é entrares num grande filme de infiltrados." (17 – Ruptura-Fer [atual MAS], P15O, Primavera Global)

"Durante essa semana a seguir à manifestação, no primeiro plenário que ia ser o balanço, havia pessoal do BE, havia os saudáveis – eles diziam mesmo isto – era o pessoal dos partidos ou mais organizado, depois havia os não saudáveis que era tipo os Indignados. E aquilo também aproximava pessoal um bocado mais *freak*. E nesse processo eles diziam que não podíamos continuar com isto, como estava. Inclusive eles chegaram a marcar uma reunião. O BE, o 7 (PI, P15O, BE), com a Rubra, com o Socialismo Revolucionário e chamaram depois um outro pessoal ligado a X (ativista independente), depois chamaram-nos a nós do Ruptura. Nós nessa altura fomos a essa reunião com o pessoal do BE a dizer que devia haver infiltrados para destruir o movimento, que aquele pessoal era meio maluco e nunca conseguiríamos fazer nada, avançar com as coisas. Isso vinha a propósito do método das votações, que aquilo era muito exaustivo. Na altura o BE não queria a suspensão da dívida, queria só a auditoria. Ficou a suspensão do pagamento da dívida. Quando se falou na nacionalização da banca, eles também acharam que não. Havia uma série de coisas. Se bem que eu também acho que a nacionalização na altura em que nós estávamos... não é que não ache isso uma necessidade, mas a consciência da população ainda não está trabalhada. Nessa reunião dissemos que não concordávamos em separar saudáveis e não saudáveis." (17 – Ruptura-Fer [atual MAS], P15O, Primavera Global)

A utilização do termo "saudável", apontada aos ativistas da área do BE, remete para a naturalização do atual sistema democrático partidário, criando uma demarcação relativamente aos que tomavam posições antipartidárias, algo que era assim apresentado como uma conotação extremamente negativa e mesmo degradante. A ação de membros dos PI, de tentar dar uma continuidade ao movimento deixando de fora aqueles que tomavam posições mais anti-partidárias ou mesmo contra as estruturas mais orgânicas, os "não saudáveis", com os quais entendia não ser possível desenvolver um projeto comum, já por isso no sentido de desenvolver uma alternativa que agregasse os grupos que, apesar de em plena disputa com o seu, teriam uma lógica de organização mais similar ou compatível.

Neste caso os membros dos PI vão ao encontro da visão hegemónica do sistema político. A questão da hegemonia surge muito presente também nas opções estratégicas, com os ativistas empenhados em tentarem perceber em que momentos conseguirão lançar as suas causas que se afastam do pensamento político dominante com maior possibilidade de ocorrer uma viragem e de

obterem um apoio alargado para as mesmas.

Entretanto, as medidas de austeridade prosseguiram com o anúncio do corte de 50% do subsídio de Natal, da redução das despesas com salários dos funcionários públicos, de cortes nas pensões dos reformados e aumento do IVA em bens essenciais como o gás e eletricidade. A questão da dívida pública portuguesa, que levava ao programa de resgate económico por detrás desses cortes volta a ser alvo de divergências entre os diversos grupos.

"Havia ali todo um sector que achava que a Plataforma 15O se devia pronunciar a favor da anulação da dívida ou pelo menos do não pagamento e havia todo um outro sector no qual eu me incluía e no qual os PI se incluíam também e mais malta, não propriamente organizada, mas X (ativista independente), o 15 e mais algum pessoal, que achava que não. Achavam que não devíamos pôr em causa a dívida, que acima de tudo devíamos focar-nos na austeridade, etc. Nem tanto por não ser. Eu na altura tinha sérias dúvidas sobre a suspensão do pagamento da dívida. Tinha sérias dúvidas sobre a sua fazibilidade, etc. Mas mais do que isso, eu tinha era noção, acho que certa, de que não é pedindo à anulação, o não pagamento da dívida que vais conseguir envolver as massas. Não é. Aquela ideia não juntava muitas pessoas. Achava que quanto mais a Plataforma 15O tivesse posições muito fechadas e muito vincadas, mais hipóteses tinham de esvaziar ainda mais uma plataforma. Para além de que para passar a mensagem para fora ia ser complicado. E precisávamos urgentemente de ter mais gente a participar e com grandes manifestações. Isso a questão da dívida desgastou bastante. Porque depois havia todo um sector que fazia questão sempre de pôr a questão da suspensão do pagamento da dívida, etc, nos plenários. O pessoal que era contra tentava travar. Só que depois o pessoal ia às assembleias populares abertas e arranjava-se maneira de que aquilo fosse aprovado e aquilo voltava à plataforma..." (9 – UMAR, P15O, May Day, PI, Marcha Mundial das Mulheres, Primavera Global, QSLT)

"Depois houve o fenómeno infiltrados. Há uma pessoa que acusa diretamente outras duas de serem infiltrados. Uma delas que diz que se isto é democrático... Assumindo um bocadinho. E há uma tensão enorme que se cria. Nós já tínhamos decidido sair. A ideia não era criar uma plataforma onde se perdiam horas e horas em coisa que nem sequer eram discussões políticas concretas." (4 –

M12M, Panteras Rosa, P15O, IAC, Academia Cidadã)

A questão da dívida volta a surgir como arma de arremesso no conflito entre grupos como os PI, Ruptura-Fer e revista Rubra, no meio de afinidades, alianças e oposições estabelecidas com membros de outros grupos ou ativistas independentes, com o intuito de cada um tentar fazer prevalecer a sua influência e os seus posicionamentos políticos. No meio disso, ainda voltavam a surgir as divergências dos ativistas antipartidários que defendiam que a luta da plataforma devia situar-se fora do campo das instituições do atual sistema democrático.

Mais uma vez o sucesso das manifestações levava ao fortalecimento da estrutura organizativa, neste caso dada a sua natureza mais ampla e aberta, os jogos de poder no seu interior acentuam-se. Há mesmo quem tenha defendido na altura que, mediante esse quadro, a estrutura deveria ser extinta.

"O final do processo do 15O para mim é o primeiro momento em que se cometem todos os erros. Porque sendo a primeira organização de manifestação não fechada, porque o M12M era fechado, os grupos políticos [nem todos são partidos, são militantes do BE, do Ruptura] tentam fazer uma espécie de acordo de partilha daquilo, tomar conta. E nesse momento dizemos numa reunião sobre isso: 'Não, nós somos contra isso. E mais, nós achamos que a sigla P15O deve morrer aqui imediatamente'." (5 – Panteras Rosa, M12M, P15O, QSLT, BE)

"A partir do balanço foi uma pancadaria generalizada e aquilo começou a ter quebras, de vários setores. Muito envolta de questões organizativas, como por exemplo se é legítimo ou não o voto, como forma de decisão das ações a serem tomadas. Havia um setor considerável dos Indignados de Lisboa que, muito numa tradição anarquista, eram pelas decisões tomadas por consenso. Eu discordo acho que isso nunca foi tradição anarquista. Aliás, eu acho que nunca foi tradição de ninguém, mas enfim." (18 – Revista Rubra, P15O)

"Como podemos viver nesse Estado e dentro dele criar algo alternativo, ou criar algo alternativo implica subverter esse Estado? Ou seja, o que é o motor da sua ação. Muito por conta da questão da dívida, sempre que a questão surgiu no Rossio e mesmo no 15O havia um sector que tinha uma repulsa por essa discussão. Não porque achassem que se devia pagar. Mas muito numa de 'isso é lá com eles, nós é outra coisa, nós fazemos a nossa alternativa'. Isso ficou claro também quando nós começámos a trabalhar muito e que se tornou claro que o problema do desemprego ia ser central e nós quando puxámos essa discussão, inclusive no que deu origem ao MSE, muita gente pôs-se de fora por dizer que a luta não devia ser pelo emprego, mas pelo direito ao ócio, ao não emprego, poder viver sem vender a sua força do trabalho. O que é legítimo. Mas duas pessoas que pensam de formas tão diferentes não têm muito a fazer juntas, a verdade é essa. Ou seja, podem fazer uma ação, mas não apontar alternativa." (18 – Revista Rubra, P15O)

A defesa de diferentes modelos organizativos ou de opções políticas distintas ocorria como fator de demarcação e de afirmação de identidades distintas, o que permitia aos diversos grupos afirmarem-se em relação aos restantes, nomeadamente através de posicionamentos mais radicalizados e distantes dos vigentes.

"Depois da manifestação do 15 de outubro foi o equinócio, porque as tensões se agravaram e até à manifestação da greve geral de 24 de novembro, ou por aí, foi uma espécie de equinócio destes movimentos, porque de repente houve as tais fraturas internas, tensão muito forte entre grupos. A maior parte dos independentes saíram. Abandonaram o carro. Ainda ficou a tensão entre os dois grupos [Ruptura-Fer e PI]" (12 – Indignados de Lisboa, Assembleia Popular da Graça, P15O, Activar, Primavera Global, QSLT)

Entretanto, a 24 de novembro tem lugar uma greve geral, convocada pela CGTP e UGT, contra as medidas de austeridade incluídas na proposta de Orçamento de Estado, que fora divulgada pelo Governo em meados de outubro, e que incluíam a manutenção de cortes de salários e o aumento do horário de trabalho dos funcionários públicos, redução do pagamento das horas extraordinárias e cortes nas pensões dos reformados. A P15O decide convocar para esse dia um

protesto tendo levado a cabo alguns contactos com a CGTP no sentido do desenvolvimento de uma ação, mas a central sindical decide fazer a sua manifestação autónoma. Tendo sido a primeira vez que promoveu uma manifestação num dia de greve geral (Soeiro, 2014: 69), algo que surge mediante a pressão de grupos de ativismo que subitamente estavam a conseguir obter largos apoios populares numa área de confluência com a sua. As manifestações nos dias de greves gerais passavam assim a surgir como um novo campo de disputa, extravasando as disputas internas no meio ativista e projetando-as para a competição com os sindicatos, algo que mais uma vez acirrou os conflitos internos na P15O.

"Já não havia greves daquelas dimensões há muitos anos e então manifestações em dia de greve geral nunca havia, mesmo quando eram greves gerais da função pública. Nós falámos em fazer a manifestação. De início o BE também não estava muito a favor, mas depois com a pressão do pessoal, acabou por seguir em frente." (17 – Ruptura-Fer [atual MAS], P15O, Primavera Global)

"De algum modo o 15 de outubro obrigou os sindicatos a perceberem que as pessoas estavam descontentes e que tinham de tomar também uma posição. E nós participámos na greve geral." (12 – Indignados de Lisboa, Assembleia Popular da Graça, P15O, Activar, Primavera Global, QSLT)

"É o tempo da nossa história, este intervalo, em que há muitas greves gerais, coisa que nunca aconteceu, nem antes, nem já está acontecer agora. E portanto nós [PI] tínhamos uma implicação particular nisso, porque quisemos sempre tentar uma participação na greve geral para marcar a diferença da questão da precariedade e contribuir no seu conjunto, mas também forçar a relação com os sindicatos, acompanhar esse espaço, pronto, é assim mesmo, e tentar uma articulação que sempre foi muito difícil, mas que teve essas experiências que foram fortes nas greves e tal." (7 – PI, P15O, BE)

"O nosso argumento sempre foi nós precisamos de um momento de mobilização para que a greve tenha uma força popular que se possa evidenciar para lá do confronto no local de trabalho, porque

há pessoas que não podem fazer esse confronto, nomeadamente os precários, mas podem nesse dia estar presentes na rua e aderir, nem que seja de uma forma indireta, à greve." (7 – PI, P15O, BE)

As manifestações no dia da greve geral de 24 de novembro de 2011, em simultâneo com a que passou a ser convocada pela CGTP, colocam a questão do posicionamento a tomar em relação à estrutura sindical, remetendo as disputas internas entre os grupos da P15O no campo cruzado do seu relacionamento com o meio sindical, em relação ao qual havia uma maior proximidade ou pelo menos afinidades políticas.

No dia da greve geral, ambas as estruturas organizam desfiles que partem do Rossio com destino a São Bento. Os manifestantes ligados à CGTP partem primeiro e acabam por dar o protesto por terminado pouco depois de terem chegado a São Bento, enquanto que os restantes manifestantes demoram mais tempo a chegar, levando a cabo pelo caminho algumas ações de desobediência civil, que contrastavam com o comportamento normativo e padronizado dos sindicalistas. Chegadas a São Bento ocorre uma tentativa de voltarem a derrubar as grades para voltarem a tomar as escadarias. Algo que ganhara já uma dimensão simbólica de confrontação do poder instituído. Mas a polícia repele-os violentamente, efetuando algumas detenções.

"No dia da greve geral o pessoal [da P15O] fez a manifestação. Mas a nossa estava marcada para as 3 horas e eles marcaram a sua para as 2h30 e foram mais cedo. Nós chegámos lá, ainda voltámos a fazer uma assembleia popular. Depois aí já não me lembro como terminou, se o pessoal ficou lá até mais tarde. Houve aquelas coisas de derrubar as grades, mas já não se conseguiram sentar nem nada. A Assembleia Popular não teve tanta gente, mas houve alguma discussão. Já não me lembro muito bem. Mas nessa altura havia já principalmente o BE que já não queria assembleia popular. Eu acho que eles no fundo estavam com medo. No fundo estes estiveram sempre muito embrenhados neste tipo de movimentos, e acho que estavam a aperceber-se que aquilo estava um bocado a fugir-lhes das mãos, porque eles não conseguiam aprovar e tudo o que eles não queriam passava e nessa altura eles começaram. Como eles iam lá e não queriam avançar com a luta, o pessoal também se começava a aperceber e havia pessoal que também já não concordava com eles, começaram a ser contra a assembleia popular o microfone aberto". (17 – Ruptura-Fer [atual MAS], P15O, Primavera

Global)

A jornada de luta simultânea acentua o contraste entre o repertório dos grupos de ativismo, mais provocatório e dentro de um registo de desobediência civil, e o da CGTP, com maior estrutura organizativa, mas com uma atuação mais contida e padronizada. A manifestação da central sindical era composta sobretudo por membros dos seus sindicatos, uma ligação mais forte e institucionalizada, que contrasta com o carácter mais espontâneo e fluído da manifestação dos grupos de ativismo.

"A manifestação sai do Rossio e rapidamente se divide em duas: a parte dianteira, mais 'respeitável', apressa o passo para se tentar juntar à CGTP, enquanto a parte de trás se demora em várias ações, entre as quais a invasão dos armazéns do Chiado e a colocação de uma faixa na varanda. Chegados a São Bento, a CGTP faz de imediato as malas e abandona o local, apercebendo-se de que os manifestantes convocados pela 15O são mais numerosos. Uma nova tentativa de invasão das escadarias termina em violentas cargas policiais e detenções arbitrárias, realizadas por agentes à paisana. Por essa altura, derrubar as barreiras que defendiam a escadaria já se tinha convertido num gesto banal e quase ritual." (Antipáticas, 2013: 13)

Por essa altura a grande adesão à manifestação de 15 de outubro contribui para a proliferação de protestos convocados através do Facebook por diversos grupos ou indivíduos, grande parte dos quais não conseguindo contudo ganhar grande dimensão, ficando sobretudo circunscritos ao meio ativista, algo que irá prolongar-se ao longo do ano de 2012.

Em dezembro, o Ruptura-Fer concretiza a sua saída do BE, vindo a mudar a sua designação para MAS e encetar um caminho com vista a afirmar-se como uma força política autónoma e a constituir-se como partido político, o que acabará por ocorrer em agosto de 2013 (Costa, 2013).

A 1 de janeiro de 2012 ocorre o apelo a uma ação de boicote ao pagamento dos transportes públicos (Página do Facebook do evento Boicote ao pagamento dos Transportes Públicos, 2011) (Cruz, 2011b). A 21 desse mês a "Marcha da Indignação" é pela P15O, contando com a presença

dos Indignados de Lisboa e dos Anonymous Portugal, entre outros grupos. O protesto pelo direito ao trabalho com direitos e contra as privatizações e contra o orçamento de Estado confluíu da zona do Marquês de Pombal, junto à sede do Banco Espírito Santo, até São Bento, dando lugar a confrontos com elementos do grupo de extrema direita Movimento de Oposição Nacional (Cruz, 2012a). Um momento em que as várias facções de grupos de ativismo político ali presentes se uniram contra os militantes dos grupos neonazis que também estavam a procurar marcar presença na nova vaga de protestos.

A presença da extrema direita leva a generalidade destes grupos a estabelecerem uma união, ganhando uma coesão momentânea, para fazerem frente a um inimigo comum que desejam excluir do campo de ativismo e de protestos em que estão envolvidos.

"Uma convocatória da plataforma 15O – a 'Marcha da indignação' – não chega a reunir dois mil manifestantes. Apesar disso, a chegada ostensiva e organizada da extrema-direita à cauda da manifestação provoca uma resposta coletiva e espontânea. A manifestação decide tornar-se violenta para se defender a si própria e atuava com os recursos que tem; primeiro o cançãoeiro de abril e depois braços e pernas, garrafas e pedras. No espaço de poucos minutos a escumalha fascista é cercada e expulsa (...) Ocorre uma definitiva separação das águas, que exclui a presença da extrema-direita das manifestações." (Antipáticas, 2013: 14)

"A manifestação dos Indignados em que houve sarrabulho com a extrema-direita, foram para lá armados em Indignados e levaram nas orelhas (...) Recordo bem, porque foi a primeira em que se viu toda a gente a fazer bloco e a dizer aos fascistas, nós não caminhamos convosco. Saiu do Marquês de Pombal para São Bento. Foi bastante concorrido. Há vários filmes na net." (16 – Anonymous Portugal, QSLT)

A convocatória, abrangente e politicamente indefinida da GAR contribuíra para que os grupos de extrema-direita procurassem também disputar esse espaço de mobilização. No Rossio e na P150 houve algumas suspeitas e acusações de existirem elementos de extrema-direita presentes

de forma não assumida, mas as próprias denúncias nesse sentido tornavam claro que havia uma posição assumida a exclusão do nazifascismo. Mas apesar de não terem estado envolvidos na organização dos protestos, procuram marcar presença nas manifestações, como ocorreu logo na da GAR e o confronto da "Marcha da Indignação" surge como uma tomada de posição, no sentido de os excluir dessa arena.

As redes sociais da Internet continuaram a ser um espaço de crítica e contestação, frequentemente desenvolvidas em torno das notícias dos *mass media* ali partilhadas. Os protestos continuaram a surgir envolvidos nesse ambiente de reações em cadeia. A 24 de janeiro tem lugar uma *flashmob* no Marquês de Pombal para ajudar o então Presidente Cavaco Silva a pagar as suas contas (Cruz, 2012b). Uma ação que ocorre na sequência da polémica surgida por o chefe de Estado ter declarado que também estava a ser afetado pela crise e, uma vez que apenas recebia a reforma do Banco de Portugal, mal tinha dinheiro suficiente para as despesas.

No ambiente das redes cibernéticas, as questões nacionais surgem a par de outras transnacionais ou de solidariedade internacional. A 11 de fevereiro ocorre no Terreiro do Paço uma pequena manifestação (CRUZ, 2012c) contra o ACTA (Anti-Counterfeiting Trade Agreement⁴²). A 19 de fevereiro 50 pessoas fazem um cordão humano no Rossio em solidariedade para com as vítimas das medidas de austeridade a serem implementadas na Grécia (Cruz, 2012d). A 21 de fevereiro, o feriado do carnaval é assinalado com a promoção de dois protestos junto à Assembleia da República, aproveitando a presença de representantes da Troika, e um terceiro junto ao BPN⁴³.

No meio desse cenário de grande dinâmica na convocação de protestos de rua (alguns dos quais teriam apenas níveis de adesão diminutos), a pequena estrutura que organizara primeira grande manifestação viera a afastar-se gradualmente da convocação de protestos, um campo altamente disputado e onde o seu destaque e reconhecimento mediático era altamente contestado. Um dos quatro elementos fundadores sai em fevereiro em discordância com essa opção do grupo que entretanto se virara para a criação da Academia Cidadã, num processo interno conflituoso que dará depois lugar a outras saídas.

⁴²Acordo internacional para reforçar as leis da propriedade intelectual sobre diversos produtos, nomeadamente os falsificados e os obtidos através de downloads pela Internet.

⁴³O Banco Português de Negócios foi nacionalizado e posteriormente reprivatizado, em sequência de irregularidades e má gestão, num caso que acabou por lesar o Estado português em vários milhares de milhões de euros.

"Em 2011 muitas vezes liderávamos as iniciativas – estávamos endeusados na comunicação social, enquanto outros nos detestavam por isso (...) Em 2012 o M12M foi sendo progressivamente cada vez mais *low profile* e dedicamo-nos mais à construção da Academia Cidadã." (1 – M12M, IAC, Academia Cidadã)

"2 [M12M, Panteras Rosa, PI, P15O, QSLT, BE] queria continuar na senda de protestos de rua, enquanto a maior parte das pessoas no movimento queria fazer uma coisa nova que é a Academia Cidadã. E havia pessoas como eu e 4 que queríamos estar nos dois lados. E perante a decisão da maioria de apostar na Academia, 2 decidiu que queria sair. A saída do 2 originou uma série de episódios de faca e alguidar e um processo autofágico (...) Este processo das saídas foi bastante conturbado e levou-nos os primeiros cinco meses de 2012." (1 – M12M, IAC, Academia Cidadã)

"Nós começamos a apostar na Academia após 2011. Há uma altura em somos pressionados por muitas pessoas afetas ao BE para fazer um novo 12 de março – na mesma data. Convidados por várias personalidades e tarefeiros dentro do bloco, que nos disseram que nós não tínhamos de fazer nada. Tínhamos apenas de pôr lá o nosso nome. Eles tratavam de tudo. Nós não o queríamos fazer, ser representantes ou Dom Sebastião do que quer que seja." (1 – M12M, IAC, Academia Cidadã)

O BE surge desde início como o partido com representação parlamentar com maior proximidade e confluência para com os grupos de ativismo, nomeadamente através dos PI, e que irá interagir de forma mais próxima com estas dinâmicas.

Dentro das novas dinâmicas de ativismo, um outro grupo tentará emergir nessa altura em representação dos desempregados, um setor ainda não representado por nenhum outro. A iniciativa parte de um ativista da revista Rubra, mas contará com a adesão inicial de elementos de diversos outros grupos. O plenário inicial tem lugar em março.

"Convoquei um plenário para dia 1 de março – suponho que 2012. Apareceu muita gente, para aí 50

peessoas e a partir daí nós decidimos organizar um movimento, o MSE. Que era uma organização, a ideia principal era defender o direito ao trabalho, não era só questões periféricas, os subsídios. Nós não queríamos melhorias da nossa condição de desempregados, nós queríamos exigir o direito ao trabalho. Convocámos uma manifestação, participamos nos movimentos e nas manifestações que existiam." (19 – Revista Rubra, MSE, CADPP, P150)

Durante esse mês o grupo levaria a cabo uma ação diante de um centro de emprego em Lisboa, que acaba por levar à instituição de um processo contra uma ativista que estava a distribuir folhetos do MSE e veio a ser acusada (e entretanto ilibada) de desobediência qualificada por participação em protesto não autorizado. O MSE irá promover algumas ações que conseguem algum destaque mediático. Mais adiante, a 30 de junho irá promover uma manifestação que confluuiu para São Bento. O grupo passará a marcar presença nas manifestações, mas nunca conseguiu crescer, ficando circunscrito a um nível muito reduzido de membros.

"Naquela altura havia uma febre de manifestações e havia e continua a haver motivos para as fazer, portanto qualquer questão que o Governo na altura suscitasse era um motivo para uma manifestação. Por isso é que houve manifestações com 10 mil pessoas porque havia a apresentação de um orçamento de Estado e depois manifestações com 500 na sua maioria ativistas e amigos, porque havia uma pequena notícia que chamava a atenção, mas que era pequena demais para suscitar uma manifestação gigante. Havia manifestações marcadas de semana para semana, que como é óbvio nem sequer chegavam a ver a luz dos telejornais. A maioria das pessoas não sabiam." (2 – M12M, Panteras Rosa, PI, P150, QSLT, BE)

Apesar das redes sociais da Internet, os *mass media*, em especial as televisões, continuam a ser um dos elementos determinantes para que as iniciativas de pequenos grupos possam ganhar maior projeção, para lá do círculo restrito do ativismo. Essa transposição para os mass media nem sempre foi, é claro, conseguida.

"Começaram a aparecer estivadores nas manifestações, o 19 (Revista Rubra, MSE, CADPP, P150) foi ter com eles dizer que fazia parte daquele movimento, achamos que a questão do desemprego não está desligado das demandas dos empregados e propôs ações conjuntas (...) E pronto, de lá para cá para mantermos uma relação muito fraternal, até porque eles viram-se frente ao despedimento de 46 estivadores e aí então surgiu mesmo a necessidade de cruzar os dois movimentos. O problema é que é muito complicado, a gente consegue fazer isso com os estivadores ou com o sindicato dos estivadores, que é um sindicato muito independente, mas quando chega à porta da CGTP, ali é parcelar as lutas." (18 – Revista Rubra, P150)

Estes grupos de ativismo tendem a situar-se a um nível mais afastado das instituições políticas, mesmo da central sindical mais à esquerda como a CGTP, e vão procurar estabelecer laços com aqueles que se posicionam menos integrados nesse quadro de contestação mais institucionalizada e com uma postura de maior afronta aos poderes políticos. Os estivadores surgem como um desses casos, em relação aos quais diversos grupos procuram estabelecer laços de união de forças.

A 22 de março de 2012, nova greve geral, com desfiles e manifestações novamente convocados de forma autónoma pela P150 e pela CGTP, naquele que será um momento de rutura em que a plataforma irá "partir-se ao meio". As divergências, que já estavam bem patentes desde o Rossio e tiveram continuidade durante a organização da manifestação de 15 de outubro, acentuaram-se após o protesto, período em que a atividade da P150 declinou, com a questão das manifestações em dia de greve geral e o posicionamento de disputa ou colaboração com a CGTP a acentuar ainda mais as incompatibilidades.

"A disputa no Rossio foi muito febril e muito infantil da parte de toda a gente. A 15 de outubro começava-se a notar que havia um grupo que continuava a hostilizar sindicatos, partidos, que era os Indignados e, da parte das estruturas clássicas, havia o Ruptura-Fer que estava num processo próprio de cisão, atacava o BE e atacava o PC. Percebia-se que era uma coisa deles. Eles seriam mais à esquerda do que o Bloco. E o PC, pela forma como dominava e geria a luta, historicamente. Se fosses a uma manifestação da CGTP já sabias como é que a coisa piava... Por outro lado, as

peças ligadas ao BE ali estavam a fazer um equilíbrio muito difícil, que era não hostilizar. Isto é, nós tentamos dirigir, abrir as manifestações, torná-las maiores e não ser monopólio. Mas não hostilizando, tentando atrair para ali. Há um dia em que a 'organização' se partiu ao meio (...) Aquilo também já não dava mais entre esses dois grupos. E estavam a queimar o próprio processo e a plataforma." (15 – P15O, QSLT)

Os momentos das manifestações, carregados de grande carga emocional, surgem mais uma vez associados à ocorrência de demarcações e à assunção de posicionamentos. Durante esta jornada de protesto, os PI e a representante da UMAR iriam inesperadamente afastar-se da plataforma que integravam. Para os PI, a questão passava pelo posicionamento de menor distância e afronta em relação à CGTP, algo que surgia como incompatível com a posição assumida pela P15O.

"Nós marcamos uma reunião no domingo anterior. Estávamos para aí umas 30 pessoas e havia de todas as posições entre nós. Foi uma decisão que não foi produzida sob nenhum calculismo. Nós fomos para essa discussão, completamente em aberto e até aparentemente como ponto de partida no início da conversa muito inclinados em tentar fazer uma coisa impossível que era estar nas duas [manifestações]. Mas nós percebemos que isso não era possível, além de que nos últimos dias a situação tinha-se degradado muito." (7 – PI, P15O, BE)

"Tentou fazer-se esse balanço que foi: 'os precários estão aonde? Estão do lado do movimento formal dos sindicatos? Estão alheados da massa, que só querem representar trabalhadores formais e não sei quê, ou estão do lado do movimento social?' Isso não era a nossa escolha, não era assim. Nós sempre nos afirmamos como um movimento que está no fundo em diálogo, estamos claramente do lado do movimento social, sempre foi assim, mas nós somos um movimento do mundo do trabalho, por isso nós estamos em diálogo com o mundo do trabalho. Mas o ponto não era esse. O ponto é que nós tentamos, no seio da organização, em todo o momento, fazer com que a manifestação fosse única, porque não fazia sentido não ser assim. E a verdade é que nós sentimos que no seio da organização da P15O o objetivo era que houvesse duas manifestações. E uma das razões era obviamente para nos chantagear, mas era mais forte do que isso, era tentar... Ou seja, a

nossa opção estratégica era tentar forçar que existisse um movimento popular amplo, porque achávamos que era uma oportunidade histórica que já não havia há décadas, que era a partir desta experiência..." (7 – PI, P15O, BE)

"De repente todas as placas tectónicas começam a mexer e pela primeira vez percebes que tu consegues estar a ter uma força para tentar puxar para cá as grandes forças sociais que nunca dialogaram com o movimento social. O movimento sindical é importantíssimo nisso. Estávamos com um Governo de direita, programa do FMI, portanto a nossa perspetiva era 'nós precisamos de um movimento popular amplo para fazer face aos anos que aí vêm, nós vamos viver anos de horror'. A nossa hipótese era forçar pelas condições materiais que existiam na altura a que esse movimento se pudesse constituir. Ter finalmente, mesmo que forçada, uma aliança popular para poder enfrentar a Troika. Nós tentámos ser coerentes com isso. Foi apenas isso. E tomámos até uma decisão que eu acho que foi certa na altura, mas muito mal interpretada por muita gente, que foi: nós não anunciámos previamente que tínhamos que escolher entre qualquer manifestação ou que íamos nesta ou que íamos naquela. Nós seguimos naturalmente para a manifestação. Senão o que tinha acontecido era sermos acusados de desconvocar a outra e seria muito complexo." (7 – PI, P15O, BE)

A ativista da UMAR era a representante e o único membro da mesma na P15O, algo que sentiu como especialmente desgastante devido ao afastamento da estrutura das posições do seu grupo. Ao mesmo tempo sentia-se bastante próxima da perspetiva dos PI, grupo que viria aliás a integrar, tendo-os acompanhado na manifestação da CGTP.

"Vendo que a plataforma tendia a ter posições cada vez mais fechadas, escrevemos um documento e levámo-lo à assembleia da P15O, um documento bastante forte politicamente, mas que dizia que em relação à dívida contestamo-la etc, mas não fechamos posições. O documento não chegou a ir a votação, porque aquilo foi uma confusão. Mas esse debate foi complicado. Dividiu-nos e era por sabermos que esta questão nos dividia que nós achávamos que não nos devíamos focar nisto. Tudo bem. Mas depois este processo deu lugar a processos de intenções." (9 – UMAR, P15O, May Day,

PI, Marcha Mundial das Mulheres, Primavera Global, QSLT)

"Chegamos à greve geral com a plataforma bastante fragilizada, com bastantes divergências e algumas irritações, mas estávamos. E na altura a manif que foi convocada pela Plataforma para a greve geral etc disse 'ok', votei [na proposta de manifestação dentro P15O], fui colar cartazes, fiz tudo. E a UMAR era para ir com a malta da P15O na manif da greve geral, só que dois ou três dias antes, na conferência de imprensa, houve um companheiro, que se lembra de dizer que a P15O queria eleições antecipadas e um referendo sobre não sei o quê. Bom, tomou posições em nome da plataforma que nunca tinham sido discutidas entre nós. E sinceramente aquilo para mim foi a gota de água." (9 – UMAR, P15O, May Day, PI, Marcha Mundial das Mulheres, Primavera Global, QSLT)

Do outro lado, a decisão de seguir mais cedo com o desfile de protesto da CGTP causou forte choque, encarado como uma traição que teria sido motivada por instruções vindas do BE, face ao facto de não conseguirem controlar a P15O.

"Do ponto de vista sobretudo do Bloco foi uma ação conspirativa permanente na P15O. (...) Nós marcámos a nossa manif para as 3 da tarde, a CGTP marca para as 2. E a decisão do BE passada para os PI é que eles deveriam ir com a CGTP." (18 – Revista Rubra, P15O)

"Nós chegamos lá e estava a CGTP a sair e vemos o pessoal dos PI e da UMAR a sair com a CGTP. Não nos disseram, não vieram ter connosco. Saem no final da manifestação deles, alguns até assim com a cara para baixo com vergonha. A interpretação que houve é que tiveram orientação do BE, porque aquilo é dirigido pelo BE, a dizer que não havia mais P15O, que eles tinham que ir na CGTP. Porque eles iam mesmo envergonhados. O pessoal do 15 de outubro ficou tão lixado, que alguns começaram a chorar, mesmo género 'traidores'." (17 – Ruptura-Fer [atual MAS], P15O, Primavera Global)

A concretização do processo de saída do Ruptura-Fer do BE e transformação em MAS ocorre envolto na capacidade de mobilização nas manifestações que conseguiu dentro da P15O. As súbitas oportunidades de mobilização para os protestos de rua surgem como uma oportunidade de conquistar uma base de apoio para a sua afirmação. Algo em que o grupo irá investir fortemente. Dentro dos jogos de poder estabelecidos na P15O, é entendido por alguns ativistas que para os PI terá deixado de interessar estar numa organização que implicava bastante desgaste, dado o seu modo de funcionamento e heterogeneidade, e onde não conseguia fazer prevalecer as suas posições, face à acesa disputa do Ruptura-Fer, mas também da revista Rubra, a que se somavam ainda as posições divergentes dos ativistas antipartidários. Da parte dos ativistas que permaneceram na P15O existe a convicção de que a saída dos PI foi determinada pelo BE. A grande heterogeneidade da plataforma conferia-lhe uma fraca coesão e de sentimentos de pertença, o que contribuiu depois para a sua mais fácil desintegração.

"Claro que o BE de alguma forma... chegou a uma altura que teve uma atitude destrutiva em relação ao movimento. Estava a ver que não estava a controlar o 15 de outubro e se não estava a controlar... Teve uma atitude destrutiva (...) Por outro lado, também o MAS era sectário em relação a eles. Foi uma fase em que o MAS estava em rutura com o BE porque ia sair. E isso começou a ficar mais expresso, essas diferenças. E as pessoas que estavam à volta também sentiram. As pessoas foram-se afastando. Também politicamente começaram a acirrar essas diferenças e as pessoas foram começando a afastar-se. Havia ali muitas diferenças. Sobretudo os Indignados, também estavam no início e também se afastaram pelas questões metodológicas dos votos." (19 – Revista Rubra, MSE, CADPP, P15O)

O desfile contou ainda uma terceira mobilização, com incitamentos à desobediência civil. Irá juntar-se aos manifestantes da P15O no Rossio, o que contribuiu para acentuar ainda mais o clima de tensão. A jornada acaba por ser marcada por alguns confrontos com a polícia, mas também por uma agressão levada a cabo por um segurança da CGTP que não pretendia deixar os elementos dos PI integrarem a frente do desfile com os manifestantes da central sindical, num incidente que tornou

explícita a disputa pelo território de contestação num momento de conturbadas mudanças.

"Em paralelo, é convocada uma outra manifestação, não assinada, para as 13h na Praça do Saldanha, Lisboa, prometendo 'ocupar as ruas' e 'bloquear tudo'. A adesão não seria gigantesca, mas junta cerca de 200 pessoas (...) Chegada ao Rossio a manifestação junta-se à da P15O. Surge então a notícia de que, na noite anterior, um telefonema circulou entre os grupos satélite do BE, ordenando que estes se afastassem da iniciativa organizada pela P15O, da qual faziam parte, e se juntassem à marcha da CGTP. Para cúmulo, chega também a notícia de que nesta manobra um membro dos PI havia sido agredido pelo serviço de ordem da CGTP, quando o seu grupo foi confundido com 'os anarcas'". (Antipáticas, 2013: 15)

"Há um incidente no dia de greve, na manifestação até à Assembleia. Nós íamos à frente com os PI e há um segurança da CGTP que parte a cabeça a um membro dos PI. É o primeiro incidente. Que foi logo controlado. Pedidos de desculpas. Mas nunca tinha acontecido. Não nos queriam deixar descer para São Bento." (4 – M12M, Panteras Rosa, P15O, IAC, Academia Cidadã)

As manifestações surgem como espaços onde os posicionamentos simbólicos e físicos se sobrepõem. No meio da confusão e fluidez de fenómenos massificados, a grande carga emocional contribui para que mais facilmente ocorram momentos de descontrolo, onde as posições de afirmação e demarcação dos diferentes grupos se tornam explícitas, como ocorreu no caso da agressão por um segurança da CGTP. Um incidente que levaria depois a central sindical a procurar retratar-se e que o elemento dos PI refere como tendo acabado por dar lugar a uma mudança de atitude, no sentido de maior diálogo e concertação. Algo que corresponde a um passo no sentido do reconhecimento do grupo como um interlocutor social relevante.

"Os responsáveis mais altos da direção da CGTP não só nos pediram desculpa, como fizeram tudo o que puderam para que o caso ficasse rapidamente arrumado. E a partir daí perceberam que ou a nossa relação seria diferente ou as coisas iam ser muito más. Eles próprios perceberam que a partir

daí tinham de tomar medidas para a nossa participação e integração nas manifestações do 1º de Maio, greves gerais, etc. Para que isto não fosse possível. Para que um *sniper* não pudesse fazer isto. Com todas as críticas que eu possa ter à CGTP, não foi uma decisão da CGTP atacar-nos naquela manifestação. Isso aliás era absurdo, era assumir que a CGTP não sabe pensar politicamente o que está a fazer, porque é uma coisa tão mal pensada." (7 – PI, P15O, BE)

Nessa segunda manifestação aumenta a tensão ainda com as forças policiais, que reprimem de forma violenta o crescendo de provocação por parte dos manifestantes.

"No Chiado, os mesmos agentes da PSP que haviam acompanhado a manifestação desde o Saldanha, e que haviam já ameaçado alguns manifestantes, conseguem deter um estivador que vinha rebentando petardos ao longo do percurso. Perante a revolta dos manifestantes, que rapidamente cercam o grupo de polícias encarregue da detenção e o deixam isolado, produziu-se uma primeira carga, que provocou vários feridos e à qual alguns responderam com o arremesso de cadeiras e chávenas da Pastelaria Bénard. A chegada da Polícia de Intervenção, com vista a equilibrar a diferença de números, fez com que os primeiros agentes se sentissem à vontade para arrasar tudo o que se atravessava no seu caminho." (Antipáticas, 2013: 15)

O episódio da greve geral de 22 de março faz espoletar a desagregação da P15O. À saída dos PI e da UMAR, seguir-se-ia a dos outros grupos, acabando a estrutura por ficar reduzida quase exclusivamente a militantes do MAS.

"A determinada altura, os PI, esses movimentos mais próximos ou simpatizantes do BE, saíram todos da plataforma e ficaram só os mais radicais ou aparentemente mais radicais. As restantes ações já foram organizadas um pouco à maluca. Houve ali uma altura em que havia manifestações e propostas de manifestações dia-sim, dia-não, já ninguém sabia quantas manifestações havia. Algumas ainda tiveram alguma dimensão, mas a maior parte delas foram em decrescendo durante o ano todo de 2012. (...) A segunda parte do campeonato foi a desagregação. 2012 foi uma tristeza.

Foi um marasmo quase total." (12 – Indignados de Lisboa, Assembleia Popular da Graça, P15O, Activar, Primavera Global, QSLT)

"Passou a estar dominado pelas pessoas do MAS que lá ficam. Alguns independentes, como eu, não voltam àquele espaço, que já não era um ponto de convergência." (15 – P15O, QSLT)

"Organizações, a P15O, depois da greve geral, já tinha muito pouco. A maior parte do pessoal saltou. As Panteras saltaram, a malta dos Indignados saltaram, o pessoal do RDA também não pôs lá mais os pés, a Attac saltou. Quem vê o apelo do 15 de outubro assinado por... cinquenta organizações, e quem vê dois meses depois a plataforma... Aquilo esvaziou-se que não foi brincadeira." (9 – UMAR, P15O, May Day, PI, Marcha Mundial das Mulheres, Primavera Global, QSLT)

Com a saída dos PI, acentuou-se o domínio dos elementos da Ruptura-Fer. Outros grupos como os Indignados de Lisboa saíram devido a divergências em relação ao modo de funcionamento (a opção de tomada de decisões por maioria de dois terços e não por consenso). Os elementos do MAS acabariam por ficar sozinhos na P15O.

"Depois [da greve geral] esse tipo de experiência de ação política – eu acho que não é só a partir daí – entrou um bocadinho em *fade out* em Portugal. Os ciclos lá fora também mudam. O OWS desaparece. Em Espanha e nos outros países da Europa as coisas começam a mudar um bocado de figura (...) foi um bocadinho a ressaca durante muito tempo e é preciso ver que nesta altura estamos com uma coisa nas mãos, o nosso nível de frustração é mais baixo porque nós estamos com um instrumento político muito forte nas mãos. Nós passamos todo o ano de 2011 desde abril até dezembro a recolher assinaturas para uma iniciativa legislativa de cidadãos." (7 – PI, P15O, BE)

Durante o período de desagregação da P15O ocorrem alguns outros eventos que mais uma

vez ficariam restritos aos círculos de ativistas e onde seriam desenvolvidos esforços para criar novas dinâmicas. As más experiências da P15O levaram a que a organização do Activar e da Primavera Global tenham procurado evitar a criação de novas plataformas (Baumgarten, 2016: 173)

O primeiro foi o encontro "Activar Cidadanias para o Século XXI" (blogue Activar, 2012), organizado por diversos ativistas que integravam a P15O, nomeadamente dos Indignados e do MAS, que decorre no fim de semana 21 e 22 de abril na Fábrica de Braço de Prata, com diversos debates e *workshops* que contam com a participação de algumas centenas de pessoas.

"Era importante voltar a juntar ativistas e tentar ver se dá para fazer coisas em conjunto, de modo assembleário com alguns ateliers, sessões específicas. Aquilo fez-me sentido e envolvi-me na organização do Activar. (...) Estive na organização do Activar que correu relativamente bem, não teve uma afluência brutal, mas ainda assim foi um espaço de encontro de ativismos em que se discutiu vários temas." (9 – UMAR, P15O, May Day, PI, Marcha Mundial das Mulheres, Primavera Global, QSLT)

"A malta de Coimbra e as outras assembleias populares não se envolveram muito no Activar. Alguns vieram, mas nisso o Activar falhou. Se o objetivo era juntar ativistas de várias sítios em Lisboa e de fazer a ligação com as assembleias populares que havia pelo país, não correu muito bem. E eu na altura ainda não tinha bem noção. Estava ali a conhecer montes de gente nova. Não tinha bem noção ainda dos grupos. Do RDA de um lado, os PI do outro, a malta do P15O do outro, os Indignados do outro." (9 – UMAR, P15O, May Day, PI, Marcha Mundial das Mulheres, Primavera Global, QSLT)

"O Activar acho que foi um marco importante, aquilo que possibilitou o estabelecimento de contactos entre muitos de nós, havia muita gente que não se conhecia. Foi um encontro de ativistas que decorreu na [Fábrica de] Braço de Prata e de onde acaba por sair de certa forma o embrião que vai dar origem à Primavera Global. A Primavera Global já não correu tão bem como o Activar. O Activar acho que foi um dos poucos momentos em que vi as pessoas, vários coletivos, tudo a puxar

para o mesmo lado." (16 – Anonymous Portugal, QSLT)

A "Primavera Global" foi uma manifestação que, tal como o 15 de outubro, surgiu de um apelo internacional, neste caso veiculado através da Internet, para a organização de um protesto que decorresse em simultâneo em diversos pontos do mundo. "2011 ficou marcado pelas Primaveras Árabes, pelos protestos da GAR, dos movimentos Indignados e *Occupy* de todo o mundo. Em 2012 saímos de novo à rua para exigirmos que todos – e não apenas alguns – fossem parte da solução. Contra a inevitabilidade das crises, iremos construir soluções. Vivemos num mundo onde o desgoverno político global, a desumanidade dos mercados e a especulação financeira não só geraram uma crise à escala mundial como exigem agora às populações os maiores sacrifícios e a perda dos direitos fundamentais", refere o comunicado da organização do evento em Lisboa (página do Facebook do evento Primavera Global). A primeira reunião de organização decorrerá a 24 de março, no rescaldo dos conflitos ocorridos na ante-véspera, nas manifestações do dia da greve geral (Cruz, 2012).

Num momento de redefinição de posicionamentos dos ativistas nas respetivas plataformas, a organização de eventos mantém-se associada a esferas de influência e jogos de poder, onde os elementos dos diversos grupos tendem a investir mais naqueles que se situam mais dentro da sua área de influência.

"Ainda organizei a Primavera Global em março numa tentativa de reabilitar com mais uma malta, três ou quatro, o movimento internacionalista. Voltei a contactar esta malta toda, a P150, ainda fizemos reuniões com muita gente. Mas pareciam ações de terapia psicanalítica. Um gajo tinha que estar constantemente a limar tensões. Éramos um coletivo de pessoas a organizar, mas era muito pequenino – três ou quatro pessoas e a manifestação teve umas 2 mil pessoas, fomos até ao Parque Eduardo VII, mas fez-se uma coisa nova, ocupou-se o espaço público e estivemos ali durante o fim-de-semana em debates, conversas muito participadas. E tivemos a sorte do Passos Coelho ter passado nesse fim-de-semana na feira do livro e ter sido valentemente vaiado e fugido a correr. A P150 aproveitou para ir lá abaixo fazer esse número. Estavam a maior parte dos mesmos grupos presentes. Só que na Primavera Global basicamente demos nós o litro e o resto do pessoal não fez

nada. Houve uns quantos que colaram cartazes. Mas nas reuniões, na mobilização, não houve nenhuma colaboração e as organizações políticas mais estruturadas fizeram um bocadinho a demonstração pela realidade 'vejam como os independentes não conseguem mobilizar gente'. Foram na manifestação e tal, que até foi animada, mas nem os PI, nem a P15O, nem a Rubra, nem ninguém meteu muita dinâmica na coisa. E portanto teve pouca gente." (12 – Indignados de Lisboa, Assembleia Popular da Graça, P15O, Activar, Primavera Global, QSLT)

O episódio da vaia ao primeiro-ministro Pedro Passos Coelho, quando este se encontrava a visitar a Feira do Livro, causou grande gáudio a militantes do MAS que ainda o recordaram com intensidade numa das reuniões da P15O a que assisti em 2013.

As manifestações da Primavera Global decorrem a 12 de maio de 2012 em sete cidades portuguesas, mas mesmo em Lisboa não conseguem uma adesão massiva, ficando muito centrado no meio ativista, com a participação de inúmeros grupos – desde os Indignados de Lisboa, Assembleia Popular da Graça, MAS, revista Rubra, MSE, PI, Clube Responsabilidade e Democracia, Plataforma Resistência ao Serviço Nacional de Saúde, Transição Telheiras – que participam em diversos *workshops* e debates do "Fórum das ideias".

A manifestação seguiu do Rossio até ao Parque Eduardo VII, onde tem depois lugar o fórum que se prolonga pelos três dias seguintes. Os organizadores procuraram criar dois pólos de ativismo em torno da defesa de uma economia mais solidária e de uma democracia mais participativa. O encontro surgiu marcado mais uma vez pelo espírito de contestação aos atuais modelos económicos e governativos, e a defesa de ações de desobediência civil, como um apelo a que durante esses quatro dias se viajasse nos transportes públicos sem pagar.

"Foi uma espécie de 'feira' do ativismo (Primavera Global), os vários movimentos foram convidados para falarem da sua área de intervenção e debaterem modos de continuidade." (2 – M12M, Panteras Rosa, PI, P15O, QSLT, BE)

"Aquele malta mais freakalhada do movimento correspondia um bocadinho à malta da Primavera Global. Estou nas reuniões preparatórias da Primavera Global, inicialmente sobretudo para dar uma

informação sobre a Escolinha [Es.Co.La – Espaço Alternativo Autogestionado], sobre iniciativas de solidariedade. Fizemos uma data delas: propaganda, dinheiro. E depois assisto ao resto, e aquilo continuou a parecer-me bastante surreal. Porque o problema por exemplo, o Activar era todo sobre como é que a gente devia funcionar e nada sobre o que é que a gente fazia. Uma espécie de motor que rodava no ar a discutir como é que os motores rodavam no ar... Está bem mas isso não fazia nenhum sentido. Eles só faziam coisas XPTO, como é que era a democracia." (13 – Attac, Portugal Uncut, P150, Activar, Primavera Global, QSLT)

O último comentário surge de um ativista que antes do período em análise nesta tese esteve ligado ao PCP e BE e que apesar de ter abandonado as estruturas partidárias e ter proximidade com meios apartidários, tem alguma distanciação em relação ao modo de funcionamento destes últimos, que qualifica de forma depreciativa, colocando em questão a sua capacidade e a coerência da sua forma organizativa. Mais do que um repúdio por formas de organização menos hierarquizadas e estruturadas *per si*, o motivo da sua desconfiança parece estar mais relacionada com dúvidas da sua eficácia em termos de mobilização.

Outro evento que ocorreu durante este período e que irá também surgir como marcante dentro do meio ativista (em especial junto daqueles que se situam mais nessa esfera apartidária e de maior contestação às instituições democráticas existentes) foi a reocupação de um edifício devoluto na Rua de São Lázaro. A reocupação é efetuada por cerca de 50 pessoas no dia 25 de abril (Antipáticas, 2013: 17) após o tradicional desfile de comemoração da revolução⁴⁴, ocorrendo em simultâneo com a reocupação no Porto da antiga escola da Fontinha, que funcionara como o projeto ES.CO.LA (página do Facebook do evento Reocupação do projeto ES.CO.LA), um centro autogestionado onde foram levadas a cabo diversas atividades que envolveram a população daquele bairro⁴⁵.

O exemplo do Porto surge como inspiração e referência para aqueles que em Lisboa desejavam vivenciar a experiência de desobediência civil de uma ocupação.

⁴⁴ Enquanto as comemorações do 1º de Maio surgem habitualmente num campo de maior interação entre as estruturas tradicionais e os novos grupos de ativismo, as do 25 de Abril são mais dominadas pelos primeiros. Com a ocupação nesta data, os grupos envolvidos procuravam demarcar-se das comemorações tradicionais.

⁴⁵ O projeto ES.CO.LA havia sido interrompido com o despejo ocorrido seis dias antes e dera logo de seguida lugar a um apelo no Facebook para que fossem organizadas em várias cidades do país, entre as quais Lisboa, ações de solidariedade.

Nesse dia tanto o espaço do Porto como o de Lisboa seriam reocupados. Em Lisboa, o espaço da Rua de São Lázaro permaneceria ocupado até 31 de maio, altura em que seriam também expulsos pela polícia. Até lá, diversas atividades têm lugar no local, desde concertos, assembleias para a autogestão do espaço e assembleias abertas até reuniões de ativismo, nomeadamente de organização da Primavera Global.

"Nós replicávamos a informação cá (da reocupação no Porto) e a determinada altura houve um grupo um bocado ali da Severa e do RDA que decidiu ocupar São Lázaro. Alguns também vinham da Acampada – os Ritmos de Resistência, o Exército Dumbledore, são uma série de grupelhos, muito pequenos que decidiram fazer um acto de solidariedade para com a Fontinha e possibilidade de criação de um espaço ali (...) Eram mais coletivos de pessoas, não havia propriamente ainda um projecto. Ocupação em solidariedade e depois para que diversos coletivos se reunissem e decidissem o que podia ser feito. Ficou centrado na luta pela sobrevivência." (12 – Indignados de Lisboa, Assembleia Popular da Graça, P15O, Activar, Primavera Global, QSLT)

"Também teve malta da P15O, da Acampada do Rossio, Indignados, [dos que viriam a integrar o] QSLT. Mas são processos muito diferentes dos de mobilização de massas. São processos de ação direta muito mais localizados e com grupos muito mais pequenos." (12 – Indignados de Lisboa, Assembleia Popular da Graça, P15O, Activar, Primavera Global, QSLT)

"Foi bastante interessante, porque foi a primeira vez que estava uma série de gente que não tinha nada a ver com o movimento Okupa que tinha existido nos anos 90 em Lisboa, a ocupar casas, esse método assembleário, muita gente também ligada ao movimento LGBT, muitos jovens do BE que começam a aproximar-se deste tipo de iniciativas." (12 – Indignados de Lisboa, Assembleia Popular da Graça, P15O, Activar, Primavera Global, QSLT)

O movimento Okupa tivera reduzida expressão em Portugal, tendo-se destacado a ocupação de uma casa na Praça de Espanha, denominada como a "Casa Encantada", que foi mantida entre 1996 e 2002 (blogue Spectrum, 2012). O relato deste ativista faz uma alusão às experiências desse período, como algo que se procurou recuperar com esta iniciativa, realçando o facto de neste caso ter atraído também jovens do BE.

As dinâmicas entre os diferentes tipos de organizações surgem assim como não unívocas e lineares, com aproximações e distanciamentos. Com os ativistas a marcarem presença em eventos à partida mais distantes da sua lógica organizacional, em relação aos quais têm muitas vezes relações ténues e de pouca densidade, numa lógica de confluência entre membros de diferentes áreas e organizações.

"Nos dias seguintes e durante pouco mais de um mês, foram várias as atividades levadas a cabo por um conjunto de pessoas que a cada dia se ia alargando (...) obras e melhorias no edifício (...) refeições para todos, debates, concertos, performances, oficinas e, acima de tudo, a partilha de experiências e sensibilidades que alimentavam o desejo de uma outra vida." (Antipáticas, 2013: 18)

"O que eu questiono em São Lázaro não é a ocupação e o que estava a ser feito, mas porque é que a Fontinha (é certo que esteve mais tempo) despertou a onda de entusiasmo popular no Porto que despertou e isso não aconteceu em Lisboa com São Lázaro. Devia ter havido um maior trabalho com a comunidade envolvente. Esteve muito fechado, virado para si próprio, o que se refletiu na visibilidade do projeto." (16 – Anonymous Portugal, QSLT)

Não muito longe dali, na Praça da Figueira, a 19 de maio, os ativistas levam a cabo uma manifestação ostentando faixas com inscrições como "Rebeldes e Selvagens – nem partidos, nem sindicatos" e o A do símbolo da anarquia, "Fascismo nunca mais" e "A vida é nossa, não é do patrão" (site Tugaleaks 8). A polícia efetua algumas identificações e detenções. O protesto tem dimensão reduzida, embora ocorrendo numa zona central da cidade, de grande exposição.

A 31 de maio tem lugar o despejo do espaço de São Lázaro, numa ação policial que decorre

com confrontos e detenções e que é seguida por uma invasão do gabinete da vereadora da habitação da Câmara de Lisboa, Helena Roseta, e por uma manifestação na avenida Almirante Reis, que conflui para junto da Igreja dos Anjos, onde os manifestantes acabam por ser cercados e identificados. Como é comum, surgem relatos na Internet a dar conta do sucedido (Cruz, 2012f) (Cruz, 2012g) (Feijó, 2012):

"Uma manifestação (contra o despejo violento) juntou perto de 300 pessoas ao fim da tarde. O trânsito é cortado na Almirante Reis e, já na Igreja dos Anjos, o corpo de intervenção da PSP cerca durante mais de duas horas os manifestantes, identificando a maioria e dando azo a um processo judicial com cerca de uma centena de arguidos." (Antipáticas, 2013: 18)

Nas ruas a dinâmica de convocação de protestos prossegue, independentemente do nível de adesão que obtenham. A maioria vai pouco mais além do que os grupos que as convocam e a pessoas próximas, nomeadamente às que são presença assídua nos eventos convocados por grupos de ativismo, não ultrapassando as poucas centenas de participantes. A 17 de junho ocorre no Rossio uma manifestação de "solidariedade com o povo grego" (YouTube, 2012). A 16 de julho é promovida uma petição e uma manifestação em frente à Assembleia da República pela demissão do ministro dos Assuntos Parlamentares, Miguel Relvas (Cruz, 2012h) (Cruz, 2012i), que por esta altura surge como uma das figuras mais impopulares do Governo do PSD/CDS-PP.

Apesar da erosão interna, a P15O continua especialmente ativa, mobilizando e marcando presença nestes eventos, através dos quais obtém algum destaque mediático.

Embora de uma forma mais desorganizada e sem conseguir largas adesões, a vaga de protestos convocados com recurso ao Facebook prossegue, alimentada pela implementação das medidas de austeridade.

Neste período de aumento do descontentamento social, os ativistas envolveram-se em grandes dinâmicas, em processos de intensas explorações de repertório, em que a inovação foi também no sentido da disputa das zonas de influência dos atores tradicionais, em especial da central sindical mais presente nas contestações, a CGTP. O posicionamento em relação a essas

organizações exteriores surgiu aliás como um ponto de rutura dentro do meio.

5.5. QSLT, a plataforma que procurou estabelecer a ponte entre os grupos de ativismo e os atores tradicionais

Ativistas que haviam abandonado a P15O começam então a fazer contactos para a criação de uma nova estrutura de mobilização. É referido que a ideia inicial surge na área dos PI, no sentido de se constituir uma frente alargada, que congregasse forças desde grupos de ativismo político até movimentos sociais tradicionais, como partidos de esquerda e sindicatos, fazendo frente ao mais do que previsível endurecimento de medidas que teriam forte impacto social e contribuiriam para o empobrecimento da população. Numa lógica de confluência entre esses campos, que já vinha aliás do May Day, as celebrações do Dia do Trabalhador, na sequência das quais surgiram os PI.

"Nós sentimos que era preciso juntar a experiência que vinha de trás e proporcionar as condições para haver alguma coisa que pudesse ser a síntese do descontentamento social, agora numa nova fase que era, isto já não é só a constatação da precarização da vida e a identificação de precariedade estava feita e digamos o apodrecimento do regime político como era dantes, isto agora é isso, mas em fórmula aditivada, é combate com o FMI. De repente estamos noutra vida, estamos noutro mundo. Nós precisávamos outra vez de uma grande mobilização popular, mas com outras características. Sentimos que havia condições para uma grande mobilização popular muito mais politizada, que recusasse o enquadramento que estava aí, e que é: vamos viver sobre chantagem, sobre o programa de assistência, como se diz. Era óbvio que isto agora era uma rampa a descer até batermos no fundo, e isso assustava-nos muito. Nós discutíamos isso nas reuniões. Nós olhávamos e pensávamos que daqui por dois anos nós já não vamos ter o país que tínhamos, já não há sequer um substrato social para lutar, vai estar toda a gente desanimada, a maior parte do pessoal vai bazar daqui." (7 – PI, P15O, BE)

A maior capacidade de alguns ativistas para a análise e a integração no quadro mais geral surgiu como fator que lhes permitiu agir estrategicamente, saindo para lá do meio fechado do

ativismo, estabelecendo pontes para com outros meios, no sentido de levar os protestos para uma zona de confluência entre os grupos de ativismo e as forças dos movimentos tradicionais, como os partidos de esquerda e sindicatos, para a criação de uma frente de contestação às medidas de austeridade e ao Governo PSD/CDS-PP, num momento em que os cortes levavam a deterioração das condições de vida da população e que colocavam em causa o Estado Social. Um nível de cortes que levaria uma parte da população tradicionalmente pouco politizada a passar a estar disposta a vir para a rua protestar. Essa capacidade de pensamento estratégico, que esteve por detrás da criação do QSLT, permitiria que a nova plataforma viesse a conquistar uma posição preponderante na segunda e última parte deste período de grande mobilização popular. A mudança vai novamente no sentido de inovar na mediação, procurando estabelecer ligações entre pontos anteriormente isolados, procurando levar a mobilização para o campo mais próximo do perfil político dos grupos que tomaram essa iniciativa e deixando de fora aqueles que com eles rivalizavam e não desejavam essa aproximação.

"Lembro-me que estava num plenário aberto dos PI e estava a discutir-se isto, o que é que se pode fazer para tentar que a contestação saia às ruas? Porque tínhamos a noção de haver cada vez mais pessoas descontentes e até da minha malta próxima, então do sector da academia é impressionante. Muita malta que tem a noção, está descontente, mas que não vai às manifs. O que me irrita profundamente. Enfim, malta de esquerda que não vai. E foi aí que se começou um processo de reflexão.

Tudo, desde as Acampadas no Rossio, à P150, o Activarte, Primavera Global, tudo isto foram passos muito importantes, porque fomos tentando. A plataforma a meu ver não deu, a Primavera Global foi uma tentativa de juntar numa mesma... que não se traduziu... Aliás aquilo foi, para nós ativistas, uma bofetada, porque, bolas, estava ali tudo o que era ativista – desde os Indignados até às Panteras, ao SOS, à UMAR, à Ruptura, não sei quê – e tínhamos umas 500 pessoas na manifestação. Isso disse muito sobre a nossa capacidade de mobilização per si! E portanto, não dá!

Na altura, lembro-me da nossa discussão num plenário dos PI (a associação tinha acabado de se criar, fui para dar uma força, fui enquanto feminista, ainda que não em representação da UMAR), de constataremos que nos espaços onde se junta a malta toda, quer sejam organizações, quer a título individual, para além de ser um desgaste brutal, não trazem mais pessoas. Os sindicatos estão com

todo o vapor, mas também não estão a conseguir. O que é que se conseguiria fazer?

E foi aí em conversas entre a malta dos PI e amigos, que começamos a ficar naquela, 'ok, poderia valer a pena tentar lançar um protesto de pessoas, não ligado a nenhuma organização'. Porque tínhamos a noção de que, estupidamente mas é um facto, temos de lidar com a sociedade que temos. Quando é um sindicato a apelar, por muito que estejas cheia de razão, há uma porrada de gente que não vai. Ou porque já não se revê na CGTP, porque teve desilusões ou porque já não acredita nos sindicatos ou porque acha que é tudo igual, que há aproveitamento, pura e simplesmente não vão. Movimentos também já tínhamos visto, quer pela P15O quer pela Primavera Global que não era bem isso. E nenhuma organização do PC, nem os PI nem ninguém, nem a UMAR, tinha capacidade per si. Então chegámos à conclusão que poderia ser uma boa hipótese tentar juntar algumas pessoas de diferentes quadrantes, e assumidamente sem ir buscar pessoas com quem já estávamos fartos de saber que não íamos conseguir trabalhar. Não dá e portanto excluíamos X e Y [ativistas da revista Rubra e do MAS], essa malta toda. E íamos buscar alguns ativistas ou algumas pessoas que abram, que a nosso ver tinham um espírito construtivo. Esquerda, mas construtiva. E que abram. Ou seja que tenham um capital social que permita alargar. As razões pelas quais não convidámos nem X e Y é que, para além de sabermos que ia ser hiperdifícil trabalhar com eles por causa de todo o passado, também achávamos que não era um sector que abre, não chama, não abre por aí além. E foi daí. Plataforma juntando tudo o que é organizações não dá. Plataforma juntando tudo o que é ativistas também não dá. Mas ao mesmo tempo aquele sentimento de que o pessoal está cada vez mais descontente é notório, mas não sai às ruas. Vamos tentar. (...) Foi desse estado da arte e das nossas vivências. que fomos 'ok, então, vamos sem expectativa nenhuma, vamos tentar, ter uma manif. com alguma gente'. Claro que o contexto ajudou-nos a ter aquilo. Mas foi daí que me envolvi na criação do QSLT." (9 – UMAR, P15O, May Day, PI, Marcha Mundial das Mulheres, Primavera Global, QSLT)

"Foi com base na aprendizagem desses processos – P15O, Activarte, Primavera Global – mas também das pessoas que lá conheci, com as quais me revi mais, que depois se cria o grupo do QSLT e a forma de funcionamento do QSLT, etc, etc. Portanto, só agora é que uma pessoa se apercebe de que foram passitos, aos poucos e poucos." (10 – QSLT, Maldita Arquitetura, PCP)

A junção de pessoas que andavam na esfera dos grupos de ativismo surgia em sequência das anteriores experiências, os diferentes momentos, as aproximações e antagonismos, procurando reunir as que tivessem uma posição que permitisse estabelecer pontes para com outros setores e deixando de fora aquelas cujo perfil e atitude pensaram que iria inviabilizar esses laços e aproximações. Um dos membros dos PI que efetuou os primeiros contactos não veio sequer a integrar a nova estrutura. Entre os quatro elementos iniciais, dois eram ativistas dos PI, um deles membro do BE. Havia um terceiro da UMAR, que viria mais tarde a integrar também os PI, e um membro do PCP com proximidades ao setor sindical, setor cuja integração consideraram vital, algo que até aí não ocorrera. Esses quatro primeiros elementos consensualizaram depois entre si os convites a efetuar para a plataforma, que acabaria por ser constituída pelas 29 pessoas que assinaram a convocatória para a manifestação "Que Se Lixe a Troika – Queremos as Nossas Vidas", de 15 de setembro de 2012.

"Tentámos perceber bem como se podiam criar as condições para que um grupo de cabeça limpa e sem ódios pudesse fazer essa luta e posso dizer que não foi fácil. Houve muitas hesitações. Porque a nossa preocupação para além do mais era que essas três ou quatro pessoas iniciais pudessem chegar a um conjunto diverso e representativo de pessoas que podiam não por serem conhecidas, mas que pela sua expressão até quase orgânica, pela sua experiência e pelo setor com quem contactam deixassem claro que o objetivo era não uma espécie de ajuste de contas ou uma reedição de um suposto desabrochar espontâneo, mas uma espécie de coligação social entre forças realmente existentes. Porque é assim que Portugal é, apesar de pequenino, e portanto esforçamo-nos por lá ter esses." (7 – PI, P15O, BE)

"Tínhamos precisamente a noção de que tínhamos de alargar e na altura então falámos com 10 [QSLT, Maldita Arquitetura, PCP]. As primeiras conversas para ver se isto avança ou não. Nós os quatro." (9 – UMAR, P15O, May Day, PI, Marcha Mundial das Mulheres, Primavera Global, QSLT)

"Nós éramos 4: eu que fazia o papel de PC, e depois os outros três que eram dos PI, não sei se 9

[UMAR, P15O, May Day, PI, Marcha Mundial das Mulheres, Primavera Global, QSLT] era, se 8 [PI, May Day, MSE, QSLT] era ou não, mas eu percebi que ali estava só um sector muito muito curtinho do BE. E uma série de propostas que eu fiz era de gente da UDP, porque aquilo interessava abrir. Aquilo não tinha força se não abrisse um bocadinho. (...) Um dos receios que a determinada altura tive é que o QSLT pudesse ser um reflexo das guerras internas do BE." (10 – QSLT, Maldita Arquitetura, PCP)

O grupo fundador situava-se numa área de confluência entre os grupos de ativismo e os movimentos tradicionais, o que lhes permitia ter a perceção dos diferentes grupos e organizações com potencial para poderem vir a engrossar os protestos, assim como proximidades para com elementos que pudessem vir a integrar a estrutura, estabelecendo pontes com esses setores. A lógica de organização não era a de representações oficiais, mas sobretudo a da inclusão de elementos que permitissem estabelecer aproximações e laços. O que envolvia um delicado jogo de interesses, remetendo para a delimitação de áreas de influência. O ativista da área do PCP, que se encontrava em minoria face à maior presença de membros do BE, sentiu receio de que a dinâmica ficasse presa a conflitos internos desse partido, algo que procurou evitar tentando que a composição da nova plataforma tivesse um maior número de elementos de outras áreas (organizações, mas também ativistas independentes) que possibilitassem estabelecer um outro equilíbrio interno.

"Quando é formado o QSLT, há um grupo inicial de quatro pessoas, a iniciativa deverá ter sido discutida previamente nos PI, depois houve a criação de um grupo inicial, que a concretizou. Eram quatro pessoas, que fizeram uma listagem de 29/28 pessoas e eu estou nessa listagem." (13 – Attac, Portugal Uncut, P15O, Activar, Primavera Global, QSLT)

"Nós nunca reunimos, porque nunca ninguém se conseguia reunir. Trocámos muitos emails, mas não nos reunimos. Nós os 4 só nos conhecemos se calhar já em agosto. Porque eu também vou de férias. Ando a trocar emails durante as férias sobre o texto de base e sobre as pessoas que se iriam convidar para a subscrição inicial. Até agosto (...) A determinada altura tivemos que correr atrás e fui eu que fiz a ponte, porque a CGTP não sabia de nada. Tinha a lógica de poder ser antisindical e

isso foi o meu trabalho no princípio de setembro, dizer ‘isto não é antisindical, isto não é contra ninguém, isto não é contra ninguém, vamos lá trabalhar em conjunto’." (10 – QSLT, Maldita Arquitetura, PCP)

A área do PCP e da CGTP eram à partida mais distantes dos novos grupos de ativismo, com grandes receios de que as novas estruturas viessem a roubar a sua base de apoio, pelo que a tarefa de aproximação e a obtenção do seu apoio apresentava-se à partida mais complicada.

"Nós começámos a funcionar com 29, que nunca são bem 29, com as mitificas *mailing lists*, mais as reuniões no Império, num canto numa mesa de uma cervejaria. Fomos preparando a manifestação. Que se tornou muito grande dada a dinâmica do Passos Coelho." (13 – Attac, Portugal Uncut, P150, Activar, Primavera Global, QSLT)

"No final de agosto recebo um telefonema de um companheiro a perguntar-me se estava disponível para me meter noutra aventura que era o 15 de setembro. Vinha aí a Troika e achávamos que era a data exata. E era engraçado se organizássemos alguma coisa. Tínhamos 15 dias para organizar a manifestação. Não havia lugar para grandes reuniões magnas, nem para grandes manifestos. Iríamos fazer com um grupo limitado de pessoas (...) a ideia foi encontrar um conjunto de pessoas pertencentes a um largo espectro de sensibilidade. Um miúdo da Juventude Socialista – , também do SOS Racismo e a muitas pessoas sem filiação partidária, malta ligada ao PCP (...) Os contactos foram feitos a 29 pessoas, algumas delas deram mais o nome do que participaram." (12 – Indignados de Lisboa, Assembleia Popular da Graça, P150, Activar, Primavera Global, QSLT)

O novo posicionamento procurava uma aproximação às forças políticas, não perdendo a ligação aos diversos setores do meio ativista. O grupo dos 29 membros que formaram a nova plataforma integrou ativistas independentes e membros de grupos apartidários e assentes em lógicas de horizontalidade, cujo percurso no meio permitisse desenvolver colaborações com essas estruturas mas que tinham uma postura entendida como mais moderada, no sentido de não serem antipartidos,

de modo a conseguir criar-se uma base de entendimento comum dentro da nova plataforma, evitando as anteriores incompatibilizações.

"Fizemos uma lista de pessoas que achávamos que poderia ser interessante convidar, pelo espírito de esquerda construtivo e pelo leque, pelo capital social que tinham. Estabelecemos essa lista os 4. Depois fomos contactando. Dizer que alguns ativistas que nós não contactamos, nem era porque iria ser um filme trabalhar ou porque não teriam capital social, depois aí começou a colocar-se a coisa de se convidas este não convidar o outro é complicado. Tentámos ao máximo não ir tanto por capelinhas. Nós estávamos naquela que queríamos entre 20 e 30 pessoas. Não mais. Porque senão depois era demasiado para a articulação e etc. E se comesas a convidar uma pessoa de cada capelinha, pronto, só com os ativistas e com os grupos todos que existia, já está. E não era esse o objetivo, era tentar mesmo chegar a outra malta, desde pessoal de sindicatos como artistas que não estão em nenhum movimento. Ou pessoal que não é ativista, mas que tem outro capital social e que chega a outras esferas. Fizemos uma lista com nomes consensualizados entre nós os quatro e fomos contactando. Houve vezes em que o X [ativista dos PI e do BE e que foi um dos quatro primeiros elementos] surgiu um ou outro nome em que algum de nós disse não, houve vezes que o X ou 8 [PI, May Day, MSE, QSLT] sugeriram um outro nome e o 10 [QSLT, Maldita Arquitetura, PCP] disse que não. Foi consensualizado entre nós. E depois fomos fazendo os convites, o texto, o lema e avançámos. Isto tudo em 20 dias, mais ou menos três semanas." (9 – UMAR, P150, May Day, PI, Marcha Mundial das Mulheres, Primavera Global, QSLT)

Tal como já acontecera um ano antes com o arranque da P150, os primeiros passos foram dados no verão, coincidindo com um período em que muitos se iriam encontrar ausentes de Lisboa, acabando as reuniões por só arrancarem já por altura do final do mês de agosto.

"No final de junho três pessoas juntam-se num jardim interior em Lisboa. Não são pessoas estranhas ao ativismo político, à contestação à austeridade ou à organização de manifestações (...) Rapidamente iniciam uma série de contactos que acabariam por constituir a convocatória da manifestação. Como base para estes contactos estabelecem uma data concreta, 15 de setembro, e

como objetivo de curto prazo a escrita de um texto convocador. A data nada tem de inocente. 15 de setembro é durante a 5ª avaliação da Troika, quando o governo é obrigado pelos credores internacionais a introduzir mais medidas de austeridade." (Camargo, 2013: 78, 79)

O anterior relato – extraído do livro "Que Se Lixe a Troika", de autoria de João Camargo, membro dos PI e do BE, que integrou o QSLT – justifica a escolha da data com o período em que o Governo teria de introduzir novas medidas de austeridade, o que aliás veio a verificar-se. Mas essa escolha da data, que já estava assente logo nos primeiros contactos, gerou grande desconfiança entre os elementos fundadores.

A heterogeneidade, e o facto de integrar pessoas de áreas com interesses que facilmente se sobrepunham, contribuiu para que logo de início tivessem surgido desconfianças que se manifestaram relativamente à decisão da data da manifestação. Com o militante do PCP e os independentes a suspeitarem que escolha do dia 15 de setembro para a realização das manifestações teria sido pré-determinada pelo BE.

"Aquilo para nós era fundamental começar em setembro, porque tínhamos a noção, como o Passos Coelho já tinha dado a entender, que iria anunciar mais medidas de austeridade (naquela altura), era fundamental tentar começar com um protesto mais ou menos forte." (9 – UMAR, P15O, May Day, PI, Marcha Mundial das Mulheres, Primavera Global, QSLT)

"Eu não subscrevo o documento inicial porque me irrita a determinada altura, porque uma semana a seguir ter-se-ia feito uma manifestação maior (...) Percebi que estava determinado de cima, que ia ser 15 de setembro e que não estava em discussão entre os 4. Aliás percebo numa determinada altura, porque mando um email a dizer 'nós em termos de datas, vamos dar aqui um bocadinho mais de tempo, passar para uma outra semana' e 8 [PI, May Day, MSE, QSLT] diz logo 'também acho'. Passado um bocadinho o 11 [PI, P15O, QSLT, BE], que já tinha substituído X [ativista também dos PI] diz 'não, está decidido'. Numa daquelas intervenções dele com os pés, mesmo à bruta, o que ele a seguir reconhece. 9 [UMAR, P15O, May Day, PI, Marcha Mundial das Mulheres, Primavera

Global, QSLT] logo a seguir a inscrever. E depois 8 que claramente teve um telefonema de 11, a dizer 'não, não percebi bem, tem mesmo de ser 15 de setembro'. Depois, eu soube que também já havia uma coisa organizada pelo BE no fim-de-semana a seguir, portanto não dava jeito nenhum para o bloco. E eu percebi que aquilo era o BE que estava a marcar aquela data. E disse, 'eu não inscrevo essas merdas quando é o meu partido, quando vêm as coisas de cima assim à bruta, também não inscrevo, mas vamos lá trabalhar nisto'." (10 – QSLT, Maldita Arquitetura, PCP)

"Há ali uma coisa muito estranha e que por acaso acertou em cheio, mas que para mim era muito confusa. Porque nós fomos convidados, mas chegámos lá e já estava decidido o dia da manifestação. Mas porquê nesse dia? Nós tínhamos vindo de manifestações com mil gajos e uma manifestação com mil gajos seria um passo atrás e não um passo à frente. Nunca chegámos a perceber porque é neste dia? Percebia-se que havia uma agenda anterior. Que envolvia aquele grupo, mas provavelmente outros. Provavelmente os PI. Eu manifesto-me nesse dia no Chiado, completamente contra aquela data. Nada me fazia prever que tivéssemos uma grande manifestação no 15 de setembro e achava que a gente devia pensar no assunto, podia até ser no 15 de setembro, faltava menos de um mês, mas aquilo fica." (13 – Attac, Portugal Uncut, P150, Activar, Primavera Global, QSLT)

A suspeição em relação à data pré-determinada leva mesmo o elemento fundador do PCP a não manifestar o seu apoio ao evento. Estando numa posição minoritária e sendo de um partido que encarava com desconfiança e ceticismo a nova plataforma e a sua forma de funcionamento, encontrava-se numa posição de maior vulnerabilidade, o que o levou a ele próprio desconfiar do QSLT, recuando parcialmente face aos receios de estar a ser manipulado. Apesar disso, nunca chega a afastar-se da organização da manifestação, e o sucesso que esta virá a ter afirma a nova plataforma, levando-o mais tarde a rever a sua posição.

"No grupo de 30 a maior parte eram independentes – nós fomos acusados de tudo, primeiro que éramos do BE, depois do PCP, depois que não éramos, que éramos correias de transmissão deste e daquele. Na verdade, havia pessoas do BE, havia um dirigente nacional do BE, o resto eram

simpatizantes, um da JS, um de uma assembleia municipal que é um independente ligado ao PC, um outro do PCP, o resto pessoas independentes que nem sei em que é que votam mas que não são de partidos. Havia a Attac, 9 [UMAR, P15O, May Day, PI, Marcha Mundial das Mulheres, Primavera Global, QSLT] que é da UMAR e que não sendo do BE é simpatizante. Mas foi um bocado o contrário da P15O, que foi feita em torno destas organizações para elas fervilharem. Aqui a ideia foi juntar pessoas que se entendem minimamente e são capazes de dialogar, mas que têm visões diferentes da situação." (12 – Indignados de Lisboa, Assembleia Popular da Graça, P15O, Activar, Primavera Global, QSLT)

Os diferentes membros do QSLT vão sentir com maior intensidade as críticas das respetivas áreas de onde provém. A nova estrutura afastava-se da lógica de funcionamento de grupos como os Indignados de Lisboa, mas integrava elementos que haviam feito parte desses grupos (como é o caso do último ativista citado) aqueles com os quais se considerava ser possível criar uma base de entendimento, ou seja que tinham uma posição apartidária, mas não antipartidária. Colocados num campo de atuação cruzado, os ativistas terão um papel ativo na tentativa de influência recíproca dos diversos grupos e plataformas que integram. Uma dinâmica que por vezes os leva a penderem mais para algum deles em detrimento de outro, no limite abandonando-o por essa múltipla pertença se revelar demasiado desgastante ou mesmo incompatível.

"Penso que eu e M éramos os únicos do PCP. Eu propus M, mas só muito tempo depois é que percebi que era militante do PCP, porque é um militante também muito de fora, que não circula por dentro do partido." (10 – QSLT, Maldita Arquitetura, PCP)

"A articulação fazia-a eu com a CGTP até me chegar um telefonema de uma camarada dos sindicatos a dizer 'olha, pára lá de fazer os teus telefonemas, está bem?!' Como a dizer: 'Estás aqui na lista'. Portanto, eu aí tive de mudar. Isso foi uma coisa que para mim também foi importante neste processo. Sentiu-se que a determinada altura nós também estávamos, como é natural, vigiados. E isso é uma coisa que também aperta. Que assusta." (10 – QSLT, Maldita Arquitetura, PCP)

O destaque que o QSLT irá ganhar fará surgir pressões várias sobre os seus membros, o que é ainda mais acentuado por se situarem num campo cruzado de multi-pertenças, numa disputa de fidelidades, dentro da qual irão tentar influência para as várias organizações que integram, de modo que se possam encontrar num campo de confluência e de interesses comuns. A grande heterogeneidade do QSLT irá tornar essa tarefa ainda mais difícil, com a estrutura a ficar no meio dessa complexa teia de interesses e das diversas desconfianças e acusações vindas do exterior.

"O grupo final, que lança a manifestação a 27 de agosto, é composto por 29 pessoas. Não são apartidários. Não são apolíticos ou antipolíticos (...) no grupo estão militantes e simpatizantes do Bloco de Esquerda, Partido Comunista Português e Partido Socialista, assim como estão pessoas sem qualquer ligação com forças partidárias. Estão presentes ativistas ligados à economia (ATTAC), ao trabalho (PI, Professores Contratados e Desempregados, Comunidária), à luta antidiscriminação (SOS Racismo, Plataforma Gueto, Panteras Rosa), ao feminismo (UMAR), à luta contra a pobreza e pelo desenvolvimento." (Camargo, 2013: 80)

A narrativa do livro "Que se Lixe a Troika" procurava atenuar essas desconfianças, definindo o posicionamento do QSLT. Primeiro apresentando os seus membros como não sendo apartidários ou apolíticos, o que surgia em contraste com a situação do grupo da GAR, que suscitara inúmeras críticas entre o meio. Em seguida como não sendo antipolíticos, o que aparecia em contraponto com um dos grandes receios por parte das organizações políticas tradicionais – que as novas mobilizações levassem à contestação da democracia parlamentar, o que era também alimentado pela grande influência de princípios próximos do anarquismo entre as novas dinâmicas de ativismo. Algo em relação ao qual o texto assume uma posição de demarcação. Depois refere a existência de membros dos três partidos de esquerda com assento parlamentar, pelo que corresponde, de forma decrescente, à proporção de cada um dentro da estrutura. Para em seguida frisar a existência de pessoas sem qualquer ligação aos partidos, antes de terminar com uma descrição dos grupos presentes. Começando pela ATTAC, organização que se situa ainda na sobreposição entre os partidos de esquerda e o ativismo, passando depois para os grupos de

ativismo da área do combate a questões laborais, à margem dos sindicatos, nomeadamente a defesa dos trabalhadores sem vínculos contratuais e desempregados (PI e Professores Contratados e Desempregados), entre os quais se encontram em situação de ainda maior vulnerabilidade as mulheres imigrantes (Comunidária) e por último com os grupos vindos das áreas temáticas dos Novos Movimentos Sociais, as da defesa de minorias étnicas (SOS Racismo e Plataforma Gueto) e dos direitos das mulheres (UMAR).

O autor procura assim apresentar o QSLT como uma estrutura que abarca desde os partidos de esquerda até aos dos Novos Movimentos Sociais, área onde o ativismo político conheceu anteriormente maior dinamismo, nomeadamente com a representação deste grupo nos Fóruns Sociais Mundiais (que em Portugal conheceram duas edições) surgidos em sequência dos protestos da alter-globalização.

"Participei ativamente no QSLT, sempre com a ideia de construir plataformas abrangentes, que permitissem construir maiorias sociais que representassem, mesmo que implicitamente, vários setores (...) O 15 de setembro teve uma aprendizagem com os anteriores. Contacto de pessoas com bastante confiança entre si, o que já se sabia da experiência prévia de trabalho." (11 – PI, P150, QSLT, BE)

O QSLT surge assim como um grupo fechado ao qual apenas se aderiu por convite, o que irá criar ressentimentos entre os ativistas de outros grupos que não foram integrados, dentro de um clima de rivalidade e disputa pelo controle do novo campo de convocação de grandes manifestações.

"Agora olhando para trás, acho que aquilo foi uma construção feita para acabar com o papel que o 15 de outubro desempenhava, mais aberto, plural, em que eles não conseguiam passar as suas... porque por exemplo a dada altura no 15 de outubro, logo a seguir à manifestação, eles não queriam manifestações em São Bento, o pessoal do BE, queriam sempre para outros sítios. E nunca conseguiam porque durante esse processo as manifestações iam sempre para São Bento. E a partir

dali eles conseguiram através desse chamado." (17 – Ruptura-Fer [atual MAS], P15O, Primavera Global)

"Do meu ponto de vista, havia dois aspetos que eram novidade em relação aos anteriores, em relação ao 12 de março não era uma cena marcadamente de anti-tudo, de um grito de uma geração, muito emotiva, que é muito engraçado, mas que fazia estar no 12 de março ao lado dos *skinheads*, ao lado dos que diziam morte aos políticos, os que diziam é outro Salazar. Tinha de tudo como na farmácia, sendo um grito de indignação não era uma indignação contra ninguém. Não tinha nenhum projeto político. E desse ponto de vista, o 15 de setembro aparece com um documento, com os seus defeitos, qualidades, com o seu estilo próprio, mas é um documento que tem um conjunto de coisas muito afirmativas do ponto de vista político.

A segunda questão era a de ser um grupo fechado, que acho que era uma ressaca do 15 de outubro, que eram uns pseudogrupos abertos, que na prática não são mais de que somatórios de grupúsculos partidários ou protopartidários que se juntam e que impedem a participação de toda a gente. Porque não há ninguém que não esteja nessas estruturas que tenha capacidade de aguentar reuniões intermináveis em que se inscrevem seguidos, para dizer a mesma coisa sem ouvirem os outros, sem nenhuma preocupação de consensualizar. E depois vota-se por maioria e portanto mobilização de grupos. Era uma cena absolutamente autofágica que destruía qualquer possibilidade de construir coisas, mais valia cada grupo estar no seu lado a construir as suas coisas. O facto de ser uma cena fechada e politizada era uma diferença. Depois havia uma outra coisa que era no fundo a resolução da contradição de ser fechado e de ao mesmo tempo querer a participação de todo o mundo, nós não afirmávamos que representávamos a totalidade das pessoas e do movimento social. E isso dava-nos alguma legitimidade democrática, nós temos legitimidade de fazer o que bem nos apetece fazer. Quem quiser vai. Não impomos palavras de ordem, nem bandeiras. A manifestação tem estes limites, balizas políticas, mas dentro delas há miríades de posições possíveis, e desse ponto de vista foi uma diferença." (13 – Attac, Portugal Uncut, P15O, Activar, Primavera Global, QSLT)

Esta última perspetiva provém do ativista que no anteriormente passara pelo PCP e BE e que defende o modo de funcionamento do QSLT como um compromisso que mantém parte do modo de

funcionamento existente na Acampada (a ausência de hierarquias), mas tornando-se num grupo fechado, o que possibilita uma maior definição de um posicionamento político concreto e escapar às lutas entre grupos que se tinham antagonizado.

O QSLT irá depois estabelecer também contactos com esses grupos, procurando desenvolver algumas colaborações no sentido de os integrar também nos protestos que irá convocar. Com uma lógica de alargamento a um leque diversificado de áreas, a nova plataforma surge numa zona de confluência de várias forças e grupos e essa grande teia de relações irá também refletir-se na complexidade das relações interpessoais no QSLT. O local, a data, o texto da convocatória, tudo são elementos de eventual disputa de interesses.

"Achei que aquilo estava um bocado perdido, sem estruturação suficiente para ter impacto e muito envolvido... Grande parte das dificuldades da organização política são coisas que têm a ver com posicionamentos políticos e ideologias sem dúvida, mas muitas vezes também têm a ver com dificuldades de relações interpessoais, de gestão de egos, de disponibilidade que cada pessoa tem num determinado momento, alguém que está desempregado e depois deixa de estar e deixa de aparecer..." (14 – Portugal Uncut, IAC, P15O, QSLT)

Para muitos daqueles que tinham uma experiência anterior em partidos políticos ou de organizações com estruturas mais definidas, como é o caso do autor do último comentário, o modo de funcionamento e as dinâmicas do QSLT são encaradas como disfuncionais, posicionando-se logo à partida algo equidistante e cético em relação a este modo de organização.

Numa ação destinada a promover as manifestações, a 6 de setembro, membros do QSLT deixam "malas velhas, sacos e outras bagagens" junto à sede da representação permanente do FMI em Portugal, na Avenida da República, em Lisboa. A *flashmob* das "malas à porta" do FMI não é bem sucedida, pois não consegue o destaque mediático pretendido (Camargo, 2013: 84).

As manifestações foram organizadas com muito pouco tempo de antecedência e o QSLT não chega sequer a levar a cabo muitas ações para a sua divulgação. O grande impulso virá quando a 7 de setembro o primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, anuncia a criação da TSU, que aumentaria a

contribuição para a Segurança Social exigida aos trabalhadores do setor privado para 18% e desceria a exigida às empresas também para 18%, colocando ambos no mesmo patamar de contribuição. O anúncio da TSU cria um enorme descontentamento social, fazendo disparar o número de adesões no Facebook à manifestação.

A um nível mais próximo, a plataforma desenvolve também esforços ao longo da última semana antes do evento para envolver os restantes grupos de ativismo, tendo decorrido um encontro no RDA onde explicaram o modo como haviam organizado o evento, justificando o funcionamento dentro de um grupo pequeno como forma de poupar tempo (Baumgarten, 2016: 175).

Poucos dias antes do protesto, as comissões de trabalhadores da RTP e da AutoEuropa, assim como a de oficiais das Forças Armadas, vão aderir à vaga de adesão, manifestar também o seu apoio (Camargo, 2013: 89).

"Depois das declarações do Passos Coelho temos a perceção da dimensão. Às tantas já não somos nós a convidar. Aquilo chega aos 400 mil convites, centenas de milhares a dizer que vão. As organizações locais pelo país que tb não somos nós a pegar. E as reações de gajos que vão à pagina do Passos Coelho insultá-lo. Um nível de violência...." (13 – Attac, Portugal Uncut, P150, Activar, Primavera Global, QSLT)

O impacto da medida gera uma vaga de adesão muito abrangente entre a população, indo muito para lá das áreas de influencia presentes no QSLT, com o distanciamento das redes sociais da Internet, com o seu semianonimato a contribuir para o livre extravasamento do ódio espoletado contra os responsáveis políticos⁴⁶.

O protesto contou com convocações para 42 pontos do país. Em Lisboa, o desfile rumou da Praça José Fontana até à Praça de Espanha, que ficou repleta. A forma extremamente precária da organização contrastava com a inédita dimensão que a manifestação atingira.

⁴⁶ O discurso informal entre amigos ou colegas apresenta uma maior liberdade (Scott, 1990: 160) e as redes sociais da Internet parecem transpor essa menor ausência de constrangimentos para um espaço de maior exposição e confrontação. A partilha em círculos próximos contribui facilmente para quebrar o receio de proferir posições de afirmação perante um público mais alargado. Um efeito que contribui para que mais facilmente se desafie também as perspetivas hegemónicas.

"Nós não tínhamos estrutura nenhuma, não tínhamos palco (...) A declaração foi lida em cima da carrinha. Nós perdemos horas infundáveis para aquela declaração e ninguém a ouve, nem a comunicação social transmite. Depois há as reações à manifestação. Decidimos continuar, mas com geometria variável. Há umas iniciativas que subscrevemos, outras que não." (13 – Attac, Portugal Uncut, P150, Activar, Primavera Global, QSLT)

"Tínhamos apenas uma carrinha pequenina, uma faixa, dois megafones e uma coluna de som com uns cem metros de alcance. Nem conseguimos depois, face àquele galopar de gente, fazermos ações que tínhamos previsto. A manifestação era mais performativa e acabou por cair tudo, porque era impossível. A cabeça da manifestação foi ultrapassada. A manifestação do 15 de setembro ia à frente com o polícia que me disse para irmos mais devagar porque senão chegávamos lá daqui a 10 minutos. Mas era impossível conter aquele índice de gente." (12 – Indignados de Lisboa, Assembleia Popular da Graça, P150, Activar, Primavera Global, QSLT)

"A meia hora do início do protesto, os subscritores, que ficarão à cabeça da manifestação, têm de conseguir sair do meio da Praça José Fontana, onde desde as 15h se concentravam, com uma faixa de 6 metros que dizia: 'Que Se Lixe a Troika, Queremos as nossas Vidas!'. Deslocam-se para a Avenida Vieira da Silva. A multidão atrás começa a empurrar. É gente a mais para tão pouco espaço. Arranca a manifestação (...) Subindo a Avenida da República, a manifestação chega a meio, ao nº 57, a sede do Fundo Monetário Internacional, um dos grandes objetivos deste protesto. O planeado era parar, a massa humana que desce a avenida não se detém, embora à passagem pelo local os assobios sejam monumentais e as palavras de ordem se voltem todas contra a Troika e o FMI; 'Fora, fora, fora daqui! A fome, a miséria e o FMI!'. Vários manifestantes atiram petardos, garrafas e tomates à porta do edifício." (Camargo, 2013: 92)

Os ativistas transpõem para a situação parte do repertório do passado, com o recurso a slogans do tempo das anteriores intervenções do FMI em Portugal, nos anos 1970 e 1980, o que

joga com a memória coletiva, estabelecendo uma conexão com um passado de maior dinâmica das contestações na área da esquerda.

Tal como acontecera com os promotores das manifestações da GAR, os membros do QSLT veem-se subitamente no meio de um evento que espoletaram mas que os ultrapassa largamente, tendo-se tornado algo gigantesco. A multidão que os rodeia leva-os a experimentar sensações de grande intensidade e inebriamento.

"No dia 15 de setembro andei o dia todo a um metro do chão. É aquele momento em que tu sentes que contribuíste para fazer história." (8 – PI, May Day, MSE, QSLT)

"Lembro desde coisas como quando vou reunir com a polícia, que eles levantam-se, apertam-me a mão e dizem: 'Vai ser uma grande manifestação' e eu a olhar para os gajos. Depois perguntam-me nós temos que ver coisas de segurança, 'está previsto haver políticos?'. 'Pode ir quem quiser, toda a gente, até o Passos Coelho' e dizem 'ah esse não o queremos lá'. E depois quando arrancamos com milhares de pessoas à nossa frente a polícia diz-nos 'têm de ir mais devagar, vocês têm que entrar nos diretos dos telejornais'." (13 – Attac, Portugal Uncut, P150, Activar, Primavera Global, QSLT)

As declarações do polícia, que inesperadamente sai do seu papel institucional de agente do Estado responsável pela manutenção da ordem pública para tomar posição a favor da manifestação e contra o chefe de Governo (recorrendo também ao uso estratégico do repertório de protesto, com a necessidade de sincronização com o horário dos principais noticiários televisivos), reforça o sentimento do tremendo apoio que o protesto alcançara.

À indignação face ao anúncio da TSU juntou-se à receptividade a protestos convocados de forma autónoma em relação às forças políticas tradicionais. A vivência dos grandes protestos da GAR ainda estava muito presente, levando a que a 15 de setembro de 2012 tenham ocorrido as maiores manifestações realizadas desde o 25 de Abril, tendo surgido na rua uma parte da população que não costumava aderir a protestos. Os números do QSLT referidos pelos *media* apontam para

que só em Lisboa 500 mil pessoas se tenham manifestado (Teixeira da Silva, 2012: 2) O consenso em torno da contestação às medidas anunciadas acabava, de certo modo, por atenuar a crispação, e as imagens que ganharam destaque de uma manifestante a abraçar um polícia seriam difundidas como um idílico símbolo dessa "revolta pacificada".

Mas enquanto na Praça de Espanha o ambiente foi dominado por essa carga mais amena, os manifestantes que não se reviam nesse posicionamento, entre os quais ativistas de grupos não integrados no QSLT – como o MAS, o Indignados de Lisboa e o RDA – acabaram por conduzir um outro desfile que dali seguiu para a frente da Assembleia da República, numa atitude simbólica de maior confrontação em relação ao poder político, onde viriam a ter lugar alguns distúrbios.

"Naquela altura nós fomos lá para a Praça de Espanha e depois houve pessoal que foi para São Bento nesse dia. Nós fomos para a Praça de Espanha, eu cheguei a ir ao pé da carrinha [do QSLT] dizer que eles deviam abrir o microfone às pessoas, eles disseram que não, marimbaram-se. E depois, no final, montes de gente à nossa volta vinha dizer 'temos que ir para São Bento, temos que ir para São Bento não podemos estar aqui'. O MAS levava um [sistema de] som, ia montes de gente dizer isso à carrinha do MAS. Nessa altura começámos a dizer através da carrinha de som 'vamos para São Bento'. Esse dia foi muito louco, eu e X [outro membro do MAS] andávamos a ser filmados para aquele documentário e então os jornalistas andavam lá connosco a filmar. E eu fiquei muito orgulhosa nesse dia, porque foi o pessoal do MAS. Não estou a dizer isto a puxar a minha bandeira, mas até foi o pessoal mais velho que se apercebeu. Eu na altura nem estava ao pé do carro. Vejo o carro do MAS a dar a volta à Praça de Espanha e de repente há montes de gente a seguir o carro. Depois até vieram os jornalistas ter connosco porque nós andávamos com o microfone a ser filmados e disseram 'isto foram vocês' [do MAS]. Entretanto, foi surreal, começaram a vir umas 15 mil pessoas atrás do carro no meio do trânsito – seguiu pela Praça de Espanha. O pessoal ia no meio dos carros, a polícia não estava a contar com aquilo. Lembro-me de que o pessoal ia à frente e mandava os carros parar. Chegámos ao Marquês de Pombal, as pessoas no meio do trânsito, os carros a apitar, o pessoal eufórico aos saltos, gente que eu não conhecia de lado nenhum. Aquilo foi mesmo uma loucura. Depois, fomos outra vez para São Bento. Em São Bento tentou-se fazer uma assembleia popular, mas aquilo, esquece lá, o pessoal começou logo a atirar coisas. O pessoal já queria discutir, já estava com aquela raiva em relação à cena do

parlamento." (17 – Ruptura-Fer [atual MAS], P15O, Primavera Global)

A descrição é de um dos elementos de um casal que estava a ser filmado na ocasião para um documentário televisivo em que surgiam como exemplo dos novos ativistas. A circunstância de estarem apresentados como tal terá contribuído para reforçar o seu empenhamento em assumi-lo, pretendendo ter acesso ao microfone da organização do QSLT para poderem também intervir perante a multidão presente na Praça de Espanha. Tendo-se visto impossibilitados de o fazer, tomaram a iniciativa de procurar descentrar a manifestação para outro polo, seguindo com a carrinha do seu partido para a Assembleia da República. Também neste caso, o impacto das suas ações na condução dos manifestantes levá-los-ia a guardar memórias intensas e gratificantes.

"O 15 de setembro foi muito estranho, porque o discurso oficial diz que foi uma grande manifestação pacífica. No entanto, houve largas centenas de pessoas a saírem da Praça de Espanha e a dirigirem-se até à Assembleia da República, e aquilo foi a primeira vez que eu vi confrontos a sério na Assembleia da República. Estavam muitos jovens de bairros sociais e coisas assim e lembro-me daquilo estar assim bastante duro lá. Não era um clima de manifestação. Parecia quase assim um clima de Santos Populares às cinco da manhã, mesmo violento." (15 – P15O, QSLT)

No caso do relato do ativista independente que integrava o QSLT, o desvio de parte dos manifestantes para junto da Assembleia da República é encarado numa perspetiva mais negativa, com a carga de violência associada a um desvirtuamento do teor político do protesto, recorrendo para tal à comparação com as comemorações dos Santos Populares, festividades associadas ao modo como o regime do Estado Novo em Portugal conseguia desviar os populares de iniciativas de contestação política.

"A cena da manifestação também tinha que ver com uma história. Não vamos para a Assembleia da República porque tínhamos consciência, não só de que a manifestação é maior, mas que aquela dinâmica de ir para lá afunila o movimento. Impede as pessoas de participar. São questões que se

mantêm atuais. Uma manifestação quando é grande é uma manifestação de força, não de radicalidade e se for de radicalidade tem de ter a maioria da manifestação nessas ações. Que qualquer manifestação de radicalidade feita por uma minoria feita no quadro de uma grande manifestação apenas contribui para pôr menos gente na próxima e para que o que passe da manifestação seja apenas aquele aspeto. E ainda hoje vemos que quando recuperam as imagens do 15 de setembro, não são as imagens da Praça de Espanha, mas aquilo que aconteceu na Assembleia da República que já não estava no quadro do 15 de setembro, foram pessoas que decidiram ir para lá. Depois há uma espécie de lapso de Pavlov, de partes do movimento, em que tudo é igual, tem que se ir sempre para Assembleia, tem que ser sempre microfone aberto para eles porem 20 gajos a falar. Depois há outra parte que confunde a estética com o facto. A gente temos que ser radicais, mesmo que isso não signifique nada e não tenha nenhum efeito sobre o poder. A gente decide ir para um percurso diferente." (13 – Attac, Portugal Uncut, P150, Activar, Primavera Global, QSLT)

A potencialidade de violência das manifestações junto à Assembleia é encarada negativamente do lado do QSLT, também pela perceção de que isso não correspondia à atitude pretendida pela larga maioria dos manifestantes, e como tal seria uma opção pouco eficaz. A par da maior ou menor carga de confrontação, as variações de repertório surgem associadas à simples necessidade de afirmação e distinção dos grupos e estruturas entre si.

O impacto da manifestação levou o QSLT a avançar logo nesse dia com a convocatória de uma nova iniciativa para o fim de semana seguinte, numa tentativa de continuar a interagir com a vaga de protesto, fazendo-a confluir para um evento político acabado de anunciar – a reunião do conselho de Estado.

"Nunca imaginámos que aquela manifestação ia ser como foi, nem dar continuidade àquele grupo enquanto movimento. Pensámos mesmo em [apenas] organizar aquilo e ponto final. De repente, depois de uma manifestação daquela dimensão, não dá para parar. E depois houve o protesto do Cavaco em Belém, que foi decidido duas horas antes da manifestação do 15 de setembro, nós não tínhamos sequer pensado nisso. 10 [QSLT, Maldita Arquitetura, PCP] ouve uma coisa na rádio a dizer que é muito possível que o Cavaco convoque um conselho de estado. E duas horas antes da manifestação disse 'É pá, é de

aproveitar'. Não foi muito consensual, foi muito em cima da hora, mas avançámos." (9 – UMAR, P15O, May Day, PI, Marcha Mundial das Mulheres, Primavera Global, QSLT)

A ideia da ação seguinte foi dada pelo ativista do PCP, que havia decidido não assinar o manifesto mas se manteve ligado à organização do mesmo e que, impelido pelo sucesso alcançado, aproveita o anúncio do Conselho de Estado para procurar fazer confluir os apoios para esse novo protesto. A ativista refere o modo como essa reação quase imediata entrou em choque com as supostas regras de funcionamento do QSLT, algo que foi contudo desvalorizado pelas circunstâncias e pelo resultado obtido.

A iniciativa gerada no momento da manifestação do 15 de setembro consegue alguma adesão, ainda que os números apresentados pelos diferentes testemunhos tenham diferenças significativas.

"E a seguir o balão não desinchou logo, houve uma [manifestação por ocasião] do Conselho de Estado, convocado pelo QSLT. Não foi um segundo 15 de setembro mas estava muita gente – umas 10 mil pessoas. Menos de uma semana depois vai tudo para Belém e aparece aquela coisa do Acordai... Acho que o Acordai começou no Porto e depois pessoas quiseram vir a Lisboa no dia do Conselho de Estado..." (8 – PI, May Day, MSE, QSLT)

"A 21 de setembro, durante a reunião do Conselho de Estado em Belém, decorre pela noite dentro uma concentração com cerca de 10 mil manifestantes, convocada pelos organizadores do 15 de setembro [QSLT] num cenário em que coexistem vaias, cantigas, petardos, detenções efetuadas por agentes à paisana, apelos ao pacifismo, insultos a dirigentes partidários que intervinham em direto na televisão, e muita polícia." (Antipáticas, 2013: 21).

"Manifestação de 21 de setembro, em que participaram algumas dezenas de milhares de pessoas, frente à residência oficial do presidente da república, durante a realização do Conselho de Estado".

(Camargo, 2013: 99)

"Vários milhares pediram a demissão do Governo durante horas, enquanto decorria o Conselho de Estado. O tom já não era só de espanto e contentamento. Várias pessoas foram detidas pelo arremesso de petardos. O micro providenciado pelos PI foi várias vezes ocupado por arremedos nacionalistas entoando o hino. Por alguns momentos, ouviram-se palavras de ordem homofóbicas, muito queridas dos militantes de extrema direita que connosco conviviam – com algum arrojo – naquele espaço onde as esperanças maiores se situavam à esquerda". (Louçã, 2017)

O ativista do QSLT e membro do BE recorda neste texto o entusiasmo pela onda de adesão aos protestos que então se vivia, com a indefinição política da contestação a permitir que elementos da extrema-direita procurassem canalizar a manifestação para o seu ideário.

Ainda antes do Conselho de Estado, quatro dias depois da primeira manifestação do QSLT, o primeiro-ministro deu os primeiros sinais de recuo na TSU, tendo indicado a sua disponibilidade para discutir com os parceiros da concertação social a substituição da taxa por outras medidas, o que veio a concretizar-se. A desistência da TSU surgiu como um claro sinal da eficácia da pressão social obtida pela gigantesca manifestação, alimentando os apoios a novos protestos e contribuindo para a afirmação da nova plataforma.

No fim de semana seguinte seria a vez de a CGTP promover o "Terreiro do Povo", convidando "todos os indignados" a juntarem-se ao seu protesto contra as medidas de austeridade, no Terreiro do Paço em Lisboa. Membros do QSLT estariam presentes declarando o seu apoio, numa clara iniciativa de aproximação. A manifestação que decorreu apenas em Lisboa teve grande adesão, mas não conseguiu o nível do protesto da semana anterior. Cerca de 100 mil pessoas foi o número avançado pelo Correio da Manhã (Pina, 2012: 30). Mas é preciso notar de onde provém os vários números, que em nenhum dos casos têm base de fiabilidade. Neste caso, trata-se da estimativa efetuada pelo jornal e não de um número avançado pelos organizadores. Mais uma vez, alguns manifestantes foram depois colocar-se diante da Assembleia da República (Antipáticas, 2013: 21) para aí replicarem o protesto. Algo que se repetiria na semana seguinte, no Dia da Implantação da República.

"Uma semana depois, no 5 de outubro, dão-se vários incidentes nas cerimónias oficiais da implantação da República, e uma manifestação convocada anonimamente pela Internet, sob o lema 'Invasão ao Parlamento', reúne 500 pessoas. Volta a haver confrontos e lançamento de petardos, sendo detidas cinco pessoas após o derrube das grades que impedem o acesso às escadarias". (Antipáticas, 2013: 21)

Este período marcou o arranque da segunda e última fase das grandes manifestações dos protestos anti-austeritários, com o QSLT a surgir como um elemento que levaria as iniciativas autónomas dos grupos de ativismo para uma área de confluência com estruturas tradicionais. O que está em causa é um processo de redefinição de fronteiras entre grupos em disputa e respetivos objetivos (Tarrow, 2007: 34) algo que não seria simples, nem linear, com as diferentes partes a tender conduzir as mobilizações para os campos que lhes eram mais favoráveis.

5.6. Da manifestação "Cultura é Resistência" até aos Cercos ao Parlamento, o aumento da tensão e do risco de confrontos

O entusiasmo gerado pela dimensão da manifestação de 15 de setembro levou a "aparecerem de vários lados, várias pessoas a quererem fazer coisas" [8 – PI, May Day, MSE, QSLT] com o QSLT. Do meio cultural, vieram algumas figuras que avançaram para a organização de uma manifestação que contasse com a atuação de uma série de artistas que ajudassem a mobilizar no combate às medidas de austeridade (página do Facebook do evento Cultura é Resistência, 2012).

"No âmbito do QSLT falou-se disso, de avançarmos ou não. Não era muito consensual. Algumas pessoas tinham dúvidas, se nos deveríamos estar a dispersar ao organizar o concerto. Mas como houve algumas pessoas que se mostraram disponíveis para arregaçar as mangas..." (9 – UMAR, P150, May Day, PI, Marcha Mundial das Mulheres, Primavera Global, QSLT)

"Estive em algumas reuniões [de preparação da manifestação] dos Intermitentes do Espectáculo com quem fizera um protesto no Rossio, chamava-se Artistas e Públicos Indignados" (12 – Indignados de Lisboa, Assembleia Popular da Graça, P15O, Activar, Primavera Global, QSLT)

"Esse processo foi muito engraçado. Começou-se a falar em fazer um concerto, uma manifestação cultural, e a coisa foi muito rápida a ser concretizada." (6 – M12M, QSLT, CENA)

O ativista membro do PCP aponta que o BE procurou dominar a iniciativa, que daria também lugar a outro desentendimento interno na plataforma, novamente por uma questão de desconfiança em torno de influências partidárias, nesse caso relativamente ao PS.

"Basicamente eram os PI que faziam a relação com a manifestação. A determinada altura o BE domina o 13 de outubro (...) O 13 de outubro foi uma coisa muito plural em termos dos atores... mas controladíssimo pelas organizações do BE que meteram todos os seus quadros a trabalharem para aquilo." (10 – QSLT, Maldita Arquitetura, PCP)

"No processo de 13 de outubro houve um desentendimento com um tipo próximo do PS, que era um tipo importante do ponto de vista de trabalho, um gajo que era um moiro de trabalho e nos dava muita infraestrutura. Acho que a questão teve mais a ver com o feitio de 11, mas havia um problema político, porque ele pretendia baixar o tom contra a Troika e aumentar o tom contra o Governo, o que permitia atrair outros sectores. E para nós isso não era negociável. Depois verificou-se que não era tanto assim, porque ele assinou o documento contra a Troika e agora está outra vez na coisa, mas a questão não era negociável porque a nossa questão não era a mera substituição do Governo era desta política e aí há um conjunto de ações." (13 – Attac, Portugal Uncut, P15O, Activar, Primavera Global, QSLT)

O comentário do ativista independente remete para os jogos de poder internos, associando o

posicionamento do QSLT à sua marca identitária inerente, que se situaria mais à esquerda do que o PS, não disponível para qualquer espécie de pacto com as instituições financeiras que formavam a Troika.

Os ativistas da área do BE tinham uma posição prevalecente em relação aos de outros partidos, que possuíam uma presença ainda extremamente reduzida no QSLT e, em contraste, com a indecisão de grande parte dos restantes membros, mobilizaram-se fortemente em reação ao repto lançado pelos ativistas independentes do meio cultural, levando a iniciativa para a sua área de influência.

As manifestações seriam denominadas "Que Se Lixe a Troika! Cultura é Resistência!", aproveitando o reconhecimento que a designação da estrutura havia conquistado com os protestos de 15 de setembro,

Num modelo de protesto com performances culturais, "a Praça de Espanha encheu-se novamente para oito horas de música, cinema, discursos" (Camargo, 2013: 104-106). O protesto foi marcado em conjugação com a mobilização internacional promovida para essa data através dos sites do Global Noise (página do Facebook do evento Global Noise Lisboa, 2012), que ligava ativistas de vários países, em linha de continuidade com os protestos contra o domínio das instituições financeiras levados a cabo a 15 de setembro do ano anterior, na altura designado como o Dia da Mudança Global. Mas neste caso, a suposta ligação internacional passou ainda mais despercebida do que no ano anterior, tendo o apoio aos protestos ocorrido sobretudo pelo descontentamento com a atual situação de austeridade vivida no país. A iniciativa decorreu em diversos pontos de Portugal, mas teve especial expressão em Lisboa, onde estiveram mais de dez mil pessoas (Barroso, 2012: 44), segundo números cuja fonte não é referida.

"O 13 de outubro foi um momento fabuloso. E de facto estava-se a conseguir mobilizar pessoas numa base regular, o terceiro evento em menos de um mês em que se conseguiu juntar milhares de pessoas." (8 – PI, May Day, MSE, QSLT)

A mobilização popular alargada e contínua surge como o elemento desejado para colocar

pressão contra as medidas a ser implementadas, encarada como o elemento que eventualmente levaria à queda do Governo e do programa de austeridade.

"Estive com o CENA que é o sindicato de que faço parte, estive lá na barraca do CENA. E fui ao palco. Estive lá no Acordar e li uma mensagem do Sérgio Godinho que não pôde estar presente e pediu para ler uma mensagem e tal." (6 – M12M, QSLT, CENA)

Também presentes estão outros ativistas que prepararam a ação "Cerco ao Parlamento" – marcada para dois dias depois, na data da entrega do Orçamento de Estado para 2013 – mas não conseguem que o novo protesto seja promovido durante o evento, acabando por ser anunciado apenas pela vocalista da banda "A Naifa", durante a sua atuação (Antipáticas, 2013: 23). O episódio é ilustrativo da disputa em relação ao QSLT, dado o seu potencial de mobilização, mas o "palco" surge como de acesso limitado, no caso não cedido a ativistas exteriores e a uma iniciativa que ia no sentido da radicalização dos protestos.

As convocatórias nas redes sociais da Internet para iniciativas de protesto proliferam, andando a par do aumento da tensão e do clima de crescente confronto nos protestos de rua, levando a que todos os ministros passem a necessitar de segurança pessoal (Chitas, 2012: 42, 44).

"Os momentos de tensão deste fim de verão foram frequentemente assinalados por situações de tensão entre manifestantes e a polícia, com cada vez mais gente a assumir uma postura de desafio e confronto com a autoridade, quer pela ocupação da rua sem comunicação prévia, quer pela forma de lidar com a presença policial (...) Ativistas e militantes do costume começaram a encontrar-se com estivadores, membros de claque, pessoal dos subúrbios e dos guetos, desempregados fodidos." (Antipáticas, 2013: 21, 22)

"Esse outono quente de 2012 juntou o 15 de setembro, os dois cercos ao Parlamento e a greve geral. De 15 de setembro até 14 de novembro, de 15 em 15 dias havia uma manifestação gigantesca. E foi

aí que as coisas começaram a tornar-se mais duras. Cada manifestação acabava com coisas a arder, ou escaramuças." (20 – RDA)

À mobilização popular alargada segue-se a tendência para a radicalização dos protestos, neste caso com a união de camadas politizadas mais radicalizadas, como os estivadores, com grupos populares marcados por um habitual nível de violência, uma conjugação capaz de levar a uma situação de rutura.

"Convocado por diversos grupos, um primeiro 'Cerco ao Parlamento', revelando a facilidade em reunir milhares de pessoas a partir de uma convocatória efetuada pela Internet e rapidamente ampliada pela comunicação social. Relativamente tranquila de início, a concentração vai-se tornando mais turbulenta à medida que a noite cai e afluem mais pessoas. Abruptamente, as vedações são derrubadas (...) Passadas algumas horas neste jogo [da polícia procurar conter os manifestantes e estes procurarem contornar esse controle], uma parte dos manifestantes começa a subir a Calçada da Estrela em direção à residência do primeiro-ministro. Após terem sido lançadas pedras e garrafas a partir de um arremedo de barricadas improvisadas com caixotes do lixo, o Corpo de Intervenção carregou com cães, procedendo à detenção de algumas pessoas e esbanjando bastonadas". (Antipáticas, 2013: 23)

O primeiro "Cerco ao Parlamento" teve lugar a 15 de outubro por ocasião da entrega do Orçamento de Estado para 2013. A iniciativa surgia inspirada nas que tiveram lugar em Espanha no mês anterior, quando manifestantes anti-austeridade levaram a cabo o Cerco ao Congresso, e na Grécia em junho de 2011, quando os manifestantes que se encontravam na Acampada – que por essa altura tinha lugar na praça diante do parlamento de Atenas – tentaram também, sem sucesso, bloquear o acesso ao parlamento onde iam ser aprovadas medidas de austeridade.

Dentro desse registo mais provocatório, o "Cerco ao Parlamento" português voltará a ter lugar a 31 de outubro, data de aprovação do Orçamento de Estado. A generalidade dos grupos e plataformas de ativismo, entre as quais o QSLT (página do Facebook do evento Que Se Lixe a

Troika! A Merkel Não Manda Aqui!, 2012), convocaram a manifestação para diante da Assembleia da República. Ao local afluíram também estivadores, que tinham participado numa concentração em frente ao Ministério da Economia (Antipáticas, 2013: 24, 25; Fontes, 2013: 6, 7). Cerca de 8 mil pessoas estiveram no protesto, segundo as estimativas da polícia (Fontes, 2013: 6, 7). A CGTP também marcara uma manifestação para esse dia em frente ao Parlamento, mas após a sua saída dá-se o cerco a várias saídas da Assembleia da República. As vedações em frente à escadaria do Parlamento são derrubadas e são arremessados diversos objetos, a par do lançamento de petardos. Os deputados só conseguem abandonar o edifício com o auxílio da polícia. (Antipáticas, 2013: 25).

Dentro desse clima de maior confrontação direta aos poderes vigentes, o QSLT tenta que durante a sua visita a Portugal em 12 de novembro, a chanceler alemã, Angela Merkel, seja confrontada com protestos nos locais onde vai passar. Sob o mote "A Merkel Não Manda Aqui", uma marcha segue do Largo do Calvário até aos Jardins de Belém, em frente à Assembleia da República (página do Facebook do protesto do QSLT A Merkel Não Manda Aqui). A data contou contudo com um forte dispositivo policial, e a circulação em algumas das artérias da cidade esteve cortada. O protesto acabou por não ter grande impacto. Os maiores momentos de tensão ocorreram em Belém, quando os manifestantes usaram quatro grades para formar uma espécie de gaiola com a qual tentaram sem sucesso furar o cordão da segurança policial (Lourenço, 2012: pp 6). A CGTP promoveu um protesto no Largo Camões (Soares, 2012: 29).

O ambiente de crescente crispação acabará por confluir para os protestos da greve geral que decorre dois dias depois. O protesto inseria-se na jornada "Pelo emprego e solidariedade na Europa. Não à austeridade" – convocada pela Conferência Europeia de Sindicatos do Comércio – transnacional e transsectorial – que incluiu greves em países como Portugal, Espanha, Grécia, Itália, Chipre, Malta, Eslovénia e Lituânia. Neste caso, a tentativa de transpor para uma dimensão mais transnacional as mobilizações antiausteritárias dos diferentes países partiu dos movimentos tradicionais, mas tem novamente a adesão dos grupos de ativismo.

Desde o início do dia, as autoridades advertiram para o potencial de violência do protesto. Anúncios divulgados pelos *media* contribuem para criar um clima de intimidação e para o eventual afastamento de manifestantes pacíficos. Mais uma vez, os protestos dos novos grupos de ativismo e da CGTP confluem ambos para em frente à Assembleia da República, como já era costume, terminando mais cedo o da central sindical. Depois de os seus membros terem abandonado o local,

a tensão adensa-se. Sem o controle da estrutura sindical, o protesto conhece atitudes de maior confrontação.

As vedações em frente à escadaria voltam a ser o primeiro elemento de disputa. Os manifestantes conseguem derrubá-las, sendo então criado um cordão policial para impedir o acesso à escadaria do edifício da Assembleia da República.

"Depois de saírem os carros da CGTP, a praça cheia decide retirar as grades que cercam a escadaria e avançar para ela. A polícia de intervenção forma um cordão e distribui bastonadas e pontapés pela linha da frente da multidão, que acaba por recuar e dedicar-se durante cerca de uma hora ao lançamento contra a polícia de pedras, garrafas e outros objetos (...) A carga veio e cumpriu a sua função: esvaziar a praça, espezinhar toda a gente pelo caminho, garantir punição pública e mediática, a manifestantes ao acaso, como exemplo para todos e repor a ordem. Mas a ordem não se repôs de imediato, para surpresa geral. A turbamulta enraivecida escapa da praça e espalha-se pelas ruas de saída de São Bento, iniciando um dos maiores motins do pós 25 de Abril." (Antipáticas, 2013: 28)

"Aquilo já era um acumular de manifestações e de concentrações. As pessoas iam lá, quando havia escaramuças ia-se tudo embora. Ali naquele dia aconteceu uma cena, há até um documentário na net sobre isso. Nesse dia aconteceu uma coisa muito de fora. Eu também não gostava quando havia mais confusões, até ia mais para trás. Mas naquele dia, não sei o que se estava a passar, que o pessoal não saía dali. Foi a primeira vez que vi a polícia com aqueles escudos muito grandalhões. E cheguei a ver um velhote à minha frente – até aparece no documentário – pega numa pedra e até lança por baixo, com pouca força. Estava tudo ali, ninguém queria sair de lá. Uma senhora veio ter comigo a dizer: 'Vocês têm que ir lá para a frente, porque nós somos velhos, estamos cá atrás porque não conseguimos ir lá para a frente...' Estava tudo louco. As pedras sempre, bum, bum (...) O vídeo também mostra um a falar ao lado da polícia e depois a meter a cena [capuz] na cabeça e a ir atirar pedras [supostamente indicando que seria polícia infiltrado a atirar pedras]. Nós do MAS estávamos lá com a [nossa] faixa, foi mesmo... Na altura morava ali perto, fui à casa-de-banho a casa e quando volto só vejo uma cena ao fundo, umas luzes e tudo a correr na minha direção. Avisam no

microfone [para os manifestantes se retirarem], lançaram lá uns petardos e depois.... Na altura até apreenderam a carrinha [usada nas ações do MAS]." (17 – Ruptura-Fer [atual MAS], P150, Primavera Global)

"Houve ali [no 15 de setembro] um despertar que culminou no 14 de novembro. Foram dois meses de muita, muita movimentação. Estou-me a lembrar do 31 de outubro, dia da aprovação do orçamento de Estado. estou-me a lembrar do 14 de novembro... Comecei a ver putos com caras tapadas, já os tinha visto noutras situações... Quando começa a haver garrafas e pedras afastou-me, mas não me vou embora porque aquela manifestação era de toda a gente." (8 – PI, May Day, MSE, QSLT)

Este ativista independente faz uma reconstituição deste período considerando que as manifestações que convocaram para 15 de setembro deram lugar a um crescendo de mobilização que a determinada altura se radicalizou. Demarca-se do repertório de violência, mas a sua perspetiva culmina numa questão territorial, o ir embora significaria ceder a arena das manifestações aos mais violentos, com esse fator a surgir também como inviabilizador de uma adesão popular alargada.

"Foi bastante estranho a polícia ficar ali duas horas a aguentar com pedras e depois aquela carga. Não se falou muito – isto não apareceu nos *media*, obviamente – mas após a carga toda a zona à volta da assembleia ficou a arder, o pessoal fugiu dali e pegou fogo a tudo." (20 – RDA)

A cena do cordão policial a ser atingido por pedras e garrafas atiradas pelos manifestantes ao longo de cerca de duas horas é transmitida em direto pelas televisões. Segue-se a intervenção da polícia, que avança sobre os manifestantes às bastonadas, gerando a sua fuga generalizada. A perseguição e as bastonadas policiais prosseguem depois nas ruas em redor, onde diversos contentores de lixo são incendiados.

A transmissão das imagens do apedrejamento das forças de segurança terá contribuído para

amenizar o impacto negativo da carga policial indiscriminada sobre os manifestantes que se seguiu, justificando junto da opinião pública essa atuação que procurava conter a radicalização dos protestos, ao mesmo tempo que o clima de violência associado facilmente afastaria grande parte da população das manifestações de rua.

As manifestações que tinham começado dentro de um espírito pacífico e reunindo um apoio alargado de uma parte significativa da população acabaram por adquirir uma carga de maior tensão e de potenciais distúrbios e confrontos físicos. Esse episódio marcou um ponto em que o conflito deixou de estar apenas latente, para momentaneamente se ter materializado.

"Quando a polícia no dia a seguir diz que vão ser levantados processos a 30 pessoas, há várias pessoas que ficam assustadas." (20 – RDA)

As autoridades recorrem depois a imagens captadas pelos *media* e às partilhadas nas redes sociais para instaurarem processos contra diversos ativistas. A questão será amplamente debatida nas redes sociais da Internet, com ativistas a partilharem também sequências de fotos que aparentemente mostram indivíduos a atirarem pedras à polícia e que depois surgem junto a ela, referindo que agentes infiltrados entre os manifestantes terão incitado aos confrontos.

"Muitas fações do movimento [ativista], especialmente as mais ligadas à esquerda mais institucional, sempre disseram que os confrontos eram causados por polícias infiltrados, enquanto a polícia dizia que era por anarquistas. No dia seguinte aparecia sempre alguém a dizer, olha os polícias infiltrados. Não quer dizer que não houvesse polícias infiltrados, mas tenho a certeza que aqueles confrontos não eram causados por eles. Eram pessoas que estavam lá, muitas vezes nem sequer envolvidas na organização da manifestação. O RDA que aparecia sempre apontado [como responsável por ações violentas]. Eram pessoas que estavam lá, muitas vezes nem estavam envolvidas na organização da manifestação, ou o RDA que aparecia sempre apontado [nos *mass media* como estando por detrás dos atos de violência]. As pessoas do RDA já eram conhecidas da polícia, já sabiam perfeitamente que se estivessem ali à frente iam ser fotografadas. Muita gente que

está lá tinha a cara destapada... Basicamente, [os autores dos atos violência] era gente que estava lixada da vida e começava a atirar pedras e tu vês isso nas imagens de 24 de novembro. Gente que foi à manifestação e não tem um enquadramento ideológico ou coletivo." (20 – RDA)

Na política de contestação, a violência em larga escala permanece sempre como uma possibilidade, ainda que remota (Tarrow: 2007: 5). O crescendo de contestação tinha levado a um repertório de desobediência civil que gradualmente avançara para uma atitude de rutura e de confronto, conhecendo o seu ponto mais intenso neste episódio em que as forças estatais fizeram uso da sua capacidade de repressão, levando a uma posterior retração das manifestações de violência. A posição dos diferentes grupos em relação a esta matéria está também relacionada com o seu posicionamento, o que mais uma vez, tendo em conta a sua diversidade, não é unívoco nem linear.

"Várias vezes, o QSLT discute opções muito fora da caixa. Mas a radicalização da luta é um risco que não sabe assumir e fica-se pelas discussões de como fazer ocupações que nunca chegam a acontecer". (Louçã, 2017)

5.7. Do momento em que o QSLT quase se parte até ao 2 de março

As manifestações do 15 de setembro afirmaram o QSLT como uma nova plataforma, tornando-o alvo de uma série de solicitações, desde os contactos dos *media* a solicitar a sua posição em relação a assuntos que estavam a marcar a atualidade política, social e económica, até aos pedidos de apoio ou de realização de ações conjuntas com outros ativistas, passando pela necessidade de marcarem presença dentro desse meio para evitar que o seu espaço fosse tomado por outros. O enorme sucesso da manifestação inicial levava à continuidade da plataforma, que havia sido estabelecida sem grande estrutura ou plano de continuidade, aumentando as tensões internas entre as diversas forças que integrava e criando dilemas em torno do modo de funcionamento e da sua continuidade, nomeadamente em relação a um eventual alargamento aos ativistas que estiveram por detrás do lançamento da manifestação "Cultura é Resistência".

"O calendário do QSLT até à greve geral foi hipercansativo. E depois, como em tudo e em qualquer grupo, começaram a surgir alguns... métodos de funcionamento e de trabalho diferentes, visões diferentes, e começou a haver ali algumas discordâncias e confesso-te que sempre tive um papel de moderar, de segurar as pontas. Isso é muito fixe, mas desgasta como a merda. E basicamente em finais de dezembro, resolvi sair do QSLT, porque sinto mesmo o cansaço. Tinha sido muito complicado, muito cansativo a todos os níveis." (9 – UMAR, P150, May Day, PI, Marcha Mundial das Mulheres, Primavera Global, QSLT)

"O final de 2012 e início de 2013 foram meses de intensa discussão dentro do QSLT. Enquanto se pensava a continuação da mobilização, perdiamo-nos em emendas, cortes e acrescentos aos textos a publicar, na busca de um consenso absoluto que, de tão absoluto, foi sempre artificial. As intenções dxs ativistas do QSLT convergiam em pouco mais do que a demissão do Governo e o fim da austeridade. E sobravam esperanças e vontades. De comissárixs políticxs partidárixs. De ativistas comprometidxs primeiramente com a intervenção social, a maior parte delxs não organizadxs em nenhum partido ainda que fiéis ao voto na esquerda. De jovens e menos jovens empenhadxs em lutas várias e de outrxs que, pela primeira vez, pensavam em alternativas de forma coletiva. Dxs que acreditavam piamente na possibilidade da sinceridade da discussão e horizontalidade nas decisões e dxs que, embora sabendo das vantagens da participação, faziam depender a eficácia das decisões da qualidade dxs decisores e, portanto, não se perdiam em propostas nem intenções igualitárias que consideravam de uma ingenuidade perigosa. E, até, de gente presa a agendas políticas pessoais. Chocavam modelos de organização que, antes de mais por não serem explícitos,, eram de impossível conciliação." (Louçã, 2017)

"E depois nós ficamos a levedar até janeiro. Com aquela coisa de querer marcar uma grande manifestação e com a malta do BE a empurrar a coisa com a malta dos artistas. Depois temos deliberações de assembleias desde setembro para o alargamento à malta dos artistas, mas nunca é feito esse contacto, nunca são integrados. Fica sempre por fazer, nunca se sabe bem. É dito a 11 'chama-os lá'. Eu acho que é passada a informação aos outros que somos nós que não queremos. Há

ali um joguinho. Repara, nós no 15 de setembro, todos, enquanto 28/29, nunca chegamos a ter acesso às organizações locais, que é outro mundo. Que era só o 11 [PI, P150, QSLT, BE] que tratava com elas. E, basicamente, 11 faz esse trabalho todo de rede, embora depois vá radicalizando. Porque o MAS, por exemplo, domina completamente o QSLT de Braga e não deixa entrar comunistas, Beja é uma lógica antipartidária e não deixa entrar comunistas, Coimbra é uma lógica antipartidária e não deixa entrar comunistas. E nalguns sítios há algumas tensões, que rebentam com a lógica de abertura rápida. O que acho que só se conseguiria debelar se houvesse orientações centrais do BE e do PCP para trabalhar em conjunto. Porque aí seria estruturante. Entrava toda a gente. Independente do MAS depois estar a fazer os seus sectarismos em Braga ou no raio que o parta, quem tinha a estrutura era o BE e o PCP que conseguiam montar coisas abertas a outros sectores. E acho que aí não funcionou muito bem, mas pronto. Depois, temos aquele período de dezembro em que estamos em guerra interna, quase a partir, mesmo." (10 – QSLT, Maldita Arquitetura, PCP)

Novamente, o ativista do PCP acusa os membros do BE (e do MAS no caso da cidade de Braga) de procurarem controlar a organização, neste caso os pequenos polos dos diversos pontos do país, com a interpenetração entre as redes do partido e dos PI, a contrastarem com a posição de afastamento do seu partido, o que o deixava numa posição de desvantagem. Ao contrário daqueles que encaram a influência dos partidos como algo negativo, a sua lógica de pensamento assenta na confiança nas máquinas partidárias como estruturas capazes de criar uma base equilibrada de funcionamento. Envolvidos em múltiplas pertenças, os ativistas procuram jogar com a sua capacidade de influência nas diversas organizações que integram, consoante o peso que têm em cada uma delas, sendo agentes ativos de aproximações.

"Em dezembro decidiu-se fazer uma reunião onde se pôs a questão da necessidade de alargamento e de se criar um tipo de funcionamento, ainda que blindado de certa forma à situação de tensão que tinha havido na P150, havia certas pessoas que claramente não estavam disponíveis para dialogar. Essas não iriam ser contactadas. Mas havia pessoas de certas organizações, que eram pessoas perfeitamente articuláveis e que, embora pensassem de forma diferente, fosse possível estarem numa reunião. No fundo era um alargamento a sectores em luta. Tentar contactar todos os sectores

em luta, desde comissões de trabalhadores da RTP, da Lusa, tentar as plataformas cidadãos do serviço nacional de saúde, etc, das portagens e todos aqueles que tinham organizado o 15 de setembro pelo país. A maior parte de nós não fazíamos a menor ideia quem eram. E tinham de repente criado uma estrutura. Desta estrutura acabou por ficar fundamentalmente o Porto – talvez umas 40 pessoas – houve uma tensão, acabou por ficar um grupo muito ligado ao BE e os independentes foram se desligando." (12 – Indignados de Lisboa, Assembleia Popular da Graça, P15O, Activar, Primavera Global, QSLT)

"Em dezembro houve uma convulsão interna muito grande no QSLT. Eu quase saí. Não querem alargamento, entretêm-se a brincar sozinhos. Estarei disponível para manifs. Houve alguma tensão. 'Então a malta do 13 de outubro agora não vamos integrar?!' E de certa forma um pouco entalados, entre a espada e a parede, tiveram de decidir que o alargamento era inevitável e que não tinha problema nenhum. A única regra imposta era que as pessoas deviam ser escolhidas por consenso, deveria haver um consenso mínimo. Muitas pessoas não eram sequer conhecidas de muitos. Muitas vezes era baseado na confiança. Houve duas ou três que não foram consensuais e os nomes caíram. Duas das que foram vetadas, devido a tensões prévias, pertenciam ao mesmo grupo. Eram do RDA que tem um estilo muito provocatório, que brinca com toda a gente, mas então com os que são de partidos..." (12 – Indignados de Lisboa, Assembleia Popular da Graça, P15O, Activar, Primavera Global, QSLT)

"No QSLT, há ali um momento que quase que parte. Aliás, há um momento em que logo a seguir ao 15 de setembro o BE decide, esta é a minha interpretação, 'vamos acabar com isto'. Que é basicamente para ficar um bocadinho património dos PI. E toda a gente é contra." (10 – QSLT, Maldita Arquitetura, PCP)

"Chega a dezembro e de uma forma organizada eu defendo a história do alargamento para janeiro. Fazer uma grande reunião, para promover uma outra grande manifestação. E em dezembro a malta dos PI lança uma nova manifestação, dizendo internamente no BE que o PCP não queria manifestações, que eu estaria a opor-me violentamente à manifestação. E eu só estava a opor-me à

marcação da data. E eles avançam no Facebook para 2 de março, aquele O Povo é Quem Mais Ordena. E aí há quase... Ah, logo a seguir ao 15 de setembro, o BE quis acabar com aquilo, depois acho que a lógica foi tentar fazer uma coisa ao lado, mais controlada, porque aquilo estava a fugir ao controle do BE, porque quem tinha mais força na realidade era a malta que não estava com os PI, porque os PI era a única entidade que atuava em bloco no QSLT naquele período. E depois de facto eles tentam fazer com O Povo É Quem Mais Ordena uma coisa ao lado que pudesse apanhar tudo. Na minha ótica. Depois janeiro tem uma grande... E aí eles praticamente não fazem nada para aquela reunião de janeiro. E acho que aí eu e 13 [Attac, Portugal Uncut, P15O, Activar, Primavera Global, QSLT] tentamos pôr toda a gente cá e tentar abrir aquilo o mais possível a outros sectores, e acho que se conseguiu. E assim conseguiu-se fazer o 2 de março, à nossa custa praticamente." (10 – QSLT, Maldita Arquitetura, PCP)

O dilema em torno do alargamento ocorre envolto na grande heterogeneidade de tendências existentes dentro do QSLT. Os jogos de influência e os receios de que se repetissem as situações de incompatibilização da P15O conduziam a uma tendência de fechamento.

Face à indefinição do QSLT, um dos ativistas que lançara a manifestação "Cultura é Resistência", acaba por lançar um novo protesto, designado como "O Povo é Quem Mais Ordena" para 2 de março de 2013. O lançamento do evento é combinado com alguns membros do QSLT, mas sem que tivesse sido tomada nenhuma decisão da plataforma sobre o assunto, algo que irá criar desentendimentos internos.

"O Y [um dos artistas que promovera a manifestação cultural] fala com 8 [PI, May Day, MSE, QSLT], com S [ativista independente do QSLT] com 11[PI, P15O, QSLT, BE], para fazer algo para 2 de março. Nós dissemos logo que sim, sem ter perguntado aos outros. Oposições – indecisões. Y diz que se não fazem, a CGTP ocupa a data..." (13 – Attac, Portugal Uncut, P15O, Activar, Primavera Global, QSLT)

"Desse grupo do 13 de outubro sobrou um grupo de artistas mais diminuto, que tinha malta do

QSLT e esses decidem marcar uma manifestação a 2 de março. E nós dizemos aos que estavam lá do QSLT convençam os tipos, temos um plenário daqui a 15 dias, mas para não dar às pessoas um 'você são livres de participar, mas nós já decidimos'. Nós propomos isso. E aí o processo é chato porque essa malta do QSLT não foi dizer isso aos artistas, que continuaram com a marcação e avançaram e a gente começou a questionar 'como é que isso é?'. E do outro lado havia a ideia de que nós não queríamos era marcar a manifestação. O processo foi um bocadito... Dá-se o alargamento, isso é corrigido. Os artistas percebem qual era o quadro e nós fazemos o 2 de março." (13 – Attac, Portugal Uncut, P150, Activar, Primavera Global, QSLT)

"Na altura criou-se um grupo 'O Povo é Quem Mais Ordena' – que lançou o evento no Facebook o que gerou confusão porque já havia uma página com esse nome (...) Apareceu-se no plenário de alargamento com uma proposta. Isto foi um problema durante algum tempo, criou alguma fricção no QSLT, por nós nos termos precipitado. Chegou-se ao dia do alargamento aprovou-se a data superou-se o problema e decidiu-se migrar esse acontecimento para a página do QSLT (...) O plenário de 20 de janeiro foi muitíssimo frutuoso, talvez o melhor que me lembre. Muita gente, muita vontade de fazer coisas. Convocou-se o 2 de março. Estava-se a discutir nomes desde novembro, usando a mesma fórmula, no sentido de ser o mais abrangente possível. Desde o Sindicato dos Estivadores, ao sindicato dos professores SPGL, comissão de trabalhadores da RTP, pessoal da APRe!, coletivos que tinham organizado o 15 de setembro noutros pontos do país... O 2 de março foi uma organização brutal, nada a ver com o 15 de setembro, muita gente, muita dedicação. As pessoas tinham ficado sedentas depois do 15 de setembro." (8 – PI, May Day, MSE, QSLT)

Alguns dos que avançaram com a convocação das manifestações "O Povo é Quem Mais Ordena", no Facebook, eram de uma geração que vivenciara o 25 de Abril, tendo tido algum envolvimento político no pós-revolução, tendo-se afastado contudo após terem visto goradas as aspirações revolucionárias com o 25 de Novembro. A grande adesão às manifestações iniciais do QSLT levava-os contudo a retomar o ativismo, indo buscar algumas referências desse anterior período revolucionário, recorrendo à frase da letra da música de Zeca Afonso, "Grândola Vila Morena", para o nome do evento. A música que era proibida pelo regime do Estado Novo foi

passada na rádio nacional, após ter sido tomada pelos militares revoltosos, tendo surgido como um sinal da libertação. Uma referência simbólica que agora retomavam, dando uma conotação ideológica de esquerda ao evento.

A convocação dessas manifestações de forma autónoma acaba por ser o fator que empurra o QSLT para a frente, de modo a evitar serem ultrapassados e o lugar de destaque que haviam conquistado ser tomado por terceiros. O que levou à concretização do alargamento num plenário a 20 de janeiro (Camargo, 2013: 111), onde a plataforma ganharia agora outra dimensão, passando de 29 para 120 membros, integrando não só os ativistas ligados ao "Cultura É Resistência" como elementos da área de outros grupos ou organizações, dando continuidade à lógica de uma rede heterogénea que permitisse criar uma frente política e social que procurasse travar a implementação das medidas de austeridade. Entre os setores que passam agora a estar mais representados encontra-se o dos sindicatos e do PCP, assim como ativistas de uma geração mais avançada que vivenciara intensamente o pós 25 de Abril ou os membros da recém-criada APRe!, a associação que surgira devido aos cortes nas pensões dos reformados, que correspondem a uma ampla parte da população portuguesa.

"Entre os setores mais presentes no 'alargamento' está a cultura e o espetáculo, envolvida com a promoção do 'Cultura é Resistência' em outubro, e atores sociais com lutas relevantes recentes, como os estivadores, a comissão de trabalhadores da RTP, os estudantes, os pensionistas ou os enfermeiros, assim como pessoas mais próximas de vários sindicatos." (Camargo, 2013: 115)

"A malta dos (D)eficientes Indignados, eles já andavam a fazer as suas próprias manifestações e tornaram-se uma parte bastante importante do QSLT. Entraram pessoas que tinham andado à "porrada" no 15 de outubro, porque perceberam que havia uma coisa importante que estava a acontecer, houve plenários para decidirmos percursos, sobre com quem é que falamos e não falamos, como é que vamos fazer isto. Em que de repente houve desacordos em que até se conseguiu trabalhar sobre eles, sem eles destruírem tudo. Houve ali um balão de oxigénio um bocado diferente." (6 – M12M, QSLT, CENA)

"O QSLT tem muito a ganhar com a forma como criou o grupo. Nós temos representantes de sindicatos, dos mais diversos sindicatos, dos professores, dos estivadores, da CGTP, SPGL, enfermeiros, da APRe!, tem duas ou três pessoas de cada movimento. PI, Attac, Panteras, Fer.ve, ILGA. É bastante abrangente. Pelo menos tenta envolver uma pessoa de cada área. Lá dentro faltará apenas uma representação do CDS e do PSD. Até o PS está representado. Isso permite uma área de abrangência muito grande. Um conhecimento muito específico das diferentes áreas, das diferentes causas. E contactos que nenhum grupo anteriormente tinha conseguido fazer. O que à partida também permite essa divulgação e esta enchente de que o QSLT tem sido capaz até agora." (2 – M12M, Panteras Rosa, PI, P15O, QSLT, BE)

"Ao contrário de outras organizações nós não somos representativos e ao não sermos representativos temos de fazer ações em que as pessoas se reconheçam. Não há uma ligação orgânica entre nós e os sectores que se manifestam. É menor essa ligação orgânica. Mas tem que haver uma ligação mimética, no sentido que aquilo que a gente faz eles têm que achar interessante, rever e fazer, têm que viralizar. É óbvio que quando partes de um grupo com um determinado DNA, em que a área são os setores contra a Troika, naturalmente, vais ter malta do BE, malta do PC e alguma malta do PS e muitos independentes. E é isso que se verificou." (13 – Attac, Portugal Uncut, P15O, Activar, Primavera Global, QSLT)

"Eu estava na direção [da APRe!] quando começaram as movimentações do QSLT e recebi indicações da presidente que me disse 'olha que te vão contactar' e deu-me um nome, que eu não sabia quem era. Só meses mais tarde é que descobri que era militante do BE, e ele não fazia ideia que tinha camaradas dentro do BE que eram associados da APRe!" (23 – APRe!, QSLT, BE)

As múltiplas filiações que os diferentes ativistas possuíam a nível individual irá ser usada para o estabelecimento de elos entre as diferentes organizações. No caso, a APRe! que integrava na sua direção várias tendências políticas, destacou para o QSLT um elemento que também era membro do BE, formação política que era vista como de grande influência dentro da plataforma.

A estrutura funcionava numa lógica de informalidade, com os convites a serem feitos com base em relações de proximidade, endereçados aos elementos de organizações ou de setores que poderiam alargar a base de apoio. Uma vez que não eram integrados como representantes oficiais dos grupos de onde provinham, não necessitavam de uma aprovação formal dos mesmos, o que ia no sentido de permitir uma aproximação mais fluída. Tal verificava-se por exemplo em relação a membros do PCP. Em relação a algumas associações, como a UMAR ou a APRe!, os elementos que integraram a plataforma já foram destacados pelas mesmas como seus representantes. Mas todo o campo de indefinição, que se estende às formas de organização, irá tornar o funcionamento do QSLT mais complexo.

"Foi decidido [no plenário do alargamento em janeiro] que os plenários seriam soberanos, o local onde se tomam as decisões e apenas para os membros do QSLT, mas os grupos de trabalho são abertos a toda a gente. O que criou uma situação estranha de pessoas que participavam nos grupos de trabalho e que depois apareciam no plenário. Teve que ser dito que quem ia às reuniões do grupo de trabalho podia ir ao plenário. Havia também a *mailing list*, o N-1, novamente a *mailing list*, o QSLT *Underground*. É óbvio que em cento e tal pessoas é já impossível gerir um diálogo virtual. E a S [ativista independente membro do QSLT] e o 13 [Attac, Portugal Uncut, P15O, Activar, Primavera Global, QSLT] tinham razão, ou passávamos aquilo para dinâmicas presenciais que tinham uma complementaridade virtual de informação e de discussão de propostas, depois apresentadas presencialmente. Ou então os espaços virtuais pareciam ser os das discussões e onde as decisões estavam a ser tomadas. Acho que o 2 de março foi a organização mais pesada que nós tivemos. Enquanto o 15 de setembro foi espontâneo." (12 – Indignados de Lisboa, Assembleia Popular da Graça, P15O, Activar, Primavera Global, QSLT)

O alargamento tornou ainda mais complexas as dinâmicas internas do QSLT. A ausência de regras de funcionamento claras, a fluidez organizativa (a abertura a membros exteriores mas apenas nos grupos de trabalho), os múltiplos espaços de discussão (online e presenciais) contribui para dificultar a definição e tomadas de posição da estrutura, inclusivé com anteriores decisões a virem a ser repetidamente colocadas em causa.

Num ambiente confuso, de disputa e tensões com o restante meio ativista, o QSLT tentará levar a cabo ações que tenham impacto e alcance que chegue à generalidade da população. Ao contrário da promoção da manifestação de 15 de setembro de 2012, a nova manifestação vai contar com um muito maior número de iniciativas de promoção, que foram desde a tradicional colagem de cartazes e distribuição de panfletos, até outras mais próximas da desobediência civil, destacando-se a intervenção na Assembleia da República em que ativistas do QSLT cantam a "Grândola Vila Morena" nas galerias da Assembleia da República interrompendo o primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, que nesse momento iniciava a sua intervenção. A ação tem enorme impacto, não só pelo seu efeito imediato, com as cenas da televisão a transmitir a música de Zeca Afonso, associada à libertação do povo com o 25 de Abril, a falarem mais alto do que o poder político. A ação tem o efeito pretendido e não só se torna viral, como é seguida por uma série de réplicas, com o Facebook a ser usado por diversos grupos, entre os quais os Indignados de Lisboa, para anunciarem o local e hora em que terão lugar intervenções públicas de membros do Governo, convidando as pessoas para irem lá efetuar novas "grandoladas", o que passa a ocorrer com alguma regularidade (a Assembleia da República tomaria depois medidas para controlar a repetição de intervenções na plateia, procurando impedir que este tipo de manifestação passasse a ser encarado como aceitável e rotinizado. Já após o fim do período em análise nesta tese, uma ativista seria condenada em tribunal por este tipo de manifestação).

"A primeira grandolada foi um golpe de génio. A partir daquele momento ganhámos o 2 de março. Teve uma repercussão brutal." (8 – PI, May Day, MSE, QSLT)

"Para teres ideia no 15 de setembro faz-se uma ação e nas manifestações seguintes fazem-se dezenas por manifestação. Na de 2 de março, dado o resultado, que foi comparável à do 15 de setembro, podemos dizer que suportámos a manifestação, conseguimos fazê-la chegar à comunicação social, que é fundamental, fizemos dezenas e dezenas e dezenas de ações e sobretudo conseguimos através das "grandoladas" criar um fio condutor que viralizou aquela história." (13 – Attac, Portugal Uncut, P15O, Activar, Primavera Global, QSLT)

"As interrupções de eventos públicos de membros do governo sucedem-se por todo o país. O ministro Miguel Relvas é obrigado a fugir de uma conferência no ISCTE, abandonando o edifício pelas traseiras, cercado por seguranças cercados por estudantes, enquanto Passos Coelho é recebido numa Faculdade de Direito em estado de sítio no meio de um enorme aparato policial. Tal contribuiu para assinalar um certo ar de decadência característico dos fins de ciclo, enquanto a multiplicação de textos de apoio que prenunciavam a repetição do 25 de Abril contribuíam para dar ao evento a gravidade necessária para assumir a dimensão histórica (Antipáticas, 2013: 32).

Dentro das várias tendências existentes no meio ativista em interação neste espaço, o desejo de uma viragem no sentido de uma mudança ou reforma do sistema democrático surge como predominante, existindo a esperança de que a dinâmica de protestos estivesse a caminhar nesse sentido, numa altura em que estava a ser colocado em causa o Estado Social construído no pós-25 de Abril.

Dois dias depois da grandolada no Parlamento, o ministro Miguel Relvas é recebido no Conselho Nacional da Juventude por um coro de manifestantes e nessa noite seria interrompido por uma grandolada num convívio no Clube dos Pensadores, em Vila Nova de Gaia, no dia seguinte o mesmo lhe sucede quando participava numa conferência organizada pela TVI no Instituto Universitário de Lisboa (IUL-ISCTE). No dia seguinte, o ministro da saúde Paulo Macedo é interrompido na faculdade de medicina do Porto (Notícia, 2013a: pp 36; Notícia, 2013b: pp 11). A sucessão de "grandoladas" irá criar um efeito psicológico de forte pressão, sendo mesmo referida a possibilidade de os membros do Governo virem a alterar as suas presenças em eventos públicos de modo a conseguirem escapar aos coros de manifestantes.

Esse impacto acaba por contribuir em muito para a promoção da manifestação, que irá contar com forte adesão de reformados, que por essa altura sentiam o efeito dos cortes nas pensões. Será a terceira e última manifestação a conseguir uma adesão maciça. A organização passa a contar com áreas específicas, a mais significativa das quais a Maré Grisalha, promovida pela APRe!, seguida pela Maré da Educação, da Saúde, a dos Deficientes Indignados, a do Arco Íris (LGBT). Houve uma tentativa de maior estruturação, com diferentes pontos de partida confluindo para o mesmo local. Não foi fácil chegar à Praça do Comércio. A "Grândola, Vila Morena" é cantada quando muitas pessoas ainda não conseguiram lá chegar. O que irá acentuar o descontentamento em

relação à manifestação.

"A 2 de março, a rua voltava a ser um *soundbite* que a esquerda que opina e que representa esgrime deste ou de outro modo, tendo em vista a sua legitimação enquanto dispositivo de representação política." (Antipáticas, 2013: 32)

"O 2 de março parece ter embatido num muro. Desde logo, a viragem da rua para as instituições devolveu a esse espaço a iniciativa política." (Antipáticas, 2013: 33)

"O 2 de março é claramente uma manifestação – depois notas na natureza que teve – muito mais pesada, porque já representa e já convoca um tipo de pessoas que são setores sociais muito concretos e talvez os mais penalizados da sociedade portuguesa, vêm mesmo os reformados, vem mesmo uma parte dos pobres para a rua, vem o mundo social do trabalho. Em termos de caracterização e identidade política nós estamos do 12 de março [de 2011] até ao 2 de março [de 2013] em crescendo sempre, crescendo não é para minorizar nada, mas há uma maior politização, basta ver os slogans e tudo, é a música do Zeca em cima do palco, nós já estamos... isso quase que parecia um regresso ao passado, não sei se isso foi uma boa ideia sinceramente, mas foi fortíssimo." (7 – PI, P150, BE)

As referências ao período revolucionário são contudo vistas de forma ambivalente por alguns que entendiam que a vontade de recuperar o contexto político de então não seria partilhado por largas camadas da população, limitando por isso a possibilidade de apoio popular alargado. O que tornava a partilha desse imaginário dos ativistas problemática⁴⁷.

⁴⁷ A memória coletiva está associada às relações de força entre os vários agrupamentos numa sociedade e, no que concerne à resistência e à agitação, constitui um importante fator no surgimento de revoltas, reduzindo o limiar de adesão à emergência de uma conjuntura translocal favorável (Godinho, 2016: 158). O estabelecimento de uma associação com o período revolucionário é aqui entendido como algo contraproducente. O período é encarado no meio ativista de uma forma positiva mas, na análise deste ativista, tal entrará em choque com a perspetiva que se tornou hegemónica: "retratar o PREC a partir do caos, do medo e da desestabilização económica, uma história que cria uma versão do 25 de Abril politicamente correta, consensual, automaticamente democrática, obliterando dos anais oficiais qualquer réstia de conflito, de debate e de hipóteses alternativas" (Matos Silva, 2002: 159). Algo que mesmo tendo em conta a conjuntura de descontentamento alargado face às medidas de austeridade não conseguiria

"A maré da educação contou com associações de estudantes, coletivos de estudantes universitários, professores – do ensino básico ao universitário –, sindicatos de professores e organizações de professores contratados; a maré branca da saúde partiu de frente da Maternidade Alfredo da Costa, ameaçada de encerramento pelo governo, e era composta por médicos, enfermeiros, funcionários, comissões de utentes e sindicatos de médicos e enfermeiros; a maré grisalha, composta por reformados, foi organizada pela APRe!." (Camargo, 2013: 137)

Do ponto de vista da organização, o 2 de março conseguiu um leque de mobilização mais amplo, nomeadamente por conseguir mais apoios da área do PCP e da CGTP. Mas em contraste com as tendências políticas existentes entre estes grupos de ativismo, a manifestação teria uma base de apoio mais diversificada e politicamente indefinida. Medidas como os cortes nas pensões de reforma levariam a que camadas mais transversais da sociedade portuguesa sentissem motivação suficiente para se juntarem aos protestos de rua.

5.8. O declínio e o fim não anunciado do QSLT

A manifestação de "O Povo é quem Mais Ordena" mostra mais uma vez a capacidade dos novos grupos de ativismo para reunirem um leque de apoios mais amplo que o dos movimentos tradicionais. O QSLT irá referir que a manifestação contou com 800 mil pessoas em Lisboa, mas esses números vão ser encarados como inverosímeis e contestados na imprensa (Pereira, 2013: pp 9). O que ficará evidenciado pela manifestação que a CGTP promove para cerca de dois meses depois, a 25 de maio, e que conflui para o mesmo local, o Terreiro do Paço. Protesto que embora consiga boa adesão, fica aquém do do QSLT. Os membros do QSLT surgem a intervir nesse protesto

ser revertido. A análise do ativista remete para a disparidade existente entre o meio ativista, cujo efeito grupal contribuiria para o surgimento da hipótese de alterar essa visão hegemónica, mas essa euforia não seria de todo partilhada por camadas suficientemente amplas da população para que existisse uma janela de oportunidade de mudança. Há quem note que após a queda dos regimes socialistas da Europa de Leste, os protestos anticapitalistas passaram a apresentar a vaga reivindicação de "mais democracia" e que a maior parte dos manifestos do M12M e do QSLT apontam para conceções de democracia pós-políticas. O que remeteria para a ideia de que a ideologia falhara e que por isso seria necessário criar um movimento não ideológico (Van Vossle, 2016: 291-295). Mas essa ideia não parece corresponder às aspirações de muitos dos ativistas envolvidos, que optam por um registo público com menor carga ideológica, por questões estratégicas, enquanto no registo escondido essa carga surge de forma explícita.

e colaborações discretas já haviam sido desenvolvidas no 2 de março. A relação entre ambas as organizações será ambivalente, entre a disputa e a colaboração.

Como atrás foi descrito, presenciámos depois durante o trabalho de campo o modo como o QSLT tentou em seguida dar um passo em frente envolvendo-se na organização da manifestação internacional "Povos Unidos Contra a Troika", que decorreria em simultâneo em várias cidades europeias.

O grupo dividiu-se entre os que estavam mais empenhados em apoiar a moção de censura para a demissão do Governo (elementos afetos ao PCP) e os mais empenhados na manifestação (ativistas da área da BE) . A par disso, cresciam os ressentimentos e tensões de outros grupos de ativistas e a tentativa de desenvolver maior interação internacional veio a acentuá-los ainda mais, conferindo maior desgaste aos seus membros.

O entusiasmo pelo novo êxito de mobilização contrastou com a falta de adesão às iniciativas seguintes, isto apesar de algumas dezenas de membros do QSLT se manterem bastante ativos na tentativa da sua dinamização, procurando continuar a inovar em termos de repertório de contestação.

"A 16 de abril [de 2013], a propósito de uma visita da Troika a Portugal, juntam-se centenas de pessoas frente ao hotel onde está instalada, numa ação relâmpago convocada com poucas horas de antecedência. Porque envolveu polícia e até uma detenção, ainda teve alguma cobertura mediática.

O mesmo já não aconteceu com outras ações como, por exemplo, 'Se estás a ser roubado apita' (faixas em vários pontos de Lisboa onde o trânsito era mais intenso); ou o stencil 'Vendidos à Troika', com o logo de uma agência imobiliária, que carimbou escolas, estações de metro, estações de correio e outras instituições públicas; ou 'A Troika mata' (suspensão em diversos semáforos da cidade de 'enforcados' (bonecos em tamanho real) com o letreiro 'Troikado'". (Louçã, 2017)

A originalidade era usada para obter impacto e destaque, em parte surgindo como forma de compensar os reduzidos meios e elementos da estrutura. Algo que não seria contudo em geral alcançado, para grande frustração e exaspero daqueles que haviam dedicado grande empenhamento pessoal nessas ações.

O evento acabaria por ter uma dimensão extremamente reduzida, tanto nos restantes países

como em Portugal. Em Lisboa, partiu de Entrecampos, passando em frente à sede do FMI no caminho até à Alameda D. Afonso Henriques. Na imprensa surge referido que à hora do início do desfile apenas algumas centenas de pessoas se encontravam concentradas em Entrecampos e que apenas o BE se fez representar pelos seus líderes, tendo o secretário-geral da CGTP, Arménio Carlos, também estado presente (Viana, 2013: 14,15).

"Houve muitos falhanços na manifestação de 1 de junho – as pessoas pensavam que isto era uma manifestação internacional. Há uma cultura de parte dos ativistas que é eles nem cantam o hino nacional, uma cultura internacional, mas é uma cultura ideológica, não corresponde à realidade. É óbvio que os problemas ultrapassam as fronteiras, que está em causa o capitalismo e como a Europa está organizada, mas também é óbvio que o terreno da luta é em grande parte a soma dos terrenos nacionais e não um terreno inexistente onde não existe comunicação social onde não existe formação de opinião, vasos comunicantes, que é o terreno da luta internacional, que dá eventualmente algumas viagens agradáveis, mas... À conta disso o 1 de junho foi uma bosta, mesmo fraquinho. Depois ainda por cima teve uma infeliz escolha do terreno que ainda fazia com se notasse mais (a Alameda), nem da parte de cima do jardim tínhamos um terço [da área ocupada pela manifestação]. E depois a tentativa de, frente ao aumento da crise, conseguir um ativismo dentro das nossas características. Podemos dizer que não podemos fazer só manifestações, mas é muito difícil que um quadro tão alargado de ativistas, tão pouco orgânico, consiga ter expressão diária organizada. Têm que ser datas específicas de trabalho em que consigamos confluir. E há o problema de as pessoas estarem cansadas da crise, metidas nos seus cantos, e as manifestações não lhes parecem resolver nada. Mas também nada parece resolver. Há aqui um balanço não totalmente feito." (13 – Attac, Portugal Uncut, P150, Activar, Primavera Global, QSLT)

A análise relaciona o falhanço da manifestação internacional com um desencontro entre a cultura ativista – ao qual o espaço do Estado-Nação e a sua carga simbólica pouco dirá (e que conta ainda com a influência dos movimentos alter-globalização muito presentes), tendendo para uma perspetiva mais transnacional – e a "realidade" onde os terrenos das grandes mobilizações são muito determinadas por fatores mais próximos que diferem de país para país⁴⁸.

⁴⁸ A globalização levou à intensificação dos fluxos de ideias, pessoas, bens e capitais, evidenciando que as

A par desse fator, aponta também para o caminho fechado em que a plataforma caminhara, com a heterogeneidade da sua composição a impedir que consigam ir para além de posições de protestos, não apresentando soluções às pessoas que entretanto se deixaram dominar pelo desânimo.

"A manifestação do 1 de junho internacional foi um *flop*. Houve também uma tensão entre aqueles que achavam que a moção de censura popular que saíra do 2 de março deveria ser implementada num claro protesto contra o Governo e aqueles que insistiam num protesto internacional a todo o custo, mas que também acabaram por ser sufocados pelo modo como o protesto estava a ser organizado em Espanha – muito ligados até a grupos de esquerda partidária. E isto estava a deixar o grupo fraturado internamente. E de facto houve muito menos trabalho das pessoas. O K fartou-se de fazer cartazes. Estariam talvez 5/6 mil pessoas num dia de sol, sem motivos políticos. O percurso foi uma tristeza, porque a CGTP tinha feito [outro protesto] uns dias antes em Belém. E depois fomos torturados por todos os grupos que contestaram o percurso." (12 – Indignados de Lisboa, Assembleia Popular da Graça, P150, Activar, Primavera Global, QSLT)

"Toda a gente percebeu que aquilo fez parte de uma estratégia do Bloco, europeia, do partido de esquerdas europeias. Coisa que nós dissemos desde o início que percebíamos a dinâmica. Que aquilo não vinha de dentro do QSLT, vinha de fora." (10 – QSLT, Maldita Arquitetura, PCP)

O entusiasmo gerado pelo sucesso da anterior manifestação levou a que surgisse uma grande confiança em relação à capacidade de mobilização alargada do QSLT, mas no momento em que se passou a centrar em lógicas próprias de forças que integrava perdeu a sintonia com a anterior base de apoio e fracassou. Os laços que estabelecera eram de grande amplitude mas de fraca densidade. Tanto os grupos de ativistas exteriores como os partidos políticos e sindicatos com os quais possuía

mobilizações não podem ser pensadas como auto-contidas ou unidades separadas. Os protestos passaram cada vez mais a desenvolver-se no jogo do transculturalismo e crioulização, atravessando fronteiras regionais e internacionais. Mas os protestos têm de ser compreendidos como culturalmente carregados e historicamente específicos, e se já é suficientemente difícil organizar uma revolução nacional ainda mais será a um nível transnacional (Fox, 1997: 4-9). "Os fatores que determinam a mudança social poderão ser universais, mas a realidade sobre a qual interagem é diversa e diversos são também os resultados do processo de transformação" (Fonseca, 2007: 322). Às especificidades históricas e culturais há que somar, como vimos, os diferentes impactos que a crise teve nos diferentes Estados-Nação. A questão não é apenas as diferentes formas de protesto ou de maior ou menor empenhamento perante as medidas políticas impostas. A questão é que, apesar de inseridas num contexto transnacional e global, as consequências diferem de país para país, tornando ainda mais difícil o desenvolvimento de um movimento transnacional.

elos tinham uma posição de ambivalência em relação ao QSLT. A sua ligação ocorria sobretudo na medida em que esta lhes permitia aumentar a base de apoio para as medidas que defendiam, mas a estrutura surgia também com o potencial de lhes roubar a sua base de apoio e no momento em que o QSLT perdeu a capacidade de mobilização, a sua ligação a ele tendeu a desaparecer. Fatores que se faziam também repercutir a nível interno no QSLT.

Face a esta situação que se refletia também numa erosão interna, os seus membros haveriam de tentar revitalizá-la, numa reaproximação ao meio ativista, para a organização de uma nova manifestação, que decorreria a 26 de outubro de 2013 sob a designação "Que Se Lixe a Troika – Não Há Becos Sem Saída".

Numa altura em que a sua estrutura ativa já se apresentava extremamente reduzida, o QSLT começou por convocar para o Teatro do Bairro Alto um plenário aberto a todos os que quisessem integrar a organização do evento, que foi marcado por alguma tensão e disputa entre os elementos do QSLT ou de grupos a ele afetos, como os PI, e os de grupos ali não representados, como do MAS e revista Rubra. que defenderam (sem sucesso) que a manifestação não deveria ter a marca do QSLT no nome.

"A atitude do QSLT de abrir a organização da última manifestação [de 26 de outubro de 2013] parece-me correta. Semicorreta. Porque simultaneamente a manifestação chama-se QSLT o que é uma abertura relativa, na medida em que toda a representação mediática continua a ser do QSLT. Nós podíamos ajudar a organizar e a pensar, mas não podíamos ajudar a representar. Foi por isso que saí chateado dessa assembleia e depois estive obviamente na organização da manifestação, mas sempre dizendo eu QSLT não quero, não concordo. Eles têm a legitimidade de se organizarem como querem, agora acho que um movimento fechado, em que se entra por convite, em que há direito de veto sobre as pessoas que foram propostas, etc, etc, não pode substituir aquilo que nós tivemos antes, que foram experiências de organização horizontal, democrática e aberta". (5 – Panteras Rosa, M12M, P15O, QSLT, BE)

"Aí é o cérebro publicitário, o cérebro de marketing a funcionar. Eu não quero discutir academicamente o que é o QSLT . Eu queria que as pessoas fossem e as pessoas reconheçam na

marca QSLT uma coisa que vinha desde o 15 de setembro e que fazia um caminho. E voltámos a ter essa discussão quando se fez o plenário aberto para o 16 de outubro. Já o plenário estava quase a acabar e de repente houve uma pessoa que disse ‘eu acho que se devia tirar não sei quê’. Foi a primeira vez que usei a palavra. Eu disse: ‘eu bloqueio esta votação, porque ainda por cima não temos tempo para discutir’. E acho que o 16 de outubro teria sido um *flop* mais próximo do 1 de junho se não tivesse estado lá essa marca. Porque isso era uma marca identitária, as pessoas sabiam ao que iam." (6 – M12M, QSLT, CENA)

Num momento de crise e grande declínio interno, os passos no sentido da abertura a outros grupos não tiveram sucesso. A sigla QSLT havia-se tornado conhecida e surgia no exterior ao meio ativista como um fator de reconhecimento e facilitador da mobilização, elementos que ainda lhe conferiam bastante importância, mas dentro do meio ativista estava fortemente associada a uma estrutura fechada, que não integrava parte do "movimento", o que minava a sua capacidade integrativa. No momento da abertura, a resposta foi no sentido da sua destruição, o que levou um dos seus membros a invocar uma capacidade de veto, numa atitude de novo fechamento, que volta a demarcar a capacidade decisória a nível interno.

"Muita gente sentiu que o 16 de outubro foi uma manifestação falhada, eu pelo contrário, senti que foi uma manifestação bastante silenciada, aliás o Expresso conseguiu publicar o manifesto de convocatória da manifestação, cortando o parágrafo que dizia onde e quando e a que horas é que era a partida da manifestação. Havia uma noção para nós que aquela manifestação não era para ser tão grande como o 2 de março. E isso não dependia só de nós, nós temos meios limitados e mesmo assim muito fizemos e houve muita gente que deu dinheiro do seu próprio bolso para cartazes." (6 – M12M, QSLT, CENA)

Apesar desse ambiente de fricção entre os diferentes grupos, a participação de todos contribuiu para que o evento conseguisse atrair alguns milhares de pessoas, embora consideravelmente menos do que acontecera a 2 de março. Em Lisboa seguiu do Rossio para São Bento. Foi pedida autorização para que os manifestantes se pudessem sentar nas escadarias da

Assembleia da República de modo a assistir às intervenções que decorreriam num palco montado em frente. Por essa altura, as manifestações naquele local estavam já marcadas por antecedentes de conflito, com as escadarias a surgirem como alvo de disputa por parte dos manifestantes que tentavam derrubar as grades colocadas em seu redor, que surgiam como uma barreira simbólica em relação ao acesso à Assembleia. A autorização não foi concedida e o palco acabou por ser montado no fundo da escadaria, onde tiveram lugar algumas atuações musicais e intervenções, entre os quais de artistas do Manifesto pela Defesa da Cultura, da comissão de trabalhadores da RTP e dos Deficientes Indignados.

"Agora o QSLT voltou à 'normalidade' – uma boa normalidade, porque tinha bastante gente, mais do que o costume naquelas manifestações que havia da esquerda desta área, onde se metia 2 mil, 3 mil, 4 ou 5 mil pessoas, com bastante dificuldade. A última manifestação acabou por se compor bastante bem, e ser aceitável para uma manifestação do QSLT, mas evidentemente já não teve nem o impacto nem as condições que permitiram que as outras duas pudessem ter crescido daquela maneira." (22 – SOS Racismo, May Day, P150, BE)

"Infelizmente, hoje acho que o QSLT já perdeu a pureza, a magia. Há alguns golpes de génio, como a ação 'Obrigado Troika', mas acho que já deu o que tinha a dar. Começou a criar muitos anti-corpos, depois cresceu demais, demasiado depressa. Há ali qualquer coisa que se quebrou." (8 – PI, May Day, MSE, QSLT)

Esbatida a novidade e a capacidade de surpreender e inovar, com ações que estabelecessem sintonias com partes significativas da população, os protestos convocados pelos grupos de ativismo, mesmo nos casos em que a cooperação e a junção de forças resultava, já não conseguiam ser mais apelativos e atrair mais gente do que a convocada pelos movimentos tradicionais. O sucesso relativo da manifestação Que Se Lixe a Troika – Não Há Becos Sem Saída não seria suficiente para a continuidade da plataforma, que apenas se envolveria na ação coletiva de "Todos os Rios Vão Dar ao Carmo", as celebrações da revolução do 25 de Abril promovidas por diversos grupos de ativismo na noite anterior à data no Largo do Carmo em Lisboa.

A maioria das entrevistas foram efetuadas numa altura em que o QSLT ainda estava ativo, mas em clara rota de declínio, com os entrevistados a refletirem sobre as alianças e as mudanças estruturais, de dinâmicas e de formas de funcionamento que haviam alcançado. Muitos mostravam consciência de que o seu ciclo já haveria por essa altura terminado.

"Havendo maior participação de uns ou de outros, conforme a disponibilidade, há sempre um núcleo de pelo menos 20 ou 30 pessoas que, renovando-se ou não, está sempre ativo. Permite ir fazendo estas ações e estas manifestações constantes. Sem sobrecarregar demasiado ninguém. E é uma forma de organização muito boa. Porque envolve gente que já está em política há muito tempo, gente que não está em política há muito tempo, gente que se habituou à política nestes novos tempos dos movimentos sociais. Chamemos-lhe assim. Há muitos, muitos independentes. Muitos artistas também. Acho que permite se calhar afunilar mais ideias específicas. Há sempre alguém que sabe verdadeiramente do que se está a falar. Quando foi a questão dos estivadores, nós tínhamos um representante deles que nos soube explicar o porquê de ser importante aquela ação, ao contrário de outras alturas em que se calhar havia o apoio às manifestações dos estivadores sem se saber muito bem o que é que defendiam, quais os condicionamentos que os levaram àquela situação. Permite ao QSLT uma abrangência política muito grande. E acho que foi também um bocado o que fomos aprendendo ao longo dos tempos. Não é que haja pessoas menos importantes que outras, mas a ideia de abrir as portas a toda a gente, às vezes abrimos portas a pessoas cuja única contribuição é divulgação e auxílio em questões logísticas e mais práticas. O QSLT tem os dois." (2 – M12M, Panteras Rosa, PI, P15O, QSLT, BE)

O ativista, vindo do grupo da GAR e que passou pelas duas plataformas nascidas depois dentro das novas dinâmicas de mobilização, defende o modelo experimentado pelo QSLT como uma estrutura destinada a estabelecer pontes entre um passado de mobilização política e os "novos tempos dos movimentos sociais". Era implícito que o QSLT tinha colhido a aprendizagem do anterior período de mobilização.

"Sempre concordei com a estratégia de que não se devia hostilizar e ir às reuniões com pessoal da

CGTP a tentar combinar, mesmo que aquilo fosse uma palhaçada, depois eles marcavam a manifestação deles para o dia seguinte ou para o dia antes. E também comecei a perceber que eles também estavam a apalpar terreno. Isto é, há aqui um fenómeno novo, que não nos podia passar ao lado (....) Quando eu digo que o 2 de março tem impacto, tem impacto na realidade, no Governo, no PC, no BE, nos partidos, nos sindicatos, tem impacto na sociedade. Nos dias seguintes, o que eu notava era que tinha havido uma explosão e quando isso acontece as partículas separam-se e agora vão-se reorganizar. É o que acontece a seguir ao 15 de setembro e ao 2 de março. Assistiu-se a isso claramente, houve ali um reposicionamento, com os objetivos que cada um tinha." (15- P15O, QSLT)

Este ativista independente defende a necessidade de uma perspetiva mais processual, dado que a capacidade de mobilização levava a alterações no quadro onde se inseria, e logo a eventuais novas oportunidades de posicionamentos, relacionamentos e oposições. Algo que acaba por também estar presente nos comentários seguintes, que realçam o modo como parte daquele que foi um dos objetivos na origem da sua criação, a capacidade de convocar protestos que abrangessem os novos grupos de ativismo e os movimentos e grupos tradicionais, nomeadamente o PCP e a CGTP, só foi mais conseguida na última grande manifestação.

"No 15 de setembro, isso [a junção de grupos de ativismo a grupos políticos tradicionais] não foi completamente conseguido, eu acho. A CGTP hesitou muitíssimo, apesar de vários setores estarem ali representados, e acho que isso é a grande diferença. O 2 de março é sem dúvida uma manifestação em que já se conseguiu que isso fosse muito mais evidente." (7 – PI, P15O, BE)

"Eu tive esperança que as direções políticas neste país em algum momento percebessem que aquele campo social existia, essa possibilidade de uma grande frente para combater aqueles animais. Ficou provado que não era um delírio de meia dúzia de malucos." (7 – PI, P15O, BE)

"Nos partidos mais comprometidos com o movimento popular, se olhares à esquerda, acho que

houve quem se tivesse envolvido politicamente no sentido de tentar potenciar que essas manifestações existissem. Mais ou menos consoante os tempos, sem dúvida nenhuma. Acho que se calhar o PC fez muito mais um cálculo sobre quais é que eram os impactos que isto tinha no movimento sindical, o que é que queria e não queria, fez uma gestão diferente. O BE desde o principio apostou bastante em que pudesse acontecer, no sentido em que ajudava, havia montes de militantes envolvidos, agilizou. No 2 de março é que acho que é essa experiência diferente, ali já estava toda a gente a trabalhar para que corresse bem e até a fazer convocatória. E a garantir que há mesmo manifestação não sei aonde, naquela cidade... Aí é que é se calhar há essa primeira experiência. Se calhar com pouca comunicação conjunta. Cada um nos sítios estava a fazer com que as coisas acontecessem. No 2 de março mais do que no 15 de setembro. Bom foi os partidos perceberem que aquilo não era o seu espaço de reivindicação política." (7 – PI, P150, BE)

"Acho que isso foi a grande conquista do 15 de setembro. Foi falando com todos sem se deixarem abraçar num abraço de urso. Houve várias tentativas disso, houve uma do PS, acho que a determinada altura do BE, não tenho grandes dúvidas. Por incrível que pareça, no caso do meu partido, com a sua história, nós nunca o tentamos fazer. Da parte do PCP, nunca se pretendeu que o QSLT fosse a réplica das posições do PCP e ao contrário da história do PCP, que acho que foi sempre uma história, sempre destruiu movimentos, por tentar ser demasiadamente impositivo em cada uma das suas opções. Eu tenho a tese.... O PCP foi muito cético relativamente ao 15 de setembro, até ao fim. Aliás há aquela intervenção de Jerónimo [de Sousa] dois dias antes, em que diz a história da luta organizada e dos inorgânicos. E aquilo cai muito mal, mesmo nos seus próprios militantes que trabalhavam no QSLT, é uma intervenção que sai fora da posição política do partido na altura, e que é um bocadinho contrariada também pelas intervenções do Arménio que apela à ida, que dá de alguma forma a indicação. Mas acho que o 15 de setembro altera um bocadinho a posição do PCP em relação a este tipo de movimentos, e eu acho que é uma coisa meramente calculista e eleitoral. Há uma sondagem feita entre 15 e 17 de setembro que sai uns dias mais tarde, que dá ao PCP 14%, um aumento exponencial. Espera aí, se há contestação social há um reflexo eleitoral também. É uma interpretação, mas acho que pode ter tido a ver com isso." (10 – QSLT, Maldita Arquitetura, PCP)

O último comentário remete para a relação sinuosa dos partidos com as estruturas políticas de ativismo, facilmente querendo absorvê-las na sua esfera de influência, dominando-as e acabando por as anular. Refletindo sobre a posição do seu partido, refere a atitude de maior afastamento que o PCP tinha em relação a organizações que contrastavam fortemente com o seu modelo de grande organização. Uma atitude de descrença que só foi atenuada, dando lugar a alguma aproximação, após o QSLT ter conseguido (ainda que durante um curto período) reafirmar a sua capacidade mobilizadora.

O entusiasmo inicial pelas manifestações da GAR esteve relacionado com o terem sido convocadas autonomamente em relação aos partidos, o que levou a que as constelações de forças nas estruturas que daí surgiram tivessem sempre a confluência e a integração de apoios partidários de forma pouco assumida e ambígua. O QSLT procurou levar mais longe essas pontes, o que gerou conturbadas dinâmicas internas.

"Não sou ingénuo ao ponto de considerar que os partidos não têm uma política para estes grupos, acho que têm, mas estes grupos são autónomos, no sentido em que a sua definição é feita do ponto de vista interno e os equilíbrios partidários não jogam nela, ou jogam menos do que pensariam jogar. Tens muita gente do BE mas a votarem desencontrados, pouca gente do PC mas também a votar desencontrados. Há ali um processo próprio do grupo que faz com que, tirando algumas tendências, aquilo não seja explicável do ponto de vista partidário." (13 – Attac, Portugal Uncut, P15O, Activar, Primavera Global, QSLT)

"O PC tem uma escola muito determinada nos movimentos sociais tradicionais, que formata muito as coisas. Mas o BE também tem, não cria rede. Vais ver coisas tipo PI e aquilo é sempre a mesma merda. Aquilo é o partido propaganda. Eles têm um conjunto de quadros profissionais que fazem tudo, depois o resto do pessoal não tem opinião nenhuma, fazem umas iniciativas para a comunicação social e aquilo nunca dá poder às pessoas, nunca organiza, nunca alarga" (13 – Attac, Portugal Uncut, P15O, Activar, Primavera Global, QSLT)

A experimentação do modelo do QSLT é defendida no anterior comentário como uma tentativa de encontrar uma fórmula que vá mais longe do que a do PCP e do BE. Alguns consideram que as grandes mobilizações chegaram ao fim devido ao facto de as novas estruturas terem passado a ser dominadas pela influência dos partidos.

"A génese do QSLT é um acordo entre o PCP e o BE para recolocar a política nos trâmites que eles conhecem. E com isso secaram todo o movimento social espontâneo. Mas o primeiro a cometer esse erro foi o MAS, quando se apropria do 15O." (5 – Panteras Rosa, M12M, P15O, QSLT, BE)

Sob o título "Que se lixe o dirigismo", num manifesto que viria a ser apresentado na IX Convenção do BE, de 22 e 23 de novembro de 2014, por Isabel Louçã, Paulo Coimbra e Sérgio Vitorino, os membros da formação política (dois dos quais haviam integrado o QSLT) realçam a proximidade que o BE sempre teve em relação aos movimentos sociais, frisando a necessidade de não caírem na tentação de assumirem perante eles uma atitude de controle: "O BE é um partido que sempre se quis nas ruas, nos bairros, nas lutas e, portanto, também nos movimentos sociais. Nos últimos 3 anos, eclodiram ocupações, Acampadas e processos assembleários (...) Manifestações gigantescas encheram as ruas de gente que não respondia a apelos de centrais sindicais ou dos partidos. Puxando a si os créditos da organização do 12 de março, onde não soubera estar, o Bloco passa a intervir no coletivo que viria a organizar as grandes manifestações seguintes (15 de setembro e 2 de março), o QSLT. Entretanto, não voltámos a ter um milhão de pessoas na rua contra a austeridade. Entretanto, o QSLT desapareceu em lutas internas autofágicas".

"Pretender que a solução para a formação de maiorias sociais se encontra em coletivos como o QSLT é não entender como um coletivo fechado pode ter capacidade para organizar pontualmente momentos de protesto mas nunca será um movimento social ou de massas (...) E é, também, não entender que o partido não pode intervir nestes coletivos ou no movimento social com a intenção de os dirigir". (Louçã, 2014)

A heterogeneidade do QSLT contribuiu para que se tivesse mantido sempre apenas como um grupo de contestação e não de afirmação de alternativas políticas, o que de resto não correspondia ao interesse de parte das forças políticas que integrava.

"Para o QSLT tenho sempre defendido que nós não devemos ter um programa político, isso é uma matéria que se discute dentro dos partidos, ou se as pessoas se quiserem organizar em movimentos com uma ideia sobre um programa político podem fazê-lo mas isso não é a lógica do QSLT. É óbvio que se pode começar a ter uma lógica mais construtiva, tudo bem, mas um programa político é para ser uma coisa discutida entre partidos ou nem nunca se pôs essa questão. Por acaso acho que se pôs depois do 15 de setembro, porque uma das questões da comunicação social, era 'então mas vão formar um partido?' Que é redutor. Para já um movimento social, um movimento de protesto, se o não quiser não tem de construir alternativas. Tem de ser de protesto e explicar porque está a protestar e ser coerente na atitude de protesto, mas não tem de por si construir alternativas, para isso há os partidos e se alguns ali se quiserem constituir como movimento, como o que quiserem, mas não acho que deva ser uma alternativa aos partidos." (10 – QSLT, Maldita Arquitetura, PCP)

Influenciado por formas de funcionamento não hierarquizado, o QSLT surgiu como uma plataforma que experimentou novas formas de organização, que contrastavam com as existentes nos movimentos tradicionais, e cuja funcionalidade iria ser colocada à prova na continua tentativa de estabelecimento de equilíbrios entre as diferentes forças.

"No 2 de de março eu ainda estive, mas já não me surpreendi que já não tivesse corrido muito bem. Em termos de grupos aquilo foi-se tornando progressivamente uma luta entre PC e BE que era mais ou menos, havia algumas pessoas do PS também, da JS sobretudo." (14 – Portugal Uncut, IAC, P150, QSLT)

A constelação de forças no seu interior tornava o equilíbrio interno difícil e desgastante, o que se acentuou logo após o sucesso das manifestações de 15 de setembro de 2012 e limitou a sua capacidade de intervenção.

"No 2 de março já era previsível que ia ser um decréscimo. Por um lado, pelo momento político. Já tinha havido vários momentos em que se acreditou que aquilo caía e não caiu, nem a solução governativa portuguesa nem a resposta internacional à crise nem coisa nenhuma. Por outro, os próprios *media* mudaram completamente, no 2 de março os *media* já não apoiam, já não há a televisão que acha que é engraçado entrevistar as pessoas, como antes. As dissensões entre grupos lá dentro já eram muito grandes, as lutas pelo aparecer, pelo dar entrevista. Acho que já era muito visível a capacidade de emperrar o trabalho, muitas vezes não é que se faça nada de mal, mas não se consegue decidir nada nas reuniões. A dualização muitas vezes dá paralisia." (14 – Portugal Uncut, IAC, P150, QSLT)

"Eu acho que se há coisa que também aprendi com estes anos todos é que a nossa capacidade para intervir em processos que têm agendas muito fortes por detrás, porque se quer ter a primazia, ter dividendos eleitorais, isto não é controlável. A única forma de controlar isto é estar sempre presente, oferecer-se para fazer tudo. Não acho interessante. Não apenas por falta de tempo. É porque é um processo obsessivo como qualquer outro, só que neste caso na política." (14 – Portugal Uncut, IAC, P150, QSLT)

As dinâmicas intergrupais cruzavam-se com as dimensões pessoais e relacionais, com a gratificação da integração e do impacto que tinham no seu exterior a surgirem também como elementos determinantes para o funcionamento do QSLT.

"Depois também havia ali uma dimensão que, se quiser ter um olhar mais sociológico sobre as coisas do que político, as pessoas mais disponíveis, isto é um drama do nosso tempo e dos movimentos sociais no nosso tempo, às vezes as mais disponíveis são as que estão com as vidas mais desestruturadas, as que estão mais desesperadas para pagar qualquer conta, as pessoas que podem aparecer em tudo e ficar em reuniões até às tantas da manhã porque não têm nenhum emprego, também são as pessoas que estão mais angustiadas, mais incapazes de olhar para as coisas com algum distanciamento e os processos emocionais ali, os processos de solidão, de ter que sentir o acompanhamento para conseguir alguma tranquilidade, tornavam as reuniões intermináveis,

pouco produtivas." (14 – Portugal Uncut, IAC, P15O, QSLT)

"Outro drama é o das *mailing lists* que era impossível, é que tens o tempo de reunião mas tens depois o tempo de gestão das *mailing lists* onde tudo se discute. Acho que as *mailing lists* são o reino dos novos duelos, aqueles locais em que de repente há duas posições e está toda a gente a assistir, ninguém a resolver coisa nenhuma, mas aquilo eterniza-se." (14 – Portugal Uncut, IAC, P15O, QSLT)

"A minha experiência no movimento social reaproximou-me do PCP, até por essa questão precisamente porque deixei de ter paciência para as *mailing lists*, *meltdowns* em direto com pessoas a insultarem-se e com não sei quê, e pensei 'porra, afinal o centralismo democrático de facto tem uma utilidade que é focarmo-nos mais e percebermos que temos coisas aqui para discutir e decidir, temos rumos para tomar, não temos necessariamente de ser todos amigos e ir para os copos, temos só de convergir em determinadas coisas e sermos eficientes em algumas coisa'. Foi uma das coisas que me reaproximou. Não sou militante, não me inscrevi, mas inclusivamente na sequência disso fui convidado para ser candidato independente [às eleições europeias] e aceitei." (6 – M12M, QSLT, CENA)

Manifestando a sua frustração perante a disfuncionalidade da estrutura que integrara, para este ativista a experiência levou-o a reforçar os laços e a compreender a necessidade da grande disciplina existente no partido, com o qual tinha uma relação próxima. Tendo optado por nunca aderir ao PCP, a manutenção da sua posição de independente por um lado permitiu-lhe estar menos preso ao modo de funcionamento e posicionamento do seu partido, por outro teve o atrativo de surgir como um elemento exterior capaz de trazer novos apoios.

Após o 2 de março, o efeito novidade em relação à convocação de protestos por novas plataformas veio a esmorecer, tal como o ambiente social no país, com o empobrecimento da população face às medidas de austeridade, alimentando um sentimento de que as grandes

manifestações não eram eficazes, que não tinham poder para fazer frente ao poder político⁴⁹.

"A in experiência das pessoas, acho que as levou a sentirem-se muito derrotadas, porque toda a gente sentiu – repara, este é o ponto – que mais do que aquilo já não dava para fazer. Depois do 15 de setembro e do 2 de março o que é que tu podes fazer mais, só se for tomar o parlamento, porque tens 10% da população portuguesa na rua, o país está a sangrar, estão gajos a sair daqui todos os meses às dezenas de milhar." (7 – PI, P15O, BE)

"E as pessoas, acho que houve pouca capacidade de produzir um discurso público de vitória, as pessoas não quiseram fazer. Acho que algumas de forma completamente calculista, até diria num certo sentido indesculpável e outras por pura ingenuidade e isso foi mortal, porque o discurso próprio e a interpretação social disso é 'é pá, nós já tentámos tudo, mas não conseguimos fazer nada'. E a partir daí acabou-se." (7 – PI, P15O, BE)

"'Ò pá, já houve grandes movimentos, o que é que eles conseguiram?!' – esse é o estúpido balanço social. A acrescentar a isso e à ressaca monumental de toda a gente, a degradação das condições de vida que levam a que, ao contrário do que se diz sempre, as pessoas tenham muito menos disponibilidade para se organizar" (7 – PI, P15O, BE)

"Essas grandes manifestações, o poder revelou-se imune a elas, tiveram Portugal inteiro na rua e perceberam que era indiferente. As pessoas vão para a rua mas não fazem mais nada. Não têm sequer que dar ouvidos ao que se passa lá. Isso gerou um sentimento de impotência muito grande." (20 – RDA)

⁴⁹ Permitir que grupos subordinados se rebelem dentro de regras específicas, como uma espécie de catarse inofensiva, pode por vezes evitar formas mais perigosas de agressão, ajudando mesmo a preservar o *status quo* (Scott, 1990: 185-187). Dentro e fora do meio ativista surgiu neste período a questão de as grandes manifestações terem acabado por cumprir essa função, surgindo como válvulas de escape, momentâneas e como tal incapazes de conduzir a mudanças, podendo nesse sentido ter um efeito contrário ao que desejavam.

"Nós replicámos o 15 de setembro uma semana depois no concelho de Estado e estava muita gente, mas eram dez mil pessoas, não era comparável. Aquela ideia de sairmos para a rua até isto cair é difícil de executar. Nós nunca conseguimos que o acréscimo de pessoas na manifestação se traduzisse numa subida dos ativistas, que partíssemos de uma plataforma mais elevada para a ação seguinte e também como não somos um partido nem um movimento, nem temos quadros nem estruturas, também nunca conseguimos fazer uma ação prolongada. Nós não podemos reagir às medidas do Governo, nós não temos capacidade, nós temos 30/40/50 pessoas na rua imediatamente. Não é mau para os tempos que correm, mas não é uma cena de massas. E aí depois do 2 de março foi um bocado a tentativa de reequacionar isso e não funcionou. As pessoas dividiram-se por duas iniciativas, a moção de censura popular e a manifestação internacional. E ambas ficaram muito à quem. Acho que houve uma sobreestimação da nossa força em relação à moção de censura popular e à nossa capacidade de criar redes locais, mas também houve uma sobreestimação em relação à criação de rede internacional, e sobretudo em relação à perceção das pessoas de que o problema exige uma militância global e não apenas uma mobilização local." (13 – Attac, Portugal Uncut, P150, Activar, Primavera Global, QSLT)

Entre as manifestações da GAR e as da "Que Se Lixe a Troika – O Povo é Quem Mais Ordena" passaram cerca de dois anos. Foi um período especialmente intenso e rico nas mobilizações políticas em Portugal, mas que encerrou antes do fim do programa de resgate económico da Troika. Todos os ciclos de contestação eventualmente declinam (Tarrow, 2007: 191), mas é especialmente significativo que isso tenha acontecido numa altura em que continuavam em plena aplicação as medidas de austeridade.

As instituições servem como um chapéu de chuva para a atividade dos movimentos sociais, um ponto de foco para as suas campanhas (Tarrow, 2007: 126) Ao longo deste período, a contestação foi tomando uma direção mais específica e concreta. O QSLT acabou por assumir como principais reivindicações a demissão do Governo e o fim do programa de austeridade. O êxito das suas mobilizações esteve associado a reações de contestação a medidas específicas, como a alteração da TSU e os cortes em garantias do Estado Social, como as pensões e reformas.

A competição dentro de setores do meio ativista foi muito patente ao longo de todo este processo, dando lugar a diferentes fases e contribuindo para a inovação, mas o entusiasmo inicial

acabou por dar lugar a cansaço, frustração, desilusão e renúncia.

À saída de uma das reuniões do QSLT por ocasião do 2 de março, um ativista comentou connosco que não haveria muito mais a fazer, a menos que as pessoas estivessem dispostas a avançar pelo repertório de desobediência civil e de insurreição política e a sofrer as respetivas consequências. A larga adesão às manifestações tinha sido um elemento de pressão e de condicionamento nas medidas a aplicar. Mas o programa de austeridade prosseguira, o que alimentou uma sensação de desilusão em relação a este tipo de mobilização. A situação de perda de soberania, face ao programa de resgate económico determinado por instituições exteriores, era apresentada como inevitável dentro das condicionantes do modelo neoliberal implementado. Isto surgia como um fator de desmobilização para as reivindicações de demissão dos responsáveis políticos ou do desenvolvimento de projetos políticos alternativos. Dentro desse cenário, as grandes mobilizações ocorreram apenas em movimentos defensivos face à aplicação de medidas concretas. A aproximação a organizações partidárias e sindicais ocorreu apenas a nível informal e momentâneo, as estruturas não deram lugar a uma continuidade de institucionalização, acabando por se desvanecerem.

CAPÍTULO VI: AS DINÂMICAS DE GRUPO

6.1. O efeito viral das redes, o reforço do Eu e a inovação no repertório de contestação

O efeito viral espoletado através da Internet e do Facebook esteve por detrás do surgimento de novos modelos de contestação, que conheceram grande dinâmica entre 2011 e 2013. De repente, o cidadão comum ganhava destaque, em iniciativas e intervenções que não assentavam na excecionalidade das suas características pessoais, mas em ele dar voz a sentimentos comuns, partilhados pela generalidade ou pelo menos por uma parte significativa da população. A frustração perante a ausência de perspetivas profissionais e o sentimento de que essa preocupação não encontrava eco junto da classe política esteve na origem da primeira grande manifestação promovida dentro deste novo quadro.

O sucesso dessa iniciativa veio a abrir um campo de inovação em termos do repertório de contestação, entusiasmando inúmeros ativistas que intervieram a partir da rede social (através de páginas pessoais ou das de grupos a que pertenciam) assim como em sites e blogs. No Facebook surgiam conteúdos das mais diversas origens. As publicações pessoais e da rede de amigos e de amigos de amigos cruzavam-se com republicações de artigos dos *mass media* que ali surgiam acompanhados dos comentários dos diversos visitantes das páginas. A rede social fornecia assim um espaço onde qualquer um podia expressar as suas opiniões informalmente, manifestar o seu posicionamento político sobre os mais diversos assuntos, alimentar novas polémicas ou iniciativas de contestação. Eventualmente conseguindo o almejado efeito de gerar novas reações em cadeia, efeitos virais que extravasassem a rede social online e passassem para outros espaços e plataformas. A republicação de registos, como uma carta de teor pessoal dirigida ao primeiro-ministro expressando a indignação por consequências sofridas em resultado de opções políticas; o vídeo de uma intervenção numa conferência em que uma atriz falava sobre a manutenção da sua situação de precariedades; ou ações de protesto, como a simbólica entrega de dinheiro dos contribuintes na repartição de um banco, davam notoriedade e reconhecimento aos seus autores, em especial entre os círculos de ativismo. A exposição pessoal ganhava muitas vezes contornos performativos.

O período ficou marcado por um grande experimentalismo, com grupos e ativistas a convocarem manifestações e outras iniciativas de protesto, das quais apenas uma pequena parte conseguiria larga adesão. Os novos grupos que procuravam afirmar-se e conquistar o seu espaço,

quer relativamente aos movimentos sociais tradicionais, quer na arena do ativismo, tendiam a ser mais inovadores em termos de repertório, afirmando-se em iniciativas de contestação dos poderes vigentes que muitas vezes ganhavam um teor de desobediência civil. A criatividade andou a par da importação de inovações experimentadas noutros países, com a Internet a contribuir para a grande circulação de informação também a este nível.

Tudo isto decorria dentro de um cruzamento das redes sociais da Internet e dos *mass media*, do *on* e *offline*. A Acampada do Rossio foi um momento de grande importância para o contacto presencial de uma série de ativistas que haviam começado a interagir dentro dessas novas dinâmicas. As Acampadas surgiram em Portugal como mimetização das que estavam a decorrer em Espanha, tendo associado o espírito de ocupação do espaço público, onde decorriam assembleias populares, abertas à participação de qualquer um.

6.2. As estruturas, o funcionamento não hierarquizado, as decisões por consenso e por maioria

O impacto obtido pela viralidade e a enorme adesão aos eventos convocados levou a que as três estruturas que descrevemos atrás em pormenor tenham subitamente ganho protagonismo. O primeiro deles, o GAR, foi o que surgiu de modo mais espontâneo e informal. Inicialmente eram apenas quatro amigos que resolveram criar uma página sobre a precariedade no Facebook. O impacto do protesto que convocaram levou a que esse círculo se alargasse um pouco mais, a cerca de uma dúzia de pessoas, incluindo algumas com as quais tinham afinidades e que já se moviam na área do ativismo político, permitindo criar pontes para com esse meio. As reuniões decorriam na casa de um casal do grupo inicial. O facto de o grupo ter mantido uma dimensão reduzida facilitou que as decisões fossem acordadas entre todos nas longas reuniões que foram vividas pelos seus membros de forma bastante intensa, face ao furor que estavam a gerar.

O protagonismo e potencial capacidade de influência do grupo foi sentido de forma ainda mais acentuada após a realização da manifestação, altura em que cresceram em redor dos seus membros as expectativas e pressões para que promovessem novas manifestações e ações de luta, fazendo crescer as tensões no seu interior. Depois desse sucesso inicial, contudo, o grupo manifestou grande indefinição sobre o caminho a seguir. As ações que levaram a cabo restringiram-

se sobretudo ao lançamento de uma recolha de assinaturas para uma proposta cidadã de lei contra a precariedade. No momento da realização da Acampada já se havia instalado um ambiente de desconfiança e hostilidade no meio ativista em relação aos membros do grupo, grande parte do qual optou então por se afastar dessa arena. Decisão que levou a um confronto com os membros do grupo que discordaram da demarcação e da desistência da convocação de grandes manifestações, saindo do grupo em rutura e dando continuidade à mobilização noutras estruturas que já integravam ou que se iriam formar.

A P15O é encarada por alguns membros do meio ativista com saudosismo, por ter sido a única plataforma verdadeiramente aberta, com os seus plenários e reuniões anunciados no Facebook. Nascida em sequência da Acampada e sob a influência de movimentos assembleários espanhóis, adotou uma lógica de horizontalidade, sem líderes. Em princípio, a lógica inerente seria também a das decisões serem tomadas por consenso, mas a P15O acabou por optar por aprovações por maioria de dois terços.

Embora ainda procurando manter a lógica da horizontalidade e da ausência de líderes ou mesmo de porta-vozes (procurava-se que a função fosse exercida rotativamente, a fim de evitar que determinados membros comesçassem a surgir como o seu rosto mediático), o QSLT já foi desde o início criado como um grupo fechado, com um núcleo de 29 pessoas, depois alargado a 120. Era esse grupo de pessoas que decidia as ações a levar a cabo, depois organizadas e promovidas em grupos de trabalho que já eram abertos à generalidade do meio ativista. Embora também privilegiando os consensos, as decisões do seu núcleo eram aprovadas por maioria.

6.3. Posicionamento ideológico e estratégico, objetivos – filiações, alianças e antagonismos

O ponto de partida da GAR foi o desagrado perante a situação de precariedade laboral. Apresentou-se como uma "causa" suficientemente indefinida ideologicamente para recolher apoios entre uma grande parte da população oriunda dos mais diversos posicionamentos políticos. Essa indefinição ideológica, porém, em breve se iria revelar problemática para a continuidade do grupo. Não só por tornar difícil que a vaga de contestação se orientasse para reivindicações mais concretas, como pela dificuldade em encontrar elos e causas comuns com aqueles que a apoiaram.

As manifestações ocorreram numa altura em que aumentava a contestação ao Governo PS e contaram com apoios vindo da área da oposição de direita, nomeadamente do PSD. A maioria dos elementos do grupo não se enquadrava contudo nesse campo partidário ou ideológico, sendo dominante uma tendência mais à esquerda e de proximidade com grupos LGBT, antirracismo e sindicais. Em diversos pontos do país, os desencontros ideológicos contribuíram para o fracasso das tentativas de organização em grupos denominados como GAR's⁵⁰, que não passaram de uma fase embrionária. Nem todos partilhavam as posições mais prevalentes no meio ativista, de defesa de uma contestação mais radical aos poderes vigentes.

Ainda que marcadas por uma grande heterogeneidade, a Acampada do Rossio e a posterior P15O, surgidas sob a influência dos movimentos de assembleias populares espanholas e dos movimentos *Occupy*, situaram-se já numa área mais à esquerda, de assumida contestação ao capitalismo neoliberal, próxima do anarquismo e da defesa de modelos de democracia mais participativa. As características de abertura levaram a receios da existência de elementos da extrema-direita ou de agentes dos serviços de informação do Estado infiltrados. Apesar de terem nascido sob essa influência próxima do anarquismo, tendo atraído inúmeros ativistas que se manifestavam à margem e numa posição de repúdio às instituições políticas, tanto a Acampada como a plataforma contaram com a forte presença de elementos de partidos políticos mais à esquerda, em especial o BE, e de movimentos que haviam abandonado esse partido e que procuravam afirmar-se e conquistar o seu espaço, como o Ruptura-Fer e a Revista Rubra.

A questão da defesa da renegociação ou do não pagamento da dívida pública portuguesa surgiu no centro dessas disputas, com as fações mais na extrema-esquerda, tanto as oriundas do BE como as que próximas do anarquismo, a defenderem o não pagamento, e as que se mantinham afetas ao partido, assim como outros ativistas, como por exemplo membros da GAR, a defenderem a renegociação. A questão deu aliás lugar à criação da iniciativa para a Auditoria Cidadã. Os defensores do não pagamento já antes tinham criado o CADPP.

A ideia da criação do QSLT surgiu da área dos PI, cujos membros haviam entrado em rutura e abandonado a P15O. A nova formação deixou de fora tanto os membros desses grupos com os quais se haviam incompatibilizado, como os ativistas antidemocracia parlamentar. A nova estrutura procurou antes ser um elemento de confluência e agregador de grupos de ativismo e dos

⁵⁰ As GAR foram criadas na tentativa do estabelecimento de uma rede nacional que agregasse nas diferentes cidades as pessoas que aí organizaram a manifestação da GAR.

movimentos sociais tradicionais, numa área política já marcadamente de esquerda, sobretudo à esquerda do PS, tanto a nível de membros afetos a partidos dessa área, como aos sindicatos, seguindo a lógica própria dos PI.

Na génese do QSLT esteve o estabelecimento de pontes entre os novos e os velhos movimentos sociais, mas o tipo de relacionamento que se haveria de desenvolver entre esses diversos elementos, em certa medida antagónicos, nunca foi resolvido, mantendo-se numa posição de indefinição.

O êxito da primeira manifestação atraiu mais membros de uma geração mais velha de ativistas, assim como de elementos próximos ou ligados ao PCP (que numa fase inicial se manteve algo arredado nas novas dinâmicas de ativismo político) que passaram a integrar o grupo, a par de diversos membros do BE e de organizações afetas ou mais próximas da sua área, assim como numerosos ativistas apartidários.

O posicionamento relativamente aos partidos políticos e sindicatos com os quais possuíam proximidades ou mesmo ligações informais sempre foi ambivalente. Por um lado, existia o desejo de congregação de forças. Por outro, uma postura de disputa e de receio recíproco de que uns ou outros pudessem roubar protagonismo, território e base de apoio. Algo que surgiu de forma mais exposta nas manifestações marcadas para os dias de greves gerais, que se tornaram eventos acesamente disputados pelos novos grupos de ativismo e pelos sindicatos, em especial da CGTP.

O objetivo último do QSLT manteve-se sempre o mesmo e nunca foi alcançado: interromper o programa de resgate económico e levar à queda antecipada do Governo que o estava a implementar. Consoante os diferentes momentos políticos vividos no país, diferentes constelações de força surgiram em confluência ou em redor destas estruturas de ativismo. Primeiro uma constelação anti-Governo José Sócrates, depois anti-Governo Passos Coelho.

Os *mass media* tenderam a ampliar a popularidade de protestos que já contavam com significativa adesão nas redes sociais, numa reação em cadeia, que se verificou sobretudo apenas nestas circunstâncias. Mas o reconhecimento das novas plataformas como interlocutores, representantes de movimentos sociais, acabou por não chegar a ficar verdadeiramente solidificado ao longo destes anos, para o que contribuíram também as características inorgânicas, assim como a ausência de lideranças e representantes.

6.4. Multipertenças – elementos para o fortalecimento e enfraquecimento da identidade grupal e da participação no ativismo

O facto de terem ganho protagonismo de forma algo inesperada levou a que a questão da continuidade fosse colocada, perante estruturas que tinham sido criadas com vista à organização de um evento único, sem uma identidade muito definida. Empurrado pelo sucesso, o primeiro grupo não resistiu às pressões resultantes, acabando por perder protagonismo e por sair da arena que estava a ser fortemente disputada.

Tendo optado por um modelo de funcionamento aberto, a P15O tornou-se palco das acesas disputas que já se haviam iniciado na Acampada do Rossio, com plenários que se prolongavam por sessões longuíssimas, provocando grande desgaste nos seus participantes. Os críticos desse modelo de funcionamento acusam também os membros de diversos grupos de intervirem de uma forma orquestrada e não assumida, inscrevendo-se uns atrás dos outros para falarem, levando a que o seu ponto de vista ganhasse destaque e surgisse como dominante.

Estas disputas intergrupais também facilmente afastavam ativistas exteriores aos grupos. Para quem chegasse de fora e não soubesse os antecedentes das polémicas em curso, era difícil compreender os jogos de poder em causa. A formação aberta também contribuíra para um ambiente de desconfiança interna.

O QSLT, por um lado, deixava de fora membros dos grupos com os quais haviam surgido incompatibilidades. Por outro, tentava abrir-se para outros campos, nomeadamente a de partidos políticos e sindicatos. Os ativistas que a integraram foram escolhidos por se situarem próximos ou pertencerem a determinadas áreas e organizações, com as quais poderiam ajudar a estabelecer pontes. Tal ocorria geralmente de modo informal, sem que os ativistas se apresentassem como representantes das organizações com quem tinham laços, estabelecendo ou fortalecendo relações pessoais.

A intenção de se afirmarem como uma força de oposição aos acontecimentos políticos que iam ocorrendo, no âmbito das medidas de austeridade então aplicadas, obrigava a uma atividade intensa por parte dos ativistas envolvidos. Entre a participação nas reuniões no grupo e nas ações que se determinavam, era necessária uma participação quase diária, o que requeria disponibilidade e facilmente desgastava, em especial nos momentos em que as suas ações começaram a perder o

impacto gratificante que anteriormente tinham. A tentativa de desafiar e fazer frente às instituições estatais, em iniciativas que muitas vezes ganhavam contornos de desobediência civil, fazia com que os envolvidos experimentassem sensações de adrenalina que também potenciavam esse desgaste.

Os ativistas envolvidos nestas dinâmicas surgiam numa posição de multipertenças, o que lhes dava capacidade de influência mas os colocava em posição problemática, num cruzamento de interesses, polémicas e conflitos.

A comunicação pela Internet, que surgira como vital para intensificar a contestação às instituições vigentes, veio também a apresentar-se como um elemento gerador de conflitos internos. As polémicas e desentendimentos cresceram, através de mensagens enviadas aos membros do *Google Group*, com as respostas e contra respostas dos diferentes membros a surgirem em catadupa. Isso viria a verificar-se ainda mais na troca de comentários efetuados num grupo fechado do QSLT no Facebook. A situação levou mesmo a que as atividades nessa página fossem suspensas por se verificar que na troca de mensagens *online* os desentendimentos tendessem a atingir uma dimensão que não ganhavam nos contactos presenciais dos seus membros.

As mudanças no Facebook, no sentido de no mural geral de cada utilizador passarem a surgir sobretudo as publicações dos amigos e grupos com os quais ele mais interagira, em detrimento dos restantes, assim como o estabelecimento de um limite para o número de convites que se podia efetuar para cada evento, também reduziram muito o potencial para promoção de eventos que se expandissem em cadeia. A rede social da Internet, que inicialmente fora um elemento central para a abertura e propagação de protestos, passou também a contribuir para que estes tendessem a ficar mais fechados dentro do seu círculo.

A falta de líderes ou de representantes, a par de alguma indefinição do QSLT (por vezes defendida entre os seus membros em nome de uma fluidez), também causou algumas dificuldades de funcionamento, contribuindo para que uma organização que surgira com o intuito de estabelecer pontes que permitissem que as suas ações se propagassem, tendesse ao invés disso a fechar-se cada vez mais.

A heterogeneidade também levou a que não houvesse entendimento em torno da defesa de iniciativas políticas alternativas aos modelos vigentes, tendo a sua ação ficado apenas circunscrita aos protestos e contestações.

CAPÍTULO VII: UMA COMPARAÇÃO DAS MOBILIZAÇÕES DE MADRID, ATENAS E NOVA IORQUE COM AS DE LISBOA

7.1. Acampada das Portas do Sol, a praça onde os movimentos ativistas se encontraram com o apoio popular

A crise espanhola foi precedida pelo *boom* do crédito no mercado imobiliário. Com a chegada da crise económica, a subida das taxas de juro e o aumento do desemprego causaram uma situação catastrófica.

As manifestações pela "Democracia Verdadeira Já" que eclodiram a 15 de maio de 2011 (dando lugar às Acampadas e ao que ficou conhecido como movimento 15M) inauguraram um novo ciclo na história dos movimentos de protesto em Espanha (Nistal, 2012: 79), que surgiu alicerçado num forte historial de ativismo político.

Tal como em Portugal, os Novos Movimentos Sociais surgiram em Espanha já numa fase tardia, durante as lutas contra a ditadura, no caso do país vizinho o regime franquista.

Movimentos pacifistas, ecologistas, feministas e de solidariedade internacional emergiram e declinaram, mas acabaram por reconfigurar-se, deixando marcas importantes no meio ativista. Ainda nos anos 70 destacam-se os movimentos pela melhoria das condições de vida nos bairros de Madrid e de outras cidades. Em meados dos anos 80, evidenciou-se o anti-militarismo, que contribuiu para o desenvolvimento de repertório de ação direta e de desobediência civil (Bringel, 2015: 66). A isto somam-se os movimentos nacionalistas que cresceram no final do franquismo.

A decepção com os Governos do Partido Socialista e Operário Espanhol (PSOE), que após três mandatos foi derrotado pelo Partido Popular (PP) em 1996, e a multiplicidade de nacionalismos existentes dentro do Estado espanhol contribuiu também para que desde então os movimentos sociais espanhóis tenham estado menos orientados para a política institucional e para o poder. O país conheceu o crescimento de um tecido associativo heterogéneo e, com a chegada do novo século, o aparecimento de uma nova geração de ativistas e de ciclos de protesto. A nível local, verificou-se o crescimento do movimento Okupa, contra a especulação imobiliária e pelo desenvolvimento de vínculos sociais, culturais e territoriais. No plano global, ocorreu uma forte ligação às redes de solidariedade internacionais, do movimento anti-globalização (Bringel, 2015:

66-77).

As lutas estudantis em Espanha nos anos 90 e já no presente século tiveram um importante papel na propagação de um discurso antineoliberal, nomeadamente nos protestos contra a mercantilização do ensino superior da reforma de Bolonha, que havia dado lugar a grandes protestos entre o outono de 2008 e a primavera de 2009. A *Juventud Sin Futuro* surgiu como um grupo que, face ao posterior declínio desses protestos, procurou redirecionar as dinâmicas, alargando o campo da contestação para um público mais amplo, no âmbito da crise. Mudaram a sua identidade, deixando de se identificar apenas como estudantes. Sob o mote "sem casa, sem trabalho, sem pensão, sem medo", conseguiram levar milhares de pessoas para as ruas de Madrid (Zamponi, 2015: 67-70).

A Espanha conhece um maior desenvolvimento de grupos de ativismo e do tecido associativista, com maior independência e maior desenvolvimento de projetos alternativos aos modelos estatais, comparativamente a Portugal, onde surgiu um menor número deste tipo de organizações, com menos distanciamento ou mesmo com dependência do Estado. As lutas estudantis também tiveram algum destaque no ativismo português durante o período similar, nomeadamente nas lutas contra a Prova Geral de Acesso e na contestação à criação de propinas no ensino superior. Mas o ativismo e o associativismo português não contaram com a mesma força das formas de organização não hierarquizadas do país vizinho, faltando-lhes a mesma capacidade posterior de reconversão em organizações que se expandissem para causas e bases afetas a uma parte mais ampla da população.

A *Plataforma de Afectados por la Hipoteca* (PAH) era outro grupo que já estava em grande mobilização em Espanha desde 2009, com o início da vaga de despejos, por não pagamento de créditos bancários (Roos, 2015: 129).

Em Madrid, em 1997, criara-se uma iniciativa denominada *Rompamos El Silencio*, que durante anos organizou a "Semana de Luta Social" com ações diretas de desobediência civil – convergência de vários movimentos: feministas, estudantis, anarquistas, antiglobalização, ecologistas, antimilitares, libertários, entre outros. Com intervenções em torno de múltiplos eixos: habitação, educação, precariedade, migrações, género, hacktivismo, justiça climática. Entre 2005 e 2010 foram ocupados vários espaços simbólicos da cidade (Bringel, 2015: 66-67).

A iniciativa *Rompamos El Silencio* convocara uma semana de luta nacional a 15 de maio de 2010 (data que seria usada um ano depois para os protestos que deram lugar às Acampadas em 2011). Apesar do destaque mediático, estas iniciativas ficavam sobretudo circunscritas aos meios ativistas. A PAH encontrava-se a levar a cabo fortes esforços nesse sentido, procurando dar apoio às pessoas ameaçadas de despejo. E diversos coletivos haviam também começado a organizar vários protestos pelas redes sociais, contra a crise, a corrupção e a precariedade (Bringel, 2015: 66-68).

Em 2011 a crise na zona euro estava a ter grande impacto no país. O desemprego chegara aos 22%, atingindo 47% no caso dos jovens. O Governo socialista efetuara cortes na saúde, educação e serviços sociais. Perante a desordem nos sindicatos e a desacreditação dos políticos, um grupo de cidadãos de Madrid e de outras cidades cria no Facebook um grupo denominado "Plataforma de Coordinación dos Grupos Pró-Mobilização Cidadã". A *Juventud Sin Futuro*, *Plataforma de Afectados por la Hipoteca*, *Nolesvotes*, *Estado del Malestar* e *Juventud en Accion*, assim como alguns veteranos do Movimento Justiça Global e alguns grupos que haviam estado na frente de uma campanha contra a limitação da liberdade na Internet com a lei Sinde⁵¹, como os x.net, *Anonymous*, integravam a plataforma. Inspirados no exemplo da Islândia, criaram depois na mesma rede social a página da Democracia Real, Já (página do Facebook DRY Democracia Verdadeira Ya, 2011). Mais do que um grupo seria sobretudo uma página que conglomerava diferentes blogues e grupos, uma rede descentralizada que se espalhava por várias cidades espanholas (Castells, 2015: 113, 114)⁵²

Alguns dos membros iniciais criaram no Twitter o *hashtag* #spanishrevolution, após um encontro num bar e partilhando opiniões (Carty, 2015: 24). Por ocasião da campanha para eleições municipais de 22 de maio de 2011 apelaram aos cidadãos para se manifestarem nas ruas a 15 de maio sob esse slogan da "Democracia Real, Já". O apelo não foi apoiado por nenhum partido político, sindicato ou associações da sociedade civil. Foi difundido principalmente pelas redes sociais, Facebook, Twitter e tuenti, conseguindo grande adesão: 50 mil em Madrid, 20 mil em Barcelona, 10 mil em Valência. No final do dia, algumas dezenas de manifestantes foram para as Portas do Sol, a praça mais simbólica da cidade, passando a noite a discutir o significado de Democracia Real (Castells, 2015: 114-116). 24 acabariam por ser detidos, mas os manifestantes

⁵¹A lei Sinde permitia em nome da defesa dos direitos de autor requerer a identificação daqueles acusados de infringirem esses direitos, assim como barrar de forma célere sites que publiquem ou sejam intermediários na partilha de conteúdos que supostamente violem esses direitos.

⁵²Em Portugal para além das réplicas das Acampadas, seria também replicada a página de grupo no Facebook, que assumiria o nome de Democracia Verdadeira, Já (página do Facebook Democracia Verdadeira, Já, 2011) .

voltaram a usar o Twitter e o Facebook para convocarem nova concentração no dia seguinte, o que deu lugar a uma onda de solidariedade e à ocupação da praça. A 20 de maio, mais de 10 mil pessoas acamparam nas Portas do Sol. Em poucos dias havia centenas de Acampadas em cidades espanholas (Bringel, 2015: 69), mas também de outros países, entre os quais Portugal e Grécia.

A comissão eleitoral viria depois a declarar as Acampadas ilegais por estarem a interferir com o "dia de reflexão". A polícia tentou desalojá-los, o que voltou a gerar a reação de milhares de pessoas que se juntavam às Acampadas bloqueando o despejo (Castells, 2015: 216, 217).

Tanto as manifestações em reação ao colapso do sistema financeiro islandês, que levaram à queda do respetivo Governo em 2009, como as Acampadas no Cairo em 2011, que haviam recentemente resultado no derrube do regime autoritário de Hosni Mubarak, são apontadas como grandes influências no surgimento da Acampada de Madrid, sendo também referida a influência dos protestos portugueses da GAR (Castells, 2015: 114; Fominaya, 2017:11). Embora dentro de contextos muito distintos, esses exemplos de grandes mobilizações no espaço público convocadas com recurso às redes sociais da Internet surgiram como fonte de inspiração em Espanha. Surgidos num momento de acentuar de descontentamento, esses exemplos de sucesso de movimentos sociais que haviam ocupado espaço público e conseguido derrubar os respetivos regimes políticos contribuíram para que a nova iniciativa promovida por redes de ativismo se alargasse a uma camada mais ampla da população.

Ainda antes da Acampada e cerca de um mês depois das manifestações em Portugal da GAR, a 7 de abril, milhares de jovens manifestaram-se em Madrid em sequência do apelo lançado na Internet pela Juventud Sin Futuro, numa campanha em defesa do direito à educação, ao trabalho e à habitação (Castells, 2015: 125).

O exemplo de sucesso de mobilizações convocadas pelas redes sociais *online* numa altura de aumento do descontentamento perante os dirigentes políticos face à intensificação das medidas de austeridade também foi um fator de contágio que contribuiu para a larga adesão aos protestos espanhóis. Mas neste caso o apoio permitiu expandir bases organizativas que já contavam anteriormente com maiores estruturas e com um historial mais longo de experiências organizativas do que havia em Portugal.

Um importante contingente do 15M viria depois de jovens envolvidos meses antes no

movimento V – de Vivenda – que efetuaram protestos virulentos contra as prestações e despejos de idosos e de famílias carenciadas [Castells, 2015: 125, 126] Também referida é a presença de elementos do movimento Okupa, entre os quais dos grandes centros sociais como *La Tabacalera* e o *Patio Maravillas*, que trouxeram a sua experiência de autogestão, princípios anarquistas e mutualistas. Outra fonte de experiência de organização numa lógica de horizontalismo vem do sindicato anarcosindicalista CNT, que assenta na tradição anarquista dos anos 1930, e também no forte movimento de assembleias de bairro dos anos 1960 (Roos, 2015: 125).

A influência dos centros sociais Okupas, mas também de uma geração de profissionais formados em cursos universitários especializados na participação, do modo de discussão através das redes sociais da Internet e de uma cultura política de cidadania aberta ao diálogo, são elementos mais marcantes nestes novos movimentos do que a influência dos movimentos sociais tradicionais, associações ou sindicatos, ou mesmo do que os movimentos alter-globalização (Nez, 2012: 126, 127).

Os jovens tiveram destaque entre os ativistas do 15M, muitos dos quais vinham de famílias da classe média, sem perspectivas de manterem o nível de vida dos seus pais. Defenderam uma autonomia radical perante o sistema corrupto, encontrando identificação num movimento dentro do qual conseguiam recuperar a sua voz e poder (Gonick, 2016: 216).

A desobediência civil das Acampadas surgiu como uma reterritorialização do espaço público, e ao mesmo tempo uma incorporação e um contacto presencial, complemento e meio de fortalecimento dos laços anteriormente estabelecidos através da desincorporada prática política das redes sociais *online*. O fator emocional das Acampadas, que envolvem pessoas desconfortáveis com as suas vidas, é destacado como fomentador destas ações, fornecendo aos envolvidos um sentimento de poder, eficácia e alegria (Tejerina, 2012: 94, 98, 103-105).

Como o espaço público institucional, o espaço de deliberação, estava ocupado pelos interesses das elites dominantes e pelas suas redes, os movimentos sociais experimentaram criar ali o seu próprio espaço, onde tentaram transformar a emoção em ação. Procuraram desenvolver uma comunidade cheia de poder simbólico, dentro de um espaço híbrido, entre as redes sociais da Internet e o espaço urbano ocupado (Castells, 2015: 110-113).

As Acampadas foram cruciais no desenvolvimento e difusão de narrativas contra-

hegemónicas da crise. Os movimentos das praças procuraram tornar visíveis as perspetivas dissidentes e as alternativas que na esfera da hegemonia neoliberal permanecem ocultas. As praças surgiram como espaços abertos a novos atores que ali tentavam recuperar uma capacidade de influência, face a um estado liberal construído em torno de um consenso sobre a suposta falta de alternativas (Fominaya, 2017: 9) minando a capacidade de escolha democrática.

Rapidamente criaram um espaço comum organizado horizontalmente (Marzolf, 2016: 92). A participação individual, a ausência de um programa e de líderes e o lugar dado à deliberação são três elementos diferenciadores que irão surgir a partir do 15 de maio (Nez, 2012:129).

A assembleia popular converteu-se num espaço decisório central, onde se procurava o consenso, ao qual se somaram diversas comissões temáticas (Bringel, 2015: 69).

Em Madrid, a frequência das assembleias variava entre centenas e vários milhares em diferentes momentos, moderadas por voluntários num sistema rotativo. Ao fim de alguns dias, começaram a debater a necessidade de tomar decisões por maioria simples, pois o consenso permitia a grupos minoritários criarem situações de bloqueio (Castells, 2015:132, 133).

Foram reunidas mais de 15 mil propostas para melhorar a democracia durante a Acampada de Madrid, que surgiu como uma espécie de laboratório para a desobediência civil. Na véspera das eleições, não acataram a ordem para evacuar devido à proibição de fazer campanha e levaram a cabo o "grito mudo", levantando as mãos num minuto de silêncio, contestando a ideia de que a participação política se resumia ao voto. A desobediência cível também criou grande solidariedade entre ativistas, emergindo uma identidade coletiva e um novo sujeito político – o 15M (Fominaya, 2017: 10).

A amplitude e a intensidade das dinâmicas estabelecidas na Acampada de Madrid surgiram como um forte elemento impulsionador que conheceria réplicas quase imediatas noutras cidades espanholas e noutros países, assim como efeitos de mais longo prazo com a expansão dessas experiências participativas para diversas estruturas organizativas.

7.2. Acampada da Praça Syntagma – o local onde os protestos gregos ganharam novo fulgor à margem dos movimentos tradicionais

Também no caso da Grécia, o contágio da vaga de mobilizações convocadas pelas redes sociais veio ao encontro de redes e estruturas preexistentes de ativismo e associativismo. Neste caso, com a particularidade de o exemplo da Acampada de Madrid ter dado lugar a uma grande onda de mobilização quase imediata em Atenas. O país conhecera já anteriores vagas de protestos antiausteritários, nomeadamente em reação à aplicação do primeiro programa de resgate da Troika em 2010. A mobilização para esses protestos contara com a participação de partidos políticos e sindicatos implicados na anterior aplicação de medidas neoliberais e que entretanto haviam esmorecido. O exemplo da Acampada madrilenha serviu de mote para o seu regresso, agora deixando de fora a classe política tradicional e indo ao encontro de movimentos ativistas gregos.

A rápida emergência do neoliberalismo na Grécia nos anos 90 e na primeira década deste século dera lugar a uma série de microlutas que trouxeram os indivíduos para fora do seu mundo privado. Associações e grupos locais, comités de residentes e coletivos de Okupas emergiram em batalhas diferentes, mas ligaram-se em processos em rede bastante complexos. Em particular, o bairro Exarcheia⁵³, no centro de Atenas, tornou-se num ponto de ajuntamento de centros sociais e de Okupas (Arampatzi, 2012: 2599, 2607).

Na longa tradição de sublevações sociais da Grécia, havia um forte campo anarquista e vários movimentos de base, entre os quais os movimentos estudantis que em 2006-2007 conseguiram várias vitórias, bloqueando as mudanças constitucionais que conduziriam à mercantilização do ensino (Sotirakopoulos, 2013: 445).

Em 2008, uma primeira onda de amplos protestos contra a crise global eclodira espontaneamente em Atenas e noutras cidades. Em dezembro, a polícia matou um rapaz de 15 anos no bairro de Exarcheia, fazendo subir a onda de indignação e de adesões aos protestos (Arampatzi, 2012: 2605). Os ativistas locais começaram por se mobilizar, recorrendo depois às suas ligações a organizações nacionais e sindicatos, que mudaram o foco de contestação da repressão policial para os problemas económicos e educacionais que afetavam os jovens. O êxito dessas manifestações aumentou a notoriedade e a adesão a associações, Okupas e centros sociais de Atenas (Arampatzi, 2012: 2606).

⁵³ Bairro do centro de Atenas onde se encontram diversos centros anarquistas.

Essa primeira onda de protestos foi seguida por uma outra que teve lugar entre o fim do inverno e o princípio do verão de 2010, com manifestações gigantescas por toda a Grécia em reação ao início das medidas de austeridade. A 3 de março, o Governo socialista anunciara um pacote de medidas, numa tentativa de travar o declínio da dívida pública nos mercados internacionais. Foi acusado de esquecer as promessas eleitorais de impor impostos aos ricos e de fazer recair os esforços sobre os cidadãos com mais baixos rendimentos. Imediatamente após o anúncio das primeiras medidas, os dois maiores partidos de esquerda na oposição, Partido Comunista da Grécia (KKE) e Coligação da Esquerda Radical, bem como os líderes das duas maiores confederações sindicais, marcaram protestos (GGCL do sector privado e ADEDY do sector público). A 5 de março tem lugar uma greve geral, com Atenas a ser cenário dos habituais confrontos entre polícia e manifestantes. A 11 de março, nova greve geral de 24 horas. Em abril – o mês em que o primeiro-ministro anunciaria o recurso à Troika – ocorrem novas greves e manifestações 2010. A 5 de maio têm lugar as maiores e as mais dinâmicas que o país conhecera nos últimos 35 anos, num cenário complexo em que os sindicatos gregos contavam com laços de fraca densidade, mas aos quais se juntaram novas forças (Psimitis, 2011: 193-195).

Cerca de um ano depois, a Acampada espanhola seria mimetizada na capital grega, com o mote lançado pela Internet a conhecer rápida adesão. Convocada pelo Facebook numa página anónima, sem ligações a sindicatos e partidos, incitava os gregos a experimentar formas de políticas alternativas sob o slogan "eles não nos representam" (Koronaïou, 2014: 3, 4). À convocatória para a concentração na Praça Syntagma a 25 de maio aderiram milhares de pessoas a cada hora. Na assembleia popular, que teria lugar na praça, o slogan importado de Espanha da Democracia Verdadeira passou a ser complementado por um outro que apelava à Democracia Direta, numa mudança semântica que reforçava a contestação ao modelo vigente de democracia representativa (Sotirakopoulos, 2013 446).

As manifestações na Grécia arrancaram com um forte afastamento em relação a partidos e organizações tradicionais e respetivas bandeiras, ao ponto de um grupo de trabalhadores que se encontravam em greve nesse dia terem sido vaiados e declarados *persona non grata* quando chegaram à praça, por surgirem inseridos na mobilização sindical (Sotirakopoulos, 2013: 447).

O movimento Aganaktismenoi (indignados) refletiu inspiração das lutas do Movimento Justiça Global e dos movimentos autónomos e anarquistas (Gerbaudo, 2017: 47).

A capital grega era conhecida por ter uma das mais bem organizadas comunidades anarquistas, mas a sua linha dura, ao início, mostrou relutância em juntar-se aos protestos. Embora, tal como em Madrid, muitos dos participantes já estivessem familiarizados com a ocupação do espaço público, a maioria eram recém-chegados aos protestos políticos. Alguns dos que trouxeram experiências anteriores tiveram um papel central na definição do modo de funcionamento das assembleias na Praça Syntagma (Roos, 2015: 126).

As Acampadas que arrancaram a 28 de maio conseguiram um nível de adesão extremamente alargado, passando de alguns milhares até um máximo de 300 mil diários, com sondagens a indicarem que no total mais de 2 milhões de pessoas (20% da população) terão participado (Sotirakopoulos, 2013: 448).

A maior presença era de jovens trabalhadores precários e desempregados, embora, sobretudo aos domingos, a participação se alargasse a membros da classe média (Sotirakopoulos, 2013: 450).

A praça esteve dividida em duas áreas, a mais radical libertária/esquerda da assembleia popular (parte inferior da praça) e a formação mais conservadora, próxima do nacionalismo (parte superior da praça). A divisão representava uma tensão entre aqueles que queriam os seus privilégios de volta e aqueles que defendiam que um outro mundo era possível (Sotirakopoulos, 2013: 453), entre os que agiam de forma apenas reativa e os que assumiam uma atitude ativa.

O imaginário da contestação foi buscar referências à resistência contra a ditadura militar grega (1967-1974), com a perceção generalizada de que o Governo grego violara o contrato democrático e que seria necessária uma nova libertação, como em 1974. Esse apelo à reconquista da soberania dava lugar no setor nacionalista a que alguns levassem bandeiras da revolução anti-otomana de 1821 (Sotirakopoulos, 2013: 448).

Tal como em Espanha, a Acampada de Atenas foi um ponto de encontro entre redes de ativismo e associativismo estruturadas e uma parte mais abrangente da população, estabelecendo uma ligação que iria alimentar posteriores iniciativas de protesto.

7.3. OWS – A revolta contra as elites num espaço híbrido entre um parque urbano e a Internet

Em Nova Iorque, a replicação do sucesso das Acampadas não foi imediata. Só seis meses depois da Acampada de Madrid eclodiria o OWS. Os grupos de ativismo, num passado recente, tinham-se distanciado das instituições políticas, frustradas por o poder político não combater o poder das instituições financeiras, apesar da crise que estas haviam provocado. As fortes dinâmicas de ativismo *online* viriam a ter um importante papel na mobilização, recuperando um historial de desobediência civil para fazer face a uma forte máquina opressora estatal.

No país onde estalara a crise financeira em 2008, o Presidente democrata Barack Obama defraudara depois as expectativas dos que esperavam que, em vez de resgatar os bancos, ele apoiasse os cidadãos sem possibilidade de pagar as suas hipotecas. O sistema capitalista passara de uma lógica de produção e lucro para uma de rendas obtidas através do endividamento da população, nomeadamente de uma geração de jovens que precisaram de contrair empréstimos para financiar a sua formação universitária. Com o endividamento a surgir como arma para controlar grande parte da população, "Nós somos os 99%" foi o slogan que ativistas ligados ao espoletar do OWS criaram através do Tumblr, denunciando que a esmagadora maioria da população estava nas mãos de uma pequena oligarquia política e financeira (Roos, 2015: 124; Graeber, 2013: 74-85, 91-98; Hardt, 2012).

O movimento dos direitos cívicos dos anos 60 surge como uma das referências chave do ativismo nos Estados Unidos, tendo iniciado um longo ciclo de protestos (Zamponi, 2015: 196), que passou pelo movimento pacifista, assim como dos direitos *gays*, dos protestos anti-nuclear dos anos 80, ou dos protestos anti-globalização de Seattle de 1999 (Welty, 2014: 38, 39), ligados à emergência do Movimento Justiça Global.

Em junho de 2011 já haviam decorrido Acampadas junto à sede da autarquia nova-iorquina, em protesto contra os cortes levados a cabo pelo autarca Michael Bloomberg (Roos, 2015:127), que duraram cerca de duas semanas e foram promovidos por grupos como o No Cuts NYC e o Bloombergville (Graeber, 2013: 36).

O apelo para o OWS foi lançado pela revista canadiana Adbuster que, retomando os exemplos de Tahrir e das Acampadas espanholas, foi no sentido de que uma multidão afluísse no dia

17 de setembro de 2011 (data do aniversário da constituição americana) para a baixa de Manhattan, em protesto contra Wall Street, "a Gomorra financeira da América". A ideia de uma ocupação de Wall Street já teria anteriormente sido lançada pela rede de ativistas AmpedStatus – cujo *site* se tornou alvo de ataques, levando a que um subgrupo dos Anonymous fosse em seu auxílio, juntando-se a eles e criando a plataforma A99 em representação da rede do AmpedStatus (Castells, 2015: 162-164).

A 23 de março de 2011, os Anonymous apelaram ao Dia da Raiva, na sequência de apelos semelhantes vindos do mundo árabe. A 14 de junho a coligação A99 tentou sem sucesso ocupar o antigo Liberty Park (rebatizado Zuccotti Park em 2006) juntando-se a um grupo conhecido como o Bloombergville que estivera por detrás da ocupação do edifício da autarquia. A rede de ativistas dera origem à chamada Assembleia Geral de Nova Iorque, ganhando uma base de enraizamento comunitário (Castells, 2015: 164).

A 17 de setembro cerca de mil pessoas responderam ao repto (Castells, 2015: 165) e desceram até ao sul de Manhattan. Após alguma indecisão sobre o local onde iriam pernoitar, acabam por decidir fazê-lo no parque Zuccotti, que contava com gestão privada (Fadaee, 2014: 783).

A polícia tentou reprimir o movimento e efetuou centenas de detenções, mas essa repressão foi filmada e divulgada no YouTube, mobilizando ainda mais manifestantes, com os Anonymous a terem um importante papel na denúncia da violência policial injustificada. A 27 de setembro havia duas mil pessoas na assembleia geral do parque ocupado. Entretanto, o movimento conquistaria também apoios de movimentos tradicionais, como o sindicato dos trabalhadores dos transportes de Nova Iorque, que votou a favor da adesão aos protestos. A 1 de outubro, 5 mil pessoas ocuparam a ponte de Brooklyn e a polícia efetuou 700 detenções. Em resposta, a 5 de outubro um apelo conjunto do OWS e de membros de sindicatos reuniu 15 mil pessoas que foram da Praça Foley, na baixa de Manhattan, para o parque Zuccotti, onde a ocupação se consolidou. Imagens na Internet levaram a ocupações espontâneas em outras cidades americanas em outubro (Castells, 2015: 165).

Em Nova Iorque, a ocupação contaria com milhares de pessoas durante o dia e centenas à noite. Sob forte influência de ativistas anarquistas, o OWS começa a levar a cabo assembleias populares diárias, criando 32 grupos de trabalho que se dedicavam a áreas como a assistência

médica, comités de entretenimento, cuidados sanitários ou equipas de *livestream* (Graeber, 2013: 56- 58).

Nos Estados Unidos o espaço urbano não costuma dar tanto lugar para interações – uma tradição da democracia participativa – pelo que a ocupação foi especialmente significativa enquanto ato de revolta contra as elites políticas, desenvolvendo práticas que remetiam para a democracia deliberativa (della Porta, 2015a: 10).

A ocupação do Zuccotti Park pelos manifestantes ali acampados deu lugar, em apenas quatro meses, a 1400 ocupações de locais próximos de centros financeiros, estendendo-se para lá das fronteiras norte-americanas. As Acampadas surgiram como uma reconquista simbólica de espaços públicos de grupos que dizem representar os 99% da população que são vítimas da implosão do sistema financeiro provocado pelos outros 1%, com a Internet a surgir como meio para amplificar o poder dos fracos e a permitir às massas confrontar a minoria privilegiada (Langman, 2012: 166-169).

A experiência do OWS surgia com um rompimento do quotidiano, numa vivência de espírito comunitário com reminiscência ao movimento hippie e que contava com a influência do ideário anarquista nos seus modos de organização.

Também no OWS se optou pela regra da tomada de decisões por consenso, mas a dimensão do grupo levou depois a que se optasse por aprovações por uma maioria de 90% (Graeber, 2013: 216).

Foram criados grupos para diversas áreas: facilitadores de comunicação mediática, legais, alimentação, ação direta, manutenção de paz/segurança, sanitaridade/sustentabilidade, finanças/recursos, médicos, redes sociais da Internet, afro-americanos. As exigências mais comuns eram o controlo da especulação financeira, a auditoria à reserva federal e lidar com a crise habitacional. (Castells, 2015: 184-189)

O *Occupy* contou com grande diversidade social e política de participantes. A maioria eram jovens profissionais e estudantes, entre os 20 e os 40 anos, com o número de mulheres um pouco superior ao dos homens. Só um quinto dormia lá. Foi uma espécie de paraíso para os sem abrigo que encontravam lá comida, abrigo e proteção. Situação que muitas vezes deu lugar a tensão entre

os ocupantes, que tinham posições diferentes sobre como lidar com a sua presença. Em termos ideológicos, os anarquistas eram os que mais se destacavam, assim como os libertários. Mas a maioria dos participantes eram eleitores dos democratas, assim como independentes, surgindo também alguns desiludidos do Tea Party. Atraíram muita gente anteriormente envolvida em movimentos sociais e redes de ativismo *online*. Gente que abdicou do conforto dos seus espaços habituais e que interrompeu as rotinas das suas vidas diárias. Nascido e difundido na Internet, o movimento manteve aí a sua presença, afirmando-se como um híbrido entre esses dois espaços (Castells, 2015: 170-172).

Também na América, as Acampadas despertaram a esperança de poderem representar o eclodir de um amplo movimento que envolvesse os cidadãos comuns em mobilizações capazes de fazer frente e romper com a hegemonia do neoliberalismo.

7.4. Comparação das Acampadas

Um movimento pode surgir não devido a semelhanças que levam à imitação das práticas, mas porque as lutas e reivindicações afetivas de outros lados ressoam, inspirando ativistas a exacerbarem as potencialidades dormentes mobilizadoras no seu país. O ator já terá algo latente e o contágio ocorre porque apresenta condições estruturais com paralelismos (Roos, 2015: 119)

Apesar dos protestos da Primavera Árabe ocorrerem no contexto estruturalmente distinto de contestações a regimes ditatoriais, a inovação de repertório do uso das redes sociais para a convocação de protestos foi replicada para a convocação das manifestações da GAR, permitindo espoletar mobilizações muito alargadas à margem das organizações políticas tradicionais nas democracias ocidentais, neste caso verificando-se já os paralelismos estruturais. Em breve, essa dinâmica conheceria um novo desenvolvimento em Madrid, com a Acampada das Portas do Sol, que seria quase de imediato replicada noutras cidades espanholas, mas também noutros países do sul da Europa atingidos pela crise, como a Grécia e Portugal e, alguns meses depois, nos Estados Unidos. Tal ocorreu numa situação de grande circulação de informação, pelas redes sociais e também pelos *mass media*, e contágios recíprocos.

As Acampadas já haviam decorrido na América Latina, em lutas contra o neoliberalismo nos

anos 90 e na primeira década deste século, adotando algumas ideias que tinham emergido no Movimento para a Justiça Global (della Porta, 2015b: 44).

Os processos de difusão ocorrem tanto ao longo dos tempos como dos espaços. Os protestos pródemocracia moveram-se da Tunísia para o Egito, e daí para a Espanha, para a Grécia e para os EUA (onde adquiriram caráter antiausteritário), mas não para países como a Alemanha e a França ou o Reino Unido, menos atingidos pela recessão. Este também é um elemento chave na propagação das Acampadas também em Bruxelas, Londres, Amesterdão e Berlim, mas com dimensão bastante menor (Mattoni, 2015: 277, 278).

Os protestos públicos no sul da Europa conhecem uma "viragem materialista", com os cidadãos dos países que estão a conhecer um rápido crescimento do desemprego a apresentar uma maior probabilidade de protestarem, independentemente das circunstâncias individuais específicas (Hayes, 2017: 22).

A fase inicial dos protestos ocorre devido a questões materiais, em consequência da crise económica para os cidadãos a nível individual – perda de emprego, instabilidade, habitação. Entre 2010 e 2014 ocorreram 48 greves gerais na Europa ocidental, atingindo os números mais altos – 14 e 12 – respetivamente em 2010 e 2012. A maioria teve lugar em países mais atingidos pela crise e com uma cultura política de greves: 23 na Grécia, 10 em Itália, 6 em Portugal, 2 em Espanha (Hayes, 2017: 25).

Em Espanha, Grécia e Estados Unidos, no seu descontentamento com os políticos *mainstream*, os Indignados viam as Acampadas como uma forma de experimentação democrática, adaptação organizacional, mudança da hierarquia para as redes – desaparecimento do partido massivo ideológico, bases de apoio mais heterogéneas nos Novos Movimentos Sociais (della Porta, 2015b: 56).

O 15M surge associado à emergência de um novo sujeito político, baseado na autonomia da sociedade civil (Hardt, 2012). Em Atenas, o exemplo de Madrid tem um tremendo impacto, levando a que iniciativas de protestos que haviam ganho fulgor com o início da aplicação das medidas de austeridade e entretanto tinham esmorecido fossem revitalizadas, agora já não a partir da convocação de estruturas tradicionais como os sindicatos, com conexões aos partidos responsáveis pela aplicação das medidas, mas de movimentos sociais independentes, fazendo disparar a partir daí

uma nova vaga de protestos.

Por vezes a importação de práticas e ideias não é bem sucedida devido aos diferentes contextos históricos, das estruturas organizacionais dos movimentos ou mesmo dos estilos de vida dos ativistas que não se enquadram com certos ideais e práticas importados de outro país (Amelung, 2017: 12).

Espanha, Grécia e Estados Unidos partilharam duas condições para possibilitar o movimento social autónomo: 1º condições estruturais semelhantes; 2º pré existência de movimentos horizontais e redes de ativismo autónomos para poderem espoletar um padrão mais alargado de ressonância no seu país. Cada movimento nacional teve múltiplas fontes de inspiração e de adaptação e não apenas um único transmissor. Tanto a Espanha como a Grécia tinham experiências de movimentos horizontais e de redes autónomas de ativismo (Roos, 2015: 118). Estes fatores não existiam em Portugal, embora tivesse condições estruturais semelhantes.

O contexto geral era de cortes nos benefícios do Estado Social no âmbito das políticas de austeridade. Mas a potencial recetividade não se traduz automaticamente em manifestações maciças. Os países mais afetados, como Espanha e Grécia, têm fortes e sustentadas mobilizações, mas em Portugal são relativamente moderadas (Baumgarten, 2016, Kannellopoulos et al., 2016; e Zamponi e Fernández, 2016 in Fominaya, 2017: 3)

O caso português surge como excecional pois, apesar de se tratar de um dos países mais afetados pela austeridade, a grande adesão apenas ocorreu nos momentos pontuais das manifestações. Ao contrário do que aconteceu em Madrid, Atenas ou Nova Iorque, em Lisboa a Acampada ficou aquém do nível de adesão obtido nas manifestações ocorridas meses antes, não ultrapassando, no seu momento mais alto, as centenas de participantes e ficando muito circunscrita ao meio ativista.

A pré-existência de mobilizações locais e nacionais e as experiências podem explicar que o impacto das mobilizações não coincida com o impacto dos efeitos diretos da crise. A capacidade de os ativistas gerarem e susterem ocupações é afetada fortemente pela pré-existência de redes de movimentos sociais que possuem recursos (materiais, humanos, culturais e ideológicos), aproveitando-se das estruturas de oportunidade nacionais e transnacionais socio-político-económicas fornecidas pela eclosão da crise (Fominaya, 2017: 7). Redes sociais densas tornam a

mobilização mais provável, e os níveis anteriores de organização social influenciam o grau e o tipo de mobilização social (Foweraker, 1995: 16)

As experiências prévias de movimentos anarquistas, assembleários e Okupas tiveram um papel determinante na transposição de dinâmicas para Madrid, Atenas e Nova Iorque, enquanto em Lisboa esse tipo de antecedentes eram quase inexistentes, pelo que esses modelos de funcionamento foram apenas transpostos do exterior, sem haver uma vivência, mesmo que apenas entre um pequeno grupo de participantes, que permitisse disseminá-los eficazmente.

O movimento anti-austeridade terá maior ênfase na horizontalidade, refletindo não apenas a reafirmação do papel de 'simples' cidadãos como também a procura de alternativas às instituições hierarquizadas – perante a falta de resposta das instituições públicas – e a busca de alternativas organizacionalmente mais inovadoras, em lugar de alianças com partidos políticos. Em cada onda de protesto (ao longo dos tempos) vários modelos são experimentados e testados, mas apenas alguns sobrevivem, normalmente transformados (della Porta, 2015b: 45).

As novas tecnologias e modos de comunicação contribuem para o desenvolvimento de novos padrões de relacionamento, formas de organização e de mobilização. As Acampadas surgem como atualizações dos fóruns sociais mundiais que haviam misturado formas de associação e de assemblearismo com ênfase no consenso. Recusaram a organização em torno de associações e privilegiaram as participações individuais. Enquanto os fóruns tinham uma lógica de trabalho em rede, as Acampadas têm uma lógica mais agregativa, de proximidade e coesão. Os primeiros contavam com uma argumentação mais racional e política, os segundos remetiam para uma dimensão mais performativa e emocional. Os fóruns eram mais orientados para os protestos, as Acampadas mais um espaço de debate entre ativistas, onde as pessoas aprendiam novas capacidades, onde diversidade e abertura eram valorizadas. Era mais difícil pô-las em prática a nível global, e algumas associações tendem a dominar. Pretendia-se que alguma perspetiva coletiva emergisse. O consenso só é funcional quando conjugado com o princípio da descentralização, Resulta sobretudo para tomada de decisões em escalas reduzidas. Depois da apresentação de uma proposta, alguém que assumia a função de facilitador começa em busca de consenso. As Acampadas surgiram como lugares de discussão e escuta, onde identidades coletivas eram mantidas através do desenvolvimento de fortes emoções, de intensos sentimentos de pertença, algo que também esteve muito presente no *Occupy* (della Porta, 2015b: 48-55)

Em Lisboa, embora a Acampada também tenha sido muito marcante ao nível da experimentação de novas formas de organização, tal acabou por surgir essencialmente como embrião de novas plataformas cuja ação ficaria sobretudo limitada à organização de manifestações, uma vez que outro tipo de iniciativas nunca conseguiram uma base de apoio alargada.

A anterior experiência dos fóruns sociais também surgia como um antecedente marcante na capital portuguesa, mas, como já se verificara nos fóruns sociais portugueses, os Novos Movimentos Sociais ocorreram em grande sobreposição à esfera partidária, cujos modelos organizativos mais fortes e estruturados tendiam a predominar, transpondo para o campo do ativismo os seus jogos de poder. Esse aspeto foi muito marcante na Acampada de Lisboa, manifestando-se sobretudo nos conflitos entre grupos afetos ao BE e facções que tinham abandonado a organização ou estavam em processo de o fazer e lutavam por marcar a sua identidade diferenciada que lhes permitisse conquistar uma base de apoio.

Em Lisboa, o não alargamento a uma mais ampla camada da população contribuiu para acentuar ainda mais esse fator, o que acabou depois por fechar mais o campo e tender a afastar aqueles que não pertenciam a esses grupos.

7.5. O declínio das Acampadas

Implicando grande envolvimento e disponibilidade, as Acampadas não se prolongaram no tempo e o esmorecimento participativo surgiu nos diferentes locais como uma oportunidade para as forças policiais procurarem pôr termo às ocupações. Em Lisboa, a intervenção policial em princípios de junho contribuiu para o fim da experiência no Rossio, numa altura em que o nível de adesão já era muito mais reduzido (alguns ativistas ainda iriam tentar prolongar a experiência, mas as anteriores dinâmicas nunca foram recuperadas).

Apesar de ter contado com uma dimensão bastante mais ampla, por essa altura a ocupação em Madrid também já havia esmorecido e em 12 de junho foi decidido por consenso o abandono das Portas do Sol (Marzolf, 2016: 95).

O movimento em Espanha ficou cada vez mais diminuto e longe de representar os cidadãos que pretendia mobilizar. Tomou diversas formas durante meses, mas a maioria das ocupações

terminaram no início de julho (Castells, 2015: 117). Alguns ficaram nas praças mas acabaram por se tornar alvos fáceis para a polícia, que os despejou em meados de agosto. Em muitas cidades, descentralizaram para assembleias de bairro (Castells, 2015: 134-135).

Na Grécia, a mobilização dos Indignados demarcara-se dos movimentos tradicionais, mas juntam forças a 15 de junho, por ocasião da greve geral, quando os grupos radicais antiautoritários e anarquistas se encontraram na praça Syntagma com membros de partidos de esquerda e de sindicatos, formando uma frente comum face à repressão policial, numa batalha que deu lugar a novas alianças. Nesse dia, o primeiro-ministro Papandreou decidiu demitir-se e a praça tornou-se no centro de algo maior (Sotirakopoulos, 2013: 449).

Subitamente a praça parecia capaz de fazer frente aos líderes políticos, o que espoletou também uma repressão policial sem precedentes, com intervenções a várias horas do dia e da noite (Koronaïou, 2014: 4). Na greve geral de 28 e 29 de junho, os manifestantes procuraram bloquear o acesso dos deputados ao parlamento, onde seriam aprovadas mais medidas de austeridade, mas a tentativa foi travada por uma forte carga policial, tendo ocorrido mais de 500 detenções durante esses dois dias. A 30 de junho a praça seria finalmente esvaziada, com a autarquia a argumentar que tinha de proteger a indústria do turismo. Os ajuntamentos nessa e noutras praças continuariam durante algum tempo até se dissolverem pela fadiga e a pressão da polícia (Sotirakopoulos, 2013: 449; Koronaïou, 2014: 4).

Em Nova Iorque, onde a iniciativa que espoletou o OWS só teria lugar cerca de dois meses depois, a 27 de setembro, o autarca Bloomberg invocaria preocupações sanitárias e de segurança, para, a 15 de novembro, ordenar a intervenção de polícias que, fortemente armados e com recurso a gás lacrimogénico, expulsaram os ocupantes do Zuccoti Park efetuando cerca de duas centenas de detenções, num episódio que seria recordado pelos ativistas como "traumático" e "desolador". Os ativistas reagruparam-se nas semanas seguintes e encontravam-se diariamente no parque, com os grupos de trabalho a contarem com a presença de centenas de pessoas, mas não permanecendo durante a noite. Na primavera de 2012, muitos dos organizadores iniciais e ocupantes expressaram a sua fadiga e exaustão. Em setembro de 2012, a combinação de fadiga, divisões internas, repressão policial e apatia do público levou ao fim do movimento (Fadaee, 2014: 783; Welty, 2014: 42-44).

Em 2011, após o declínio das Acampadas na Europa mas num momento em que o OWS

ainda se encontrava em pleno fulgor, o Dia de Ação Global, a 15 de outubro, surgiu como uma tentativa de projetar a dinâmica de mobilizações que haviam decorrido nos diferentes países para protestos com uma dimensão mais transnacional, à imagem do que ocorrera com o anterior Movimento pela Justiça Global.

Centenas de milhar de pessoas manifestaram-se em 82 países exigindo justiça social e uma verdadeira democracia (Castells, 2015: 118) Crescem manifestações nas grandes cidades, frequentemente junto a locais emblemáticos do poder do Estado-Nação e sua representação (Fominaya, 2017: 5).

Em Portugal, os ativistas gritam slogans como "Espanha! Grécia! Irlanda! Portugal! A nossa luta é internacional!". Mas apesar do slogan, a realidade foi que os atos de solidariedade internacionais, de ação coletiva transnacional, passaram a ter um papel marginal (Mattoni, 2015: 287). Os protestos nos diferentes países têm em comum a falta de alinhamento com partidos políticos ou ideológicos, apontando para a autonomia. Verificam-se paralelismos de situação e uma difusão internacional dos reportórios, mas o nível de coordenação internacional é mais baixo, pois os protestos surgem em reação mais direta aos contextos austeritários diferenciados dos respetivos países. A luta contra os problemas concretos que estão já a afetar a generalidade dos cidadãos possibilita aliás que os protestos passem a ter uma base de apoio muito mais alargada.

As Acampadas surgiram como "vibrant sites of human interaction that modelled alternative communities and generated intense feeling of solidarity" (Juris, J. S., 2012, "Reflections on #Occupy Everywhere: social media, public space, and emerging logics of aggregation", *American Ethnologist* 39[2]: 268 *apud* della Porta, 2015a: 10).

Tanto no caso espanhol como no grego, o fim das Acampadas não representou o fim do movimento, que teve continuidade com uma transposição das dinâmicas e sentimentos de solidariedade intensificados durante as ocupações para assembleias de bairro (Bringel, 2015: 70) (Fominaya, 2017: 8). A base social do 15M era constituída em larga medida por pessoas diretamente afetadas pelo desmantelamento do Estado Social e pela crise financeira (Bringel, 2015: 71).

Em sequência das Acampadas, os participantes do 15M levaram a cabo ações para impedir os despejos e de proteção dos imigrantes face à polícia, bem como a recusa em pagar o

metropolitano face ao considerado preço excessivo) (Castells, 2015: 136).

Entre 2008 e 2014, os bancos espanhóis ordenaram perto de 400 mil despejos. Em resposta, a PAH, criada em 2009, não só fez *lobby* junto do Governo para a criação de habitação social e para mudanças legislativas, como se opôs fisicamente aos despejos, levando a cabo ações como os *escraches*⁵⁴ (Hayes, 2016: 25).

Relativamente ao apoio das vítimas de despejo, os ativistas do 15M pretendiam levar a cabo ações de desobediência civil que os imigrantes receavam (por poderem chamar a atenção das autoridades sobre eles), enquanto a PAH procurava mais dar voz às vítimas, não decidir por elas, em muitos casos dando-lhes apoio, através de sociólogos e psicólogos, face aos seus traumas (Gonick, 2016: 217).

As lutas contra os despejos revelaram-se de grande complexidade entre os diferentes grupos e estratégias adotadas de maior negociação ou de maior confrontação institucional. A PAH inicialmente ignorou os *media* e outros grupos de ativismo, e o público entendia os despejos relacionados com as hipotecas como um problema totalmente de imigrantes (Gonick, 2016: 214).

Os imigrantes equatorianos tinham sido os primeiros a organizar-se em torno do assunto e encontraram apoio na Federación Regional de Asociaciones de Vecinos de Madrid, desenvolvida nos primeiros tempos da democracia, que passou a servir de ligação institucional entre os políticos de esquerda e o Governo conservador espanhol, mantendo também laços com outros grupos de esquerda da sociedade civil, entre os quais partidos e sindicatos. Esta junção precoce entre organizações de base e ativismo mais institucionalizado criou tensões entre algumas assembleias do 15M e a PAH. Ativistas Okupas acusaram-nos de perpetuarem o sistema capitalista, pois o seu objetivo era manter o estatuto de proprietários (Gonick, 2016: 214).

Os ativistas da habitação em Madrid acabaram contudo por conseguir deixar de lado as suas diferenças ideológicas para construírem um projeto comum (Gonick, 2016: 222).

⁵⁴ A PAH foi buscar o "escrache" à tática usada na Argentina em 1995 pelo grupo Filhos e Filhas pela Identidade e Justiça e Contra o Esquecimento e o Silêncio, na denúncia pública dos responsáveis da situação, e que foi transposta em 2001 para políticos e banqueiros do país a quem era atribuída a responsabilidade da situação de rutura financeira no país. O "escrache" propagou-se também para o Chile e para outros países em que autores de torturas e assassinios efetuados durante a ditadura haviam ficado por punir. A PAH usou esse repertório para atribuir uma carga de imoralidade à situação de crise do imobiliário (para a qual contribuiu a especulação dos investidores financeiros) e para questionar a legitimidade da democracia espanhola (Fominaya, 2017:19-37).

Para parar os despejos, a PAH criou também, em colaboração com outros grupos e sindicatos, uma iniciativa legislativa cidadã para alterar a legislação de 1909, que estava a ser aplicada à situação daqueles que não pagavam os créditos imobiliários (Fominaya, 2015: 24).

Após o fim das Acampadas e o declínio das grandes manifestações, deu-se uma especialização, com estruturas surgidas em sequência da ocupação das Portas do Sol, como o jornal Madrid 15-M, a Ágora Sol Radio e o *site* 15Mpedia⁵⁵ a darem continuidade ao movimento e a prosseguirem os trabalhos em bairros e espaços coletivos (Fernández-Savater, 2017: 122).

Em Atenas, a dinâmica das Acampadas também alimentou a ação de diversos grupos de apoio às vítimas dos cortes austeritários, como os Social Clinic, que asseguravam assistência médica a desempregados e pobres, os Bikers, que tratavam de distribuição de roupas, ou o grupo de ocupações Squat. Também aí houve uma decisão de descentralizar, tendo alguns ativistas criado assembleias nos seus bairros (Koronaïou, 2014: 7, 8).

Ao mesmo tempo, as redes desenvolvidas continuaram a alimentar protestos na praça que surgiam como momentos de contacto entre si (Arampatzi, 2016: 2012).

Nos Estados Unidos, o movimento OWS promoveu uma campanha habitacional, ocupando casas fechadas em muitos locais do país no Dia da Ação Nacional a 6 de dezembro de 2011, com o objetivo de pressionarem os senhorios a reduzirem preços das rendas. Levaram também a cabo uma ação de apelo para cancelar as contas no Banco da América como reação à criação de uma taxa mensal – o que levou o banco a retroceder. Mas de modo geral, não mobilizaram para causas específicas e não houve grandes mudanças políticas. O impacto mais significativo do OWS foi a mudança da perceção das desigualdades e conflitos entre ricos e pobres junto da generalidade da população norte-americana (Castells, 2015: 194-199).

O OWS levou a dívida, a austeridade e o aumento das desigualdades para o discurso público, o que esteve patente quando, a 16 de outubro, Obama declarou estar a lutar pelos 99%. Em dois meses, o movimento de base, que começou com menos de 2 mil pessoas, influenciou significativamente a política nacional e o discurso político. Quando foi finalmente despejado do Parque Zuccoti a 15 de novembro, tinha-se expandido para 750 cidades em todo o mundo (Rowe,

⁵⁵ Procurando estabelecer paralelismos com a Wikipedia, o site <https://15mpedia.org/wiki/Portada> congrega diversas informações explicativas das organizações, processos e ações ligadas ao 15M.

2015: 2). Mesmo que nessa medida o seu impacto possa ter sido mais amplo, o movimento OWS sobreviveu apenas em pequenos grupos urbanos (Fernández-Savater, 2017: 9).

A Acampada do Rossio não foi construída sobre uma rede social, contracultural ou de movimentos políticos significativa. Apesar de existir, não tinha organização e escala que permitisse dar suficiente sustentação de modelos de funcionamento abertos e horizontais que pudesse ter evitado a que a iniciativa tivesse descambado em meras reproduções das "assembleias populares", segundo refere um dos ativistas participantes, realçando que não obstante deram estrutura às manifestações anti-austeritárias que se seguiram (Luhuna in Fernández-Savater 2017: 122).

7.6. A influência e cruzamento dos novos movimentos autónomos com a esquerda partidária e o quadro institucional

A aplicação de medidas de austeridade na Grécia, Portugal e Espanha teve como consequência que em todos estes países os partidos que se encontravam no poder foram penalizados eleitoralmente. Só que a derrota dos partidos de centro-esquerda dos respetivos países, PASOK, PS e PSOE deu lugar à habitual rotatividade democrática com os respetivos partidos de centro-direita, ND (no caso grego o ND viria a governar em coligação com o PASOK), PP e coligação PSD/CDP-PP, forças políticas que ideologicamente se situam mais próximas do neoliberalismo e que vieram a aplicar os programas austeritários com especial afínco.

Todos estes três países haviam chegado à democracia na década de 1970, após regimes ditatoriais de direita, vindo a integrar a Comunidade Económica Europeia num período em que os sistemas democráticos ocidentais alinhavam por uma lógica de capitalismo que se opunha à do socialismo do Bloco de Leste. Com a queda deste último, os partidos comunistas entraram em declínio generalizado na Europa Ocidental.

A chegada à Europa da crise de 2008 deparou-se por isso com um cenário de falta de alternativas reais ao modelo capitalista, cuja lógica neoliberal se acentuara entretanto.

As mobilizações contra a austeridade ocorreram nos diferentes países promovidas por dois tipos principais de atores: a esquerda institucional – sindicatos e partidos pequenos; atores mais subterrâneos, cada qual com a sua lógica distinta de ação coletiva, ocorrendo também alianças entre

atores (Fominaya, 2017: 3).

As Acampadas e o surgimento de grupos de ativismo na convocação de grandes manifestações vieram dar um novo fulgor aos protestos, com os grupos de ativismo situados fora do quadro institucional, logo não comprometidos por anteriores pactos com um sistema dominado pelo neoliberalismo. Essas mobilizações surgiram, pelo menos a nível inicial, em rutura com os poderes instituídos.

Como já foi referido David Graeber, Noam Chomsky ou Michael Hardt e Antonio Negri enquadraram-nas como movimentos de rutura, que dariam lugar a novos modelos de organização social e política (Graeber, 2013: *passim*; Chomsky, 2013: *passim*; Hardt, 2012: *in passim*).

Em continuidade com a análise que efetuaram anteriormente do Movimento de Justiça Global, Hardt e Negri encaram as ocupações das praças como uma resposta de rebelião, mais socialmente enraizada, dos cidadãos endividados e sem poderes face ao avanço do neoliberalismo. Reconhecem que os processos de decisão abertos nas assembleias horizontais das Acampadas são incrivelmente lentos, por não terem ainda formas de destituírem os modelos dominantes. Preconizam uma mudança de fundo, o advento da democracia real, que deve significar a destruição da "raison d'État", onde o dinheiro deixaria de ser usado como instrumento de acumulação e as pessoas passariam a ter um papel mais ativo nas decisões políticas, com áreas como o ensino passarem a estar a cargo de projetos de autoeducação cooperativos. Admitindo ser uma incógnita quando chegará o dia em que tenham uma base de apoio suficientemente alargada para essa mudança avançar, defendem que entretanto devem ir preparando caminho e estabelecer contra-poderes em áreas mais prementes como as questões ambientais (Hardt, 2012).

Chomsky também refere que "organização, educação e ativismo são imprescindíveis" para as mudanças necessárias, frisando que a aprendizagem dos modelos alternativos ocorre pela participação (Chomsky, 2013: 42). Encara o *Occupy* como a primeira grande reação popular a um retrocesso histórico iniciado nos anos 70 que dividiu o mundo em plutonomia e precariado. Um dos seus pontos fortes dessa reação são as suas ligações, articulações e redes, que poderiam expandir-se a grande parte da população. Face a uma sociedade fragmentada e em desarticulação, o movimento abre a possibilidade de criação de comunidades solidárias [Chomsky, 2013: 33, 43, 54].

Graeber vê o movimento *Occupy* como uma oportunidade de partilhar o ideário anarquista

mostrando-o às pessoas, permitindo que o vivenciem, algo que já existia no Movimento Justiça Global mas que nunca conseguira sair do gueto ativista. Defendeu a recusa de fazer exigências, dentro de uma lógica de não reconhecimento da legitimidade da ordem política existente (Graeber, 2013: 87-90). Mais do que a desobediência civil, defende a ação direta como forma de atuação adequada, e mesmo como definidora da identidade do movimento, pois enquanto a desobediência civil procura reivindicar mudanças, no fundo reconhecendo legitimidade à ordem política existente, a segunda opção aponta para um caminho de verdadeira libertação desse quadro (Graeber, 2013: 233).

As Acampadas de Madrid, Atenas, Lisboa ou Nova Iorque contaram com um leque de forças, que ia desde os que defendiam um maior afastamento e ruptura com o quadro institucional e partidário vigente até aos que se situavam num posicionamento de sobreposição entre os grupos de ativismos e partidos de esquerda. Apesar da dimensão mais reduzida da Acampada da capital portuguesa, este fator também ali se verificou. Em especial entre membros do BE divididos entre a exigência da disponibilidade de tempo que a participação na Acampada acarretava e a necessidade de participarem também na campanha eleitoral que então decorria.

Esta questão cruza-se com o historial dos partidos nos diferentes países, com o sentimento de maior ou menor representatividade e de capacidade dos mesmos para defenderem posições alternativas, não comprometidas com as políticas neoliberais, assim com os laços com os grupos de ativismo.

Numa análise em torno da democracia norte-americana, Hardt e Negri consideram que, dado o elevado custo das campanhas, só os extremamente ricos têm capacidade para se candidatarem. Relativamente à situação de Espanha frisam que os Indignados optaram por não participar nas eleições de 2011 por considerarem que a sua luta deveria tomar a forma de um processo destituente do modelo democrático e partidário existente (Hardt, 2012). Uma posição que irá contudo conhecer depois outros desenvolvimentos, como se irá verificar adiante.

O relacionamento com os partidos é marcado por desconfiança e ressentimentos de anteriores episódios, com o sentimento de que os movimentos autónomos são em determinadas alturas usados por alas mais radicais de determinados partidos para alargarem as suas bases de apoio.

Hardt e Negri referem como este tipo de atuação foi levado a cabo no passado por partidos de esquerda que colheram frutos no ciclo eleitoral seguinte e quase destruíram os movimentos. Pois, apesar de integrarem as suas reivindicações, tornaram-se em meros partidos de lamentos, incapazes de confrontarem o papel dominante do dinheiro na política. Em lugar da confluência de forças, defendem uma relação aberta entre os movimentos e o Governo, com múltiplas formas de entrada (Hardt, 2012).

Graeber acusa de traição grupos de ativismo *mainstream*, como o *MoveOn.Org* ou o *Rebuild The Dream*, ligados à ala esquerda do Partido Democrata, que ganharam força com o movimento e posteriormente converteram isso em dividendos políticos, apresentando-se como os moderados, as "alternativas razoáveis", estabelecendo compromissos (Graeber, 2013, 140-141).

Para Chomsky é necessário manter a capacidade de grande pressão política, pois só dessa forma os líderes eleitos farão algo pelas pessoas que os elegeram (Chomsky, 2013: 77).

Muitos ativistas procuram projetos utópicos e alternativos, por considerarem que as instituições existentes estão tomadas pela corrupção e perpetuam as dinâmicas de poder. Os seus reportórios estão contudo cheios de tensões e contradições, operando nas relações sociais de poder existentes (Gonick, 2016: 211).

As elites conseguem dominar as massas no longo prazo através do "consentimento" dos dominados. Para Gramsci, a cultura subordinada resulta de estar "historicamente na defensiva" (Crehan, 2004: 123, 124). A questão remete para a capacidade dos ativistas conseguirem gerar dinâmicas ativas de alternativas ao sistema vigente.

O entusiasmo de Graeber em torno do OWS levou-o a ver no movimento uma oportunidade de conseguir que as dinâmicas inclusivas de organizações horizontais saíssem do gueto ativista. O problema é que a sua capacidade de mobilização mais alargada verificou-se no âmbito de ciclos de protesto, que se verificam em períodos temporalmente delimitados, que acabam por esmorecer.

Estes movimentos são raramente programáticos, exceto quando se focam num objetivo claro e único. Têm múltiplas exigências possíveis e não podem formalizar qualquer organização ou liderança, porque o seu consenso, a sua inclusividade, dependem do processo de deliberação e não de um programa construído com objetivos específicos. O que lhes permite não serem facilmente

canalizados em ação política instrumentalizada, dificilmente serem cooptados por partidos políticos, embora os partidos possam beneficiar das mudanças de mentalidades que eles suscitam junto da opinião pública. Podem-se tornar em alvo de marketing político. Em certos casos induzem à formação de um novo tipo de partido político, próximo da inspiração original do movimento mas claramente distinto dele (Castells, 2015: 255, 256).

Em especial nos países europeus, Espanha, Grécia e Portugal, a dinâmica foi marcada por alguma ambivalência. A par da descrença nos representantes políticos nacionais, as instituições do Estado-Nação surgiam como um possível escudo protetor face à influência de instituições e atores transnacionais que condicionavam os sistemas democráticos obrigando-os a efetuar cortes nas proteções sociais.

Como se verificará a seguir, nestes três países o lastro deixado por estas mobilizações irá repercutir-se de diferentes modos nos equilíbrios dos sistemas partidários. No caso português, com a adesão alargada a ficar circunscrita às grandes manifestações. A falta de apoio continuado a movimentos autónomos irá refletir-se depois na menor capacidade de dar lugar a alterações do quadro partidário.

Os países sob resgate ficaram ainda mais condicionados do que o normal na globalização. Apesar da erosão da confiança nas instituições, da menor confiança nas democracias nos países resgatados, o apoio difuso à democracia é mais forte nestes países. Na Grécia, Irlanda, Portugal e Espanha diferentes protestos contestaram a diminuição da soberania. Assistindo-se também à emergência de novos partidos e plataformas anti-Troika (Cordero, 2016: 306, 317). Surgiram campanhas inéditas pelo tamanho, escala e atenção mediática global (Kousis, 2015: 146).

A relação entre as novas redes de protesto acabou por dar lugar a diferentes desenvolvimentos nos diferentes Estados-Nação.

7.7. O *Podemos* e a transposição de dinâmicas do 15M para o quadro institucional espanhol

Em Espanha, as eleições municipais que ocorreram a 22 de maio de 2011, enquanto estavam a ter lugar as Acampadas, registaram o maior aumento dos votos brancos e nulos desde 1987,

subindo de 37% para 48% em comparação com a anterior eleição municipal em 2007. O PSOE perdeu 19% sendo o maior derrotado. Uma tendência que persistiu nas eleições parlamentares de 20 de novembro, onde o PP obteve maioria absoluta face ao colapso do PSOE. Os partidos menores cresceram e a Esquerda Unida mais do que triplicou o seu número de deputados.

Embora neste primeiro momento os protestos em Espanha dessem lugar a um maior desligamento do sistema político, posteriormente verificou-se uma confluência da mobilização social para o surgimento de novos atores políticos que viriam a colocar em causa o sistema partidário existente desde o nascimento da democracia em 1978.

Os partidos políticos não sabiam como lidar com o 15M, com o qual praticamente não tinham nenhuma ligação, a nível organizacional ou ideológico. Em geral, apresentavam uma atitude hostil, especialmente face a ações como as tentativas de bloqueio do parlamento, que deram lugar à repressão policial. Para a Esquerda Unida (ex-comunistas) a mobilização maciça surgiu contudo como oportunidade de mobilização e recrutamento, face ao afastamento das novas gerações dos partidos. O PSOE apresentou posição ambígua, mas durante a campanha apoiou algumas das reivindicações do movimento. O PP, após manter uma atitude cautelosa durante o período eleitoral, depois de ter chegado ao poder insultou os Indignados (Castells, 2015: 140, 141).

Os protestos continuaram com diferentes níveis de intensidade entre 2011 e 2013. Um número específico de exigências foram satisfeitas, destacando-se as ações da PAH, que em Barcelona tiveram forte liderança de Ada Colau (que viria a ser eleita como líder autárquica). A PAH organizou círculos autónomos em Espanha, tendo-se fisicamente oposto a muitos despejos. Interveio em redes sociais e nos *mass media*, recolheu milhares de assinaturas para a proposta legislativa que o parlamento espanhol recusou, e acabou por apelar ao Tribunal Europeu de Justiça (Castells, 2015: 297, 298).

Ao mesmo tempo, o poder político tentou conter estas mobilizações, aumentando as multas e os atos intimidatórios, algo que foi referido pelo Comissário Europeu para os Direitos Humanos para o Conselho da Europa em 2012. Também a Amnistia Internacional iria alertar no ano seguinte para a situação "grotesca" dos mais afetados pela crise não poderem exercer o direito de se manifestar devido a não poderem pagar as multas. Membros da PAH acumularam dezenas de milhares de euros em multas e numerosas detenções (Fominaya, 2017: 13).

Em março de 2015, o primeiro-ministro Mariano Rajoy consegue a aprovação da Ley Orgánica de Protección de la Seguridad Ciudadana, que entraria em vigor em julho. Conhecida como "ley mordaza", reforçou ainda mais a penalização dos protestos públicos (Hayes, 2016: 30).

Nas reformas políticas, o 15M foi confrontado com uma parede de rejeição, e gradualmente iniciativas nascidas no movimento evoluíram para a formação de partidos políticos (Castells, 2015: 298). Vários ativistas do 15M lançariam candidaturas autónomas às eleições europeias de 2014 e às municipais de 2015. O *Podemos* surgiu no início de 2014 e rapidamente ganhou base e vitórias nacionais eleitorais, enquanto na Primavera de 2014 emergiu em Madrid o *Ganemos*, que integrava uma coligação de ativistas, académicos de esquerda envolvidos no ativismo, feministas, defensores da saúde pública, dos direitos à habitação, Okupas, coletivos de arquitetura, associações e assembleias de moradores. Uniram-se em torno de um projeto para uma nova política arquitectónica para cidadania de Madrid. Membros da PAH de Madrid e do 15M tiveram importante papel neste processo (Gonick, 2016: 210, 220, 221).

As novas formações foram ao encontro de novas formas de funcionamento democrático que lhes facultavam uma maior proximidade aos habitantes da cidade, na sequência dos legados do 15M e dos Indignados (Gonick, 2016: 210).

O *Podemos* foi constituído formalmente em janeiro de 2014, a partir de uma iniciativa de intelectuais, movimentos sociais e pequenas organizações culturais e das esquerdas políticas que se propunham "converter a indignação em mudança política" (Bringel, 2015: 59). O seu manifesto inicial, "Seguir adiante: converter a indignação em mudança política", que fora inicialmente introduzido como documento interno da Izquierda Anticapitalista, organização ativa no movimento anti-globalização, argumentava com a necessidade de criar um partido para levar as exigências e projetos do 15M para a realidade eleitoral, começando com as eleições europeias de 2014 (Castells, 2015: 303, 304).

O *Podemos* pôs ao serviço do partido a mesma metodologia de protesto dos Indignados (Marzolf, 2016: 102) colocando grande foco nas redes da Internet para o debate, consulta e organização. A sua base eram os círculos, que reuniam fisicamente a nível local (Castells, 2015: 305). O seu manifesto eleitoral em 2015 exigia novos mecanismos de participação e de democracia direta ("democracia cidadã") como parte do assegurar dos direitos constitucionais (Gerbaudo, 2017:

45).

O Facebook e Twitter contribuíram para a forte visibilidade, a que se somou o destaque nos *mass media*, nomeadamente a televisão. Pablo Iglesias, que viria a tornar-se secretário-geral, destacou-se pelas suas capacidades comunicativas, que começou por exibir no programa TV La Tuerka da Internet, vindo depois a ser convidado a participar em programas de debate de dois canais *mainstream*. O partido apresentava-se com fronteiras menos rígidas que os tradicionais. A sua ascensão foi meteórica, surgindo nas sondagens do Centro de Investigações Sociológicas e do El País, de novembro de 2014, como a primeira força política nas intenções de voto em Espanha (Bringel, 2015: 59-61) (Castells, 2015: 304).

As oportunidades da mobilização fora dos movimentos tradicionais abriram contudo a porta a outros atores, como ocorreu com o Partido *Ciudadanos* – uma espécie de *Podemos* de direita (Bringel, 2015: 76). E o destaque inicial acabou por dar lugar a resultados mais moderados. O efeito acabaria por ser a inviabilização de Governos apenas do PSOE ou do PP. Este último acabaria por voltar a ser o partido mais votado, voltando a formar Governo em 2016, após um longo período de negociações, mas desta feita já só conseguiu fazê-lo com o apoio do *Ciudadanos*, que viabilizou o executivo de direita.

7.8. A ascensão do Syriza numa zona de confluência dos descontentamentos gregos

Os protestos na Grécia envolveram milhões de cidadãos durante tempo considerável (della Porta, 2015: 14), destacando-se três protagonistas: sindicatos, partidos políticos de esquerda, Indignados (Kanellopoulos, 2017: 115).

As eleições vieram evidenciar a ausência de alternativas entre os partidos mais institucionalizados face à crise. O sistema surge como uma democracia sem escolhas (Hayes, 2017: 26). No primeiro período de contestação às medidas austeritárias, estruturas sindicais como o GSEE (confederação dos trabalhadores gregos) e o ADEDY (central sindical dos funcionários civis) promoveram protestos, mas o seu papel foi dúbio desde o início, pois faziam parte do sistema dominante, não estando verdadeiramente interessados em mudá-lo. Após as eleições extraordinárias de 2012, com a formação da coligação entre o PASOK e o ND, que integrava ainda o DIMAR (uma

fação pró-memorando do *Syriza*) eles diminuíram a pressão, não desafiando as medidas de austeridade (Kanellopoulos, 2017: 115).

Os Indignados tiveram um papel crucial, mas apenas durante o curto período das Acampadas em 2011. Depois deixaram virtualmente de existir, e nenhuma organização ou partidos foram formadas por eles. A Aurora Dourada, o partido de extrema-direita grego que ganhou destaque nesta altura, apesar de ser contra o memorando nunca convocou ou participou abertamente num grande protesto. Alguns dos seus membros tentaram imiscuir-se sobretudo entre os Indignados para ganhar base de apoio (Kanellopoulos, 2017: 104, 115).

O GSEE e a ADEDY haviam promovido muitas greves gerais nas últimas décadas, mas o PASKE, facção do PASOK, tem grande influência nestas estruturas sindicais, levando a que sejam encaradas com desconfiança por parte dos trabalhadores e com grande hostilidade por parte de militantes anarquistas de Atenas e de outras cidades gregas (Kanellopoulos, 2017: 103).

O PASOK, liderado por Georgios Papandreou, ganhou as eleições em 2009 com a promessa de mais políticas social-democratas, mas apanhou o princípio da crise da zona euro e acabou por implementar as primeiras medidas de austeridade e a seguir pediu ajuda à Troika. Efetuou depois um referendo sobre a continuação dessas medidas austeritárias, que perdeu, e o primeiro-ministro demitiu-se, dando lugar durante meses ao Governo não eleito do antigo elemento do banco central Lukas Papadimos, que chefiou as negociações com a Troika. O PASOK, que tinha obtido 43,9% em 2009, caiu para 13,2%, e o ND desceu de 33,5% para 18,9%. Os resultados representaram o fim do sistema dominado pelos dois partidos, que existia desde 1974. O *Syriza*, com o seu memorando anti-Troika, subiu de 4,6% para 16,7%. Outro partido anti-memorando, Os Gregos Independentes, que tinham saído do ND e se posicionavam no centro direita, com forte populismo, conseguiram 10,6%. O DIMAR, um novo partido do centro esquerda e pró-euro saído do *Syriza*, conseguiu 6,1%. A Aurora Dourada obteve 7%. Os resultados de maio de 2012 não deram maioria a nenhum dos partidos, levando a novas eleições em junho. O PASOK desceu para 12,3%; o KKE (Partido Comunista da Grécia) perdeu quase metade, ficando nos 4,5%; o ND subiu para 29,7%; e o *Syriza* para 26,9%. O DIMAR subiu muito ligeiramente, para 6,3%. O ND e o PASOK tiveram que firmar uma grande coligação, alargada ao DIMAR e com o líder do ND, Antónis Samaras, no cargo de primeiro-ministro. DIMAR acabaria por sair da coligação em junho de 2013, deixando os outros dois em maioria mas com muito pouca margem (Konmpopoulos, 2014: 101, 102).

A maior parte das organizações extra-parlamentares de esquerda foram criadas em oposição ou por fações saídas do KKE. O *Syriza* colocou-se no meio, numa posição de elemento chave para conseguir congregar forças. Com uma estratégia inclusiva, torna-se ator central na campanha anti-austeridade (Kanellopoulos, 2017: 104, 105).

O *Syriza* foi formado em 2004 como uma coligação do partido parlamentar SYNASPISMOS (uma coligação pré-existente que integrava resquícios do partido comunista europeu, uma grande fração do KKE e alguns ecologistas) e de algumas pequenas organizações de esquerda extraparlamentares. O SYNASPISMOS foi sempre a parte dominante na coligação. Ao contrário do KKE, o *Syriza* surgia como uma rede mais lassa, integrando grupos mais independentes. Apresentou uma estratégia de alianças muito aberta. Por um lado, estabeleceu fortes ligações com os grupos da justiça social, por outro com os sindicatos radicais, abraçando os grandes protestos dos Indignados e participando também na administração do GSEE/ADEDY (Kanellopoulos, 2017: 110) Comparativamente com o KKE, as ligações do *Syriza* aos sindicatos eram fracas, em especial antes das eleições de 2012 (Toloudis, 2015: 54, 57).

Os protestos anti-austeritários gregos entre 2010-2012 contaram com complexas redes, integrando forças de diferentes quadrantes. À esquerda do PASOK, o quadro apresenta grande rivalidade entre o KKE e o *Syriza*. Paralelamente, surgiam outras organizações anticapitalistas mais pequenas e extraparlamentares (como a ANTARSYA – Frente Anticapitalista, Revolucionária, Comunista e Ecologista Radical formada em 2009 por fações saídas do KKE). As forças políticas surgiam divididas em quatro campos: sindicatos; KKE; *Syriza*; ANTARSYA e alguns dos maiores grupos anarquistas e recém-chegados (associações de comerciantes, taxistas, jornalistas, e algumas novas coletividades como a Democracia Real, que se coordenavam com os Indignados nos protestos em praças). Muitas destas organizações já estavam ativas nas ruas muito antes da crise. Algures entre o espaço dos políticos e dos sindicatos surgiram os Indignados. Muitos eram também membros de partidos políticos e de organizações de esquerda, com os quais os sindicatos também estão fortemente relacionados, o que, apesar de lhes dar influência a nível institucional, limitava a sua capacidade de mobilização popular. Habitualmente nas grandes manifestações, diferentes grupos convocavam para diferentes locais das mesmas ruas (Kanellopoulos, 2017: 103-115).

De início o *Syriza* esteve afastado da Acampada, mas com o passar dos dias muitos membros do partido aderiram, entre os quais intelectuais (Fernández-Savater, 2017: 139). O KKE

participou na maioria dos grandes protestos, excetuando naqueles promovidos pelos Indignados (Kanellopoulos, 2017: 108, 109). A rede de ANTARSYA é muito diferente da do KKE. É uma coligação de 10 organizações diferentes, tem laços com o resto da esquerda extra-parlamentar – muitos dos seus membros participaram nos eventos dos Indignados. Só tem ligações indiretas com o *Syriza*, mas as duas coligações marcharam muito próximas uma da outra (Kanellopoulos, 2017: 109).

Os anarquistas gregos surgiram sem uma grande organização que os ligasse, agindo autonomamente e rejeitando a liderança. Colaboraram com outras organizações não anarquistas de esquerda, mas em geral não participaram em coligações mais amplas. Grupos informais e centros sociais produziram uma rede segmentada descentralizada. Durante as Acampadas, tiveram uma posição ambivalente: uns foram hostis para aqueles que se declararam não violentos, enquanto outros forneceram *know-how* para os procedimentos da democracia direta (Kanellopoulos, 2017: 110, 111).

A ameaça externa levou à aproximação das forças opositoras. Ocorrendo uma polarização entre partidos governamentais e a maioria dos gregos, gerou convergência entre pessoas com diferentes trajetórias políticas (Kanellopoulos, 2017: 112, 113).

A complexidade das mobilizações poderia minar os níveis de unidade necessários para transformar os ativistas numa ameaça substancial à hegemonia capitalista, mas, no caso grego, apesar da sua complexidade e do seu carácter essencialmente urbano, tornaram-se incómodas para os governos, a União Europeia e o FMI. As diferentes estruturas em competição criaram uma multiplicidade de redes dentro das redes, permitindo que a campanha de protesto persistisse.

A copresença sistemática de redes individuais nos grandes protestos, desde o princípio da campanha, apontou no sentido de uma coligação informal entre eles – uma coligação baseada em laços informais entre conjuntos de organizações, em vez de organizações particulares. Cada uma perseguiu os seus objetivos específicos, participando igualmente nos protestos comuns, um equilíbrio feito de tensão permanente. Tensões ocorreram frequentemente entre as redes anarquistas e organizações e grupos de esquerda (com exceção do KKE), bem como entre fações ideológicas do mesmo partido. O caso mais saliente é a rede do *Syriza*, com os debates internos entre os pequenos grupos mais revolucionários da rede e os mais reformistas do SYNASPISMOS (Kanellopoulos,

2017: *in passim*).

A mudança de governação efetiva ocorreu do nível nacional para o supranacional. Mas os trabalhadores em muitos países europeus ainda têm ao nível do Estado-Nação o poder organizacional e de negociação que lhes falta ao nível europeu (Konmposopoulos, 2014: 93), aquele onde as decisões são de facto determinadas.

A tarefa da Troika na Grécia, e nos outros lugares, corresponde a uma reestruturação radical da sociedade segundo linhas neoliberais e autoritárias, mudando a correlação de forças na sociedade. A subordinação das elites gregas é relativa, pois procuram melhorar a sua posição em relação a outras frações do capital (Konmposopoulos, 2014:95).

O *Syriza* obteve 16,8% nas eleições parlamentares de maio de 2012 e 26% na repetição das eleições que teve lugar seis semanas mais tarde, tornando-se o segundo maior partido parlamentar. Em janeiro de 2015 acabaria por vencer as eleições, obtendo 149 lugares dos 300 deputados e formando Governo.

O *Syriza* representou a esperança de que uma união de forças na sociedade grega, congregando forças de diversos quadrantes do complexo sistema político, conseguisse fazer frente à Troika, travando a aplicação das medidas de austeridade.

7.9. A permanência do *Occupy* fora do espectro político e a ascensão do populismo elitista de Donald Trump

O OWS criou importantes oportunidades para a esquerda, abrindo a porta para novos participantes. Apesar de ter contado com contribuições de socialistas e social-democratas, a inspiração anarquista foi central nas estratégias, que passaram por um posicionamento extremamente assertivo na não-violência, por uma forma de organização horizontal e pela recusa em fazer exigências (Rowe, 2015: 3, 4).

Na primeira década do século XXI, dois assuntos galvanizaram os ativistas, empurrando-os para as eleições: a guerra no Iraque e a grande recessão de 2008. O movimento antiguerra ajudara Obama a ganhar as primárias em 2008, e o Tea Party também foi importante para os Conservadores.

Mas quando os movimentos se aliam com um partido político, correm o risco de colapsarem com a vitória desse partido nas eleições. Posteriormente, os movimentos afastaram-se mais das dinâmicas eleitorais (Rojas, 2016).

Após 2008 tornou-se mais óbvia a posição de serventia de Washington aos interesses de Wall Street, dando lugar ao crescendo da repulsa aos políticos, cada vez mais encarados como uma bolha extraterrestre de poder e influência, fundamentalmente corrupta. Uma repulsa que se estendeu desde os eleitores de esquerda aos de direita (Graeber, 2013: 80-85).

Um dos fatores apontados para o engrandecimento e força do *Occupy* foi o facto de unir uma vasta gama de sonhos evitando o habitual da política. Algo que, porém, representou também a sua fraqueza. Os desiludidos com Obama foram muito ativos no *Occupy*, optando por ficar de fora do sistema bipartidário, arredados de um sistema político dominado pelo dinheiro e pelos jogos de influência e de acesso a recursos, com muito pouco espaço para sonhos de mudança. Entre o cinismo dos políticos profissionais e os idealismos dos ativistas da mudança social, surgiram poucos pontos de encontro (Castells, 2015: 285).

Graeber considera que após a desilusão com Obama, que resgatou os bancos em lugar de dirigir os apoios estatais para os cidadãos, a radicalidade do OWS, lançado por anarquistas e socialistas revolucionários, revelou-se eficaz no seu repúdio e recusa em reconhecer legitimidade às instituições políticas existentes (Graeber, 2013: 85-95).

Posteriormente, ocorreram algumas aproximações de políticos institucionais ao movimento. A proximidade de Bill Blasio com o *Occupy* em Nova Iorque (o então candidato a autarca chegou a ser detido durante uma manifestação) é apontada como um grande fator para a sua eleição como *mayor* da cidade em 2013 (Castells, 2015: 285).

Mais tarde, as presidenciais de 2016 geraram invulgar mobilização dos movimentos sociais que contestaram a legitimidade dos processos de nomeações em ambos os partidos. Movimentos como o Tea Party e o Black Lives Matter desafiaram abertamente Donald Trump, Bernie Sanders e Hillary Clinton, entre outros. Durante as primárias no Partido Democrata, a candidatura de Sanders desenvolveu diversas afinidades com as posições assumidas pelo OWS em temas como a necessidade da reforma financeira, da assistência de saúde acessível, do acesso a educação superior e de uma democracia participativa, face às gritantes desigualdades sociais e à influência

desproporcional das corporações. O candidato chegou a adotar o discurso contra o domínio dos 1%. As organizações originais do movimento estiveram menos visíveis entre 2012 e 2016. Aqueles que permaneceram ativos tenderam a dar atenção ao processo eleitoral, em especial a Sanders, ao contrário de 2011, quando recusaram vigorosamente participar no processo eleitoral e partidário. Muitos resistem ao tipo de política *mainstream* (Heaney, 2016). O candidato não conseguiu derrotar a sua principal rival Hillary Clinton, que acabou por disputar as presidenciais com Donald Trump, o qual veio a sair vitorioso como alguém que surgiu como um elemento exterior ao *establishment* partidário, embora vindo não das camadas populares mas antes da área das elites financeiras.

7.10. Os diferentes modos como as dinâmicas dos movimentos de crise foram integradas nos sistemas políticos partidários

As eleições que ocorreram em Portugal, Grécia e Espanha em 2011, após o espoletar dos movimentos de crise nos respetivos países, evidenciaram a ausência de propostas alternativas entre os partidos mais institucionalizados para fazer face à crise e ao afastamento dos envolvidos nas dinâmicas de protesto relativamente ao processo eleitoral.

Os Indignados gregos e espanhóis integraram elementos autónomos e anarquistas (ao contrário de Portugal, onde a sua presença era diminuta), especialmente os mais militantes, mas também perfilharam ideais de reforma fundamental do Estado que não se enquadram na tradição desses movimentos (Gerbaudo, 2017: 47), e as dinâmicas foram caminhando gradualmente para uma aproximação ao quadro partidário.

No caso da Grécia e de Espanha, o afastamento inicial tinha surgido numa fase embrionária que permitiu o crescimento de novas dinâmicas, depois transpostas para o sistema partidário, com o crescimento de novas formações da extrema-esquerda que questionavam a fundamentação da austeridade e se aproximavam do ideário dos movimentos de crise.

O *Syriza* venceu as eleições e forma Governo em 2015, mas não teve sucesso nas negociações com as instâncias internacionais ao tentar obter alterações significativas no sentido de diminuir as medidas de austeridade. Face à dificuldade do processo, o *Syriza* marcou um referendo no qual defendeu a rejeição das medidas propostas pela Troika. Apesar de o vencer,

acabou por vir a ceder, ante a perspectiva de não lhe serem concedidos os empréstimos necessários para impedir que o país entrasse em rutura financeira. No processo negocial com a União Europeia, países como Portugal e Espanha, governados pela coligação do PSD/CDS-PP e pelo PP, apoiaram a intransigência face às pretensões gregas. A cedência poderia colocar em causa a aplicação de medidas similares e alimentar o crescimento das forças políticas que defendiam medidas alternativas à austeridade nos seus respetivos países. O fracasso do *Syriza* e a decepção em relação às expetativas geradas em seu torno terá contribuído especialmente para atenuar o crescimento do *Podemos* em Espanha. O *Podemos* acabaria por ficar bastante abaixo dos resultados que as sondagens lhe chegaram a dar. No entanto, o seu surgimento, a par do de *Ciudadanos*, conseguiu romper o bi-partidarismo rotativo entre o PSOE e o PP, mas essa mudança foi no sentido de desviar o poder para a direita, e foi o PP que acabou por conseguir formar um governo com o apoio dos *Ciudadanos*. Apesar de o *Podemos* ter registado um crescimento significativo, acabaria por se limitar a ser o terceiro mais votado em 2015, permanecendo arredado do poder.

Em Portugal, apesar dos paralelismos com o 15M, a dinamização surgiu apenas como uma resposta defensiva à crise, uma tentativa de parar o ataque do Governo contra o trabalho e os direitos sociais, enquanto o movimento espanhol apontou para a construção de um novo projeto, assumindo um protagonismo inovador na política que foi no sentido de uma segunda transição democrática (Rota, 2013: 15).

Os movimentos sociais que emergem do sofrimento das pessoas são distintos dos movimentos de protestos. Estes últimos são essencialmente movimentos culturais, que ligam as exigências do presente a projetos para o futuro (Castells, 2015: 258).

Ao contrário do registado na Espanha ou na Grécia, a adesão mais alargada apenas ocorreu nos momentos pontuais de manifestações, alimentadas pela oposição a situações ou a medidas concretas, primeiro a precariedade laboral, depois o acentuar da austeridade, com a perspectiva de aplicação de medidas como a TSU ou os cortes nas pensões dos reformados. Nesse sentido, surgiriam sobretudo como protestos defensivos. Não tendo conseguido sair do nicho restrito de ativistas, as redes que emergiram nos protestos anti-austeritários tiveram a particularidade de depressa se terem deslocado para uma zona de confluência com as organizações tradicionais, principalmente as situadas à esquerda do PS, num processo conduzido pelo QSLT. A diversidade de forças que integraram levou a que esta estrutura apenas tenha tomado a forma de um movimento de

protesto, nunca avançando para a defesa de alternativas ou projetos concretos, como aconteceu em Espanha, o único país em que um partido nasceu e ganhou dimensão significativa em sequência da vaga de mobilização.

A relação dos movimentos de crise com o quadro político em Portugal apresentou alguns paralelismos com o ocorrido na Grécia. Tal como aconteceu com o *Syriza*, o BE foi a formação que se colocou na zona de confluência relativamente às redes de protestos. Ambas as formações tinham sido criadas em contraponto com o declínio dos partidos comunistas dos seus países, associados aos antigos regimes do Bloco de Leste europeu. Ambas possuíam fracas ligações às estruturas sindicais e uma maior proximidade para com os grupos de ativismo, que lhe apresentavam uma oportunidade de alargar a sua base de apoio. As duas surgiram como irmãs, ocupando espetros políticos similares, e aquando da vitória do *Syriza*, o BE promoveu a vinda de representantes dele a Portugal para as suas iniciativas políticas. Após o fracasso do *Syriza*, essa aproximação esmoreceu, devendo também ter constituído em fator dissuasor de um crescimento ainda mais significativo dos votos no BE.

Nas legislativas de 2015, o BE foi o partido que obteve a subida mais significativa, quase duplicando os votos em relação aos resultados que obtivera em 2011, passando de 5,17% para 10,19% e ultrapassando o PCP-PEV que apenas registou uma ligeira subida de 7,91% para 8,25%. O PSD e o CDS-PP, concorrendo coligados, obtiveram 36,86%, ficando mesmo abaixo dos 38,65% que o PSD obtivera sozinho em 2011. A abstenção atingiu o valor recorde de 43,07%.

O único partido novo que surgiu associado à vaga de protestos austeritários foi o MAS, tendo concorrido às legislativas na coligação Agir, que integrava o Partido Democrático do Atlântico; obteve um resultado residual de 0,38%. Quanto ao BE, a subida não o colocou em posição de preponderância. A novidade seria o estabelecimento de um acordo do PS com o BE e o PCP para viabilizarem o seu Governo, algo inédito na história da democracia Portuguesa.

A crise surgiu como uma oportunidade do crescimento de apoios para uma mudança dos sistemas políticos. Em contraponto, a pressão internacional apresentou-se como um elemento condicionador de novas políticas, mesmo nos países em que surgiram forças políticas defensoras de reformas mais profundas relativamente ao domínio do neoliberalismo.

As redes sociais da Internet apareceram numa relação próxima com as redes da vida no sentido amplo. O mundo real do nosso tempo é um mundo híbrido, não virtual ou segregado que

separa a interação *online* e *offline* (Wellman, B & L. Rainie, 2012, *Networked*, Cambridge: MIT Press *apud* Castells, 2015: 260) e neste mundo as redes dos movimentos sociais emergem numa transição natural para muitos indivíduos, em resultado da sua partilha, da sua sociabilidade, da sua coragem, da sua esperança e da sua luta (Castells, 2015: 260, 261).

A Internet, e em especial o Facebook, contribuíram para espoletar novas formas de organização, ligando "comunidades leves" com identidades e laços leves, estabelecendo compromissos de curto-prazo e de fraca identificação (Roggeband, C. & J. W. Duyvendak, 2013, "The changing supply side of mobilization: questions for discussion" in J. van Stekelenburg, C. Roggeband & B. Klandermans [eds], *The Future of Social Movement Research: Dynamics, mechanisms, and processes*, Minneapolis: University of Minnesota Press: 95-106 *apud* della Porta, 2015b: 61).

As estruturas tradicionais como os partidos ou sindicatos apresentaram uma estrutura mais rígida, em certo sentido mais limitada, mas cujos laços mais densos e níveis superiores de compromisso acabaram por os beneficiar no médio prazo. Com variações na intensidade e na forma como decorreram, os movimentos de crise na Grécia, Espanha e Portugal tiveram impacto no posicionamento político dos partidos políticos, o que os beneficiou com os apoios daí advindos.

A aproximação do Estado às exigências dos movimentos sociais autónomos tende a fazer com que estes percam intensidade. As crises na Europa promoveram reações populistas de direita (Castells, 2015: 275) e nos Estados Unidos a mudança política acabou por ir nesse sentido, com a vitória de Trump. O historial político português terá contribuído para a não afirmação de projetos políticos com essas características. Ao mesmo tempo, o atual Governo socialista, obrigado a virar mais à esquerda para obter os apoios do BE e do PCP, surgiu como uma solução de compromisso que amenizou as medidas austeritárias, não estabelecendo um corte ou uma posição de afronta em relação às instâncias internacionais. Isso também ajudou ao efeito de esvaziamento da mobilização social autónoma, que já anteriormente tinha uma dimensão reduzida e havia entrado em declínio, mesmo antes do fim do programa de resgate económico da Troika.

CONCLUSÃO

O ciclo de protestos anti-austeritários em análise nesta tese foi marcado por tendências que se sobrepuseram e que vieram a revelar-se algo contraditórias e conflituantes. A inovação de repertório - com a utilização da Internet e do Facebook para a convocação de protestos políticos, iniciada nas Primaveras Árabes, transposta com sucesso para o contexto da crise austeritária nas democracias ocidentais nas manifestações da GAR – foi ao encontro do crescente sentimento de não representatividade perante a classe política tradicional. A Internet surgiu como um veículo para mobilizações mais próximas da fricção da vida quotidiana e de formas de organização menos hierarquizadas. O que correspondia ao desejo de uma descentralização de poder que escapasse à lógica das estruturas tradicionais e dos *mass media*, contribuindo para a alteração do *status quo* e para o surgimento de novos atores sociais,, numa altura em que se acentuavam políticas de ataque ao Estado Social, de perda de direitos e de empobrecimento da população, impostas em nome da receita neoliberal aplicada na UE para fazer frente às crises da dívida soberana. Estes últimos fatores levaram contudo também a que as estruturas do Estado-Nação, cuja legitimidade democrática passa por instituições hierarquizadas como os partidos políticos, surgissem como um almejado escudo protetor perante o neoliberalismo transnacional.

O aumento da insegurança económica e das condições sociais é apontado como um fator capaz de levar ao recuo da predominância dos valores de auto-expressão e do desejo de emancipação e ao regresso dos valores materialistas (Inglehart, 2005: 98). Em Portugal tal recuo ocorrerá sem que os valores de auto-expressão tivessem chegado anteriormente a ser majoritários (Magone, 2014: 161,162). Durante a crise e o período de implementação das medidas da Troika, os apoios específicos ao regime e às suas instituições e atores diminuíram, mas os apoios difusos ao sistema democrático mantiveram-se (segundo notou Maria da Conceição Pequito Teixeira, com base em dados de inquéritos nacionais). Mas no atual contexto, em que a União Europeia assume a democracia parlamentar como o único sistema aceitável, ao mesmo tempo que impõe decisões económicas que condicionam a atuação das instituições democraticamente eleitas nos seus estados-membros, a pressão internacional parece ir mais no sentido de democracias formais do que efetivas. A pressão internacional reforça o apoio à democracia por motivos meramente instrumentais (por estar associada à ideia de sobrevivência económica) e não pela democracia civil e liberdades políticas como fins em si próprios.

Apesar de a crise ter eclodido em 2008 nos Estados Unidos em sequência da desregulação e especulação ocorrida no âmbito da expansão do imperialismo financeiro, os seus efeitos não levaram ao recuo do capitalismo neoliberal. Em vez disso, foi usada como álibi para o seu acentuamento, com o argumento de ser a única via possível. Uma perspetiva cimentada na naturalização do neoliberalismo, que permitia que os seus critérios fossem apresentados em nome de uma ciência económica supostamente técnica e despolitizada.

Isso verificou-se com especial intensidade na União Europeia, apesar de a arquitetura da zona euro, desenvolvida na mesma lógica neoliberal, se ter revelado especialmente desadequada para lidar com a crise, acentuando as divergências e tensões entre os países do norte e os do sul, ou seja, entre credores e devedores. A fragilidade da economia em países como Portugal colocou-nos numa situação de especial vulnerabilidade, com perda de soberania. Uma situação de dominação, imposta às instituições do Estado-Nação a partir do exterior, o que também permitiu que elites financeiras e políticas nacionais introduzissem medidas que há muito desejavam mas de outro modo não conseguiriam aplicar.

Em resposta a esse quadro – onde a integração e submissão em instituições transnacionais, económicas e políticas, nomeadamente da União Europeia, permitia contornar a legitimidade democrática que ainda permanece assente sobretudo nas instituições do Estado-Nação – os movimentos da crise transferiram as anteriores dinâmicas de contestação a instituições financeiras internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, para a contestação às instituições políticas dos diferentes países.

A busca de refúgio, de um escudo protetor perante a expansão global do neoliberalismo desregulador, juntamente com a herança das anteriores dinâmicas de ativismo político do Movimento pela Justiça Global, deram lugar a protestos com um pendor menos transnacional, mais localizados e circunscritos aos territórios onde estavam a ser diretamente sentidos os efeitos das medidas de austeridade, numa proximidade e imediatismo que permitiu que ganhassem inéditos níveis de adesão de largas camadas da população.

A larga adesão às manifestações da GAR de 12 de março de 2011 levou a que a inovação da utilização do Facebook para a convocação de eventos políticos de forma autónoma às estruturas partidárias e sindicais viesse a ser replicada, abrindo um novo campo de mobilização que viria a ser acesamente disputado nos dois anos seguintes, durante o período de aplicação em Portugal das medidas de resgate económico impostas pela Troika.

As novas redes sociais da Internet permitiram desenvolver interações num novo espaço de maior proximidade e cruzamento com os rituais do quotidiano, onde se esbatem as barreiras entre o público e o privado, onde se cruzam diversas teias de relações, em ligações em cadeia que remetem para um contexto social heterogéneo. O novo *medium* foi ao encontro do terreno da vida individual onde as pressões são exercidas, que já não corresponde às estruturas de classes sociais do capitalismo do pós-revolução industrial, mas a um contexto de dominação numa estratificação social e de relações laborais mais complexas. A performatividade, as afirmações identitárias, a subjetividade e a busca por identificações intensas ganham destaque nas interações das redes sociais.

A convocação das manifestações da GAR e da P150 e do QSLT ocorreu dentro deste espaço de informalidade, onde os manifestos, os pequenos comentários, as tomadas de posições pessoais políticas, se cruzam com registos mais frívolos. Registos onde as lutas pela coerência individual procuram obter a aprovação e o reforço do Eu e um almejado resgate de identidades coletivas onde os indivíduos passem a estar no âmago da estrutura social.

As mobilizações para os protestos antiausteritários ou dos movimentos de crise coincidiram contudo com uma viragem materialista onde a dimensão de reivindicações identitárias passaram a estar mais mescladas com reivindicações de direitos laborais e de defesa das garantias do Estado Social.

Em contraponto, com o desvanecimento de formas de resistência e luta nos locais de trabalho, o Facebook e a Internet surgiram como um espaço para um possível resgate da consciência de classe e de uma coesão social politicamente engajada. O novo *medium* permitiu a indivíduos comuns lançarem protestos que foram projetados desde as suas redes sociais mais próximas até ao nível do espaço simbólico da comunidade imaginada do Estado-Nação.

Esta etnografia, que cruzou o *on* e *offline*, esteve centrada no meio ativista, envolvido na convocação das grandes manifestações antiausteritárias. Essas dinâmicas foram alimentadas pela capacidade de mobilização de amplas camadas da população, e o contexto social macro esteve diretamente relacionado com a emergência e declínio das dinâmicas em questão.

A relação entre o meio ativista e a generalidade da população remete para as interações entre uma população maioritariamente dominada por valores de sobrevivência (embora também integrando valores de auto-expressão) e bolsas dominadas pelos valores da auto-expressão. O surgimento de um gritante sentimento de frustração de uma nova geração perante a situação de

exploração, de precariedade laboral para que era remetida, levou ao desenvolvimento de sentimentos de indignação e de pertença identitária que deram força à mobilização de larga escala.

O entusiasmo com o inédito impacto das manifestações da GAR abriu campo para as posteriores mobilizações, que surgiam simultaneamente como exteriorização coletiva da revolta e indignação e forma de pressão contra a implementação de medidas de austeridade. As grandes manifestações que se seguiram estiveram todas associadas ao anúncio de medidas específicas com forte impacto sobre as populações que serviram de combustível para a mobilização: os cortes nos subsídios do 13º mês por ocasião das manifestações de 15 de outubro de 2011, as alterações da TSU por ocasião das manifestações de 15 de setembro de 2012, os cortes nas pensões de reforma por ocasião das manifestações de 2 de março de 2013.

Os grandes protestos em Portugal ficaram contudo circunscritos a esses momentos específicos que surgiram como reações coletivas defensivas, não acompanhadas por envolvimento em projetos políticos alternativos.

O contexto do cruzamento de redes de diversas escalas, nomeadamente as dos espaços dos diferentes Estados-Nação, potenciou o crescimento dos protestos, dando lugar à importação de novos repertórios, como foi o caso das Acampadas. Em Portugal, ao contrário do ocorrido em Espanha e Grécia, ficaram praticamente circunscritas ao meio ativista, que por seu turno já tinha dimensões bastante menores. As Acampadas não contribuíram, assim, para o alargamento das mobilizações de protesto a camadas mais amplas da população, tendo correspondido antes a um intensificar das relações entre o meio circunscrito dos ativistas, que apenas viriam a conseguir obter apoios maciços em momentos pontuais de manifestações.

O potencial surgido com a larga adesão das manifestações da GAR e o acentuar do impacto das medidas de austeridade de receita neoliberal para a crise representou uma janela de oportunidade de mobilização de recursos, para aqueles que já se encontravam politicamente ativos fora das estruturas tradicionais, que lhes permitissem obter ganhos, no âmbito de reivindicações que cruzavam as dimensões materialistas com as simbólicas e identitárias.

O meio ativista surge inscrito nas bolsas de pós-materialismo – onde têm especial relevância as questões como a defesa das minorias étnicas, LGBT, das mulheres ou do ambientalismo – contrastando com a predominância das questões de sobrevivência na sociedade portuguesa. Mas mais do que essa distinção (que nem poderá aliás ser colocada de forma estanque, uma vez que ambas as dimensões se cruzam), importa recuperar a caracterização da sociedade civil como uma

cultura maioritariamente de súbditos, cuja passividade nos assuntos políticos irá contrastar com a prevalência da crença do igualitarismo, ou talvez, sobretudo, no coletivismo conflituoso que surge como prevalente entre os ativistas. Enquanto os crentes na meritocracia individualista situam-se mais nas esferas das classes privilegiada e nas elites implicadas na aplicação das medidas austeritárias.

Esse hiato entre os ativistas e o contexto social em redor de fraca mobilização da sociedade civil remete para os antecedentes sociais e políticos do pós-25 de Abril. Os momentos de especial efervescência e de maior participação política das populações ficaram associados às aspirações revolucionárias, contidas no 25 de Novembro de 1975 e silenciadas pelas forças de centro-direita que irão promover o alinhamento do país dentro de um sonho de prosperidade dos modelos de capitalismo vigentes na Europa comunitária. Essa descontinuidade das mobilizações populares contribuiu para que o país nunca tivesse chegado a superar a debilidade de uma sociedade civil muito dependente do Estado, fruto da herança transmitida pelo Estado Novo.

Apesar de a maioria dos ativistas envolvidos nas manifestações anti-austeridade serem demasiado novos para terem vivenciado esses momentos de maior efervescência social do pós 25 de Abril, eles surgem como uma grande referência, na esperança da sua eventual replicação numa vaga de mobilização de fundo que espoletasse mudanças profundas no sistema democrático. O recurso à música de José Afonso para as "grandoladas" e para a denominação "O Povo é Quem Mais Ordena" da manifestação de 2 de março de 2013 procurou jogar com a memória social do período revolucionário de modo a combater o discurso hegemónico sobre esse período, que lhe atribuíra uma conotação negativa, usando-o para a criação de uma nova esperança de luta por um futuro melhor.

A vaga de adesão aos protestos não chegou contudo a tomar a forma de uma tentativa de romper com a hegemonia do neoliberalismo. Essa seria a pretensão dominante no meio ativista, mas não correspondia aos apoios alargados obtidos nas manifestações, que tinham como principal impulso o desejo de bloquear medidas austeritárias. O entusiasmo inicial com o grupo por detrás das manifestações da GAR surgia pelo menos em alguma medida envolto na idealização de um Eu apolítico – mais emotivo do que racional – que ia ao encontro do descrédito da classe política, mas também da desconfiança geral em relação a quaisquer forma de organização política, ao ponto de as conotações "políticas" poderem só por si surgirem com algo de aparelhístico e, portanto, de negativo.

Das pontes estabelecidas pelo pequeno grupo da GAR com os grupos de ativismo em seu redor, a mobilização evoluiu depois para a integração de membros dos mais diversos grupos na estrutura aberta da P15O, que surgiu em sequência das Acampadas, e por último para a do QSLT, que moveu o campo para uma área de confluência com as estruturas tradicionais como os partidos de esquerda, em especial os à esquerda do PS como o BE e o PCP, e as estruturas sindicais, nomeadamente a CGTP. Esta nova estrutura deixou de fora os ativistas que tinham uma posição antipartidos políticos, assim como aqueles em relação aos quais haviam surgido incompatibilizações. Mas embora não os integrando, procurava depois estabelecer aproximações que os levassem a também participarem nos seus protestos.

Da contestação limitada à situação de precariedade laboral da GAR às duas posteriores plataformas formadas em torno da convocação das manifestações, P15O e QSLT, que alimentaram inicialmente o fantasma romântico da onnipotência da ação 'revolucionária' das 'massas', materializado a certa altura nesse *slogan* "o povo é quem mais ordena", foi-se gradualmente avançando para um posicionamento político um pouco mais específico, de oposição ao domínio da lógica financeira neoliberal e de contestação ao programa da Troika, bem como do Governo PSD/CDS-PP que estava a levar a cabo a sua implementação no país. Tendo confluído para a área da esquerda política, a heterogeneidade das forças que estas plataformas integravam contribuiu para que o seu posicionamento tenha sido apenas de oposição às medidas que estavam a ser implementadas, nunca servindo de base para a afirmação de alternativas políticas concretas. Os ativistas envolvidos neste processo optaram, em larga medida, por manter a sua base ideológica no registo oculto, considerando não existir uma conjuntura que possibilitasse a contestação alargada ao neoliberalismo. O sistema fora naturalizado num processo que decorreu ao longo de décadas, com a queda dos regimes socialistas a reforçar a perspetiva da "via única". Algo que em Portugal se cruza com o processo de repressão das aspirações revolucionárias do 25 de Abril, em favor de uma sociedade de consumo capitalista.

O posicionamento meramente defensivo foi, de resto, ao encontro da heterogeneidade da vaga alargada de apoios obtida nas grandes manifestações. As plataformas em questão nunca ultrapassaram assim o dilema clássico dos movimentos sociais, para os quais a assunção de posicionamentos políticos mais esclarecidos, negociados e concretos, nomeadamente em relação ao campo institucional, se revela potencialmente problemático por facilmente os levar a perder a parte romântica da sua base de apoio. A alternativa da manutenção da indefinição compromete a sua luta, impedindo-os de caminharem para conquistas parciais, menos 'totais' mas mais concretizáveis. Para lá da heterogeneidade interna das plataformas, a obtenção de apoios alargados ocorreu apenas a

título momentâneo e sem ser baseada em identificações ideológicas e de alternativas políticas concretas para que esse passo pudesse ter sido dado com sucesso.

"Só o total desespero ou uma conjuntura favorável impelem para ações mais quixotescas" (Godinho, 2004: 92). O gorar das expetativas de melhores condições de vida, mesmo tendo sido seguido pela deterioração do nível de vida e dos cortes em garantias do Estado Social, não foi suficiente para o surgimento de um movimento social que procurasse derrubar o sistema político vigente. Para tal contribuiu também o condicionamento da conjuntura da integração num sistema internacional, nomeadamente na União Europeia, que reprimia tentativas de afirmação de alternativas a esse sistema.

A reduzida dimensão de Portugal, a fraqueza do seu sistema económico e da sua sociedade civil, dentro das caraterísticas de um país semiperiférico – onde o Estado Social não tinha chegado a ser cabalmente implementado (sendo a sobrevivência de parte da população assegurada em lugar disso pelas redes de solidariedade familiar) ou interiorizado – contribuíram para a maior subjugação e acatamento passivo das diretrizes da Troika. A inviabilização da renegociação das condições de resgate económico tentada pelo Governo grego do *Syriza* surgiu depois como um acrescido elemento dissuasor do apoio a políticas que fossem nesse sentido. Os líderes políticos portugueses e espanhóis surgiram aliás entre os defensores da não satisfação das pretensões do *Syriza*, a qual, a verificar-se, provaria a existência de alternativas às receitas austeritárias neoliberais que estavam a aplicar nos seus países. O bloqueio das pretensões do *Syriza* poderá mesmo ter contribuído para que partidos que apontavam para caminhos similares como o *Podemos* em Espanha e o BE em Portugal não tivessem conseguido um maior crescimento eleitoral.

A inexistência em Portugal de anteriores estruturas e experiências de ativismo político com maior dimensão e consistência, nomeadamente em formas de organização horizontais, como acontecia em Espanha e na Grécia, assim como a fraca adesão a iniciativas de cariz contínuo, que fossem para lá da participação em manifestações, contribuiu para que mais rapidamente as dinâmicas se tivessem fechado, sobretudo entre aqueles que já se encontravam anteriormente politicamente ativos. Em Espanha e na Grécia as dinâmicas das Acampadas foram depois transpostas para movimentos urbanos, ganhando uma maior base entre a população, algo que permitiu que as mobilizações deixassem um lastro que posteriormente também alimentou o crescimento de forças políticas como o *Podemos* e o *Syriza*. Em Portugal, essa passagem para a área de convergência com as forças tradicionais ocorreu logo de forma mais imediata e a reduzida dimensão do meio ativista, e a sua incapacidade de alargamento, contribuíram para que mais

depressa as mobilizações se tivessem aproximado de forças políticas tradicionais. A aproximação começou por ocorrer relativamente ao BE, que historicamente já surgira dentro dessa área, com forte presença dos seus militantes neste tipo de grupos. Algo que surgia aliás em contraponto com as bases mais estruturadas do PCP, com a sua forte ligação à CGTP. Como vimos, o PCP e a CGTP iriam contudo efetuar depois alguma aproximação ao QSLT.

Para estas forças políticas tradicionais, as novas plataformas de mobilização representavam, por um lado, potenciais aliados, no sentido em que permitiam obter uma base mais alargada de apoio à contestação ao Governo e ao programa da Troika, e por outro, potenciais concorrentes que poderiam retirar-lhes as suas próprias base de apoio. Relacionaram-se com elas de forma estratégica. Em particular no momento em que as suas mobilizações conseguiram níveis de adesão inéditos, elas surgiram como atores incontornáveis, com os quais começaram a estabelecer maiores aproximações e laços mais concretos, que rapidamente se desvaneceram quando essa capacidade de mobilização declinou.

O crescimento das três estruturas que estiveram por detrás das grandes manifestações neste período ocorreu de forma muito rápida, alimentada pelos elevados níveis de adesões que conseguiram rapidamente obter para as suas iniciativas. Mas viria a revelar-se igualmente efêmero. Indo ao encontro da heterogeneidade e fluidez social, conseguiram rapidamente estabelecer amplas redes de afinidade, mas essas ligações foram efetuadas com laços de fraca densidade, circunstanciais e momentâneos, porque fantasmáticos e desprovidos de organização e objetivos não românticos, concretizáveis. Em contraponto com os laços das estruturas tradicionais, que apesar de menos alargadas, se revelaram mais duradouros.

É especialmente significativo que as novas plataformas tenham perdido a sua grande capacidade de mobilização e que tenham desaparecido num momento em que ainda se encontrava em aplicação o programa de austeridade da Troika. Embora tenham conseguido criar alguma pressão momentânea, nesse sentido acabaram por falhar, uma vez que não conseguiram levar ao seu encerramento. O fantasma romântico da onnipotência das 'massas', que alimentou fantasias 'revolucionárias', desembocou em incapacidade de análise e em fantasmas de 'derrota', que fomentaram o retorno ao ceticismo, à depressão e à desmobilização.

O Facebook surgiu de início como um instrumento para a ampla capacidade de mobilização, mas gradualmente veio a contribuir para o fechamento das novas dinâmicas no ciclo restrito de ativistas. A mudança nos algoritmos que definem as publicações que surgem nos *feeds* dos

diferentes utilizadores, e que passaram a privilegiar as publicações daqueles com os quais estabelecem mais interações, em detrimento dos restantes, cujas publicações tenderam a deixar de aparecer, foi um fator nesse fechamento. Assim como o estabelecimento de limites ao número de convites permitidos para eventos como as manifestações. Fatores que contribuíram para que as interações na rede social passassem a decorrer entre grupos mais homogêneos, minando o seu potencial de chegarem a bases mais alargadas. Por seu turno, os *mass media* apenas tenderam a amplificar as iniciativas das novas plataformas quando estas conseguiam uma base de apoio nas redes sociais da Internet. Quando este fator se desvaneceu rapidamente deixaram de lhes dar destaque.

A afirmação das novas plataformas, e seu reconhecimento como interlocutores sociais, nunca chegou, deste modo, a consolidar-se. À efemeridade dos apoios exteriores somou-se a fraca densidade dos laços internos. A sua lógica estratégica privilegiou a integração de elementos pertencentes a diversas organizações, e dentro desse campo de multipertenças muitos deles tenderam a sair ou no mínimo a tornarem-se inativos nas plataformas (cuja atividade implicava aliás grande investimento de tempo da sua parte), recuando para os seus grupos de origem. É aliás significativo que as três estruturas emergiram e desapareceram durante este período, e o mesmo aconteceu também com outros grupos, como os Indignados ou o MSE, enquanto grupos que já vinham de trás, como os PI, MAS (anteriormente como Ruptura-Fer) ou a revista Rubra, tenham permanecido.

Quando a ideia para esta tese começou a ser esboçada, encontravamo-nos no período em que a convocação das manifestações da GAR tinha ganho enorme destaque, extravasando o sucesso no Facebook para os *mass media*. Por essa altura já era claro que as manifestações atingiriam grande amplitude, mas era uma incógnita completa se essa dinâmica de convocação de iniciativas de cariz político de forma autónoma às estruturas tradicionais seria algo de pontual ou teria continuidade. Os tempos que se seguiram mostraram que se integrava em novas dinâmicas poderosas, capazes de promover as maiores manifestações do pós 25-Abril, mas que ficaram circunscritas a esses momentos, num ciclo de protestos entretanto encerrado.

Fica em aberto se essas dinâmicas serão recuperadas no futuro. A história dos movimentos sociais tem mostrado que as inovações de repertório de mobilização e contestação política tendem a ser posteriormente recuperadas em futuros ciclos, ainda que com autonomia funcional e noutros moldes, fruto da conjugação de novas circunstâncias. O uso do Facebook para a convocação de manifestações anti-austeritárias em Portugal foi ao encontro da fluidez e diversidade social,

estabelecendo laços de proximidade e reações de imediatismo face à imposição de medidas específicas que tinham forte impacto sobre uma grande parte da população. Contudo, ao contestarem a instituição que estava mais diretamente a impor essas medidas, o Governo do primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, ficaram circunscritas a esse plano mais direto, e na sua dimensão nacional deixaram de fora a capacidade de pressão sobre as estruturas exteriores que estavam a determinar essas medidas, em especial da UE, que não estavam ao seu alcance, por serem transnacionais e não eleitas. Algo que terá aliás sido um dos elementos que levaram à sua ineficácia. Na complexidade das diversas redes e escalas em que o quadro político atual tende a situar-se, esse desencontro revela-se altamente problemático.

Apesar de momentaneamente terem conseguido uma maior amplitude de constelação de forças, os laços de fraca densidade das novas redes de ativismo revelaram-se efémeros, em contraposição com as instituições hierarquicamente organizadas como os partidos. Em Portugal, assim como em Espanha e na Grécia, o ciclo reivindicativo acabou por esmorecer e a forma como os países lidaram com as pressões de condicionamentos económicos e políticos externos acabou por permanecer centrada nos partidos políticos. O que correspondeu à tendência de revalorização das instituições do Estado-Nação como escudo protetor.

No seu entusiasmo em torno das novas mobilizações, teóricos como Graeber assumiram que o crescimento da adesão ao OWS ou às Acampadas representaria uma mudança estrutural nos modelos de participação política, ignorando o facto de se tratar de um ciclo reivindicativo que teria um tempo de duração limitado.

As mudanças no funcionamento do Facebook contribuíram também entretanto para dificultar o seu uso para a ampla disseminação de iniciativas de cariz político. Mas as plataformas na Internet têm conhecido constante e profundas transformações, rapidamente surgindo alternativas inovadoras, capazes de crescerem num ápice. Quando as circunstâncias em seu redor motivarem a abertura de um novo ciclo de protestos, é muito provável que parte do repertório *on* e *offline* criado neste período venha a ser recuperado. Mas o modo como se poderá eventualmente superar a incapacidade de estas dinâmicas alargadas ultrapassarem a dimensão mais imediatista e circunscrita é algo que não sabemos e um desafio para ambas as partes em antagonismo, sendo enorme a desproporção de recursos entre frentes elitistas internacionais, não-democráticas, de ‘países democráticos’, que desenvolvem planos opressivos, tecnológicos, militares, de vigilância e financeiros, com décadas de preparação especializada, e as ‘massas’ inorgânicas, momentaneamente movidas reativamente por ‘sentimentos’ e ‘indignações’, suportados por ‘filosofias cívicas’

meramente formais.

Os ciclos de protesto representam janelas de oportunidade para mobilização de recursos, mas os valores prevalentes na sociedade tendem a determinar os objetivos almejados e a direção que as mobilizações tomam. O regresso da predominância de valores de sobrevivência pode conduzir a populismos, como foi patente na vitória de Donald Trump e do Brexit, em especial em sociedades assentes em estruturas de classes mais complexas e em contextos (nomeadamente laborais) mais precários que levam ao crescimento de sentimentos de falta de representatividade. Dentro desse cenário, os efeitos de viralidade da Internet mais facilmente são instrumentalizados por líderes populistas do que dão lugar a novas formas de organização menos hierarquizadas.

Nesse sentido, importará desenvolver mais estudos sobre a evolução dos valores predominantes e de como estes se refletem nas formas de organização e participação política, assim como acompanhar o papel das redes sociais da Internet nestes processos. A observação participante da Antropologia poderá fornecer um precioso instrumento para aferir o modo como esses processos se desenrolam e conhecem constantes e rápidas mudanças dentro de contextos polimediáticos.

Esta tese debruçou-se sobre um momento particular, um ciclo reivindicativo, em que grupos e novas redes de ativismo conseguiram obter um apoio alargado para as suas ações. O nível infrapolítico, das vivências quotidianas - no qual as redes sociais desempenham um papel essencial na elaboração e reforço de sistemas ideológicos – confluuiu e foi operacionalizado por estas organizações, que surgiram como pólos agregadores e potenciadores de protestos gerados a partir de uma realidade social cada vez mais fragmentada. Foi um período específico em que o aumento participativo (embora delimitado em Portugal aos momentos das grandes manifestações) deu lugar a essa confluência.

Fora desses momentos de maior dinâmica participativa, as redes sociais da Internet continuam a desempenhar um papel fulcral nos posicionamentos ideológicos e desenvolvimento de bases identitárias. A observação participante poderá permitir compreender as dinâmicas que ocorrem dentro desse contexto fragmentado e polimediático (nomeadamente em torno de acontecimentos virais) e como os fatores afetivos estarão a ser instrumentalizados na criação, reforço ou alteração de narrativas e sistemas ideológicos hegemónicos.

FONTES ORAIS

- 1 – entrevistado a 30 de julho de 2013: M12M, IAC, Academia Cidadã
- 2 – entrevistado a 9 de outubro de 2013: M12M, Panteras Rosa, PI, P15O, QSLT, BE
- 3 – entrevistado a 22 de agosto de 2013: M12M, P15O , IAC, Academia Cidadã
- 4 – entrevistado a 22 de agosto de 2013: M12M, Panteras Rosa, P15O, IAC, Academia Cidadã
- 5 – entrevistado a 19 de novembro de 2013: Panteras Rosa, M12M, P15O, QSLT, BE
- 6 – entrevistado a 10 de novembro de 2016: M12M, QSLT, CENA
- 7 – entrevistado a 17 de outubro de 2016: PI, P15O, BE
- 8 – entrevistado a 21 de outubro de 2013: PI, May Day, MSE, QSLT
- 9 – entrevistado a 30 de setembro de 2013: UMAR, P15O, May Day, PI, Marcha Mundial das Mulheres, Primavera Global, QSLT
- 10 – entrevistado a 6 de dezembro de 2013: QSLT, Maldita Arquitetura, PCP
- 11 – entrevistado a 18 de outubro de 2013: PI, P15O, QSLT, BE
- 12 – entrevistado a 17 de agosto de 2013: Indignados de Lisboa, Assembleia Popular da Graça, P15O, Activar, Primavera Global, QSLT
- 13 – entrevistado a 7 de novembro de 2013: Attac, Portugal Uncut, P15O, Activar, Primavera Global, QSLT
- 14 – entrevistado a 17 de novembro de 2016: Portugal Uncut, IAC, P15O, QSLT
- 15 – entrevistado a 25 de agosto de 2013 – P15O, QSLT
- 16 – entrevistado em 22 de outubro de 2013: Anonymous Portugal, QSLT
- 17 – entrevistado a 5 de novembro de 2013: Ruptura-Fer (atual MAS), P15O, Primavera

Global

18 – entrevistado em 6 de novembro de 2013: Revista Rubra, P15O

19 – entrevistado em 11 de outubro de 2013: Revista Rubra, MSE, CADPP, P15O

20 – entrevistado a 16 de fevereiro de 2014: RDA

21 – entrevistado a 24 de setembro de 2013 – PAGAN, Indignados de Lisboa, P15O, Assembleia Popular de Algés,

22 – entrevistado a 18 de novembro de 2013: SOS Racismo, May Day, P15O, BE

23 – entrevistado a 19 de abril de 2017: APRe!, QSLT, BE

FONTES DE BIBLIOGRAFIA

- ACCORNERO, Guya; Pedro Ramos Pinto (2015), "'Brandos Costumes?' Protesto e mobilização em Portugal sob a austeridade, 2010-2013" in *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v.41, n.2, jul.-dez.2015, pp 393-421.
- ALMOND, Gabriel A.; Sidney Verba (1989), *The Civic Culture. Political attitudes and democracy in five nations*, Sage Publications: Newbury Park, London, New Delhi.
- ALVES, Costa (2016), "Da mobilização à ação: o caso português da iniciativa legislativa de cidadãos contra a precariedade laboral" in *Espaços, Redes e Sociabilidades – cultura e política no associativismo contemporâneo*, pp 265-287, https://run.unl.pt/bitstream/10362/18340/1/Espacos_redes_e_sociabilidades.pdf, acedido a 19 de abril de 2017.
- ANDERSON, Benedict (1991), *Comunidades Imaginadas*, Edições 70: Lisboa.
- ANTIPÁTICAS (2013), *Sobre a passagem de alguns milhares de pessoas por um breve período de tempo*, Edições Antipáticas, pp 1-36 <http://edicoesantipaticas.tumblr.com/post/51298325815/novo-link-para-download-aqui-sobre-a-passagem-de>, acedido a 5 de maio de 2014.
- AMELUNG, Nina; Britta Baumgarten (2017), "The transnational perspective of political participation: linkages and differences between social movement and public participation studies" in *Global Society*, 31:1, Routledge, pp 3-22, <http://dx.doi.org/10.1080/13600826.2016.1236011>, acedido a 4 de fevereiro de 2017.
- ARAMPATZI, Athina (2016), "The Spatial Politics of Solidarity and Struggle in Athens, Greece" in *Urban Studies Journal*, "Special issue: Interrogating urban crisis: Governance, contestation and critique", Sage, pp 1-16, <http://etheses.whiterose.ac.uk/9145/>, acedido a 19 de abril de 2017.
- ARAMPATZI, Athina; Walter J Nicholls (2012), "The urban roots of anti-neoliberal social movements: the case of Athens, Greece" in *Environment and Planning A: Economy and Space*, Sage, pp 2591-2610 <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1068/a44416>, acedido a

5 de fevereiro de 2017.

- ARMINGEON, Klaus; Kai Guthmann (2013), "Democracy in crisis? The declining support for national democracy in European countries, 2007–2011" in *European Journal of Political Research*, pp 1-20, <https://boris.unibe.ch/40785/7/ejpr12046.pdf>, acedido a 27 de maio de 2018.
- BARASSI, Veronica (2017), "Ethnography beyond within digital structures and the study of social media activism" in *The Routledge Companion to Digital Ethnography*, coord. Larissa Hjorth, Heather Horst, Anne Galloway e Genevieve Bell, Routledge: Oxon, pp 406-415.
- BARRETO, António (2002), "A participação cívica e política e a evolução da sociedade portuguesa" in *O Estado e o Cidadão – Actas dos VIII Cursos Internacionais de Verão de Cascais*, Vila Real de Santo António: Câmara Municipal de Cascais, Instituto da Cultura e Estudos Sociais.
- BARROSO, António (2012), "Manifestações alastraram a 24 cidades", *A Bola*, 14 de outubro, pp 44.
- BASTOS, José G. P. (2013), *Para uma Antropologia dos Processos Identitários – critérios, estratégias, primeiros resultados*, Edições Colibri: Lisboa.
- BAUMGARTEN, Britta (2013), *Geração à Rasca and Beyond. Mobilizations in Portugal after 12 de March 2011*, pp 1-20, <https://www.scribd.com/document/210814033/Baumgarten-Geracao-a-Rasca-and-beyond-Mobilizations-in-Portugal-after-12-March-2011>, acedido 17 de junho de 2017.
- BAUMGARTEN, Britta (2016), "Time to get re-organized! the structure of the portuguese anti-austerity protests" in *Narratives of Identity in Social Movements, Conflicts and Change – Research in Social Movements, Conflicts and Change*, vol. 40, Emerald Group Publishing Limited, pp 155-187.
- BOELLSTORFF, Tom (2012), "Rethinking Digital Anthropology" in *Digital Anthropology*, coord. Heather A. Horst e Daniel Miller, Bloomsbury Academic: London e New York, pp 39-60.
- BOISSEVAIN, Jeremy (1978), *Friends of friends. Networks, manipulators and coalitions*,

Basil Blackwell: Oxford.

- BORN, Georgina; Christopher Haworth (2017), "Mixing it. Digital Ethnography and online research methods – a tale of two global digital music genres" in *The Routledge Companion to Digital Ethnography*, coord. Larissa Hjorth, Heather Horst, Anne Galloway e Genevieve Bell, Routledge: Oxon, pp 70-85.
- BOURDIEU, Pierre (1985), "The Social Space and the Genesis of Groups" in *Theory and Society*, vol. 14, n° 6, pp 723-744, <https://pdfs.semanticscholar.org/c507/cedcdaed9fe45d81258764891a2fca9feef6.pdf>, acedido a 29 de maio de 2018.
- BRINGEL, Breno (2015), "15-M, Podemos e os movimentos sociais na Espanha. Trajetórias, conjuntura e transições" in *Novos Estudos*, 103, pp 59-77 http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/content_1608/file_1608.pdf, acedido a 5 de fevereiro de 2017.
- CABRAL, Manuel Villaverde (2000), "O exercício da cidadania política em Portugal" in *Análise Social*, vol. xxxv (154-155), Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp 85-113, <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218810176U5vQA8hx3Lp27WI3.pdf> acedido a 6 de junho, 2012.
- CARTY, Victoria (2015), "The indignados and occupy wall street social movements: global opposition to the neoliberalization of society as enabled by digital technology" in *Tamara – journal for critical organization inquiry*, 13 (3), Kozminski University, pp 21-33, <https://tamarajournal.com/index.php/tamara/article/view/380>, acedido a 5 de fevereiro de 2017.
- CASTELLS, Manuel (2000), "Materials for an exploratory theory of the network society" in *British Journal of Sociology*, vol. n° 51 issue n° 1, pp 5-24, <https://pdfs.semanticscholar.org/f757/c47aa27dc1bdc081b3d401a17e5c86ea2918.pdf>, acedido a 29 de maio de 2018.
- CASTELLS, Manuel (2001), *A Galáxia da Internet, Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade*, Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa.

- CASTELLS, Manuel (2001b), *O Poder da Identidade*, Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa.
- CASTELLS, Manuel (2001c), *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Volume II O Poder da Identidade*, Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa.
- CASTELLS, Manuel (2007), "Communication, Power and Counter-power in the Network Society" in *International Journal of Communication*, pp 238-266, http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=communication%2C%20power%20and%20couter-power%20in%20the%20network%20society&source=web&cd=1&ved=0CFsQFjAA&url=http%3A%2F%2Fijoc.org%2Fojs%2Findex.php%2Fijoc%2Farticle%2Fdownload%2F46%2F35&ei=KcTPT_7ePIjChAfev4yEDA&usg=AFQjCNEdGR0sDgWetnTK4hBNvpme0uy0_A, acedido a 6 de junho, 2012.
- CASTELLS, Manuel (2015), *Networks of Outrage and Hope, Social Movements in the Internet Age*, Polity: Cambridge.
- CAVALEIRO, Diogo; João Carlos Malta, Bruno Simões; António Alargues (2011), "'Geração à Rasca' leva 300 mil manifestantes à Avenida da Liberdade" in *Jornal de Negócios*, 12 de março, http://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/quotgeraccedilatildeo_agrave_rascaquot_leva_300_mil_manifestantes_agrave_avenida_da_liberdade, acedido a 28 de abril de 2017.
- CHITAS, Paulo (2012), "As tribos das 'manifs'" in *Visão*, n.º. 1021, 27 de outubro de 2012, pp 42-44.
- CHOMSKY, Noam (2013), *Occupy*, Antígona: Lisboa.
- CLARK, Simon (2005), "The Neoliberal Theory of Society" in *Neoliberalism – a critical reader*, coord. Alfred Saad-Filho e Deborah A. Johnston, Pluto Press: London, pp 50-59.
- COLÁS, Alejandro (2005), "Neoliberalism, Globalisation and International Relations" in *Neoliberalism – a critical reader*, coord. Alfredo Saad-Filho e Deborah A. Johnston, Pluto Press: London, pp 70-80.
- CORDERO, Guillermo; Pablo Simón (2016), "Economic crisis and support for democracy in Europe", in *West European Politics*, 39:2, Routledge, pp 305-352

<http://dx.doi.org/10.1080/01402382.2015.1075767>, acessido a 5 de fevereiro de 2017.

- COSTA FONSECA, Dora Joana Madureira da (2016), *Movimentos sociais e sindicalismo em tempos de crise. O caso português: alianças ou tensões latentes?*, tese de doutoramento em Sociologia, Universidade de Coimbra.
- COSTIGAN, James T. (1999), "Introduction: Forests, Trees, and Internet Research" in *Doing Internet Research. Critical Issues and Methods for Examining the Net*, coord. Steve Jones, London, California, New Delhi, Sage Publications, pp XII-XIV.
- CREHAN, Kate (2004), *Gramsci, cultura e antropologia*, Campo da Comunicação: Lisboa.
- CRUZ, Braga da (1995), *Instituição Políticas e Processos Sociais*, Bertrand Editora: Venda Nova.
- CRUZ, Rui (2011a), "O fim do Movimento Ocupar Lisboa" in *Tugaleaks*, 12 de dezembro, <https://www.tugaleaks.com/fim-ocupar-lisboa.html>, acessido a 4 de dezembro de 2016.
- CRUZ, Rui (2011b), "Boicote ao pagamento dos Transportes Públicos em 2012" in *Tugaleaks*, 22 de dezembro, <https://www.tugaleaks.com/boicote-transportes-publicos.html>, acessido a 5 de abril de 2013.
- CRUZ, Rui (2012a), "Manifestação de 21 de janeiro: exclusivo de 240+ fotos e alguns vídeos" in *Tugaleaks*, 22 de janeiro, <http://www.tugaleaks.com/manifestacao-21-janeiro.html>, acessido a 5 de abril de 2013.
- CRUZ, Rui (2012b), "Populares unem-se para ajudar Cavaco Silva a pagar as suas despesas" in *Tugaleaks*, 24 de janeiro, <http://www.tugaleaks.com/reforma-cavaco-silva.html>, acessido a 4 de dezembro de 2016.
- CRUZ, Rui (2012c), "ACTA: protestos mundiais dia 11 com forte adesão em Portugal" in *Tugaleaks*, 7 de fevereiro, <http://www.tugaleaks.com/protestos-acta-11-02-2012.html>, acessido a 4 de dezembro de 2016.
- CRUZ, Rui (2012d), "Fotos e vídeos da Mobilização internacional: Somos todos Gregos – Lisboa" in *Tugaleaks*, 19 de fevereiro, <https://www.tugaleaks.com/somos-todos-gregos-lisboa.html>, acessido a 4 de dezembro de 2016.

- CRUZ, Rui (2012e), "Primavera Global.Pt – 2º Encontro – amanhã, 10:00-15:30, Fábrica Braço de Prata" in *Tugaleaks*, 30 de março, <http://www.tugaleaks.com/primavera-global-pt-2.html>, acedido a 5 de abril de 2013.
- CRUZ, Rui (2012f), "Fotos e vídeos da manifestação RUA COM TODOS" in *Tugaleaks*, 20 de maio, <https://www.tugaleaks.com/rua-com-todos.html>, acedido a 5 de abril de 2013.
- CRUZ, Rui (2012g), "Manifestação RUA COM TODOS: PSP com tiques de censura" in *Tugaleaks*, 25 de maio, <http://www.tugaleaks.com/rua-com-todos-censura-psp.html>, acedido a 5 de abril de 2013.
- CRUZ, Rui (2012h), "Fotos da manifestação pela demissão de Miguel Relvas em Lisboa" in *Tugaleaks*, 17 de julho, <http://www.tugaleaks.com/fotos-manifestacao-relvas.html>, acedido a 5 de abril de 2013.
- CRUZ, Rui (2012i), "Manifestação (e petição) pela demissão de Miguel Relvas" in *Tugaleaks*, 18 de julho, <http://www.tugaleaks.com/manifestacao-demissao-miguel-relvas.html>, acedido a 5 de abril de 2013.
- CRUZ MARTINS, Susana da (2001), *Associações e Modos de Acção Colectiva no Âmbito dos Novos Movimentos Sociais em Portugal*, tese de mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação, ISCTE: Lisboa.
- CRUZ MARTINS, Susana da (2003), "Novos Associativismos e Tematizações na Sociedade Portuguesa" in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º43, pp 103-132, 2012, em http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0873-65292003000300009&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt, acedido a 6 de junho.
- COSTA, Alexandre (2013), "Dissidentes do BE formam novo partido" in *Expresso*, 2 de agosto, <http://expresso.sapo.pt/politica/dissidentes-do-be-formam-novo-partido=f824216>, acedido a 17 de janeiro de 2017.
- DELLA PORTA, Donatella (2012), "Mobilizing against the crisis, mobilizing for "another democracy": comparing two global waves of protest" in *Interface: a journal for and about social movements*, 4 (1), pp 274-277, <http://www.interfacejournal.net/wordpress/wp-content/uploads/2012/05/Interface-4-1-Della-Porta.pdf>, acedido a 5 de fevereiro de 2017.

- DELLA PORTA, Donatella; Alice Mattoni (2015a), "Patterns of Difusion and the Transnational Dimension of Protest in the 'Movements of the Crisis: an introduction'" in *Spreading Protest, Social Movements in Times of Crisis*, coord. Donatella Della Porta e Alice Mattoni, ECPR Press: Colchester, pp 1-18.
- DELLA PORTA, Donatella (2015b), "Learning Democracy: Cross-Time Adaptation in Organisational Repertoires" in *Spreading Protest, Social Movements in Times of Crisis*, coord. Donatella Della Porta e Alice Mattoni, ECPR Press: Colchester, pp 43-70.
- DEVEREUX, George (1967), *From anxiety to method in the behavioral sciences*, Mouton & Co: Paris.
- DIAS PEREIRA, Joana; Maria Alice Samara e Paula Godinho (2016), "Introdução" in *Espaços, Redes e Sociabilidades – cultura e política no associativismo contemporâneo*, coord. Joana Dias Pereira, Maria Elice Samara e Paula Godinho, pp 6-26, https://run.unl.pt/bitstream/10362/18340/1/Espacos_redes_e_sociabilidades.pdf, acedido a 19 de abril de 2017.
- DUMÉNIL, Gérard; Dominique Lévy (2005), "The Neoliberal (Counter-)Revolution", in *Neoliberalism – a critical reader*, coord. Alfredo Saad-Filho e Deborah A. Johnston, Pluto Press: London, pp 9-19.
- EDITORIAL (2012), sem autor, "The austerity agenda: how did we get here and where do we go next?", *Critical Public Health*, vol.22, nº. 3, setembro 2012, Taylor & Francis, pp 257-265, <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09581596.2012.687508>, acedido a 3 de maio de 2017.
- ESCOBAR, Arturo (1994), "Welcome to Cyberia: Notes on the Anthropology of Cyberculture" in *Current Anthropology*, Vol. 35, Nº. 3, The University of Chicago Press, pp 211-231, <http://fido.rockymedia.net/anthro/arturo.pdf>, acedido a 11 de junho de 2012.
- ESTANQUE, Elísio; Hermer Augusto Costa; José Soeiro (2013), "The New Global Cycle of Protest and the Portuguese Case" in *Journal of Social Science Education*, volume 12, number 1, pp 31-40.
- FARIS, David (2008), "Revolutions Without Revolutionaries? Network Theory, Facebook, and the Egyptian Blogosphere" in *Arab Media & Society*, The American University in Cairo,

pp 1-11, <http://www.arabmediasociety.com/?article=694>, acessado a 10 de julho, 2012.

- FADAE, Simin; Seth Schindler (2014), "The Occupy movement and the Politics of Vulnerability" in *Globalizations*, 11, nº.6, pp 777-791, <http://dx.doi.org/10.1080/14747731.2014.916552>, acessado a 5 de fevereiro de 2017.
- FEIJÓ, Pedro (2012), "VIVEMOS NUM ESTADO POLICIAL" in blogue *Democracia Verdadeira Já*, 1 de junho, <http://www.democraciaverdadeiraj.blogspot.pt/2012/06/vivemos-num-estado-policial.html>, acessado a 5 de abril de 2013.
- FEIXA, Charles; Inês Pereira; Jeffrey S. Juris (2009), "Global Citizenship and the 'New, New' Social Movements: Iberian connections" in *Nordic Journal of Youth Research*, vol. 17(4), pp 421-442, <https://static1.squarespace.com/static/53fde28ee4b0f7be79e00d95/t/53fe969fe4b0864b57baa59b/1409193631898/global-citizenship-and-the-new-new-social-movements.pdf>, acessado a 15 de junho de 2017.
- FERNÁNDEZ-SAVATER, Amador; Cristina Flesher Fominaya (2017), "Life after the squares: reflections on the consequences of the occupy movements" in *Social Movement Studies: Journal of Social, Cultural and Political Protest*, 16:1, Routledge: London, pp 1-88.
- FERNBACK, Jan (1999), "There Is a There There: Notes Toward a Definition of Cybercommunity" in *Doing Internet Research. Critical Issues and Methods for Examining the Net*, coord. Steve Jones, London, California, New Delhi: Sage Publications, pp 203-220.
- FERREIRA, Sónia (2010), *A Fábrica e a Rua – resistência operária em Almada*, 100Luz: Castro Verde.
- FOMINAYA, Cristina Flesher; Antonio Montané Jiminéz (2015), "The Transnational Diffusion Across Time: The Adoption of the Argentinian Dirty War 'Escrache' in the Context of Spain's Housing Crisis" in *Spreading Protest, Social Movements in Times of Crisis*, coord. Donatella Della Porta e Alice Mattoni, ECPR Press: Colchester, pp 19-42.
- FOMINAYA, Cristina Flesher (2017), "European Anti-austerity and Pro-democracy Protests in the Wake of the Global Financial Crisis" in *Social Movement Studies: Journal of Social, Cultural and Political Protest*, 16:1, Routledge: London, pp 1-20.

- FONTES, Luís (2012), "Estivadores testaram os nervos da polícia na escadaria da Assembleia" in *Diário de Notícias*, nº. 52434 ,1 de novembro, pp. 6-7.
- FOREWAKER, Joe (1995), *Theorizing Social Movements*, Pluto Press: Colorado.
- FOX, Richard G.; Orin Starn (1997), *Between Resistance and Revolution – cultural politics and social protest*, Rutgers University Press: New Brunswick, New Jersey e London.
- FUCHS, Christian (2006), "The Self-Organization of Social Movements" in *Systemic Practice and Action Research*, Vol. 19, Springer Science+Business Media, pp 101-137, <http://igw.tuwien.ac.at/christian/SM1.pdf>, acedido a 6 de junho, 2012.
- FUCHS, Christian (2006b), "The Self-Organization of Cyberprotest" in *The Internet Society II: Advances in Education, Commerce & Governance*, ICT&S Center, pp 275-295 <http://igw.tuwien.ac.at/christian/SM3.pdf>, acedido a 10 de junho, 2012.
- FRASER, Nancy (2017), "Neoliberalismo progressista versus populismo reaccionário: uma escolha de Hobson in *O Grande Retrocesso – um debate internacional sobre as grandes questões do nosso tempo*", coord. Heinrich Geiselberger, Penguin Random House: Lisboa, pp 83- 95.
- FREUD, Sigmund (1976), *Psicologia de grupo e a análise do ego e dois verbetes de enciclopédia*, Imagem Editora: Rio de Janeiro.
- FONSECA, Inês (2007), *Trabalho, Identidade e Memórias em Aljustrel*, 100Luz: Castro Verde.
- GERBAUDO, Paolo (2017), "The Indignant Citizen: Anti-austerity in Southern Europe and the Anti-oligarchic Reclaiming of Citizenship" in *Social Movement Studies: Journal of Social, Cultural and Political Protest*,16:1, Routledge: London, pp 36-50.
- GODINHO, Paula (2004), "Movimentos sociais rurais: questões de teoria e métodos" in *Mundo Rural – transformação e resistência na Península Ibérica*, coord. Dulce Freira, Inês Fonseca, Paula Godinho, Edições Colibri: Lisboa, pp 89-106.
- GODINHO, Paula (2016), "Futuros passados, futuro ausente ou um terraço para outra coisa ainda? Um ensaio sobre usos da memória, teoria e métodos" in *Metodologias de*

Investigação Sociológica, coord. Manuel Lisboa, Húmus: Famalicão, pp 131-162.

- GODINHO, Paula (2017), *O Futuro é Para Sempre – experiência, expectativa e práticas possíveis*, Letra Livros/Através Editora: Lisboa e Santiago de Compostela.
- GOFFMAN, Erving (1959), *Presentation of Self in Everyday Life*, University of Edinburgh Social Sciences Research Centre: Edinburgh, https://monoskop.org/images/1/19/Goffman_Erving_The_Presentation_of_Self_in_Everyday_Life.pdf, acedido a 17 de junho, 2012.
- GONICK, Sophie (2016), "Indignation and inclusion: activism, difference and emergent urban politics in postcrash Madrid" in *Environment and planning D: society and space*, 34(2), Sage, pp 209-226.
- GRAEBER, David (2013), *The democracy Project – a history, a crisis, a movement*, Penguin Books: London.
- GUSFIELD, Joseph R. (1994), "The Reflexivity of Social Movements: Collective Behavior and Mass Society Revisited" in *New Social Movements – From Ideology to Identity*, coord. Enrique Laraña, Hank Johnston e Joseph Gusfield, Philadelphia: Temple University Press, pp 58-78.
- HAIDER, Huma (2011), "Social Media and Reform Networks, Protests, Social Movements and Coalitions" in *Governance and Social Development Resource Centre*, pp 1-11, <http://www.gsdr.org/docs/open/HD764.pdf> , acedido a 6 de junho de 2012.
- HALL, Stuart (1997), *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*, DP&A Editora: Rio de Janeiro.
- HALL, Stuart; Doreen Massey; Michael Rustin (2013), "After neoliberalism: analysing the present" in *Soundings*, number 53, april 2013, pp 8-22, https://www.lwbooks.co.uk/sites/default/files/s53_02hall_massey_rustin.pdf, acedido a 3 de maio de 2017.
- HARDT, Michael; Antonio Negri (2012), *Declaration*, s/pp, <https://antonionegriinenglish.files.wordpress.com/2012/05/93152857-hardt-negri-declaration-2012.pdf>, acedido a 20 de fevereiro de 2017.

- HARRISON, Teresa M.; Timothy Stephen (1999) "Researching and Creating Community Networks" in *Doing Internet Research. Critical Issues and Methods for Examining the Net*, coord. Steve Jones, London, California, New Delhi: Sage Publications, pp 221-242
- HAYES, Graeme (2017), "Regimes of Austerity" in *Social Movement Studies: Journal of Social, Cultural and Political Protest*, 16:1, Routledge: London, pp 221-242.
- HEANEY, Michael T. (2016), "Bernie Sanders and the Occupy Wall Street wing of Democratic Party" in *Mobilizing Ideas*, s/pp, <https://mobilizingideas.wordpress.com/2016/09/29/bernie-sanders-and-the-occupy-wall-street-wing-of-the-democratic-party/>, acedido a 5 de fevereiro de 2017.
- HINE, Christine (2000), *Virtual Ethnography*, Sage Publications: London, California, New Delhi
- HSU, Wendy F. (2017), "A performative Digital Ethnography. Data, design and speculation" in *The Routledge Companion to Digital Ethnography*, coord. Larissa Hjorth, Heather Horst, Anne Galloway e Genevieve Bell, Routledge: Oxon, pp 40-50.
- INGLEHART, Ronald; Christian Welzel (2005), *Modernization, Cultural Change, and Democracy. The human development sequence*, Cambridge University Press: New York.
- JOHNSTON, Hank; Enrique Laraña; Joseph R. Gusfield (1994), "Identities, Grievances, and New Social Movements" in *New Social Movements – From Ideology to Identity*, coord. Enrique Laraña, Hank Johnston e Joseph R. Gusfield, Philadelphia: Temple University Press, pp 3-35.
- JONES, Steve (1999), "Studying the net" in *Doing Internet Research: Critical Issues and Methods for Examining the Net*, coord. Steve Jones, Sage Publications: London, California, New Delhi, pp 1-28.
- KANELLOPOULS, Kostas; Konstantinos Kostopoulos; Dimitris Papanikolopoulos; Vasileios Rongas (2017), "Competing Modes of Coordination in the Greek Anti-austerity campaign, 2010-2012" in *Social Movement Studies: Journal of Social, Cultural and Political Protest*, 16:1, Routledge: London, pp 101-118.
- KENDALL, Lori (1999), "Recontextualizing 'Cyberspace': Methodological Considerations

- for On-Line Research" in *Doing Internet Research. Critical Issues and Methods for Examining the Net*, coord. Steve Jones, Sage Publications: London, California, New Delhi, pp 57-74.
- KOMPSOPOULOS, Jannis; Jannis Chasoglou (2014), "The collapse and transformation of the greek party system" in *Socialism and Democracy*, volume 28, pp 90-112, <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/08854300.2013.871098>, acedido a 5 de fevereiro de 2017.
 - KORONAIIOU, Alexandra; Stelios Kymionis; Evangelos Lagos (2014), "Young people in the greek indignant movement" in *MYPLACE (Memory, Youth, Political Legacy And Civic Engagement)*, pp 1-39, [http://www.fp7-myplace.eu/documents/D7_1/Cluster%203%20Anti-austerity,%20Occupy%20movements/MYPLACE_7.1REPORT_PUA_INDIGNANT%20MOVEMENT%20\(Greece\).pdf](http://www.fp7-myplace.eu/documents/D7_1/Cluster%203%20Anti-austerity,%20Occupy%20movements/MYPLACE_7.1REPORT_PUA_INDIGNANT%20MOVEMENT%20(Greece).pdf), acedido a 5 de fevereiro de 2017.
 - KOUSIS, Maria (2015), "The Transnational Dimension of the Greek Protesty Campaign Against Troika Memorando and the Austerity Policies, 2010-2012" in *Spreading Protest, Social Movements in Times of Crisis*, Donatella Della Porta e Alice Mattoni, ECPR Press: Colchester, pp 137-170.
 - KRAEMER, Jordan (2017), "Mixing it. Digital Ethnography and online research methods – a tale of two global digital music genres" in *The Routledge Companion to Digital Ethnography*, Larissa Hjorth, Heather Horst, Anne Galloway e Genevieve Bell, pp 179-190.
 - LANGMAN, Lauren (2012), "Occupy: A New 'New Social Movement'" in *From Social to Political – new forms of mobilization and democratization – conference proceedings*, coord. Benjamin Tejerina e Ignacia Perugorria, pp 158-170, [http://www.identidadcolectiva.es/pdf/From%20Social%20to%20Political_Conference%20Proceedings\(1\).pdf](http://www.identidadcolectiva.es/pdf/From%20Social%20to%20Political_Conference%20Proceedings(1).pdf), acedido a 25 de julho, 2012.
 - LAPAVITSAS, Costas (2005), "Mainstream Economics in the Neoliberal Era" in *Neoliberalism – a critical reader*, coord. Alfredo Saad-Filho e Deborah A. Johnston, Pluto Press: London, pp 30-40.
 - LLOYD, Maya (2003), "The end of ideology?" in *Political Ideologies – an introduction*,

coord. Vincent Geoghegan, Routledge: New York, pp 217-242.

- LONDON, Scott (1997), *Civic networks: building community on the net*, <http://www.scottlondon.com/articles/civicnetworks.html>, acedido em 29 de maio de 2018.
- LOUÇÃ, João Carlos Anacleto (2012), *Nós callcentristas somos o novo proletariado – identidades e resistências do trabalho em call center*, tese de mestrado em Antropologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, <http://hdl.handle.net/10362/9166>, acedido a 20 de outubro de 2017.
- LOUÇÃ, Isabel (2017), "Foi lindo. Podia ter mudado tudo", s/pp, versão original do texto publicado em espanhol em *Herramienta*, março de 2017 <http://www.herramienta.com.ar/herramienta-web-20/fue-hermoso-podria-haber-cambiado-todo>, acedido em 28 de abril de 2017.
- LOUÇÃ, Isabel; Paulo Coimbra; Sérgio Vitorino (2014), *Que se lixe o dirigismo. Reinventar o Bloco. Moção à IX Convenção do Bloco de Esquerda*, s/pp <https://reinventarobloco.wordpress.com/que-se-lixo-o-dirigismo/>, acedido a 28 de abril de 2017.
- LOURENÇO, Paulo; Carla Soares; Nuno Cerqueira (2012), "Fotos queimadas no Porto e grades no chão em Belém" in *Jornal de Notícias*, nº. 165/ano 125 ,13 de novembro, pp 6.
- MCDONALD, Kevin (2006), *Global Movements. Action and Culture*, Blackwell Publishing: Oxford.
- MAGONE, José M. (2014), *Politics in Contemporary Portugal Democracy Evolving*, Lynne Rienner Publishers: Colorado.
- MARICHAL, José (2010), "Political Facebook Groups: Micro-Activism and the Digital Front Stage" in conference *Internet, Politics, Policy 2010: An Impact Assessment*, pp 1-18, <http://microsites.oii.ox.ac.uk/ipp2010/programme/115>, acedido a 6 de junho, 2012.
- MARZOLF, Hedwig; Ernesto Ganuza (2016), "Enemigos o colegas? El 15M y la hipótesis Podemos" in *Empiria. Revista de Metodología de Ciencias Sociales*, 33, enero-abril, pp 89-110, <http://revistas.uned.es/index.php/empiria/article/view/15865>, acedido a 5 de fevereiro de 2017.

- MATOS SILVA, Tiago (2002), *País de Abril Filhos de Novembro – memórias do 25 de Abril*, Edições Dinossauro: Lisboa.
- MATTONI, Alice; Donatella della Porta (2015), "Adapting Theories on Diffusion and Transnational Contention Through Social Movements of the Crisis: Some Concluding Remarks" in *Spreading Protest, Social Movements in Times of Crisis*, coord. Donatella Della Porta e Alice Mattoni, ECPR Press: Colchester, pp 277-291.
- MELLUCI, Alberto (1994). "A Strange Kind of Newness: What's "New" in New Social Movements?" in *New Social Movements – From Ideology to Identity*, coord. Enrique Laraña, Hank Johnston e Joseph R. Gusfield, Temple University Press: Philadelphia, pp 101-132.
- MILLER, Daniel (2010), *An Extreme Reading of Facebook*, Open Anthropology Cooperative Press, pp 1-19, <http://openanthcoop.net/press/http://openanthcoop.net/press/wp-content/uploads/2010/10/Miller-An-Extreme-Reading-of-Facebook.pdf>, acedido a 17 de junho de 2012.
- MILLER, Daniel (2011), *Tales from Facebook*, Polity Press: Cambridge, Malden.
- MILLER, Daniel; Heather A- Horst (2012), "The digital and the human: a prospectus for Digital Anthropology" in *Digital Anthropology*, coord. Heather A. Horst e Daniel Miller, Bloomsbury Academic: London e New York, pp 3-38.
- MILIOS, John (2005), "European Integration as a Vehicle of Neoliberal Hegemony", in *Neoliberalism – a critical reader*, coord. Alfredo Saad-Filho e Deborah A. Johnston, Pluto Press: London, pp 208-214.
- MUNCK, Ronaldo (2005), "Neoliberalism and Politics, and the Politics of Neoliberalism" in *Neoliberalism – a critical reader*, coord. Alfredo Saad-Filho e Deborah A. Johnston, Pluto Press: London, pp 60-69.
- MUSLEH, Abeer (2012), "Mobilizing during the Arab Revolutions: Palestian Youth speak for themselves" in *From Social to Political – new forms of mobilization and democratization – conference proceedings*, coord. Benjamin Tejerina e Ignacia Perugorria, pp 14-27, [http://www.identidadcolectiva.es/pdf/From%20Social%20to%20Political_Conference%20Proceedings\(1\).pdf](http://www.identidadcolectiva.es/pdf/From%20Social%20to%20Political_Conference%20Proceedings(1).pdf), acedido a 25 de julho de 2012.

- NEUMAYER, Christina e Celina Raffl (2008), "Facebook for Global Protest: The Potential and Limits of Social Software for Grassroots Activism", in *Prato CIRN 2008 Community Informatics Conference ICTs for Inclusion: What is the Reality?*, pp 1-14, http://pep-forums.990086.n3.nabble.com/file/n2539001/2008-Neumayer-Raffl-Facebook_protest_FARC.pdf, acessado a 10 de junho de 2012.
- NEZ, Héloïse (2012), "Entre los militantes y los laboratorios deliberativos: el 15-M" in *From Social to Political – new forms of mobilization and democratization – conference proceedings*, coord. Benjamin Tejerina e Ignacia Perugorria, pp 123-140, [http://www.identidadcolectiva.es/pdf/From%20Social%20to%20Political_Conference%20Proceedings\(1\).pdf](http://www.identidadcolectiva.es/pdf/From%20Social%20to%20Political_Conference%20Proceedings(1).pdf), acessado a 25 de julho, 2012.
- NISTAL, Tomás Alberich (2012), "Antecedents, Achievements and Challenges of the Spanish 15M Movement" in *From Social to Political – new forms of mobilization and democratization – conference proceedings*, coord. Benjamin Tejerina e Ignacia Perugorria, pp 78-92, [http://www.identidadcolectiva.es/pdf/From%20Social%20to%20Political_Conference%20Proceedings\(1\).pdf](http://www.identidadcolectiva.es/pdf/From%20Social%20to%20Political_Conference%20Proceedings(1).pdf), acessado a 25 de julho, 2012
- NOTÍCIA sem autor (2011a), "Milhares saíram à rua em nome da ‘Geração à Rasca’" in *Jornal de Notícias*, 12 de março, <http://www.jn.pt/nacional/interior/milhares-sairam-a-rua-em-nome-da-geracao-a-rasca-1804830.html>, acessado a 28 de abril de 2017.
- NOTÍCIA sem autor (2011b), "Dia dos indignados ao minuto: organização fala em 100 mil manifestantes em Lisboa" in *Público*, 15 de outubro, <https://www.publico.pt/2011/10/15/mundo/noticia/dia-dos-indignados-minuto-a-minuto-manifestacoes-em-portugal-arrancam-as-15h-1516656> , acessado a 5 de abril de 2013.
- NOTÍCIA sem autor (2013a), "Paulo Macedo foi a terceira vítima" in *A Bola*, nº. 14306, 21 de fevereiro, pp 36.
- NOTÍCIA sem autor (2013b), "Ontem foi o ministro da Saúde, hoje será o Gaspar" in *Diário de Notícias*, nº. 52544, 21 de fevereiro, pp 11.
- OLIVEIRA MENDES, José Manuel de; Ana Maria Seixas (2005) , "Protesto e Estado Democrático em Portugal" in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº. 72 – "Acção Colectiva e protesto em Portugal: Os movimentos sociais ao espelho dos media (1992-2002)", pp 99-

- OLIVEIRA NUNES, Cristina Isabel de (2010), *Expressões Alterglobais na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?*, tese de mestrado em Sociologia, ISCTE-IUL: Lisboa.
- PALLEY, Thomas I. (2005), "From Keynesianism to Neoliberalism: Shifting Paradigms in Economics" in *Neoliberalism – a critical reader*, coord. Alfredo Saad-Filho e Deborah A. Johnston, Pluto Press: London, pp 20-29.
- PEREIRA, Catarina Almeida (2015), "OCDE: Desigualdade entre ricos e pobres em máximos de 30 anos trava crescimento" in *Jornal de Negócios*, 21 de maio, http://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/ocde_desigualdade_em_maximos_de_30_anos_trava_crescimento, acedido a 4 de fevereiro de 2017.
- PEREIRA, João Pedro; Mariana Oliveira (2013), "Organização não explica como calculou adesão às manifestações" in *Público*, nº. 8363, 4 de março, pp 9.
- PERNA, Stefania (2012), "Social media and new Technologies in Egypt and Tunísia: two examples of innovative forms of democratization" in *From Social to Political – new forms of mobilization and democratization – conference proceedings*, coord. Benjamin Tejerina e Ignacia Perugorria, pp 43-61, [http://www.identidadcolectiva.es/pdf/From%20Social%20to%20Political_Conference%20Proceedings\(1\).pdf](http://www.identidadcolectiva.es/pdf/From%20Social%20to%20Political_Conference%20Proceedings(1).pdf), acedido a 25 de julho, 2012.
- PIKETTY, Thomas (2014), *O Capital no século XXI*, Círculo de Leitores: Lisboa.
- PINA, Leandro; João Pinheiro; João Saramago (2012), "Do 'terreiro do povo' para a greve geral", *Correio da Manhã*, nº. 12167, 30 de setembro, pp 30.
- PINTO, António Costa; Pedro Magalhães; Luís de Sousa; Ekaterina Gorbunova (2011), "A Qualidade da Democracia em Portugal: A Perspectiva dos Cidadãos" in *Barómetro da Qualidade da Democracia*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa., pp 1-39, http://www.atam.pt/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1016&Itemid=42, acedido em 6 de junho, 2012.
- POSTILL, John (2012), "Digital politics and political engagement" in *Digital Anthropology*,

coord. Heather A. Horst, Bloomsbury Academic: London e New York, pp 165-184.

- PSIMITIS, Michalis (2011), "The protest cycle of spring 2010 in Greece" in *Social Movement Studies*, 10, nº.2, Routledge, pp 191-197, <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14742837.2011.562365>, acedido a 5 de fevereiro de 2017.
- RIGITANO, Maria Eugenia Cavalcanti (2003), "Redes e ciberativismo: notas para uma análise do centro de mídia independente" in *I Seminário Interno do Grupo de Pesquisa em Cibercidades*, FACOM-UFBA, pp 1-11 <http://www.bocc.ubi.pt/pag/rigitano-eugenia-redes-e-ciberativismo.pdf>, acedido a 10 de junho, 2012.
- ROBINS, Kevin (1995), "Cyberspace and the world we live in" in *Cyberspace/Cyberbodies/Cyberpunk: cultures of technological embodiment*, coord. Mike Featherstone e Roger Burrows, pp 135-155, Sage Publications: London, Thousand Oaks, New Delhi.
- RODRIGUES, João (2012), "The Asymmetries of European Integration and the Crisis of Capitalism in Portugal" in *Competition and change*, vol. 16, número 3, july, 2012, pp 188–205, http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097_2012%20C%26C%20special%20issue%20III%20-%20Rodrigues%20%26%20Reis%20-%20The%20Portuguese%20crisis.pdf, acedido a 6 de maio de 2017.
- ROJAS, Fabio (2016), "Where are the social movements in the 2016 election?" in *Mobilizing Ideas*, s/pp, <https://mobilizingideas.wordpress.com/2016/09/29/where-are-the-social-movements-in-the-2016-election/>, acedido a 5 de fevereiro de 2017.
- ROOS, Jérôme E. e Leonidas Oikonomakis (2015), "They Don't Represent Us! The Global Resonance of the Real Democracy Movement from Indignados to Occupy" in *Spreading Protest, Social Movements in Times of Crisis*, coord. Donatella Della Porta e Alice Mattoni, ECPR Press: Colchester, pp 117-136.
- ROTA, Antón Fernández de (2013), "El acontecimiento democrático. Humor, estrategia y estética de la indignación" in *Revista de Antropología Experimental*, nº 13, 2013, "Monográfico: Etnografías de la Indignación", Universidad de Jaén: Jaén, pp 1-21, <http://revistaselectronicas.ujaen.es/index.php/rae/article/view/1892/1643>, acedido a 19 de

abril de 2017.

- ROWE, James K (2015), "What the left can learn from occupy wall street" in *Studies in Political Economy*, pp 1-28, <http://escholarship.org/uc/item/2fx026tj>, acedido a 5 de fevereiro de 2017.
- SAAD-FILHO, Alfredo; Deborah Johnston (2005), in "Introduction" in *Neoliberalism – a critical reader*, coord. Alfredo Saad-Filho e Deborah Johnston. Pluto Press: London, pp 1-6.
- SADE-BECK, Liav (2004), "Internet Ethnography: Online and Offline" in *International Journal of Qualitative Methods*, 3(2). Article 4, pp 1-14, http://www.ualberta.ca/~iiqm/backissues/3_2/pdf/sabebeck.pdf, acedido a 11 de junho de 2012.
- SAMPAIO, Ricardo Manuel Roumeliotis (2010), *Mayday! Mayday! Jovens Precários em acção. Uma abordagem antropológica de um novo movimento social*, tese de mestrado em Antropologia pelo ISCTE-IUL, <http://hdl.handle.net/10071/3298>, acedido a 30 de dezembro de 2014.
- SANTOS, Boaventura Sousa (1990), *O Estado e a Sociedade em Portugal 1974-1988*, Edições Afrontamento: Porto.
- SANTOS, Carlos Diogo; Pedro Rainho (2013), "Que Se Lixe a Troika. Militantes do Bloco de Esquerda e do PCP dominam o núcleo duro" in *i*, 30 de março, 18-21.
- SCHLEMBACH, Raphael (2012), "Social Movements in Post-Political Society: Prefiguration, Deliberation and Consensus" in *From Social to Political – new forms of mobilization and democratization – conference proceedings*, coord. Benjamin Tejerina e Ignacia Perugorria, pp 234-246, [http://www.identidadcolectiva.es/pdf/From%20Social%20to%20Political_Conference%20Proceedings\(1\).pdf](http://www.identidadcolectiva.es/pdf/From%20Social%20to%20Political_Conference%20Proceedings(1).pdf), acedido a 25 de julho de 2012.
- SCHMITER, Philippe C. (1999), *Portugal do Autoritarismo à Democracia*, Imprensa de Ciências Sociais: Lisboa.
- SCOTT, James C. (1985), *Weapons of the Weak – everyday forms of peasant resistance*, Yale University Press: New Haven e London.

- SCOTT, James C. (1990), *Domination and the Arts of Resistance – hidden transcripts*, Yale University Press: New Haven e London.
- SHAIKH, Anwar (2005), "The Economic Mythology of Neoliberalism" in *Neoliberalism – a critical reader*, coord. Alfredo Saad-Filho e Deborah A. Johnston, Pluto Press: London, pp 41-49.
- SOARES, Carla (2012), "Jornada contra austeridade mobiliza 20 países europeus" in *Jornal de Notícias*, nº. 165/ano 125, 13 de novembro, pp 29.
- SOEIRO, José (2014), "Da Geração à Rasca ao Que se Lixe a Troika. Portugal no novo ciclo internacional de protesto", *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, volume XXVIII, pp 55-79, <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12735.pdf>, acedido a 25 de abril de 2017.
- SOTIRAKOPOULOS, Nikos; George Sotiropoulos (2013), "'Direct democracy now!': the greek indignados and the present cycle of struggles" in *Current Sociology*, 61(4), Sage, pp 443-456, <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0011392113479744>, acedido a 5 de fevereiro de 2017.
- STOCKHAMMER, Engelbert (2014), "The Euro Crisis and contradictions of Neoliberalism in Europe", *Post Keynesian Economics Study Group*, working paper 1401, pp 1-20 <https://www.postkeynesian.net/downloads/wpaper/PKWP1401.pdf>, acedido a 6 de maio de 2017.
- VAN BIEBER, Ingrid (2003), *Political Parties in New Democracies – party organization in southern and east-central Europe*, Palgrave Macmillan: New York.
- TARROW, Sidney (1993), *Cycles of Collective Action: Between Moments of Madness and the Repertoire of Contention*, pp 281-307, https://www.researchgate.net/publication/270334020_Cycles_of_Collective_Action_Between_Moments_of_Madness_and_the_Repertoire_of_Contention, acedido a 20 de abril de 2017.
- TARROW, Sidney (2005), *The New Transnational Activism*, Cambridge University Press: Cambridge.

- TARROW, Sidney (2007), *Contentious Politics*, Paradigm Publishers: Colorado.
- TEIXEIRA DA SILVA, Helena; Nuno Miguel Ropio (2012), "Milhares unidos contra austeridade" in *Jornal de Notícias*, nº. 107/ano 125, 16 de setembro, pp 2.
- TEIXEIRA, Renato (2011), "Ataque nazi em São Bento é espúrio e deve ser denunciado (actualizado com comunicado do 15O)" in *5 Dias*, 21 de outubro, <http://5dias.net/2011/10/21/ataque-nazi-em-sao-bento-e-espurio-e-deve-ser-denunciado/>, acedido a 4 de dezembro de 2016.
- TEJERINA, Benjamin; Ignacia Perugorria (2012), "Continuities and Discontinuities in Recent Social Mobilizations. From New Social Movements to the Alter-Global Mobilizations and the 15M" in *From Social to Political – new forms of mobilization and democratization – conference proceedings*, coord. Benjamin Tejerina e Ignacia Perugorria, pp 93-111, [http://www.identidadcolectiva.es/pdf/From%20Social%20to%20Political_Conference%20Proceedings\(1\).pdf](http://www.identidadcolectiva.es/pdf/From%20Social%20to%20Political_Conference%20Proceedings(1).pdf), acedido a 25 de julho, 2012.
- THOMSEN, Steven R e Joseph D. Straubhaar, Drew M. Bolyard (1998), "Ethnomethodology and the study of online communities: exploring the cyber streets" in *Information Research*, vol. 4 nº 1, s/pp, <http://informationr.net/ir/4-1/paper50.html>, acedido a 6 de junho de 2012.
- TOLOUDIS, Nicholas (2015), "The greek inquisition: international finance, Syriza, and the greek labor movment" in *New Labor Forum*, Sage, pp 52-60, <http://newlaborforum.cuny.edu/2015/10/15/finance-Syriza-and-labor/>, acedido a 5 de fevereiro de 2017.
- TOURAINE, Alain (1998), *Iguais e Diferentes. Poderemos viver juntos?*, Instituto Piaget: Lisboa.
- TURKLE, Sherry (1995), *A Vida no Ecrã. A identidade na Era da Internet*, Relógio d'Água: Lisboa.
- TURNER, Ralph H. (1994), "Ideology and Utopia after Socialism" in *New Social Movements – From Ideology to Identity*, coord. Enrique Laraña, Hank Johnston e Joseph R. Gusfield. Temple University Press: Philadelphia, pp 79-100.

- VAN VOSSOLE, Jonas (2016), "Post-political elements in the portuguese antiausterity discourses" in *Espaços, Redes e Sociabilidade – cultura e política no movimento associativo contemporâneo*, coord. Joana Dias Pereira, Maria Alice Samara e Paula Godinho, pp 288-299, https://run.unl.pt/bitstream/10362/18340/1/Espacos_redes_e_sociabilidades.pdf, acessido a 19 de abril de 2017.
- VIANA, Clara; Pedro Sales Dias (2013), "A maioria que chumba o Governo nas sondagens optou por não sair à rua" in *Público*, nº. 8453, 2 de junho, pp 14-15.
- WELTY, Emily E. (2014), "Occupy Wall Street as 'American Spring'?" in *Peace Review: A Journal of Social Justice*, 26, pp 38-45, <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10402659.2014.876311?journalCode=cper20>, acessido a 19 de abril de 2017.
- WITTEL, Andreas (2000), "Ethnography on the Move: From Field to Net to Internet" in *Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research*, 1 (1), art.21, s/pp, <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0114-fqs0001213>, acessido a 6 de junho de 2012
- ZAMPONI, Lorenzo; Joseba Fernández González (2017), "Dissenting Youth: How Student and Youth Struggles Helped Shape Anti-austerity Mobilisations in Southern Europe" in *Social Movement Studies: Journal of Social, Cultural and Political Protest*, 16:1, Routledge: London, pp 64-81.
- ZAMPONI, Lorenzo; Priska Daphi (2015), "Breaks and Continuities in and Between Cycles of Protest: Memories and Legacies of the Global Justice Movement in the Context of Anti-Austerity Mobilisations", in *Spreading Protest, Social Movements in Times of Crisis*, coord. Donatella Della Porta e Alice Mattoni, ECPR Press: Colchester, pp 193-226.
- ZHAO, Shanyang; Sherri Grasmuck; Jason Martin (2008), "Identity construction on Facebook: Digital empowerment in anchored relationships" in *Computers in Human Behavior*. Elsevier, pp 1816-1836, <http://astro.temple.edu/~bzha001/Identity%20Construction%20on%20Facebook.pdf>, acessido a 6 de junho de 2012.

PUBLICAÇÕES DE GRUPOS SEM AUTORES INDIVIDUAIS IDENTIFICADOS NO FACEBOOK, YOUTUBE, SITES E BLOGUES

- Blogue 15 Maio, <http://15maio.blogspot.pt/>, acedido a 30 de março de 2013.
- Blogue Activar (2012), "Activar", <http://activar2012.blogspot.pt/p/programacao.html>, acedido a 4 de novembro de 2015.
- Blogue Que Se Lixe a Troika (2013a), <http://queselixeaTroika15setembro.blogspot.pt/p/que-se-lix-e-Troika-queremos-as-nossas.html>, acedido a 28 de abril de 2017.
- Blogue Que Se Lixe a Troika 2 (2013b), "Subscrição da Moção de Censura Popular", 21 de abril, <http://queselixeaTroika15setembro.blogspot.pt/search/label/Mo%C3%A7%C3%A3o%20de%20Censura%20Popular>, acedido a 28 de abril de 2017.
- Blogue Spectrum, <https://spectrumzx.wordpress.com/>, acedido a 15 de agosto de 2016.
- Blogue Spectrum (2012), "Occupied Lisbon", 6 de março, <https://spectrumzx.wordpress.com/2012/03/06/occupied-lisbon/>, acedido a 16 de janeiro de 2017.
- Página do Facebook Democracia Verdadeira Já (2011), <https://www.facebook.com/democraciaverdadeira.ja.7?fref=ts>, acedido a 18 de fevereiro de 2017.
- Página do Facebook DRY Democracia Real Ya (2011), https://www.facebook.com/pg/democraciarealya/about/?ref=page_internal, acedido a 18 de fevereiro de 2017.
- Página do Facebook do evento 15 de outubro, a Democracia Sai à Rua (2011), <https://www.facebook.com/events/139031266184168/>, acedido a 5 de abril de 2013.
- Página do Facebook do evento Artistas e Públicos Indignados (2011), <https://www.facebook.com/events/272937089398976/>, acedida a 5 de abril de 2013.
- Página do Facebook do evento Boicote ao pagamento dos Transportes Públicos (2011), <https://www.facebook.com/events/142937589143789/>, acedido a 5 de abril de 2013.

- Página do Facebook do evento Cultura é Resistência (2012), <https://www.facebook.com/events/421635274567443/>, acedida a 6 de dezembro de 2016.
- Página do Facebook do evento Global Noise Lisboa (2012), https://www.facebook.com/pg/Global-Noise-Lisboa-358078740945383/about/?ref=page_internal%20acedido%20a%2018%20de%20janeiro%20de%202017, acedida a 18 de janeiro de 2017.
- Página do Facebook do evento Primavera Global, <https://www.facebook.com/events/278304118921316/>, acedida a 5 de abril de 2013.
- Página do Facebook do evento Que Se Lixe a Troika, Este Orçamento Não Passará (2012), <https://www.facebook.com/events/365349623548517/>, acedida a 8 de dezembro de 2016
- Página do Facebook do evento Que Se Lixe a Troika! A Merkel Não Manda Aqui! (2012), <https://www.facebook.com/events/422711897782228/>, acedida a 8 de dezembro de 2016.
- Página do Facebook do evento Reocupação do projeto ES.CO.LA, <https://www.facebook.com/events/344548452271014/>, acedida a 5 de abril de 2013.
- Página do Facebook Ocupar Lisboa, https://www.facebook.com/pg/ocuparlisboa/about/?ref=page_internal, acedida a 4 de dezembro de 2016.
- Página do Facebook United for Global Change #15oct (a), <https://www.facebook.com/pg/15octobernet/about/>, acedida a 15 de agosto de 2014.
- Página do Facebook United for Global Change #15 oct (b), <https://www.facebook.com/15octobernet/info>, acedido a 5 de abril de 2013.
- Site 15 de Outubro, <http://www.15deoutubro.net/pagina-inicial/1-docs/589-ci8-17out.html>, acedido a 15 de agosto de 2014.
- Site Acampada de Lisboa (2011a), "MANIFESTO – 15 de Outubro 2011 – A Democracia sai à rua!", 29 de agosto, <https://Acampadalisboa.wordpress.com/2011/08/29/manifesto-15-de-outubro-2011-%E2%80%93-a-democracia-sai-a-rua/>, acedido a 26 de abril de 2017.
- Site Acampada de Lisboa (2011b), "Manifestação Internacional 19 de Junho, 10 de junho, <https://Acampadalisboa.wordpress.com/2011/06/10/manifestacao-internacional-19-de->

junho/, acessido a 1 de dezembro de 2016.

- Site APRe!, <http://www.apre-associacaoocivica.pt/ApreHome/faces/quemsomos.xhtml>, acessido a 24 de maio de 2017.
- Site Associação de Professores e Educadores em Defesa do Ensino (2011), "Manifestação professores contratados – Rossio, 10 Setembro – Reportagem das tv's", 11 de setembro, <http://apede08.wordpress.com/2011/09/11/manifestacao-professores-contratados-rossio-10-setembro-reportagem-das-tvs/>, acessido a 5 de abril de 2013.
- Site Attac Portugal, <http://attacportugal.webnode.com/o-que-e-a-attac/>, acessido a 20 de agosto de 2016.
- Site Geração à Rasca (2011a), "Manifesto", <https://geracaoenrascada.wordpress.com/manifesto/>, acessido a 13 de março de 2013.
- Site Geração à Rasca (2011b), "INE terá de se pronunciar sobre a pergunta 32 dos censos", 31 de março, <https://geracaoenrascada.wordpress.com/2011/03/31/ine-tera-de-se-pronunciar-sobre-a-pergunta-32-dos-censos/>, acessido a 30 de março de 2013.
- Site Habita!, "Objectivos", <http://www.habita.info/p/objectivos.html>, acessido a 25 de abril de 2017.
- Site Indymedia Portugal (2011), "Faça chuva ou faça vento, ocupamos São Bento!", 16 de novembro, <http://www.pt.indymedia.org/conteudo/destacada/6030?page=485>, acessido a 4 de dezembro de 2016.
- Site Movimento 12 de Março, <http://movimento12m.org/>, acessido a 13 de março de 2013.
- YouTube (2011a), "Deolinda – Parva que Sou, Coliseu do Porto. Assim damos a volta a isto", 23 de janeiro, <https://www.youtube.com/watch?v=f8lo82tXbWU>, acessido a 1 de dezembro de 2016.
- YouTube (2011b), "Parva que sou – Deolinda, Telejornal", 23 de janeiro, <https://www.youtube.com/watch?v=387WJG8o108>, acessido a 1 de dezembro de 2016.
- YouTube (2011c), "Em democracia não existem destinos fatais...", 19 de setembro, https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=eqVA--QEDeo#!, acessidos a 5 de abril de 2013.

- YouTube (2012), "Lisboa solidariedade com o povo grego!", 18 de junho, <https://www.youtube.com/watch?v=304w7bxAuIg>, acedido a 6 de dezembro de 2016.